

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DAVID RICARDO SOUSA RIBEIRO

A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o Partido Comunista do Brasil e a construção de um caminho alternativo

Versão Corrigida

São Paulo

2022

DAVID RICARDO SOUSA RIBEIRO

A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o Partido Comunista do Brasil e a construção de um caminho alternativo

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Doutor em História Social.

Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R484t RIBEIRO, DAVID
A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o Partido Comunista do Brasil e a construção de um caminho alternativo / DAVID RIBEIRO; orientador Marcos Napolitano - São Paulo, 2022.
281 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração: História Social.

1. democracia. 2. democratização. 3. PCB. 4. sociedade civil. 5. trabalhadores urbanos. I. Napolitano, Marcos, orient. II. Título.

RIBEIRO, David. A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o Partido Comunista do Brasil e a construção de um caminho alternativo. 2022. 281 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof(a). Dr(a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Resumo

RIBEIRO, David. A transição para a democracia no Brasil (1943-1946): o Partido Comunista do Brasil e a construção de um caminho alternativo. 2022. 281 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O tema desta tese é o processo de formação da democracia no Brasil, iniciado durante a desintegração do Estado Novo (1937-1945). Em vez de abordar a democratização a partir da análise das negociações e escolhas estratégicas realizadas pelas “elites políticas relevantes” – em momentos como a Assembleia Constituinte e a estruturação de um novo sistema partidário –, enfatizando apenas as dimensões eleitoral e partidária, como prevalece nos estudos de ciência política, este trabalho examina o conflito travado no âmbito da sociedade civil entre as diferentes forças políticas que almejavam o controle daquele processo. A proposta é contemplar outras modalidades de participação política e social dos setores da sociedade sub-representados nas instituições que compõem a democracia representativa, como greves, manifestações públicas e lutas comunitárias. Desse modo, procura-se obter mais elementos para compreender as disputas que envolviam o âmbito econômico e social da democratização. Apesar do consenso entre os brasileiros quanto à necessidade de adoção do regime democrático, a transição para a democracia foi extremamente conflituosa. Diferente do que predomina no debate acadêmico, a tese defendida é que o controle da democratização foi disputado por três, e não duas, forças políticas. O fato de o PCB ter proposto uma aliança a Vargas, antes mesmo de ter retornado à legalidade, não indica que o partido se submeteu aos interesses do ditador. Além de possuírem uma concepção própria quanto à democracia que deveria vigorar no país, os pecebistas formularam um projeto de democratização que se contrapunha às propostas das forças conservadoras e da oposição liberal. Evidências de envolvimento direto e autônomo com a transição para a democracia também são identificadas na atividade política dos trabalhadores urbanos. Logo, novamente em sentido diverso do que prevalece nos estudos sobre essa temática, procura-se confirmar que, na conjuntura do final de 1945, estavam postos à sociedade três, e não dois, caminhos para a realização da democratização, vinculados a diferentes concepções de democracia e visando efetivar projetos de nação distintos. Nesse contexto, mesmo distante das esferas decisórias, a mobilização promovida pelos pecebistas no âmbito da sociedade civil, a fim de efetivar o seu projeto de democratização, influenciou decisivamente a formação e a delimitação do regime democrático que vigorou durante a República de 46.

Palavras-chave: democracia; democratização; PCB; sociedade civil; trabalhadores urbanos.

ABSTRACT

RIBEIRO, David. Brazil's transition to democracy (1943-1946): Partido Comunista do Brasil and the formation of an alternative way. 2022. 281 p. Doctoral Dissertation (PhD in Social History) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The theme of this thesis is Brazil's democracy formation process, which began during the disintegration of the Estado Novo (1937-1945). Instead of addressing democratization from the analysis of the negotiations and strategic choices made by the "relevant political elites" – in periods such as the Constituent Assembly and the structuring of a new party system –, this work examines the conflict within civil society between the different political forces that sought to control that process, emphasizing only on the electoral and party dimensions, as it prevails in political science studies. The proposal is to contemplate other modalities of political and social participation from the sectors of society underrepresented in the institutions that make up representative democracy, such as strikes, public demonstrations, and community struggles. Therefore, this work seeks to obtain more elements to understand the disputes that involved the economic and social sphere and democratization. Despite the consensus among Brazilians regarding the need to adopt a democratic regime, the transition to democracy was extremely conflictual. Unlike what prevails in the academic debate, this thesis believes that three, not two, political forces disputed control of democratization. The fact that the PCB proposed an alliance with Vargas, even before it returned to legality, does not indicate that the party submitted to the dictator's interests. Besides having their conception of the democracy that should've been prevailing in the country, the members of PCB formulated a democratization project that was contrary to the proposals of conservative forces and the liberal opposition. Evidence of direct and autonomous involvement with the democratic transition is also identified in the political activity of urban workers. Therefore, again in a different direction from what prevails in studies on this theme, this paper aims to confirm that, in the conjuncture of the end of 1945, there were three, not two, paths to society for the realization of democratization. Each associated with different conceptions of democracy and aiming to carry out different national projects. In this context, even distant from the decision-making spheres, the mobilization promoted by the members of PCB within the scope of civil society to carry out their democratization project, decisively influenced in the formation and delimitation of the democratic regime that prevailed during the Republic of 1946.

Keywords: democracy; democratization; PCB; civil society; urban workers.

SUMÁRIO

Introdução - O restabelecimento da crise de hegemonia e o início da democratização	8
Parte 1. A democratização sob controle de Vargas (out. 1943 a fev. 1945)	31
1. O ingresso do PCB no conflito pelo controle da democratização	35
1.1 União Democrática Nacional: as contrapartidas pecebistas	56
2. União, Democracia e Progresso: a expectativa do PCB em relação à democracia	62
2.1 A disputa pela definição da verdadeira democracia	71
2.2 O projeto de nação pecebista	81
Parte 2. A intensificação do conflito pelo controle da democratização (fev. 1945 a dez. 1945)	95
3. O projeto de democratização pecebista	99
3.1 Organizar o povo para a democracia	119
4. A Frente Ampla e o “queremos” pecebista	144
4.1 O Golpe Civil-Militar de 1945	174
Parte 3. A democratização sob controle das forças conservadoras (jan. 1946 a mai. 1947)	192
5. A onda de greves e o partido que precisava se fazer entender	195
5.1 A almejada Constituinte: entre a expectativa e a realidade	220
6. Democratização via coerção	230
6.1 Novas restrições impostas “em defesa da democracia”	251
Considerações Finais	267
Referências	272

Introdução – O restabelecimento da crise de hegemonia e o início da democratização

A política de neutralidade estabelecida por Getúlio Vargas, diante dos conflitos da Segunda Guerra Mundial, começou a se tornar insustentável na manhã de 7 de dezembro de 1941, quando aeronaves japonesas bombardearam a base naval estadunidense de Pearl Harbor. A partir daquele momento, os Estados Unidos intensificaram a campanha pelo rompimento das relações diplomáticas entre todas as nações do continente americano e os países do Eixo. Essa não era uma resolução fácil para o presidente brasileiro. A polarização ideológica que dava o tom da guerra, contrapondo, inicialmente, os defensores e os antagonistas do regime democrático, também se fazia presente entre os integrantes do governo. Logo, a vinculação do Brasil a qualquer um dos blocos poderia resultar na fragmentação da própria base política que sustentava o regime ditatorial em vigência. Vargas ainda conseguiu adiar por mais de um ano o ingresso definitivo na guerra, garantindo a manutenção de uma mínima coesão entre os diferentes grupos que o sustentavam no poder. No entanto, suas manobras políticas não foram suficientes para conter o restabelecimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, algo inédito desde o golpe de Estado que deu início à ditadura do Estado Novo. Àquela altura, movimentos como a Sociedade Amigos da América (SAA), a Liga de Defesa Nacional (LDN) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), compostos tanto por opositores quanto por apoiadores do governo, passaram a promover reuniões e até mesmo atos públicos, por meio dos quais declaravam seu apoio aos Aliados, sua admiração pela democracia vigente naqueles países, além de solicitarem o envio de tropas brasileiras para os campos de batalha europeus. Por mais que exercessem uma pressão indireta contra o governo, a julgar pela proliferação de manifestações de exaltação ao regime democrático, essas organizações não denunciavam as restrições impostas à liberdade em território nacional e faziam questão de declarar apoio ao presidente. Em suma, ao impulsionar a fragmentação da base governista e fragilizar as restrições que a ditadura impunha à atividade política dos civis, a conjuntura internacional, marcada pela contraposição democracia *versus* fascismo, influenciou de maneira decisiva a constituição da crise política que resultou na ruína do Estado Novo (WEFFORT, 1973, p. 72).

Aproveitando-se da crise política que havia se instaurado no governo após o ingresso do país na guerra junto aos Aliados¹ e do “momento em que o mais antigo – o precursor dos Estados totalitários – naufraga no mar profundo dos seus próprios vícios, presente-se que se aproxima, para todos os povos, a oportunidade de uma retomada de consciência dos valores

¹ A declaração de guerra aos países do Eixo tornou o governo vítima de sua própria composição heterogênea, haja vista os atritos entre a “ala germanófila” e o setor “pró-Aliados” da base governista.

democráticos”², um grupo composto por juristas, intelectuais, profissionais liberais e personalidades tradicionais da vida política de Minas Gerais divulgou, no final de outubro de 1943, o Manifesto ao Povo Mineiro³. Além de denunciar o caráter ditatorial do regime que vigorava no Brasil, os autores do documento reivindicaram o estabelecimento de uma nova organização política e administrativa, a prática alternada do poder, o direito ao sufrágio e à liberdade de pensamento, sobretudo de pensamento político. Segundo eles, “se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam”⁴. Indo além, afirmavam que não se poderia esperar pelo fim da guerra para iniciar o processo de restabelecimento do regime democrático, pois, “se os povos aguardarem a vitória a fim de escolherem os seus rumos, terão para isso perdido uma das supremas oportunidades da História”⁵. Essa foi a primeira manifestação pública de grande impacto na “cena política”⁶ a favor da implantação da democracia no Brasil. Vale destacar que aquele momento era bastante oportuno para a declaração, tendo em vista que o artigo 78 da Constituição em vigência definia que em menos de um mês deveria ocorrer a escolha de um novo presidente, além de um plebiscito, em que a população decidiria pela manutenção, ou não, do texto constitucional que sustentava o Estado Novo (NETO, 2013, p. 441). Não por coincidência, no final do manifesto, após afirmarem que havia chegado ao fim o tempo do “liberalismo passivo”, seus autores incitam a mobilização de outras regiões do país para garantir “a preparação de planos para a ponderada reestruturação constitucional da República”⁷. À luz dessas evidências, é possível afirmar que o Manifesto ao Povo Mineiro representa o surgimento do conflito⁸ que pautou a formação do regime democrático em vigor no Brasil durante a República de 46 (1946-1964); em outras palavras, o início da “democratização”⁹.

² Trecho do Manifesto ao Povo Mineiro. *IN*: CARONE, E. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

³ Em virtude da rígida censura o documento não pode ser publicado por nenhum meio de comunicação, obrigando seus signatários a recorrer à divulgação mão a mão (ABREU, 2001).

⁴ Trecho do Manifesto ao Povo Mineiro. *IN*: CARONE, E. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

⁵ *Idem*.

⁶ Esfera da vida social onde se dá a luta entre as classes sociais articuladas em organizações ou partidos políticos (POULANTZAS, 1986).

⁷ Trecho do Manifesto ao Povo Mineiro. *IN*: CARONE, E. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.

⁸ A sua circulação contribuiu para intensificar ainda mais a crise política que tomava conta do Estado Novo. Mesmo assim, nenhum dos signatários do documento acabou preso ou torturado, o que revelou sinais de desgaste do aparelho coercitivo do regime ditatorial na contenção da atividade política que se intensificava no âmbito da sociedade civil.

⁹ Optei por classificar como democratização, e não redemocratização, o processo histórico que resultou na formação da democracia que vigorou durante a República de 46 por entender que até aquele momento não havia

O tema desta tese é justamente a formação da democracia que vigorou no Brasil durante a República de 46. Como bem destaca José Álvaro Moisés, a democratização¹⁰ é um processo de difícil definição, pois

não saímos completamente da ditadura, mas já iniciamos a marcha em direção à democracia. Esse terreno de indefinição – que não é uma coisa nem outra – é decisivo porque é nele que se definem as opções e os rumos do que virá daqui para frente. E, naturalmente, é por isso mesmo que é um terreno que se presta à intervenção das forças sociais e políticas que disputam o espaço institucional e político (MOISÉS, 1986, p. 131).

Dialogando com essa concepção, é pertinente destacar que a democratização também se caracteriza por ser um processo de redistribuição do poder entre os diferentes setores da sociedade, resultando, inclusive, na definição de novos parâmetros da relação entre a sociedade política e a “sociedade civil”¹¹. É em virtude desse “enorme potencial transformador da realidade de qualquer país, envolvendo não somente aspectos econômicos, como também políticos e sociais” (SOUZA, 1990, p. 105) que o controle da transição para a democracia torna-se alvo de disputa entre diferentes forças políticas. Assumir o controle garante o poder de determinar as regras que irão pautar o processo, definindo suas etapas e quem terá o direito de

vigorado um regime democrático no Brasil. Apesar de se definir como uma democracia, o regime político adotado no decorrer da Primeira República foi marcado por violações eleitorais explícitas, uma quantidade extremamente reduzida de cidadãos que preenchiam os pré-requisitos para serem eleitores, além de violentas repressões às manifestações políticas oriundas da sociedade civil, algumas, inclusive, promovidas pelas Forças Armadas. Além disso, o período entre 1930 e 1945 também foi marcado por restrições das liberdades democráticas, haja vista os decretos de Estado de Sítio, o estabelecimento da Lei de Segurança Nacional em 1935 e o fato de não ter havido uma única eleição presidencial nesse intervalo. Vale destacar, que entre os autores com os quais estabeleci um debate ao longo da tese, Ricardo Maranhão (1979) é o único a utilizar o termo democratização. No entanto, ele também trabalha com o termo redemocratização para referir-se ao mesmo evento, deixando de atribuir, assim, uma distinção entre eles. Por fim, também é importante destacar a inconveniência de utilizar o termo “transição democrática” (FERREIRA, 2005; MACEDO, 2013) para se referir a esse processo, haja vista todo o aspecto coercitivo atrelado a ele, conforme será destacado ao longo desta tese.

¹⁰ Ao longo desta tese os termos democratização, formação da democracia e transição para a democracia serão utilizados como sinônimos. Optei por não trabalhar com a nomenclatura predominante entre os cientistas políticos, consagrada na obra “Transição do regime autoritário” (O’DONNELL, G.; SCHMITTER, P., 1988) porque ela procura padronizar os diferentes processos.

¹¹ Em virtude da centralidade que este conceito possui no desenvolvimento da tese, gostaria de apresentar a definição com a qual trabalhei: “A sociedade civil é o ‘conjunto de organismos chamados privados e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade’; trata-se do conjunto de instituições (também denominadas aparelhos privados de hegemonia), nas quais se elaboram as concepções de mundo pelas quais a sociedade se representa a si mesma (suas lutas e aspirações), onde se organizam os grupos sociais e se realiza a direção política e cultural da sociedade. Estas organizações da sociedade civil, chamadas privadas porque são relativamente autônomas em relação à sociedade política, só surgem ou assumem esta função com as revoluções democrático-burguesas, pela organização dos Estados modernos e a intensificação das lutas sociais. São instituições que nasceram a partir da correlação de forças sociais que geraram estes novos Estados, da ampliação da participação política dos cidadãos, dos novos conflitos sociais ligados ao desenvolvimento do modo de produção capitalista: sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação de massa (jornais, revistas, editoriais e todas as instituições ligadas à organização da cultura), bem como o sistema escolar, as Igrejas e universidades, organizações antigas que se adaptaram à nova situação” (SCHLESENER, 2007, p. 28).

participar dele, ou seja, influencia de maneira decisiva a formação da democracia que entrará em vigência. Convém, portanto, encarar o conflito como o elemento constitutivo do regime democrático. Abordando, aqui, o conflito não como uma disfunção política, como algo ilegítimo ou sinal de instabilidade, mas como a própria essência do fazer-se da política, como uma virtude e o princípio fundamental da democracia, “dado que o antagonismo é a expressão da vida democrática” (VITULLO, 2005, p. 76).

Partindo desse entendimento, conduzi a análise da formação da democracia que vigorou no Brasil durante a República de 46 a partir da investigação do conflito entre as diferentes forças políticas que disputaram o controle daquele processo. Diferentemente do que prevalece nas obras de Ciência Política, área do saber responsável pela maior parte dos estudos sobre democratização, não restringi a pesquisa ao exame das negociações e escolhas estratégicas realizadas pelas “elites políticas relevantes”¹² em momentos como a Assembleia Constituinte ou durante a estruturação de um novo sistema partidário, isto é, à investigação das regras e procedimentos estabelecidos para organizar o revezamento de grupos e líderes no poder. Reduzir a pesquisa à análise dos aspectos da “normalização” das instituições que constituem o regime democrático, enfatizando apenas as dimensões eleitoral e partidária, limitaria a compreensão da influência que os setores da sociedade situados à margem dos mecanismos formais da democracia representativa desempenham na “expansão das fronteiras da participação popular nos processos de tomada de decisões e na luta por democracias com uma maior densidade social” (VITULLO, 2005, p. 318). Assim como propõe Gabriel Vitullo (2005, p. 318), optei por promover um “exame mais rigoroso da ação coletiva protagonizada pelos movimentos alheios ao âmbito político institucional estabelecido e do papel que estes desempenham na expansão das fronteiras da participação popular nos processos de tomada de decisões e na luta por democracias com maior densidade social”. Trata-se de atentar para o envolvimento de movimentos sociais com a formação da democracia, e não considerar apenas a participação dos atores políticos diretamente vinculados ao processo eleitoral e ao quadro institucional. Em vista disso, optei por analisar a formação do regime democrático a partir do conflito vigente no âmbito da sociedade civil, contemplando outras modalidades de participação política e social daqueles que estão sub-representados nas instituições que compõem a democracia, como greves, manifestações públicas e lutas comunitárias.

¹² O clássico livro “Transições do regime autoritário: primeiras conclusões”, organizado por O’Donnell e Schmitter é uma das principais referências entre os cientistas políticos vinculados à corrente da “Racional Choice” para se pensar a democratização a partir da atuação das elites relevantes.

Considerando a sociedade civil tal qual propõem Marx e Gramsci, como o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico (BOBBIO, 1982, p. 33).

Ao analisar a democratização para além das negociações e escolhas estratégicas realizadas pelas “elites políticas relevantes”, considerei que a formação do regime democrático não se reduz ao “estabelecimento de regras e procedimentos que viabilizem o revezamento no poder entre grupos e líderes provenientes de diferentes agremiações partidárias” (VITULLO, 2005, p. 354). A democratização também possui uma amplitude social e econômica, a julgar pelas reivindicações e lutas sociais para assegurar igualdade e liberdade; haja vista que, no senso comum, é corriqueira a crença de que a democracia tem como vocação a efetivação de um conjunto de direitos que privilegia a igualdade de cidadãos no convívio entre diferentes – reivindicações por uma democratização substantiva que não remete somente à instância eleitoral, mas também ao conjunto das relações sociais. A adoção desse entendimento possibilitou a formulação de uma explicação mais ampla e precisa dos interesses políticos, econômicos e sociais em disputa naquele momento e, conseqüentemente, da maneira como o conflito entre as diferentes forças políticas pelo controle do processo de formação do regime democrático influenciou a constituição das características e dos “limites”¹³ impostos à democracia que vigorou durante a República de 46. Nesse sentido, procurei identificar a fronteira estabelecida entre o Estado e a sociedade civil ao final do processo, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento da atividade política, ao invés de apenas adjetivar o regime democrático que vigorou durante a República de 46.

Além de considerar que a análise das diferentes democratizações deve contemplar o conflito de interesses vigente no âmbito da sociedade civil, esta tese também foi realizada a partir da premissa de que

A análise histórica não pode ser reduzida ao jogo de supostos automatismo estruturais. Antes pelo contrário, a explicação histórica requer, em especial quando se trata de um movimento social, a análise das conjunturas nas quais o movimento social realiza suas opções. Não se trata de modo algum de uma tentativa de desqualificar a importância

¹³ Levando em consideração que não existe apenas um modelo único de democracia, recorro à ideia de “limite” (BOBBIO, Norberto 2000; HIRST, Paul. 1983) para distinguir a amplitude dos diferentes regimes democráticos no que se refere aos seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Também entendo que os limites do regime democrático possuem relação direta com a amplitude de poder atribuídas à sociedade civil e à sociedade política. Ao adotar essa perspectiva obtive mais elementos para identificar as diferentes compreensões de democracia que existiam entre os setores da sociedade envolvidos na democratização, bem como dos inúmeros formatos que o regime democrático pode adquirir. Nesse sentido, a fim de exemplificação, a manutenção da exclusão do direito ao voto aos analfabetos pode ser definida como um dos elementos cruciais de definição dos limites políticos da democracia que vigorou no Brasil durante a República de 46.

das condições estruturais, mas simplesmente de reconhecer que elas não se atualizam na história senão ao nível das conjunturas (WEFFORT, 1973, p. 69).

Dito isso, é fundamental destacar que aquela conjuntura não sofria a influência apenas do contexto internacional, marcado pela contraposição democracia *versus* fascismo. A desintegração da ditadura estadonovista e a transição para a democracia também foram diretamente afetadas pela “crise de hegemonia”¹⁴ que resultou na Revolução de 30 (ALMINO, 1980, p. 318); até aquele momento, não superada. A crise de hegemonia promovia a desestabilização do antigo bloco hegemônico e, por extensão, a “desarticulação das relações entre sociedade política e sociedade civil” (WEFFORT, 1979, p. 5). O fato de nenhum setor da sociedade brasileira ter conseguido unificar as forças heterogêneas existentes em território nacional por meio de sua ação política, ideológica e cultural foi decisivo para a ocorrência de inúmeras crises políticas¹⁵ durante o período que Vargas governou o país. Com efeito, já em meados da década de 1930 ele precisou recorrer constantemente aos militares¹⁶, ao uso de práticas coercitivas e à proibição da atividade política autônoma no âmbito da sociedade civil para conter os efeitos da crise de hegemonia e manter-se na presidência. Nem mesmo a intensa propaganda ideológica promovida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi capaz de suprir a falta de legitimidade do Estado Novo, a qual tornou-se ainda mais evidente após o ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos países que defendiam o regime democrático.

¹⁴ Trabalharei com a seguinte compreensão de crise de hegemonia: momento no qual a “classe dirigente fracassa em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentaram reivindicações que, no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução” (PORTELLI, 1977, p. 111). Em outras palavras, a crise de hegemonia é uma crise do Estado e das formas de organização política, ideológica e cultural da classe dirigente.

¹⁵ Entre elas, podemos incluir a Guerra Civil decorrente da insurreição do governo paulista em 1932 e a tentativa fracassada de tomar o controle do Estado articulada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1935. Ambos os eventos refletem a falta de legitimidade do governo perante determinados setores da sociedade e a dificuldade que as instituições formadas após a Revolução de 30 tinham em mediar e resolver os conflitos sociais. Atento a essa questão, Almeida (1978, p. 27) afirma que “a crise política dos sete primeiros anos da década dos trinta, foi, simultaneamente, expressão da impossibilidade de reconstruir um pacto de dominação duradouro, ao estilo da República Velha, e da inexistência de uma classe política nacionalmente unificada e capaz de realinhar o conjunto das camadas dominantes em conformidade com seus desígnios de interesse”. Não à toa, frente a incapacidade de conter a crescente mobilização política da sociedade civil em torno de ideologias contrárias às suas, vide o fortalecimento de movimentos como a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB), Vargas determinou a criação da Lei de Segurança Nacional que, entre outras coisas, definia como crime a prática de “incitar diretamente o ódio entre as classes sociais” IN: Artigo 14 da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. O próprio Golpe de Estado que deu início à ditadura estadonovista, realizado com o apoio das Forças Armadas e de alguns setores da sociedade civil, pode ser considerado mais um desdobramento da crise política decorrente do fato de nenhum setor da sociedade ter constituído uma nova hegemonia.

¹⁶ Apesar do apoio concedido pelos militares a Vargas durante praticamente todos os quinze anos em que ele esteve no controle do país, as Forças Armadas devem ser encaradas como uma força política relevante e independente desde a eclosão crise de hegemonia que resultou na Revolução de 30.

Desenvolvendo esse raciocínio, é possível afirmar que a crise de hegemonia que abrangia a conjuntura em que ocorreu a transição para a democracia revela o vínculo entre o conflito pelo controle da democratização e as crises políticas que antecederam aquele processo. Não à toa, além dos integrantes da oposição liberal, estavam entre os signatários do Manifesto ao Povo Mineiro atores políticos que haviam rompido com Vargas nas diferentes disputas políticas ocorridas durante o período em que ele esteve na presidência, e até mesmo representantes das oligarquias agrárias destronadas pela Revolução de 30. Considerar esse vínculo na investigação do conflito que pautou a formação do regime democrático é de suma importância, haja vista que

A perspectiva histórica da análise política não pode prescindir de análises sincrônicas, que revelam estruturas da ‘longa duração’ na história das sociedades. Tais estruturas, expressas em padrões de relação entre as classes ou na ação do Estado em relação à sociedade civil, se esclarecem na interação entre o referencial teórico do analista e a realidade apreensível. Nesse sentido, são importantes para superar o nível meramente descritivo, e no campo específico da política, para conferir significado às ações dos grupos, permitindo o aprofundamento do nível explicativo da problemática política (MARANHÃO, 1979, p. 12).

Logo, ao analisar a democratização a partir de uma perspectiva de maior duração, considerando sua relação com as crises políticas que a antecederam, obtém-se uma compreensão mais precisa dos elementos em disputa naquele momento. O embate entre as diferentes forças políticas não se reduzia à divergência sobre a legitimidade de Vargas para conduzir a transição para a democracia. Fatores que já haviam sido disparadores de conflitos anteriores, como a definição do papel do Estado na economia, a reforma agrária, a autonomia dos estados na relação com a Federação, a regulamentação da relação capital *versus* trabalho e a estrutura sindical também estavam no centro da disputa. Eles influenciavam inclusive a constituição das expectativas que as diferentes forças políticas atrelavam à implementação da democracia.

Sem desconsiderar a importância desses fatores e a relação de complementariedade existente entre eles, é possível afirmar que os fatores que mais impactaram o conflito que pautou a transição para a democracia foram as antigas reivindicações dos trabalhadores pela ampliação da liberdade para o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil e por sua inserção na cena política¹⁷, realizadas desde o processo que resultou na Revolução de 30 e

¹⁷ Entendo que o ingresso dos trabalhadores na cena política não seria garantido apenas pelo direito ao voto e à organização partidária, mas também através da garantia de liberdade ao desenvolvimento da atividade sindical e de outros recursos de organização e atuação política, como as comissões de fábrica e realizações de greves.

diretamente relacionadas à crise de hegemonia. A inserção dos trabalhadores na política é, na realidade, um dilema enfrentado por todas as democracias burguesas (HOBBSAWN, 1988, p. 19). Atento a essa questão e partindo de reflexões estabelecidas inicialmente por Weffort (1980, p. 15), Ricardo Maranhão (1979, p. 20) afirma que “desde 1930, a emergência das massas urbanas no cenário político brasileiro, no quadro de uma crise de hegemonia, é uma preocupação decisiva na formulação programática e ideológica das elites, que muitas vezes redefinem seus compromissos e alianças em função da posição diante das massas trabalhadoras”. Ou seja, esse receio também incidiu diretamente nos projetos e decisões que as elites nacionais efetivaram durante a democratização e, por extensão, sobre a democracia estabelecida ao final desse processo.

Para compreender a preocupação mencionada por Ricardo Maranhão e a motivação por trás das reivindicações dos trabalhadores, é necessário interromper brevemente a apresentação das premissas de análise utilizadas nesta tese e falar sobre o Estado de Compromisso (FAUSTO, 1972), estrutura de gerenciamento do Estado formada após a Revolução de 30 e vigente durante toda a Era Vargas (1930-1945). O fato de nenhum segmento da sociedade civil ter sido capaz de instituir uma nova “hegemonia”¹⁸ no lugar daquela que as oligarquias agrárias haviam estabelecido no decorrer da Primeira República foi decisivo para o surgimento dessa estrutura de gestão compartilhada do poder, composta por diferentes frações da burguesia nacional e por setores das oligarquias agrárias¹⁹. Sua existência tornou-se cada vez mais importante, haja vista a necessidade de estabelecer acordos para conciliar os diferentes, e às vezes contraditórios, interesses de cada setor integrante do “bloco no poder”²⁰. Aliás, nesse contexto, nada mais oportuno do que um presidente que se destacava por suas habilidades conciliatórias. Ao mesmo tempo que compartilhavam a gestão do Estado de Compromisso, os integrantes do bloco no

¹⁸ Neste trabalho optei por trabalhar com a concepção gramsciana do conceito de hegemonia. De maneira resumida, o conceito pode ser definido como uma espécie de domínio que uma classe ou fração de classe exerce sobre as outras por meio do consentimento e da coerção. Essa supremacia costuma se constituir a partir do momento em que a ideologia do grupo dominante passa a ser incorporada pelas demais classes sociais, vinculando-as, portanto, à sua concepção de mundo.

¹⁹ A permanência de integrantes das oligarquias agrárias no bloco no poder impossibilitou que a desigual estrutura fundiária brasileira fosse revista durante o período que Vargas esteve no comando do país, o que contribuiu para a perpetuação das relações sociais que vigoravam no campo desde o período da Primeira República.

²⁰ Elaborado por Nico Poulantzas (1986, p. 293), o conceito *bloco no poder* “constitui uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes” que exercem a função de dominação política. Segundo o autor, essa unidade se constituiu, sobretudo, para garantir a manutenção do capitalismo, isto é, para assegurar o direito à propriedade privada dos meios de produção e a reprodução da força de trabalho como mercadoria. Além disso, ele faz questão de ressaltar que esta unidade contraditória não está livre de cisões. Outro aspecto relevante do bloco no poder remete ao fato de que sua unidade contraditória é mantida graças a ação do próprio Estado. Ou seja, para Poulantzas, o Estado é o responsável direto pela organização da dominação de classe da burguesia. Nesse sentido, o conceito constitui uma referência precisa para descrever o compartilhamento de poder que caracterizava o Estado de Compromisso.

poder estabeleceram uma série de restrições à atividade política no âmbito da sociedade civil com o intuito de limitar a autonomia dos “trabalhadores urbanos”²¹ bem como para impedir a constituição de uma representação da classe independente, excluindo-os, assim, das principais esferas decisórias. O mesmo aconteceu com os trabalhadores rurais. A atividade política dos setores subalternos era vista por eles como uma ameaça à estabilidade dos compromissos que os mantinham no poder. Nesse contexto, a transição para a democracia passou a ser vista pelos trabalhadores como uma oportunidade de romper com as barreiras impostas pelo Estado de Compromisso e garantir o seu ingresso na cena política. Desse modo, a identificação da estrutura estabelecida para perpetuar a exclusão dos trabalhadores reforça a pertinência de conduzir a análise da democratização a partir do conflito vigente no âmbito da sociedade civil.

Concluindo essa breve apresentação das premissas que devem ser consideradas na análise da formação da democracia que vigorou no período entre ditaduras (1946-1964), também é necessário ter em conta que a crise de hegemonia vigente naquele momento contribuiu para o surgimento de diferentes concepções e expectativas em relação ao regime democrático que deveria ser instaurado no Brasil. Naquele momento em que se encerrava a Segunda Guerra Mundial o modelo de democracia liberal ainda não havia se tornado hegemônico no ocidente. Sinais da existência de concepções diversas já se faziam presentes no Manifesto ao Povo Mineiro, que se propôs a defender a cultura política liberal²² e sua visão de democracia calcada na base moral e cristã. De acordo com João Almino (1980, p. 16), “o período é um dos mais férteis da história do Brasil em termos da amplitude que pode assumir o debate ideológico num espaço público. [...] Trata-se de um momento de debate, em parte democrático, e, em todo caso, sobre a democracia [...]”. Em vista disso, procurarei demonstrar ao longo da tese como a existência de diferentes concepções de democracia gerou desentendimentos em relação à amplitude da democratização, isto é, quanto à extensão dos direitos econômicos, sociais e políticos que seriam efetivados ao final daquele processo. Essa

²¹ Assim como Silvio Alem (1981, p. I-7), neste trabalho utilizarei a categoria trabalhadores urbanos e não operários, uma vez que setores mais amplos dos assalariados urbanos se envolveram nos conflitos que pautaram a democratização. Além disso, não farei uso das categorias “massas” e “povo” por acreditar que elas são imprecisas e carregam, muitas vezes, conotações pejorativas. Como bem aponta Ângela de Castro Gomes (*In: FERREIRA, 2010, p. 35*), as massas são por definição desorganizadas e inconscientes. No entanto, esses termos aparecerão ao longo da tese, uma vez que eram constantemente utilizados pelos atores políticos que serão analisados.

²² Como bem destaca Gizlene Neder (1979, p.9 / 11), a “especificidade histórica de nossa formação social conferiu um conteúdo todo especial à existência do liberalismo no Brasil. (...) Especialmente no caso brasileiro, a penetração do ideário liberal esteve vinculada, num sentido amplo, aos interesses da classe dos proprietários rurais, hegemônica e dos grupos vinculados a ela, que ajustaram-no segundo suas conveniências”.

constatação ajuda a explicar por que as diferentes forças políticas entraram em conflito pelo controle da transição para a democracia.

A análise das diferentes concepções de democracia existentes naquele momento exigiu que eu aperfeiçoasse o meu próprio entendimento do conceito, “deixando de tratá-lo como natural e atemporal, mas, ao contrário, contextualizando-o como construção histórica que é” (CASTRO, 2013, p. 118). Procurei trabalhar com uma concepção de democracia mais ampla do que aquela que a restringe aos seus aspectos institucionais, uma simples questão de procedimentos e escolha de lideranças, destacando o quanto esse regime político faz parte da rotina das pessoas, constituindo, inclusive, uma maneira de regular suas relações. A democracia implica instâncias complementares, como os direitos civis e sociais, além de um resguardo à autonomia política da sociedade civil. Portanto, quando me refiro à democracia, também estou abrangendo as condições sociais, econômicas e culturais que possibilitam, ou não, o exercício livre e igual da autodeterminação política. Além disso, também é importante considerar que as democracias variam conforme a amplitude de poder que atribuem ao Estado e à sociedade civil. De acordo com esse raciocínio, uma sociedade pode ser considerada mais ou menos democrática em virtude das condições que estabelece para garantir a participação dos cidadãos na formulação das políticas públicas e nas decisões de grande relevância tomadas pelos gestores do Estado (NOBRE, 2013, p. 143; SAFATLE, 2017, p. 125), como em referendos e plebiscitos, por exemplo.

Com o intuito de explicar a constituição da estrutura sindical do período da República de 46, Francisco Weffort (1973, p. 76) foi o primeiro autor a analisar a democratização por meio da investigação do conflito que pautou o processo. No artigo “As origens do sindicalismo populista no Brasil”, ele defende que

As influências decisivas neste momento inicial da democracia brasileira que vai de abril a outubro de 1945, couberam certamente a Vargas e à oposição liberal agrupada na UDN. [...]. É difícil saber qual destas duas forças políticas terá influído mais para a confirmação inicial da democracia no país, se a ambiguidade do ditador obrigado a transformar-se em democrata, se a ambiguidade do partido liberal que se confessa impotente para mobilizar a opinião pública a favor da democracia nascente e apela para os mesmos recursos que antes haviam servido a Vargas para instalar a ditadura.

Observa-se que, para Weffort, apenas duas forças políticas reuniam as condições necessárias para disputar o controle da formação do regime democrático: a oposição liberal²³ e os setores articulados por Vargas²⁴. De acordo com o cientista político, o conflito entre elas era decorrente dos questionamentos em relação à legitimidade de Vargas para conduzir a transição para a democracia e, sobretudo, de divergências em relação à política econômica que deveria ser adotada no país. Ao promover essa reflexão, sua pesquisa se destaca por demonstrar que ambas as forças políticas influenciaram diretamente a constituição das características e dos limites da democracia que vigorou no Brasil durante o período entre ditaduras, independentemente de qual delas saiu vitoriosa daquele conflito.

Essa interpretação, de que o conflito que pautou a democratização se restringiu ao embate entre duas forças políticas, é resultado de uma análise ancorada no conceito de populismo (WEFFORT, 1973, p. 67), na concepção de que os trabalhadores não eram atores políticos autônomos e com a devida consciência de classe, mas submissos aos interesses de Vargas, reféns da demagogia do ditador. Um dos principais difusores dessa compreensão, Weffort (1973, p. 82) afirma que naquele momento os trabalhadores não estavam necessariamente interessados na implantação do regime democrático:

Somente uma parte muito restrita das massas populistas esteve preocupada com a democracia propriamente dita. Para a grande maioria dos adeptos passivos a ativos do populismo, o que estavam em jogo era a ascensão econômica e social. Em um plano secundário, colocam-se o acesso à educação elementar e a democratização das organizações e relações sociais. Em geral os ideais democráticos eram preconizados por setores da classe média ou grupos de oposição na classe dominante.

Nesse sentido, ele constrói, ao longo do artigo, a leitura de que os trabalhadores não exerceram uma influência relevante sobre a formação do regime democrático, haja vista que estavam preocupados, sobretudo, em reduzir a miséria na qual viviam. Por essa razão, Weffort (1973) defende que “as massas trabalhadoras” optaram por apoiar o caminho de transição para a democracia que previa a permanência de Vargas no poder.

²³ Naquele momento, a oposição liberal contava com o apoio de parcela da burguesia industrial que havia rompido com Vargas durante o Estado Novo, da oligarquia agrária paulista e de uma parcela significativa das classes médias.

²⁴ É necessário destacar que Vargas encabeçava um projeto de nação e de democracia apoiado por diferentes setores da sociedade integrantes do bloco no poder durante o Estado Novo, entre eles: setores da burguesia industrial defensores de uma política intervencionista, oligarquias agrárias de diversas regiões do país e os militares.

A tese de que apenas duas forças políticas disputaram o controle da transição para a democracia também é resultado da interpretação de que os comunistas estabeleceram uma aliança com Vargas durante a democratização. De acordo com Weffort (1973, p. 80), o PCB não pretendeu disputar o controle da formação do regime democrático e sequer almejou assumir a condição de força política independente ao longo daquele processo, optando, na realidade, por se submeter aos interesses do ditador:

Não deixa de ser surpreendente que este partido político, que sempre se pretendeu representante da classe operária e sobre a qual chegou de fato a adquirir uma notável influência neste período, jamais tenha considerado a hipótese de uma posição de independência em face ao conflito entre os grupos dominantes. [...] Mais surpreendente ainda para um partido supostamente operário é o fato de que, tendo entendido como necessária a aliança com Vargas, não tenha sido capaz de realizá-la senão sob formas que significavam sua subordinação aos objetivos deste.

Para o professor, naquele momento os comunistas²⁵ tinham como único objetivo garantir o seu retorno à legalidade (WEFFORT, 1973, p. 78). Ampliando essa reflexão, ele afirma que a falta de autonomia dos pecebistas durante a transição para a democracia os impediu de estabelecer uma representação legítima dos trabalhadores²⁶, o que o faz concluir que o PCB teve ampla responsabilidade pelo surgimento de um sindicalismo e uma democracia de viés populista ao final da democratização.

Assim que foi publicado, o artigo de Weffort (1973) gerou um grande impacto e teve ampla aceitação no meio acadêmico. É verdade que, um ano após a sua divulgação, os professores Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Almeida (1974) chegaram a elaborar uma interpretação alternativa, divergindo dos argumentos que o seu colega de profissão havia utilizado para explicar e avaliar a aproximação dos trabalhadores e dos comunistas em relação a Vargas. Porém, essa análise não adquiriu a mesma aprovação entre os pesquisadores, deixando inclusive de ser publicada. Três anos após o lançamento do pioneiro artigo, Maria

²⁵ Nesta tese, optei por utilizar os termos pecebistas e comunistas como sinônimos a fim de tornar a leitura do texto mais fluída. No entanto, como bem alerta Rodrigo Patto de Sá Motta (2014), os comunistas não eram um grupo homogêneo. Isto é, nem todos os comunistas faziam parte do PCB ou concordavam com suas diretrizes. Na realidade, muitos discordavam da adesão do partido à União Nacional, conforme será indicado ao longo da tese. Para mais informações sobre as divergências entre as diferentes correntes de esquerda durante a democratização ver: GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. “A esquerda e os impasses da transição para a democracia no pós-guerra (1945-1946)”. *In: Revista de Sociologia e Política*, n. 6/7, Curitiba, 1996.

²⁶ Chama a atenção o fato de que em diversas passagens do artigo citado os trabalhadores e os pecebistas são tratados praticamente como sinônimos, o que revela que Weffort também desconsidera a autonomia dos trabalhadores frente o Partido Comunista do Brasil.

Campello de Souza defendeu a sua pesquisa de doutorado, intitulada “Estado e Partidos Políticos no Brasil” (1976), referência até os dias atuais para os estudos que abordam o mesmo período analisado nesta tese. Sob a influência de Weffort, que havia sido seu orientador, ela reforçou a interpretação de que os trabalhadores não se envolveram diretamente com a formação do regime democrático que vigorou durante a República de 46 (1990, p. 105): “Face à inexistência, em 1945, de qualquer movimento contestatório de amplas bases sociais, ou inspirado em metas ideológicas capazes de levar a uma confrontação mais drástica [...], a proposição de que partimos – a existência de continuidade em importantes aspectos político-institucionais – nada tem de surpreendente”. À medida que condena os trabalhadores por não terem se envolvido com a democratização, a autora também os responsabiliza pela constituição de uma democracia que não contemplava seus interesses de classe.

Ainda no ano de 1976, também sob orientação de Weffort, Luiz Werneck Vianna defendeu sua tese, “Liberalismo e Sindicato no Brasil”. Assim como o trabalho de Maria Campello de Souza, o objeto central dessa pesquisa não é a formação do regime democrático que vigorou durante a República de 46. Apesar disso, a obra é responsável por formular uma das principais interpretações sobre a democratização. Partindo do entendimento de que o controle daquele processo esteve sob a disputa de apenas duas forças políticas (WEFFORT, 1973), Vianna (1976, p. 253) afirma que se constituíram apenas dois caminhos de transição para a democracia, ambos “pelo alto”:

Para o ator político, situado na perspectiva da classe operária, tratava-se de optar pela redemocratização ‘pelo alto’ com Vargas, já iniciada, e que não poderia prescindir do seu suporte social e político, ou aderir a uma conspiração para a qual não era convocado, nem onde se desejava sua participação. Ademais, não podia desconsiderar o fato empírico decorrente das novas relações do Ministério do Trabalho com as classes subalternas, que as desembaraçava do sistema tutelar.

Contudo, mesmo reforçando a afirmação de que apenas as elites estiveram em condições de disputar o controle da democratização, Vianna (1976) discorda da interpretação de que os trabalhadores, bem como o PCB, simplesmente se submeteram aos interesses de Vargas ao longo daquele processo. De acordo com ele, em vez de cúmplices, os trabalhadores foram, na verdade, reféns de uma conjuntura marcada pelo domínio político das elites brasileiras. Por extensão, o autor também refuta a leitura de que eles tiveram parcela significativa de responsabilidade pela constituição de um suposto sindicalismo populista no final da transição para a democracia.

Sob a influência desses estudos e, principalmente, da conjuntura política nacional, marcada pela redemocratização, o debate sobre a democratização e a participação dos trabalhadores ao longo daquele processo se ampliou no início da década de 1980. Foi também nesse momento que os historiadores começaram a se dedicar ao tema, até então abordado apenas por sociólogos, cientistas políticos e atores políticos que haviam se relacionado diretamente com o evento. Entre as obras publicadas, merece destaque o livro “Democratas autoritários. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 46”, de João Almino (1980). Promovendo uma minuciosa análise dos debates travados na Assembleia Constituinte responsável pela formulação da Carta de 46, o autor destrincha os fatores que estavam no centro do conflito, bem como o comportamento e as expectativas das diferentes forças políticas ao longo da formação do regime democrático. Paralelamente, ele reproduz a interpretação de que se constituíram apenas dois caminhos viáveis para promover a transição para a democracia. No ano de 1980, Arnaldo Spindel e Leandro Konder publicaram livros que reforçam a interpretação de que tanto os comunistas quanto os trabalhadores não exerceram influência alguma sobre a formação da democracia, pois estavam submetidos aos interesses de Vargas. Da mesma forma que Weffort, esses autores desenvolvem suas análises a partir do conceito de populismo e da própria compreensão sobre qual deveria ser a maneira correta de atuação de um partido comprometido com as ideias comunistas e marxistas. Vale destacar que, passados quarenta anos, a pesquisa de Spindel (1980) continua sendo a única a abordar especificamente a atuação do Partido Comunista do Brasil no decorrer da formação do regime democrático que vigorou no período entre ditaduras.

Ainda na transição entre as décadas de 1970 e 1980, foram publicadas outras pesquisas influenciadas pela obra de Weffort, mas que avançaram na desconstrução da leitura de que os trabalhadores se submeteram aos interesses de Vargas durante democratização. Entre elas, merecem destaque a tese de doutorado de Ricardo Maranhão (1979) e a dissertação de Silvo Alem (1981). Partindo da interpretação iniciada por Vianna (1976), ambos os autores desenvolveram estudos relevantes sobre as condições em que se deu o envolvimento dos trabalhadores urbanos e dos pecebistas com a formação do regime democrático e o impacto que aquele evento exerceu sobre a organização política dos próprios trabalhadores. Analisando a atividade sindical e as greves ocorridas naquele período, eles afirmam que o PCB tinha interesses mais abrangentes atrelados à democratização do que simplesmente garantir o seu retorno à legalidade, como defendem Weffort (1973), Almino (1980) e Spindel (1980). Desenvolvendo esse raciocínio, defendem inclusive que uma parcela significativa dos

trabalhadores urbanos conseguiu resguardar sua autonomia, tanto em relação ao ditador quanto perante os comunistas. Não por coincidência, foram esses historiadores os primeiros a esboçar uma crítica, ainda que incipiente, à utilização do conceito de populismo atrelado à atuação dos trabalhadores ao longo da transição para a democracia. O diálogo com essas pesquisas foi constante ao longo desta tese, uma vez que elas também abordam a democratização a partir do conflito que pautou o processo. Segundo Ricardo Maranhão (1979, p. 13), a análise dos conflitos de trabalho são de suma importância para compreender o conflito que pautou a democratização, considerando que

Nesses momentos privilegiados, as tensões reais se explicitam de maneira mais nítida, e as posições políticas em jogo aparecem de maneira mais marcada. Esses conflitos, embora se situem muitas vezes como ‘pequenas conjunturas’ localizadas, podem não só adquirir um teor político mais amplo e global, como também romper os marcos institucionais vigentes (e na estreita institucionalidade sindical vigente no Brasil não fazem outra coisa) ‘politizar-se’ além do nível esperado.

Atento à mesma questão, Silvio Alem (1981, p. 10) defende que o exame dos conflitos é o método mais adequado para “desvendar o perfil limitado adquirido pela democratização no período do governo Dutra, na prática intransigente dos empregadores e na ação repressiva do Estado”. Por fim, vale destacar que a dissertação de mestrado de Hélio da Costa (1995) representa um último aprofundamento nas pesquisas sobre as iniciativas autônomas dos trabalhadores urbanos dentro do ambiente das fábricas durante a transição para a democracia.

A interpretação de que os trabalhadores não se submeteram, simplesmente, aos interesses de Vargas no decorrer da formação do regime democrático ganhou ainda mais respaldo com a publicação do livro “A invenção do Trabalhismo”, da professora Ângela de Castro Gomes, em 1988. Essa foi a primeira obra a realizar críticas mais enfáticas e precisas às análises ancoradas no conceito de populismo. De acordo com a autora, os estudos que fazem uso desse conceito são equivocados, por não conceber os trabalhadores urbanos como atores políticos conscientes dos seus próprios interesses na relação estabelecida com o ditador, “mas sim como destinatários/objetos a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente” (*In*: FERREIRA, 2010, p. 35). Ao explanar esse argumento, ela demonstra como os trabalhadores procuraram se inserir na cena política nacional e exerceram um papel determinante na formação do trabalhismo. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o professor

Jorge Ferreira (2005, p. 25) diverge da interpretação que vê nas manifestações de apoio à manutenção de Vargas na presidência um sinal de que “as massas” estiveram alheias à implantação da democracia no Brasil. De acordo com ele e sua orientanda Michele Macedo (2012), o Queremismo é a comprovação de que os trabalhadores se envolveram diretamente e de forma autônoma com a democratização. Há ainda que se destacar a produção de Gilberto Calil (2001; 2013). Apesar de não ter a mesma repercussão que as outras obras citadas neste levantamento bibliográfico, ele foi o primeiro pesquisador a questionar de maneira mais efetiva a interpretação de que somente as elites se envolveram com a transição para a democracia. O autor indica as greves ocorridas enquanto o Estado Novo ainda estava em vigência e as manifestações a favor do ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial como indícios de que os trabalhadores se mobilizaram para que o estabelecimento do regime democrático promovesse transformações na estrutura econômica e social do país, bem como em favor do seu ingresso na cena política. Todavia, Gilberto Calil e os autores dedicados a pensar o surgimento da cultura política trabalhista praticamente não abordam a atividade política do PCB em suas pesquisas, o que contribui para um ocultamento da influência exercida pelos pecebistas na formação da democracia.

O avanço realizado pelas pesquisas que comprovam a autonomia dos trabalhadores urbanos e dos comunistas na relação que eles estabeleceram com Vargas é inquestionável, a julgar pelas novas possibilidades que elas oferecem para o exame do papel desempenhado pelos setores da sociedade excluídos da cena política durante a formação da democracia que vigorou durante a República de 46. Por outro lado, ao sustentar que os trabalhadores apoiavam de maneira consciente o projeto de democratização estabelecido por Vargas, esses estudos continuaram reforçando a ideia de que se constituíram apenas dois caminhos viáveis de transição para a democracia²⁷. Com efeito, também reforçam o entendimento de que o PCB se aliou a Vargas e deixou de apresentar o seu próprio projeto de democratização. Em vista disso, antes de concluir essa breve descrição do debate acadêmico a respeito da formação do regime democrático que vigorou durante a República de 46, é necessário lançar luz à obra de Edgard Carone. Apesar de constar nas referências bibliográficas de praticamente todos os autores aqui mencionados, as alusões feitas a ela se restringem às informações referentes à estrutura e à atividade política do PCB. É fato que o autor não produziu nenhum estudo específico para examinar o conflito que pautou a transição para a democracia. Mesmo assim, além de oferecer

²⁷ Um exemplo de reprodução dessa interpretação está na importante tese de Francisco Luiz Corsi: “Estado Novo: política externa e projeto nacional” (Unicamp, 1997).

um vasto e importante acervo documental sobre o período, Carone (1976, p. 329) traz informações relevantes para questionar a tese de que a democratização se restringiu ao embate entre duas forças políticas:

Fora desse contexto binômico, cuja solução aparece ser única para estas camadas das oligarquias, gravitavam outras forças que, ou procuram novas fórmulas, ou tentam criticar as soluções oligarco-burguesas apresentadas pela UDN e PSD. Estas forças, com exceção dos comunistas, são ambíguas e intrinsecamente ligadas ao poder – getulismo e Exército -, mas querem solução diferente da apresentada pelos grupos vários que lutam a favor de Eduardo Gomes e de Eurico G. Dutra.

Portanto, mesmo sem ter aprofundado essa investigação, o autor indica a existência de outras forças com interesses próprios em relação à constituição do novo regime político, além de identificar a independência do PCB no decorrer daquele processo.

O artigo de Weffort (1973), responsável pelo surgimento desse amplo debate acadêmico, também foi a principal referência para a elaboração desta tese, haja vista que compartilho da proposta de analisar a formação do regime democrático a partir do conflito a ela vinculado. No entanto, discordo que a disputa pelo controle da democratização se restringiu ao embate entre duas forças políticas (WEFFORT, 1973) e, por extensão, de que se constituíram apenas dois caminhos para efetivar a transição para a democracia (VIANNA, 1976). Essas discordâncias são decorrentes de outra divergência em relação à interpretação do cientista político, mais especificamente quanto à ideia de que, durante aquele processo, os trabalhadores, bem como o Partido Comunista do Brasil, se submeteram aos interesses de Vargas. Conforme Ângela de Castro Gomes (1988) já demonstrou, entendo que os trabalhadores urbanos resguardavam uma parcela significativa de autonomia diante do ditador, agindo como atores políticos conscientes de suas decisões. E, assim como Gilberto Calil (2009), sustento que eles se mobilizaram para que se constituísse uma democracia que contemplasse suas próprias demandas; em outras palavras, que a atuação política dos trabalhadores durante a transição para a democracia não se restringiu a reivindicações de caráter econômico ou relativas ao cotidiano de trabalho. Por fim, apesar de reconhecer a enorme relevância de Vargas no decorrer do processo que resultou na instauração da democracia em vigor durante a República de 46, entendo que as análises que compõem a História Política não devem estar centradas na atuação de determinados atores políticos, como acontece no artigo de Weffort. Conforme será exposto no decorrer desta tese, os fatores responsáveis pela constituição do conflito extrapolavam os posicionamentos favoráveis ou contrários à manutenção de Vargas na condução da transição

para a democracia. Divergências à parte, é necessário destacar, mais uma vez, a relevância da pesquisa realizada por Weffort. Mesmo após a publicação de trabalhos que apontam alguns equívocos de sua interpretação e outros que aprofundam a reflexão iniciada por ele, o artigo “As origens do sindicalismo populista” (1973) ainda se mantém no centro dos debates sobre a democratização. Parafrazeando aqui o elogio que Marcos Nobre (2013, p. 176) faz a André Singer por conta da publicação do livro “Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador” (2012), é indispensável indicar que o estudo pioneiro de Weffort se destaca justamente por demarcar o surgimento de uma arena de debate intelectual.

Partindo das discordâncias indicadas em relação à interpretação promovida por Weffort (1973) e sustentada por outros autores que o sucederam, procurei comprovar ao longo da tese a hipótese de que três, e não duas, forças políticas disputaram o controle da formação do regime democrático, isto é, que o Partido Comunista do Brasil atuou enquanto uma força política independente em relação a Vargas e que possuía projeto político próprio, atrelado à implantação da democracia no Brasil. Nesse sentido, também busquei demonstrar que, na conjuntura do final de 1945, estavam postos à sociedade três, e não dois, caminhos para a realização da democratização, calcados em diferentes concepções de democracia e visando efetivar projetos de nação distintos. A formulação dessa hipótese, no início da pesquisa, foi fruto do incômodo com o fato de que os estudos centrados na chave de leitura binária agrupam, em um mesmo polo, setores da sociedade e atores políticos que possuíam expectativas divergentes quanto à democracia que passaria a vigorar em território brasileiro, além de eles não conseguirem explicar por que a mobilização política dos trabalhadores urbanos e o conflito que pautou a transição para a democracia se intensificaram mesmo após a queda do ditador. Em vista disso, procurei explicar como a mobilização promovida pelos pecebistas²⁸ visando a conquista direitos sociais contribuiu para a ampliação do sentido da democracia, em um contexto que predominava no imaginário social o modelo de democracia liberal limitada e oligárquica herdada da Primeira República e enquanto o próprio trabalhismo ainda estava em construção. Porém, é importante destacar, desde já, que mesmo identificando a autonomia e a relevância do PCB no decorrer daquele processo, não entendo que o partido tenha sido o protagonista do conflito pelo controle da democratização, sobretudo no período que Vargas controlou aquele processo.

²⁸ Sobretudo nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nota-se, na maioria das vezes, que os autores deixam de identificar o Partido Comunista como uma força independente, seja porque estabelecem recortes cronológicos que não contemplam a atuação do partido ao longo da democratização como um todo, ou simplesmente porque incorporam as interpretações ancoradas no conceito de populismo. Restringir a análise da atuação do PCB ao longo da democratização ao exame da sua relação com Vargas constitui um equívoco, entre outras coisas, porque o partido continuou disputando o controle daquele processo mesmo após a queda do ditador. Além disso, a maioria das pesquisas indicadas se limita a analisar a atuação do PCB em processos eleitorais ou o envolvimento do partido nas negociações referentes à regulamentação da atividade sindical, desconsiderando, conseqüentemente, todas as outras práticas adotadas pelos comunistas para efetivar a democracia que almejavam. Em vista disso, para desenvolver a hipótese que norteou a pesquisa, diferentemente de Weffort (1973), não abordei apenas o envolvimento do PCB nas questões relativas à atividade sindical ou a sua suposta mobilização para assumir o Ministério do Trabalho em um eventual governo Vargas (SPINDEL, 1980). Partindo da proposta de analisar a formação do regime democrático considerando o conflito para além dos debates travados no campo institucional, examinei principalmente a atividade política desenvolvida pelo PCB no âmbito da sociedade civil e suas iniciativas de mobilização dos diferentes setores da sociedade. Não se trata de uma análise sobre a estrutura do PCB em si, mas sobre “como se insere na vida nacional de um povo, torna-se peça-chave da política institucional e é reconhecido como um parceiro incômodo e perigoso, mas necessário à vida política” (BRANDÃO, 1992, p. 7). Vale destacar, ainda, que a análise da atuação pecebista não foi realizada, como bem alerta Gildo Brandão (1997, p. 31), a partir do “dever ser”, quer dizer, de um entendimento próprio sobre como deveria ser uma atuação partidária coerente com as ideias marxistas e com a proposta de representação dos interesses dos trabalhadores urbanos, tal qual fazem alguns autores mencionados anteriormente. Nesse sentido, a tese não tem a intenção de qualificar as decisões do PCB ou de avaliar o êxito de delas.

Examinar a atuação do PCB é fundamental para desconstruir a interpretação de que os trabalhadores estiveram alheios à democratização, a julgar pelo papel que o partido atribuía a eles na transição para a democracia e pela capacidade que tinha de mobilizá-los. Por esse motivo, explorei a relação que o PCB estabeleceu com os trabalhadores urbanos, indicando como eles se vincularam ao projeto de democratização e à concepção de democracia pecebistas e analisando como se portavam diante da linha de atuação política recomendada pelos comunistas. Também avaliei o impacto que a atuação desse setor da sociedade exerceu sobre

as estratégias que os comunistas haviam traçado para ascender ao controle do Estado. A escolha do PCB como chave de análise do envolvimento dos trabalhadores com a transição para a democracia se mostrou adequada, pois

A redemocratização de 1945 é um desses raros momentos na história brasileira em que a emergência dos trabalhadores não pode ser dissociada da ação do Partido Comunista, este podendo ser visto como o epicentro de uma rede de instituições políticas, econômicas e culturais mediante as quais se realiza a entrada em cena de uma classe e seus aliados, isto é, forças políticas de massa mobilizadas pela crise existente (BRANDÃO, 1997, p. 176).

Paralelamente, durante a pesquisa tomei o cuidado de não tratar os pecebistas e os trabalhadores urbanos como sinônimos, evitando, assim, a equivocada interpretação de que eles se submeteram a todos os direcionamentos estabelecidos pelo partido e a ideia de que o PCB possuía hegemonia na representação dessa classe. Ao desenvolver essa reflexão, espero contribuir para o preenchimento de uma lacuna no debate sobre a democratização, dado que “grande parte dos textos ainda não observou, e particularmente não valorizou, que a atuação e a intervenção dos trabalhadores, determinados e com vontade política, impediram que a transição à democracia ficasse restrita a uma negociação, pactuado pelo alto, entre as elites” (FERREIRA, 2005, p. 14).

A definição do recorte cronológico desta tese e da sua estrutura interna de capítulos também foi pautada pelo entendimento de que a análise da democratização não deve se restringir ao exame do conflito travado entre as diferentes forças políticas na esfera institucional (VITULLO, 2005). Logo, não considero, conforme propõe Weffort (1973), que o momento inicial da democracia brasileira se deu entre abril e outubro de 1945; em outras palavras, que o processo teve início com o estabelecimento do novo código eleitoral e do sistema partidário. Entre as periodizações da transição para a democracia já estabelecidas por outros autores, me aproximo mais daquela proposta por Silvio Alem (1981, p. 6), justamente por ele utilizar como marcos cronológicos eventos relacionados ao conflito pelo controle da democratização ocorridos no âmbito da sociedade civil. No entanto, discordo de que a transição para a democracia tenha começado já em 1942, quando o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo, e se concluído em 1948, com a cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB. Outra divergência em relação à periodização proposta por Silvio Alem é a divisão da

transição para a democracia somente em duas etapas²⁹, antes e depois de Vargas, o que acaba por reforçar a leitura de que o principal motivo do conflito era a divergência quanto à manutenção do ditador, ou não, na condução daquele processo.

Conforme destacado anteriormente, considero a divulgação do Manifesto dos Mineiros, em outubro de 1943, e não as greves de 1942, o marco inicial da primeira fase da democratização. Ambos os eventos representam uma afronta à ditadura do Estado Novo, mas somente o manifesto liberal reivindicou diretamente e deu origem a uma mobilização pela instauração do regime democrático. Foi também naquele momento que surgiu o conflito pelo controle da transição para a democracia. Indo adiante, entendo que a passagem da primeira para a segunda fase ocorreu no início de 1945, com a regulamentação das eleições para presidente e para compor o Congresso Nacional. Ao invés de arrefecer o conflito, o início da campanha eleitoral acabou intensificando-o, até culminar no Golpe de Estado de outubro de 1945. Ao mesmo tempo que indica a mudança da segunda para a terceira fase, a intervenção militar marca a passagem do controle sobre a formação do regime democrático das mãos de Vargas para as forças conservadoras³⁰. Vale destacar que a queda do ditador não foi suficiente para pôr fim ao conflito. Na realidade, diante do crescente envolvimento dos trabalhadores com a democratização, o processo se tornou ainda mais coercitivo. Foi somente depois da promulgação da nova Constituição e do conturbado encerramento do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, ambos em setembro de 1946, que a transição para a democracia chegou ao seu fim. Após esses eventos, o conflito entre as diferentes forças políticas deixou de girar em torno da disputa pela constituição da “verdadeira democracia”, deslocando-se para o que entendiam por “defesa de democracia”. Aqui vale abrir parênteses e apontar a dificuldade de definir o momento exato de conclusão do estabelecimento da democracia, haja vista que esse regime político se caracteriza justamente por estar em constante transformação³¹. Apesar de

²⁹ Esse entendimento foi reforçado posteriormente por Giovannetti Netto (1996, p. 50): “O processo democratizante do pós-guerra deve, portanto, ser analisado e considerado sob duplo aspecto: antes e depois de 29 de outubro”.

³⁰ Compunham as forças conservadoras os setores da sociedade que agiam politicamente para conservar aspectos da estrutura política, econômica e social do Estado Novo e até mesmo da Primeira República que garantiam seus privilégios, como: a estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos, a exclusão dos analfabetos do processo eleitoral, a restrição do direito à greve e à livre organização sindical, a família patriarcal etc. Eles possuíam visão autoritária de política, baseada no estatismo, centralização política e repressão aos movimentos sociais. Entre os setores da sociedade que integravam as forças conservadoras naquele momento podemos destacar: os integrantes das oligarquias agrárias, os militares, os representantes da burguesia industrial e financeira e membros da Igreja Católica.

³¹ A constante disputa entre a sociedade civil e a sociedade política por mais poder, interferindo diretamente na definição da amplitude da democracia, é um dos fatores responsáveis por esse regime político estar em constante processo de transformação.

entender que a democratização já havia se encerrado, optei por estender a análise até meados de 1947, momento em que o Superior Tribunal de Justiça decretou a cassação do PCB e o governo do general Dutra promoveu o fechamento do Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) – dois dos principais canais de representação dos interesses políticos dos trabalhadores urbanos –, por entender que esses fatos possuem relação direta com o conflito que pautou a formação do regime democrático e que eles estabelecem os limites regulamentares do desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil e o ingresso dos trabalhadores na cena política nacional.

Orientada por essa periodização, esta tese está dividida em três partes, uma para cada fase da democratização. Na primeira delas, abordo a conjuntura do início da transição para a democracia, período marcado pelo amplo controle de Getúlio Vargas. O objetivo é avaliar se o PCB se inseriu como uma força política autônoma no conflito que pautou aquele processo. Com esse intuito, examino, no primeiro capítulo, as diretrizes que compunham a linha de atuação política adotada pelos pecebistas e como eles procuraram se vincular à campanha de União Nacional. Ao realizar essa análise, precisei retomar traços da atividade política dos comunistas anteriores ao início da transição para a democracia, a fim de aferir a existência de eventuais alterações que indicassem submissão aos interesses de Vargas. Já no segundo capítulo, procuro identificar os objetivos que os comunistas haviam atrelado à formação do regime democrático, e comparo-os com aqueles estipulados por Vargas e os liberais articulados na União Democrática Nacional (UDN)³², também com o intuito de demonstrar que a disputa pelo controle daquele processo não envolveu apenas duas forças políticas. A investigação realizada nesse capítulo ainda oferece informações relevantes sobre a concepção de democracia vigente entre os comunistas e a amplitude da democratização almejada por eles.

Na segunda parte desta tese, o objetivo passa a ser a comprovação de que se constituíram três, e não somente dois, caminhos possíveis para promover a transição para a democracia. Em vista disso, examino, no terceiro capítulo, o projeto de democratização formulado pelo PCB, isto é, como o partido queria que a formação do regime democrático ocorresse. Além do conteúdo do projeto e dos argumentos utilizados para justificar a sua pertinência, analiso a atividade política desempenhada pelos pecebistas a fim de efetivá-lo. A intenção é esmiuçar a

³² Aqui uma ressalva se faz necessária. Apesar de a UDN ser o maior expoente das ideias liberais no sistema político brasileiro daquele período, não se pode afirmar que todos seus integrantes eram liberais, haja vista a heterogeneidade do partido naquele momento, que se constituía como uma espécie de frente ampla. (BENEVIDES, 1981).

relação que o partido estabelecia entre a instauração da democracia e o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, seja nos sindicatos ou nos locais de residência. Com efeito, é nesse momento da tese que passo a abordar mais detalhadamente a relação que os pecebistas estabeleceram com os trabalhadores urbanos, sobretudo a função que atribuíam a estes na democratização. Levando em conta o conflito constituído no âmbito da sociedade civil em virtude da existência de propostas divergentes quanto ao melhor caminho para promover a implantação da democracia, no quarto capítulo sigo analisando a atividade política realizada pelo PCB para viabilizar o seu projeto de democratização e o envolvimento dos pecebistas com o Queremismo. Acesso, dessa maneira, novas informações para pensar os contornos da aproximação ocorrida entre os comunistas e Vargas. Paralelamente, investigo a pressão exercida pelos trabalhadores urbanos visando sua inserção nos processos de decisão dos rumos da formação do regime democrático e como eles se apropriaram dos projetos pecebistas. Trata-se de uma reflexão fundamental para avaliar se o caminho de transição para a democracia proposto pelo PCB realmente constituiu uma alternativa real. Por fim, a identificação dos impactos gerados pelo crescimento da adesão ao projeto de democratização pecebista também oferece informações relevantes para a compreensão das diferentes motivações responsáveis pelo Golpe Civil-Militar de 1945.

A terceira e última parte desta tese discute os desdobramentos da democratização no período posterior à queda de Vargas e à ascensão de Dutra à presidência, demonstrando, assim, que o conflito e a formação da democracia continuaram em vigência mesmo após o Golpe Civil Militar de 1945. A ideia é examinar as disputas, dentro e fora dos espaços institucionais, que pautaram a regulamentação da atividade política no âmbito da sociedade civil, atentando, sobretudo, para a questão sindical e de livre associação política. Nesse sentido, o quinto capítulo aborda a onda de greves constituída durante o governo provisório de José Linhares e a maneira como o PCB se portou diante dela. Procuo explicar a relação entre o movimento reivindicatório e a democratização, indicando o que as paralisações revelam sobre a participação dos trabalhadores naquele processo, as questões que elas colocaram para o PCB e o impacto que exerceram nos trabalhos da Assembleia Constituinte. Trata-se do momento em que os trabalhadores se envolveram de maneira mais autônoma com o processo de formação do regime democrático. Já no sexto capítulo, analiso as últimas iniciativas realizadas pelos trabalhadores urbanos e pelos pecebistas com o intuito promover a extinção dos resquícios da ditadura do Estado Novo e a ampliação dos limites de atuação política no âmbito da sociedade civil. O fato de esse capítulo contemplar o período em que a democracia já estava em vigência possibilita a

identificação de novas características daquele regime a partir da sua existência concreta. A análise desse período também foi determinante para desconstruir a leitura de que o Golpe de Estado representou a vitória de um pacto liberal.

Parte 1. A democratização sob controle de Vargas (out. 1943 a fev. 1945)

Vivendo o período mais delicado do seu governo desde o início do período ditatorial, Vargas fez um importante pronunciamento justamente no dia em que estava prevista a realização do plebiscito que determinaria os rumos do Estado Novo³³. Respalado pelo artigo 171 da autoritária Carta de 1937, ele afirmou que a vigência do Estado de Guerra impossibilitava a realização da consulta popular sobre a adequação daquela Constituição à realidade nacional, bem como a convocação de eleições presidenciais. Em contrapartida, Vargas assumiu um compromisso público, ao decretar que: “Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da Nação, faremos de forma ampla e segura, as necessárias consultas ao povo brasileiro”³⁴. Em outro discurso realizado no mesmo dia, para militares de alta patente, no Arsenal de Guerra, o ditador alertou que os pedidos pelo estabelecimento do regime democrático só seriam admitidos após o final da guerra, pois, naquele momento, eles contribuíam apenas para desestabilizar o país: “Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da Nação, faremos de forma ampla e segura, as necessárias consultas ao povo brasileiro”³⁵. Desse modo, ele reservou para si o direito de determinar quando seria o início e quais seriam as regras da transição para a democracia, o que evidencia o seu amplo controle sobre a democratização.

O fato de Vargas não ter oferecido garantias legais quando prometeu que promoveria a transição para a democracia gerou grande desconforto entre seus opositores. Liderados por Virgílio de Melo Franco (1897-1948) e Armando de Sales Oliveira (1887-1945), os liberais que

³³ De acordo com o artigo 187 da Constituição de 1937, após seis anos de vigência da Constituição um plebiscito deveria ser convocado para que os brasileiros validassem a sua legitimidade.

³⁴ Trecho do discurso realizado por Vargas no Ministério da Fazenda. Publicado em *Correio da Manhã*, 11 nov. 1943.

³⁵ Trecho do discurso realizado por Vargas no Ministério da Fazenda, em 10 nov. 1943. O texto foi publicado na íntegra no *Correio da Manhã*, 11 nov. 1943, p. 1.

havam rompido com governo³⁶ elevaram o tom das críticas ao Estado Novo e passaram a exigir a renúncia do ditador e a convocação de eleições presidenciais. Mesmo fora do país e sofrendo as restrições impostas pela censura, eles também começaram a se articular para assumir o controle da transição para a democracia. Além de tentarem compor uma espécie de frente ampla aglutinadora das diferentes correntes políticas que se opunham a Vargas (CARONE, 1976, p. 286), os membros da oposição liberal também procuraram se aproximar de setores das Forças Armadas para viabilizar a ascensão deles ao poder. Com efeito, o primeiro semestre de 1944 foi marcado por pequenas manifestações contra a ditadura, a maioria delas organizadas por estudantes de São Paulo e reprimidas violentamente pelo aparelho coercitivo do Estado.

Paralelamente, a atividade política desenvolvida pelos liberais que ainda não haviam rompido com o governo contribuiu para a intensificação da crise do Estado Novo. Admiradores confessos do regime político vigente nos Estados Unidos e no Reino Unido, as lideranças da Sociedade Amigos da América³⁷ promoveram constantemente a propaganda da democracia liberal³⁸, procurando difundir os valores e práticas a ela associados, o que também pode ser considerado uma forma de disputar os rumos da formação do regime democrático que passaria a vigorar no Brasil. Com o mesmo intuito, eles elogiavam os membros do governo que defendiam os valores democráticos, ao passo que intensificaram a cobrança para que Vargas expurgasse aqueles integrantes que outrora haviam manifestado simpatia pelos regimes nazifascistas, acusando inclusive a alta cúpula militar de ser negligente quanto a presença de

³⁶ É importante destacar que o Golpe de Estado que deu origem ao Estado Novo contou com o apoio das principais lideranças políticas liberais. Esse setor rompeu definitivamente com Vargas no momento em que ele implementou a CLT e iniciou a aproximação em relação aos sindicatos, no início de 1943.

³⁷ A Sociedade Amigos da América desempenhava um trabalho de mobilização da sociedade civil jamais visto desde a instauração da ditadura do Estado Novo. Duas de suas principais lideranças, o general Manoel Rabelo e o Ministro das Relações Internacionais do Estado Novo Oswaldo Aranha, despontavam como possíveis presidentiáveis e gozavam, cada vez mais, de apoio da opinião pública. Ao lado da União Nacional dos Estudantes e da Liga de Defesa Nacional, a Sociedade Amigos da América compunha o grupo dos únicos movimentos capazes de desenvolver uma atividade política no âmbito da sociedade civil durante a primeira etapa da democratização. Se, por um lado, todos esses movimentos se diziam defensores da adoção do regime democrático, por outro, evitavam de fazer críticas diretas à ditadura em vigência no país, além de sempre manifestarem apoio à União Nacional em torno do presidente.

³⁸ De acordo com Schumpeter (1984), principal teórico da concepção liberal de democracia, esse regime político tinha como características mínimas: liberdade; igualdade perante a lei; proteção dos direitos individuais; legalidade institucional; autonomia dos governados; realização de eleições livres, competitivas e abertas; competição, participação e contestação pacífica do poder; liberdade de expressão, reunião e organização; acesso a fontes alternativas de informação. Atenta a essas questões, Silvana Tótoro afirma que “na acepção liberal, a democracia vem sendo definida como um conjunto de regras e procedimentos, ou seja, como um método de escolha de governantes em eleições livres através da competição ou do pluralismo democrático. A democracia, conforme o entendimento dessa vertente liberal, circunscreve-se ao âmbito do regime político. Esse conceito minimalista de democracia, vinculado ao nome de Schumpeter, segundo Lamounier, tem sido amplamente aceito pelos cientistas políticos na atualidade, entre os quais ele se inclui” (OLIVEIRA, 2002, p. 11).

“quinta-colunas”³⁹ nas fileiras das Forças Armadas. Segundo os porta-vozes da Sociedade Amigos da América, “para marcharmos para a guerra, como exige a nossa hora, é preciso garantir a retaguarda contra os golpes traiçoeiros da ‘quinta coluna’ e limpar o ambiente nacional dos boateiros, dos derrotistas, dos despistadores a serviço do Eixo, que procuram localizar o inimigo em toda a parte menos onde ele realmente está”⁴⁰. O desgaste criado na base governista pelo movimento chegou a tal ponto, que, em agosto de 1944, Getúlio Vargas determinou o seu fechamento sem apresentar qualquer justificativa. Essa decisão demonstra que, por mais que já estivesse em vigência o conflito pelo comando da democratização, ele ainda se encontrava em um estágio muito incipiente, haja vista as inúmeras restrições impostas ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. Naquele momento, a ação dos opositores do Estado Novo se resumia, na maioria dos casos, a reuniões clandestinas.

Mesmo possuindo um amplo domínio sobre a democratização, Vargas passou a enfrentar dificuldades para impedir a intensificação da atividade política no âmbito da sociedade civil e a mobilização de diferentes forças políticas pela instauração da democracia em território nacional. Conforme já indicaram diversos autores e até mesmo os críticos do governo na época, o ditador havia se tornado refém da contradição existente entre o regime político adotado pelos países com os quais havia se aliado e aquele vigente no Brasil. O fato de ele ter se vinculado aos Aliados na luta pela defesa do regime democrático tornava ainda mais difícil justificar as restrições às liberdades civis existentes em âmbito nacional. Pressionado, Vargas voltou a recorrer ao discurso nacionalista, por meio da campanha de “União Nacional”⁴¹, com o intuito de conter a mobilização pelo fim do Estado Novo. Junto com o resgate da campanha, foi estabelecida a orientação de que nenhuma manifestação destinada a exaltar a ideologia de qualquer uma das partes envolvidas na guerra seria tolerada, uma vez que

³⁹ Expressão utilizada na época para se referir aos simpatizantes dos regimes nazifascistas que atuavam clandestinamente no Brasil.

⁴⁰ Folha da Manhã, 3 jan. 1943.

⁴¹ A necessidade de constituir a “União Nacional” foi um argumento utilizado recorrentemente por Vargas desde a instauração do Estado Novo, com o intuito de justificar a extrema centralização política existente em torno do Poder Executivo e o rígido controle que o Estado exercia sobre a sociedade civil. Segundo o presidente, era necessário combater os regionalismos típicos da Primeira República, uma vez que eles impediam a constituição da unidade social e política da Nação. Não por coincidência, no mesmo ano em que a ditadura entrou em vigor foi promovida a famigerada cerimônia de cremação das bandeiras e dos símbolos dos estados que compunham o país, com a intenção de exaltar a unidade nacional. A própria existência de um Congresso Nacional era tida como algo prejudicial, pois daria vazão aos regionalismos responsáveis, segundo Vargas, pela desigualdade social que assolava o país. Vale destacar que a democracia liberal também era definida pelo ditador como um mal da Primeira República, que deveria ser extinto por ser uma forma de governo exógena, logo incompatível com a cultura nacional (CAPELATO, 1989, p. 230). Portanto, ao analisar a União Nacional para além do período em que o Brasil esteve envolvido na Segunda Guerra Mundial, torna-se evidente o quanto a campanha recorreu à manipulação do sentimento nacionalista para legitimar o regime ditatorial em vigência.

elas eram consideradas prejudiciais à unidade nacional. A utilização desse argumento para coagir aqueles que começavam a pedir pela democracia se fez presente desde o seu primeiro pronunciamento público após a divulgação do Manifesto ao Povo Mineiro:

Em circunstâncias assim difíceis, necessitando antes de tudo de estabilidade interna para garantirmos lugar condigno entre as nações vitoriosas, seria erro e crime agitar a Nação. Por isso mesmo, o governo não vacilará em reprimir quaisquer tentativas de perturbação estéril. A hora é de união e para mantê-la não hesitaremos em usar meios enérgicos⁴².

Consequentemente, foi proibido qualquer tipo de protesto contrário ao governo, o que tornou automaticamente ilegal toda a articulação política dos grupos que visavam disputar o controle da democratização. Não à toa, Vargas ainda ficou mais de um ano sem oferecer qualquer garantia oficial da realização de eleições presidenciais.

Vale, ainda, destacar que, além de conter o fortalecimento dos opositores do regime, a campanha da União Nacional também foi utilizada para justificar os esforços que, segundo Vargas, a conjuntura internacional impunha aos trabalhadores urbanos. No mesmo dia em que foi anunciado o ingresso do país na guerra, inúmeros decretos⁴³ foram expedidos pelo governo, precarizando ainda mais as condições de trabalho vigentes nas fábricas. Os trabalhadores urbanos foram proibidos de trocar de emprego e de realizarem reuniões em seus sindicatos; a jornada de trabalho foi estendida para 10 horas; foram cancelados os dissídios; e uma rigorosa política de controle salarial foi imposta. A divulgação dessas medidas veio acompanhada do alerta de que qualquer atividade avaliada pelo governo como prejudicial à manutenção da ordem necessária para a realização do trabalho seria imediatamente considerada um ataque à própria nação. Ou seja, aquelas medidas não poderiam ser questionadas. Atento a essa questão, Oliveira (2002, p. 57) afirma que “a conjuntura da guerra serviu de desculpa para a transformação dos interesses econômicos privados em interesses nacionais”. Simultaneamente, a prerrogativa da unidade nacional ainda foi utilizada para coagir as críticas que as classes produtoras tinham em relação à intensificação da interferência do Estado sobre a economia, vide a política de controle inflacionário e as restrições impostas às importações naquele momento. Portanto, à medida que reforçava a centralização do poder em torno de Vargas, a

⁴² Trecho do discurso realizado por Vargas no Arsenal de Guerra. Publicado em Correio da Manhã, 11 nov. 1943.

⁴³ Para mais informações, procurar pelos decretos leis nº 4.637/4.838/4.839, expedidos em 31 ago. 1942, e pelo decreto lei nº 4868, de 23 out. 1942.

campanha ainda serviu para justificar a repressão contra qualquer iniciativa de mobilização política contrária aos interesses do governo.

Capítulo 1. O ingresso do PCB no conflito pelo controle da democratização

Apesar de todas essas evidências de utilização da campanha a fim de conter a crise política do Estado Novo e resguardar o controle de Vargas sobre a transição para a democracia, bem como do fato de ela já ter sido utilizada inclusive para justificar a perseguição aos próprios comunistas⁴⁴, Luís Carlos Prestes⁴⁵ (1898-1990) anunciou a adesão do Partido Comunista do Brasil à União Nacional logo após deixar o cárcere. Na realidade, a proposta de aproximação em relação ao governo era ainda mais estreita. Em uma entrevista concedida a alguns repórteres, poucos dias após a sua libertação, o secretário-geral do PCB tornou pública pela primeira vez sua intenção de estabelecer uma aliança com Vargas para conduzir a democratização. Essa proposta foi reforçada⁴⁶ em seguida, no primeiro grande pronunciamento público realizado por Prestes após a Anistia:

E para chegarmos a eleições livres torna-se cada dia mais necessário um governo que inspire confiança à Nação, um governo de que participem homens de prestígio popular e na altura de enfrentar e resolver os graves problemas da hora que atravessamos [...]. É chamando ao poder homens de prestígio popular que compreendam o povo e saibam e possam falar com o povo que o governo se reforça e chegará a inspirar confiança a

⁴⁴ Em um discurso proferido por Vargas no Rio Grande do Sul, durante uma cerimônia oferecida pelo governo e pelas classes conservadoras do estado, no ano de 1940, ou seja, quando o PCB se encontrava na ilegalidade, Vargas afirmou que procurava [...] consolidar a União Nacional em torno dos sagrados interesses da pátria e assegurar a tranquilidade geral para o trabalho fecundo, dantes permanentemente ameaçado pelos dissídios particularistas, pelas competições pessoais e pela infiltração insidiosa de ideologias exóticas, dissolventes e contrárias à índole cristã do nosso povo. Publicado no Correio da Manhã, em 15 abr. 1940.

⁴⁵ Vale destacar a imprecisão que envolve a grafia do nome de Prestes. Até mesmo nos documentos oficiais do PCB o nome dele aparece de diferentes formas: Luíz, Luís, Luiz.

⁴⁶ Por mais que Prestes tivesse acenado diversas vezes a Vargas com essa proposta de aproximação, ressaltando o apoio do partido à campanha da União Nacional, até aquele momento o ditador não havia dado sinais de que aceitaria se vincular aos pecebistas. Inclusive, pouco tempo antes, o governo havia recusado o pedido de libertar os comunistas presos em Ilha Grande que haviam se voluntariado para lutar nos campos de batalha internacionais contra o inimigo fascista.

Nação na marcha sem retrocessos para a democracia, para as eleições livres e honestas que todos almejamos⁴⁷.

Desse modo, o anúncio da proposta de aliança com Vargas feito após o decreto de Anistia marca o ingresso do PCB no conflito pelo controle da democratização.

A decisão de aderir à campanha de União Nacional articulada pelo governo Vargas havia sido tomada anos antes e gerado grande divergência entre os próprios comunistas. Motivados pelo ingresso do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, os poucos pecebistas que estavam em liberdade iniciaram, em meados de 1943, a organização de uma conferência nacional na tentativa de rearticular o PCB⁴⁸. Naquele momento, eles precisavam decidir urgentemente “como se conduzir diante deste Governo que tomava posição ao lado das ‘potências democráticas’ e, conseqüentemente, da União Soviética” (RODRIGUES, 2007, p. 481). Os debates realizados clandestinamente durante o encontro – posteriormente denominado Conferência da Mantiqueira, em virtude da região onde foi realizado – giraram em torno de três pontos: o estabelecimento das estratégias para reunificar o partido, a eleição de um novo Comitê Central e a definição da linha de atuação política que eles deveriam adotar frente às transformações que estavam ocorrendo nas conjunturas políticas nacional e internacional (VINHAS, 1982, p. 75). Luís Carlos Prestes, que naquele momento se encontrava há quase dez anos na prisão, foi eleito secretário-geral da agremiação. Entre os integrantes do novo Comitê Central⁴⁹ ninguém possuía experiência de atuação sindical ou participação em “organizações de massas” (RODRIGUES, 1986, p. 486). Não à toa, o evento é considerado por diversos autores⁵⁰, inclusive por ex-pecebistas⁵¹, uma espécie de refundação do partido.

⁴⁷ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁴⁸ É verdade que alguns deles, influenciados pela aproximação da União Soviética em relação aos Aliados, chegaram a defender o fechamento definitivo do partido. Por outro lado, havia em São Paulo outro pequeno grupo, o “Comitê de Ação”, que procurava manter suas atividades políticas apesar das adversidades enfrentadas, sob a orientação de Caio Prado Júnior (1907-1990) e Mário Schenberg (1914-1990). As iniciativas mais concretas de restabelecimento da atividade partidária surgiram na cidade do Rio de Janeiro. Um conjunto de militantes cariocas e baianos que reivindicava a condição de novos líderes do partido criou a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) e, em seguida, rearticulou os poucos comunistas ainda em liberdade para a realização do II Conferência Nacional do PCB.

⁴⁹ O Comitê era formado por seis operários, sete militares, cinco intelectuais, um funcionário e um sobre o qual não foi possível obter informações. São eles: Diógenes Arruda Câmara, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcellos, Francisco Gomes, Júlio Cesar, Sérgio Holmos, Lindolfo Hill, Dinarco Reis, José Militão Soares, Armênio Guedes, José Medina Azevedo, Milton Cayres de Brito, Ivã Ribeiro, Leivas Otero, Mário Alves, Celso Cabral, João Amazonas, Álvaro Ventura (VINHAS, 1982, p. 75).

⁵⁰ Entre eles: Edgard Carone, Leôncio Rodrigues, Ronald Chilcote, Gildo Brandão.

⁵¹ Entre eles: Leôncio Basbaum, Gildo Brandão, Moisés Vinhas.

Por mais que tenham ocorrido pequenas divergências durante a escolha dos novos integrantes do Comitê Central⁵², foi a definição da linha de atuação política que seria adotada o ponto mais polêmico de todo o congresso. No momento em que ocorriam as primeiras manifestações públicas contrárias ao caráter ditatorial do Estado Novo, os integrantes do partido mais próximos a Prestes defenderam a adesão à União Nacional e o fim de qualquer manifestação hostil ao presidente. Eles alegavam que a aproximação em relação a Vargas seria a melhor forma de lutar pelos objetivos que deveriam ser priorizados àquela altura: a anistia, o retorno do PCB à legalidade, o combate ao fascismo, a normalização institucional do país, o aprimoramento da Previdência Social e o combate à carestia. No entanto, outros integrantes do partido defendiam que a luta deveria ocorrer “concomitantemente no plano interno e externo, pois não adianta acabar com o nazismo se a ditadura continuar no Brasil” (CARONE, 1976, p. 232). A proposta que vinha sendo defendida por Prestes desde o início da guerra (ALMINO, 1980, p. 18) acabou saindo vitoriosa, dando origem, conseqüentemente, à acusação de que o PCB estava se submetendo aos interesses de Vargas. Essa crítica, em um primeiro momento, se restringiu aos debates internos do partido, mas rapidamente passou a ser reproduzida por seus adversários e inclusive por pesquisadores que analisaram a atuação política pecebista naquele período. Divergências à parte, é possível concluir que a Conferência da Mantiqueira tem uma importância para os comunistas semelhante àquela que o Manifesto ao Povo Mineiro representa para os liberais⁵³. Além de ter contribuído para o início da rearticulação do PCB em âmbito nacional, o evento permitiu que os pecebistas definissem as diretrizes que nortearam a sua atividade política ao longo da democratização e estipulassem alguns objetivos atrelados à formação e à vigência da democracia no Brasil.

Tendo em vista a divergência interna⁵⁴ gerada pela decisão de aderir à União Nacional, Prestes iniciou, ainda na cadeia, a apresentação das justificativas que fundamentavam aquela decisão, a fim de impedir a fragmentação do seu partido. Em um comunicado intitulado

⁵² Os pecebistas de São Paulo se opuseram à liderança pleiteada pelos integrantes da CNOP. Porém, o fato de o grupo carioca contar com o apoio de Luís Carlos Prestes foi determinante para que ele assumisse os principais cargos.

⁵³ É necessário destacar que, naquele período, os liberais, assim como os comunistas, não constituíam um setor homogêneo. Grosso modo, é possível dividi-los entre aqueles que se mantiveram junto a Vargas, mesmo após a instauração do Estado Novo, sendo o nome do Ministro Oswaldo Aranha o de maior relevo entre eles; e aqueles que romperam com o ditador ao longo da Era Vargas, encontrando-se muitos no exílio, como Virgílio de Melo Franco e Armando Sales de Oliveira.

⁵⁴ A divergência foi tão grande que, mesmo após a proposta da CNOP ter sido aprovada, uma parte significativa dos comunistas presos na Ilha Grande recusou-se a reconhecer a decisão estabelecida na Conferência da Mantiqueira (MAGALHÃES, 2012).

“Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943”⁵⁵, elaborado logo após a Conferência da Mantiqueira, ele afirmou que o suporte ao presidente era imprescindível, uma vez que os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial haviam alterado as prioridades dos comunistas:

Esta guerra é para nós questão de vida ou de morte, é sem exagero uma guerra pela independência nacional. O essencial, portanto, é vencer a guerra. Para isto, precisamos no país da mais forte e ampla unidade nacional. Esta unidade, praticamente, pode e deve ser alcançada em torno do governo constituído [...]⁵⁶.

Desenvolvendo esse raciocínio, o líder do PCB definiu o combate ao fascismo como o principal objetivo do partido naquela conjuntura e condicionou o êxito dessa missão à colaboração com Vargas, a fim de constituir uma ampla União Nacional. Em vista disso, é importante destacar, desde já, que os pecebistas anunciaram apoio a Vargas e não ao governo como um todo, uma vez que eles indicavam a existência de simpatizantes dos regimes nazifascistas na base governista. Nota-se, também, que a justificativa apresentada recorria aos valores nacionalistas⁵⁷, dada a prerrogativa de que era necessário resguardar a independência do Brasil diante da ameaça de invasão nazista. Ciente das críticas que receberia, Prestes passou a afirmar que a forma correta de se fazer política era olhando os fatos e não os homens, rebatendo, assim, as acusações de que aquela era uma atitude contraditória em relação ao histórico pecebista. Ele também alegava que a decisão pelo apoio foi realizada levando em consideração apenas as medidas tomadas por Vargas após ele ter rompido as relações diplomáticas com o Eixo e não aquelas realizadas durante os quinze anos que ele esteve na presidência. Portanto, como bem aponta Sodré (1986, p. 46), “no caso brasileiro, a luta contra o nazifascismo foi, claro está, o elemento mobilizador das energias espirituais de toda a geração, a motivação psicológica

⁵⁵ Durante a etapa da democratização em que o partido ainda se encontrava na ilegalidade, os comunicados e textos produzidos por Prestes na prisão foram a principal referência para a definição da linha de atuação política adotada pelos integrantes do partido. Vale lembrar que Prestes já ingressou no PCB no posto de principal liderança e que o partido se tornou conhecido pela extrema centralização política em suas práticas e na organização interna. Além disso, em virtude da rígida repressão realizada contra o PCB, os textos produzidos por Prestes no cárcere compõem um dos principais conjuntos de fontes sobre a atividade do partido naquele período.

⁵⁶ Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943 (14 mar. 1944). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁵⁷ Naquele período, até mesmo os setores da sociedade excluídos do bloco no poder incorporavam os valores nacionalistas. Segundo Octávio Ianni (1989, p. 75), os trabalhadores urbanos compreendiam “o nacionalismo, o desenvolvimento e a industrialização, nos termos propostos pela burguesia industrial ou seus ideólogos, como se fossem os objetivos da nação, de todo o povo e da classe operária”. Essa ampla aceitação foi determinante para que a campanha da União Nacional tivesse grande êxito, sendo abraçada por uma parcela significativa da sociedade. Com efeito, o nacionalismo se tornou um elemento fundamental para a manutenção do Estado de Compromisso. Na realidade, ele foi um dos principais instrumentos utilizados por Vargas na tentativa de constituir sua hegemonia perante a sociedade civil desde a Revolução de 30.

imediate da ação, aquela crescente ameaça contribuindo ‘para a transição do esquerdismo para o frentismo’”.

No mesmo momento em que anunciou a adesão à campanha de União Nacional, Prestes indicou qual deveria ser a linha de atuação política adotada ao longo da transição para a democracia. Segundo ele, os pecebistas e os simpatizantes do PCB deveriam estar “prontos para colaborar com todos os que efetivamente lutem agora contra o nazismo, quaisquer que tenham sido suas atitudes e quaisquer que sejam suas opiniões públicas, credos religiosos, pontos de vista ideológicos ou filosóficos”⁵⁸. Considerando a implantação da democracia um dos principais objetivos do partido naquele momento, Prestes passou a afirmar que os comunistas não deveriam colaborar apenas com Vargas, mas como todos os setores da sociedade que, de acordo com o entendimento deles, eram favoráveis ao regime democrático, inclusive com determinados grupos da burguesia nacional. A amplitude da prática colaboracionista proposta por Prestes é muito bem descrita por Carlos Drummond de Andrade no convite feito por ele para divulgar o primeiro comício do líder pecebista após o decreto de anistia:

Luís Carlos Prestes não distinguia entre os brasileiros dispostos a essa tarefa e pensava em reuni-los todos: os da cidade e os do campo, a gente das fábricas, os patrões esclarecidos, os fazendeiros capazes de compreender o problema da terra e do trabalhador da enxada, os padres solidários com os seus paroquianos, os funcionários sem separação de letra ou classe, as mulheres, que tantas vezes conhecem melhor nossa situação econômica do que muitos teóricos – elas que sabem o preço das coisas e sentem as consequências da crise da produção agrícola, enfim todo esse mundo de compatriotas que aí estava, à espera de um movimento de unificação, vigoroso, cordial, honesto⁵⁹.

Observa-se, contudo, que, por mais que houvesse a proposta de compor uma frente ampla, os pecebistas não admitiam a aproximação em relação aos latifundiários e membros da “burguesia comercial e usuária” vinculada ao setor financeiro (CARONE, 1982, p. 29), por encará-los como agentes internos do imperialismo:

E é por isso que, no Brasil de hoje, só são adversários conscientes da democracia os grandes fazendeiros mais reacionários, que queriam impedir o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, e os agentes do capital financeiro, dos grandes

⁵⁸ Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943 (14 mar. 1944). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁵⁹ “Encontro com Prestes”. Tribuna Popular 22 de maio de 1945, p.3

banqueiros estrangeiros, em particular, no momento, do imperialismo mais reacionário, o imperialismo fascista⁶⁰.

A prática colaboracionista assumia, assim, a condição de principal diretriz da linha de atuação política adotada pelos pecebistas no momento em que ingressaram no conflito pelo controle da democratização.

Associada à prática colaboracionista, os pecebistas também pautaram sua linha de atuação política pela diretriz “ordem e tranquilidade”. De acordo com Prestes, aqueles que almejavam o combate ao fascismo e o restabelecimento das liberdades democráticas deveriam lutar “sem repouso pela paz interna em nossa própria Pátria, não poupando esforços para encontrar sempre a solução harmônica e pacífica de todas as divergências e contradições de classes que porventura nos possam separar e dividir”⁶¹. Consequentemente, o secretário geral do PCB passou a condenar todos que criticavam o governo, acusando-os de estarem contribuindo para o fortalecimento do fascismo e, por extensão, colocando em risco a própria instauração do regime democrático: “nosso apoio é franco, aberto e decidido, porque vemos os pregadores da desordem, dos golpes ‘salvadores’, agentes mascarados, conscientes ou inconscientes, não importa, da provocação fascista”⁶².

Ao adotar uma linha de atuação política pautada pela prática colaboracionista e pela diretriz de ordem e tranquilidade, o PCB também passou a condenar a realização de greves, afirmando que naquele momento elas assumiam o caráter de práticas sectárias. Trata-se de uma grande mudança em relação ao posicionamento adotado pelo partido no período em que fazia oposição a Vargas, quando os comunistas afirmavam que “as greves dos últimos tempos aumentam, cada vez mais, a capacidade de luta do heroico proletariado do Brasil e a confiança que a todos os revolucionários brasileiros inspiram como classe dirigente da revolução”⁶³. Esse novo posicionamento era um reflexo da compreensão de que as paralisações poderiam atrapalhar a constituição da aliança entre trabalhadores urbanos e a “burguesia nacional esclarecida”, a qual os pecebistas julgavam indispensável para o êxito da União Nacional, bem

⁶⁰ Cartas ao Tenente Severo Fournier – Terceira Carta. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁶¹ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁶² Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁶³ Manifesto da Aliança Nacional Libertadora. (5 jul. 1935). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

como para a efetivação dos projetos que o partido havia formulado para o país. No mesmo sentido, a tentativa de conter a eclosão de greves também era fruto do receio que tinham da possibilidade de o governo perder o apoio que ainda recebia de alguns setores da burguesia nacional, caso se mostrasse incapaz de manter o rígido controle que possuía sobre os trabalhadores urbanos. Quer dizer, eventuais indícios de que Vargas não conseguia mais mediar o conflito entre patrões e empregados poderiam colocar em dúvida a pertinência de mantê-lo na gestão do Estado de Compromisso. Conforme destaca Vianna (1978, p. 315), “a contenção, em certos limites, das crescentes greves econômicas refletia a alternativa assumida, a fim de não se ‘desestabilizar por baixo’ o já débil sistema de poder de Vargas”. Pautado por esses entendimentos, Prestes declarou, em um discurso realizado na cidade de Recife, quando os pecebistas já se encontravam na legalidade, que “é preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações”⁶⁴. Para convencer os trabalhadores, os pecebistas afirmavam que a prática colaboracionista não era apenas uma condicionante para o estabelecimento do regime democrático, mas também uma forma de melhorar suas condições de vida e, sobretudo, um meio para levá-los ao poder (ALEM, 1981, p. 206; 313). Em vista disso, passou a prevalecer a leitura de que “a luta contra o inimigo comum é primordial, as reivindicações de classe aparecem como secundárias ou, se defendidas, representam a quebra da unidade com a burguesia nacional e, conseqüentemente, o enfraquecimento na luta contra o inimigo em comum” (CARONE, 1976, p. 236).

Nesse contexto, por mais que denunciassessem, de forma reiterada, a precariedade da vida levada pelos trabalhadores urbanos – considerados pelos próprios pecebistas os principais prejudicados pela guerra –, as lideranças do partido procuraram convencer os trabalhadores a encontrar outros caminhos para solucionar os seus problemas e até mesmo a postergar algumas de suas reivindicações. Como alternativa às greves, o PCB passou a defender que patrões e trabalhadores resolvessem “diretamente, de maneira harmônica, franca e leal, por intermédio de comissões mistas nos locais de trabalho ou pelo acordo mútuo entre sindicatos de classe as divergências inevitáveis criadas pela própria vida”⁶⁵. Chama a atenção a proposta para que os desentendimentos fossem resolvidos diretamente, sem a mediação do Estado, diferindo, assim, radicalmente do modelo corporativista defendido por Vargas. Desse modo, o PCB procurava

⁶⁴ O Partido Comunista quer, precisa, deseja ser compreendido. Discurso proferido no Grande Comício “O Nordeste a Luiz Carlos Prestes”, no Parque 13 de Maio, no Recife. (26 nov. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁶⁵ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

assumir o papel de mediador do conflito capital *versus* trabalho, auxiliando Vargas, mesmo que indiretamente, na contenção de possíveis desentendimentos entre patrões e empregados. Não por meio do aparelho coercitivo, como fazia o governo, mas se valendo do prestígio que possuía entre os trabalhadores urbanos. Posição essa que o partido pretendia desempenhar não apenas durante a democratização, mas também após a instalação da democracia.

Logo que se tornou pública, a proposta de aliança feita pelos pecebistas a Vargas foi prontamente reprovada pelas oposições liberais que, naquele momento, já construía a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência. De acordo com eles, o anúncio de apoio à campanha da União Nacional servia apenas reforçar o poder do ditador. No dia seguinte à fala realizada por Prestes no estádio de São Januário, o Diário Carioca, um dos principais jornais de grande circulação, opositor ao governo, sentenciou:

[...] consumou-se afinal o que tanto temíamos e procuramos daqui evitar na medida do possível advertindo e clamando diariamente na esperança de poder ainda deter a definição em termos decisivos do líder esquerdista de maior prestígio, no sentido de concorrer de maneira mais efetiva, se bem que inconsciente, para o fortalecimento da Ditadura através do reforçamento do ditador⁶⁶

Desenvolvendo essa crítica, os liberais atacaram duramente os pecebistas, chamando-os de oportunistas, por almejavam uma vaga no governo, e de contraditórios, haja vista que pouco tempo antes estavam na prisão por ordem do ditador. Associando os comunistas às reiteradas ações golpistas realizadas por Vargas desde a Revolução de 30, afirmavam que eles estavam contribuindo apenas para o continuísmo e, por extensão, que representavam um obstáculo à democratização do país. Nota-se que sinais do anticomunismo se faziam vigorosamente presentes na cena política nacional, apesar da conjuntura internacional favorável à União Soviética.

Hoje mudou o antigo representante do Komintern na América do Sul. Vencido em 1935 volta à arena das suas aspirações, porém com outra roupagem. Usa neste momento a blandície, a linguagem angelical dos apóstolos. Nada de revoluções. Nem sequer admite que se possa tocar na integridade política do sr. Getúlio Vargas. Mas, sem as cores rubras de outrora, prega o mesmo comunismo, planeja-se apropriar-se do poder pelos meios democráticos, captando votos para depois então desferir o seu golpe mortal na estrutura econômica, jurídica, social do Brasil. Temos aí dois Prestes: um vermelho por fora, visível e compreensível no seu idealismo arrasador, porém

⁶⁶ “Prestes apoiou Getúlio no Comício de S. Januário”. Diário Carioca, 24 maio 1945, p. 2.

sincero. O outro vermelho por dentro, apesar dos paramentos com que comparece para enganar os tolos, num verdadeiro Carnaval ideológico.⁶⁷

Esse é um bom exemplo de como os eventos de 1935 foram constantemente evocados pelos liberais para apontar o que definiam como contradições dos comunistas bem como para alertar a sociedade quanto ao perigo que eles representavam aos valores democráticos. Também revela como conflitos políticos anteriores incidiam sobre a democratização. É importante destacar, que além da crítica aos pecebistas, os liberais também acusaram o governo de alimentar essa aproximação, fazendo referência à ajuda que o DIP havia concedido para a realização do comício pecebista⁶⁸. Desse modo, a acusação de que o PCB estava se submetendo aos interesses de Vargas superou o âmbito das divergências internas do partido e tornou-se pública.

Diversos pesquisadores também sustentam a interpretação de que a proposta de aliança feita pelos pecebistas a Vargas evidencia a submissão do PCB aos interesses do ditador ao longo da democratização e o desinteresse do partido pela democracia em si. O fato de o partido ter recomendado uma linha política pautada pela ordem e tranquilidade, se opondo inclusive à realização de greves, também fundamenta essa interpretação. Primeiro autor a sustentar essa leitura, Weffort (1973, p. 80) afirma que:

Não deixa de ser surpreendente que este partido político, que sempre se pretendeu representante da classe operária e sobre a qual chegou de fato a adquirir uma notável influência neste período, jamais tenha considerado a hipótese de uma posição de independência em face ao conflito entre os grupos dominantes. Particularmente quando se tem em conta que estes grupos estavam naquela conjuntura igualmente comprometidos com a democracia embora buscassem atingi-la por meios diferentes. Mais surpreendente ainda para um partido supostamente operário é o fato de que, tendo entendido como necessária a aliança com Vargas, não tenha sido capaz de realizá-la senão sob formas que significavam sua subordinação aos objetivos deste.

Desenvolvendo o raciocínio, o professor conclui que os comunistas desistiram de exercer uma postura independente ao longo da transição para a democracia para garantir o seu retorno à legalidade. Adepto da mesma interpretação, Spindel (1980, p. 19) afirma que “é nossa opinião

⁶⁷ “Os dois Prestes”. Correio da Manhã, 26 maio 1945, p. 4.

⁶⁸ Além de ter emprestado sua aparelhagem radiofônica e auxiliado na divulgação, o DIP pretendia transmitir o discurso de Prestes na cadeia nacional de rádio, ideia essa abandonada apenas poucas horas antes do início do discurso por interferência direta do Ministro da Guerra, o General Dutra. Ou seja, os liberais não foram os únicos que se mostraram incomodados com essa aproximação. Esse evento ilustra como nem todos os setores do governo eram favoráveis à aproximação em relação aos comunistas, o que não surpreende, haja vista a heterogeneidade de sua composição. Naquela mesma semana, o chefe de Polícia do Distrito Federal, Coriolano Góis, notório pelo seu anticomunismo, promoveu a prisão de alguns integrantes e simpatizantes do PCB.

que a afirmação da independência do PCB nesta aliança não corresponde à realidade. O Partido Comunista assume uma posição dependente em sua ligação com o ditador”. Para ele, todo o envolvimento dos pecebistas com a democratização foi pautado pelo interesse de assumir o controle do Ministério do Trabalho, isto é, de garantir uma vaga em um eventual governo Vargas após o estabelecimento do regime democrático. Leituras semelhantes também aparecem nas reflexões de Leandro Konder (1980), Giovannetti Netto (1996) e José Oliveira (2002). Nesse caso, cabe destacar, que as críticas à decisão tomada pelo PCB e os argumentos utilizados pelos autores para sustentar a tese de submissão são praticamente os mesmos que aqueles divulgados pelas oposições liberais.

É compreensível que algumas decisões tomadas pelo PCB, como a adesão à campanha da União Nacional em torno do governo, a adoção de um posicionamento pautado pela ordem e tranquilidade para preservar o presidente, condenando inclusive a realização de greves, e o fato de o partido não ter apresentado um candidato próprio até as vésperas das eleições presidenciais alimentem interpretações de que os comunistas se submeteram aos interesses de Vargas ao longo da transição para a democracia, ou então, que se contentaram com uma leitura enviesada da política de frente popular, restrita à exaltação da unidade⁶⁹. No entanto, essas leituras não condizem com a realidade. Para compreender a maneira como o PCB procurou se inserir no processo de formação do regime democrático é necessário levar em consideração, inicialmente, que a linha de atuação política adotada pelos pecebistas durante a democratização havia sido estabelecida muito tempo antes pelas lideranças soviéticas, durante os encontros voltados à organização do VII Congresso da III Internacional Comunista⁷⁰, no ano de 1935. Foi justamente nesse evento que o Komintern decretou o abandono da perspectiva da luta de classes e a definição da prática colaboracionista como principal diretriz da linha de atuação política a ser adotada pelos comunistas mundo afora. Essa decisão estava ancorada no entendimento de que o combate ao fascismo, e não mais a instauração do socialismo, deveria ser o principal objetivo naquele momento. De acordo com Stalin, manter a bandeira da luta revolucionária visando o regime socialista seria algo prejudicial à luta contra o fascismo, haja vista que isso geraria uma ruptura entre as forças aliadas. Não à toa, os comunistas passaram a integrar

⁶⁹ Esta é a tese defendida por Moisés Vinhas no livro “O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)”, de 1982.

⁷⁰ Criada por Lênin em 1919, a III Internacional Comunista era uma organização que reunia os partidos comunistas de diferentes países. Conforme os primeiros estatutos, a organização tinha como principais finalidades a extinção das classes sociais, a superação do capitalismo e a instauração de uma República Soviética Internacional. Nesse sentido, sua função era coordenar a revolução socialista nos países tidos como avançados e auxiliar as lutas nos países coloniais. As decisões estabelecidas nos Congressos Mundiais organizados pela III Internacional constituíam as diretrizes a serem seguidas por todos os comunistas.

movimentos de frente ampla com a anuência da União Soviética, como na França e na Espanha, obtendo inclusive resultados eleitorais expressivos (BROUÉ, 2007, p. 838). Desse modo, a decisão de aderir à campanha da União Nacional com Vargas com o intuito de construir uma Frente Ampla estava totalmente em consonância com a linha de atuação política adotada por outros partidos comunistas.

A adoção de um posicionamento contrário à realização de greves também era um desdobramento da influência que a União Soviética exercia sobre o PCB (SPINDEL, 1980, p. 53). De acordo com as diretrizes estabelecidas no VII Congresso da III Internacional, as paralisações prejudicariam os próprios comunistas, pois poderiam atrelar a eles a imagem de radicalização, o que acabaria por os excluir dos diferentes processos de formação do regime democrático. Portanto, assim como o viés colaboracionista, a política de ordem e tranquilidade e as iniciativas para desestimular a realização de paralisações não foram práticas exclusivas do Partido Comunista do Brasil. Na França, por exemplo, o dirigente comunista Maurice Thorez (1900-1964) chegou a se referir a elas como sendo “armas dos trustes” (NETO, 2013, p. 157)⁷¹. Independentemente das justificativas, os pecebistas demonstravam que a superação da contradição capital *versus* trabalho não era a sua principal preocupação naquele momento.

Para se ter uma real dimensão do nível de adesão do PCB às orientações vindas da União Soviética, é fundamental considerar, como bem aponta Silvio Alem (1981), que a leitura da conjuntura internacional promovida pelas autoridades soviéticas adquiria status de verdade científica entre os pecebistas, fazendo com que ela fosse amplamente absorvida. O próprio Prestes chegou a afirmar que “o que os soviéticos diziam, eu considerava a última palavra” (REIS, 2014, p. 164). Nesse caso, não deixa de ser relevante o fato de ele ter residido na União Soviética na época em que a III Internacional deu início ao processo de reformulação da linha política que deveria ser adotada pelos partidos comunistas mundo afora. Toda a instrução que Prestes recebeu em Moscou se deu à luz das diretrizes que pautaram o VI e o VII Congresso, ou seja, quando a prática colaboracionista e o etapismo ganharam força em detrimento da perspectiva revolucionária (REIS, 2014). Atento a esse fato, Daniel Aarão Reis (2014, p. 114) conclui que “Prestes era um adepto – e um produto – dessa cultura”. Em vista disso, é mais preciso afirmar que as decisões tomadas pelos pecebistas quando se iniciava a transição para a

⁷¹ Essas referências internacionais são importantes, pois a atuação do partido comunista e da esquerda brasileira era semelhante àquela desempenhada pelos comunistas mundo afora. Os integrantes de partidos comunistas de diferentes países lidavam muitas vezes com os mesmos dilemas e possuíam os mesmos objetivos, embora em conjunturas, realidades diferentes.

democracia explicitam o alinhamento deles em relação às diretrizes estabelecidas pelas lideranças soviéticas ao invés da submissão aos interesses de Vargas.

Além do alinhamento, outro importante fator a ser considerado na análise da decisão do PCB em aderir à campanha da União Nacional com Vargas é que aquela não era a primeira vez que o partido havia adotado a colaboração com outros setores da sociedade como orientação da sua linha de atuação política. Essa conduta começou a ganhar força entre os comunistas brasileiros em meados da década de 1930, quando Prestes assumiu o cargo de secretário-geral do partido⁷² (CHILCOTE, 1982, p. 76). Vale destacar que, além dos ensinamentos recebidos em Moscou, o líder pecebista carregava consigo a experiência no movimento tenentista, corrente política ligada à pequena-burguesia, o que contribuiu ainda mais para a adoção de práticas colaboracionistas. Atento à essa questão, Rodrigues (1981, p. 371) afirma que, com Prestes, “o PCB tornou-se mais ‘popular’ e menos ‘operário’, enquanto as preocupações com os problemas da ‘nação’ predominam sobre os da ‘classe’”. Não à toa, naquele mesmo momento os pecebistas assumiram a liderança da Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização da sociedade civil composta por uma ampla variedade de correntes políticas, contando inclusive com a colaboração de alguns setores liberais. O manifesto elaborado por Prestes para anunciar a fundação da ANL exprime bem como a prática colaboracionista era encarada enquanto a melhor forma de agrupar as forças democráticas na luta contra o fascismo antes mesmo da decisão de apoiar Vargas:

Para a Aliança Nacional Libertadora precisam vir todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam os seus programas, sob a única condição de que queiram lutar contra a implantação do fascismo no Brasil, contra o imperialismo e o feudalismo, pelos direitos democráticos⁷³.

A aceitação desse discurso colaboracionista foi tão ampla, que em pouco mais de seis meses de atuação, o movimento aliancista passou a receber o apoio de trabalhadores urbanos, intelectuais, profissionais liberais e até mesmo de militares oriundos do tenentismo. Anos depois, os mesmos argumentos voltaram a ser utilizados na Conferência da Mantiqueira para justificar a adesão à União Nacional com Vargas na guerra e na paz.

⁷² Decisão essa tomada pela própria Internacional Comunista, em 1935.

⁷³ Manifesto da Aliança Nacional Libertadora. (5 jul. 1935). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

Todavia, é importante destacar que a prática colaboracionista defendida pelo PCB nos tempos da ANL tinha uma diferença significativa em relação àquele adotado durante a democratização: a primeira versão não concebia a possibilidade de estabelecer uma união com Vargas. Pelo contrário, o objetivo era justamente reunir forças para combatê-lo, uma vez que a sua gestão era acusada de ser subserviente aos interesses imperialistas. A postura de combate ao governo, diferentemente do que apontam Weffort (1973) e Spindel (1980), começou a mudar em 1938, ou seja, antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial, e não em 1942 (PRESTES, 2001). Chama atenção, o fato de que naquele momento já estava em vigência a ditadura do Estado Novo e a maioria das lideranças comunistas encontrava-se na cadeia, acusadas de terem cometido crimes políticos. Mesmo assim, a tentativa frustrada de tomada do poder em 1935, o levante articulado pelos integralistas em 1938, o fortalecimento dos países nazifascistas na conjuntura internacional e as orientações impostas pela Internacional Comunista foram determinantes para que o PCB revisasse algumas diretrizes da sua linha de atuação política, dando início a um processo de aproximação em relação a Vargas. De acordo com Prestes, “ante a alternativa de apoiar Getúlio e a de assistir de braços cruzados a uma aventura que nos poderá levar ao terror fascista e à invasão estrangeira, nenhum democrata poderia vacilar”⁷⁴. Com efeito, desde 1938 a orientação passou a ser:

Tendo por base esse programa e na intenção de suprimir a Constituição totalitária de 10 de novembro de 1937, deve-se trabalhar para a formação de uma grande frente democrática em todo o país, uma frente nacional destinada a reatar um ao outro, o povo e o governo [...]. Os democratas – e, em primeiro lugar, os comunistas – apela ao povo para que ajude o governo, com as armas na mão, para a salvação da integridade e da independência do país, contra todo o putsch integralista.⁷⁵

Foi também naquele momento que Prestes deu início à difusão do argumento de que a formação de uma frente ampla associada ao governo era a melhor maneira de promover as condições necessárias à instauração do regime democrático no Brasil:

“Que devem fazer os democratas? Conspirar para pô-lo abaixo ou utilizar as possibilidades legais para reunir as forças dispersas de todos os democratas e

⁷⁴ Carta ao Tenente Severo Fournier – Terceira Carta. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁷⁵ Por uma frente única democrática brasileira – 1938. In: CARONE, Edgard, O PCB (1922 a 1943), op.cit., p. 220.

nacionalistas, a fim de conseguir eleger uma Assembleia que represente a vontade nacional e dê ao Brasil uma Constituição democrática?”⁷⁶

Percebe-se, assim, que o PCB vinha traçando sua estratégia para garantir o estabelecimento da democracia no Brasil muito tempo antes do início da democratização. Logo, não é possível afirmar que o partido não tinha interesses específicos atrelados à implantação do regime democrático, optando apenas por se submeter aos interesses de Vargas para garantir o seu retorno à legalidade.

Diferenças à parte, a tentativa de rearticulação da ANL foi uma das principais estratégias adotadas pelos pecebistas para garantir a sua inserção no processo de formação do regime democrático enquanto o seu partido ainda se encontrava na ilegalidade. Logo no primeiro pronunciamento público que fez após sair da cadeia, o líder pecebista apresentou-se como um aliancista e se dirigiu aos seus interlocutores saudando-os como “Queridos Amigos e Amigas da gloriosa Aliança Nacional Libertadora”⁷⁷. Além de buscar a reaproximação em relação às bases, ele também procurou associar o PCB ao histórico de luta pelas liberdades democráticas que ANL havia construído: “orgulhosos de nosso passado democrático e antifascista, organizemos o povo e lutemos mais do que nunca, como verdadeiros nacional-libertadores, pela mais sólida e ampla unidade nacional”⁷⁸. No mesmo sentido, Prestes argumentou que a luta travada por seu partido no combate ao fascismo e pela ampliação dos direitos democráticos havia sido iniciada pela própria ANL dez anos antes: “O que os aliancistas queriam em 1935, como querem agora, é a emancipação nacional do Brasil, é uma democracia de verdade e a melhoria das condições de vida de nosso povo”⁷⁹. Desse modo, a identificação da intenção de se vincular à ANL para garantir uma maior inserção entre os diferentes setores da sociedade civil reforça a leitura de que o PCB não estava adequando sua atuação e seus interesses às determinações do ditador. No entanto, para rearticular o movimento, o secretário-geral do PCB teria que superar a fragmentação que existia entre os ex-aliancistas, uma vez que alguns deles também se recusaram a acatar a orientação de aderir à União Nacional em torno do governo.

⁷⁶ Carta ao Tenente Severo Fournier – Terceira Carta. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁷⁷ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁷⁸ Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943 (14 mar. 1944). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁷⁹ Cartas ao Tenente Severo Fournier – Terceira Carta. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

Os adeptos da interpretação de que o PCB se submeteu aos interesses de Vargas durante a transição para a democracia desconsideram, na maioria das vezes, a leitura de conjuntura que sustentava a linha de atuação política adotada pelos pecebistas durante a democratização. Além de uma orientação recebida das lideranças soviéticas, a adoção da diretriz “ordem e tranquilidade” era reflexo do receio que tinham quanto a possibilidade de o conflito pelo controle da formação do regime democrático levar o país a uma Guerra Civil e, conseqüentemente, à interrupção da transição para a democracia ou até mesmo à implantação de um novo governo autoritário. Essa preocupação se fazia constantemente presente nos pronunciamentos das principais lideranças pecebistas e em algumas publicações do partido, vide o artigo “Apressemos a organização do povo”, publicado na *Tribuna Popular*⁸⁰ no dia 25 de maio de 1945: “[...] e em condições de operar um retrocesso, estabelecendo uma vez a censura à imprensa, a pretexto da ‘anormalidade’ da situação, reprimindo o movimento popular, voltado ao controle policial dos sindicatos, suprimindo, enfim, todas as liberdades e retardando a constituição de legítimos poderes representativos”. Nota-se, que desde o início da democratização existia a preocupação de que um eventual golpe de estado estaria sendo tramado para tirar Vargas do poder. Em vista disso, passou a vigorar o entendimento de que “se a democracia for restabelecida durante a guerra, a união nacional em torno do Governo permitirá uma transição dentro da lei e da ordem até a constitucionalização definitiva do país. [...] sustentá-lo para que se faça em ordem a reconstitucionalização do país”⁸¹. Nesse sentido, a leitura de conjuntura revela a preocupação e, por extensão, o interesse no regime democrático.

Além do receio quanto à possibilidade de interrupção da democratização, os pecebistas também se preocupavam especificamente com a possibilidade de serem excluídos da criação do regime democrático, caso o processo passasse a ser controlado por aqueles setores da sociedade tidos como inimigos, como os grandes latifundiários e a burguesia atrelada ao capital financeiro e internacional. Nesse contexto, a adoção de uma postura pautada pela ordem e tranquilidade também tinha como objetivo desvinculá-los da imagem de radical a qual eram associados. A versão do programa de governo enviada pelo PCB ao Superior Tribunal Eleitoral,

⁸⁰ A *Tribuna Popular* foi um jornal carioca criado pelo PCB para divulgar as suas ações e projetos. O periódico começou a circular em 22 de maio de 1945, logo após a anistia concedida aos comunistas, e foi fechado pelo governo em dezembro de 1947, quando os pecebistas foram novamente colocados na ilegalidade. O jornal é uma das principais fontes primárias desta pesquisa, uma vez que ele publicava com frequência os pronunciamentos das principais lideranças do PCB, as resoluções estabelecidas pelo Comitê Central do partido, bem como os eventos organizados por seus militantes. De acordo com Ricardo Maranhão (1979, p. 74), a *Tribuna Popular* chegou a ter uma tiragem diária de 30 mil exemplares, quando os maiores jornais batiam na casa dos 50 mil.

⁸¹ A situação no Brasil e no Mundo (23 maio 1944). Entrevista publicada pelo jornal *O Globo* em 15 mar. 1945. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

em 3 de setembro de 1945, visando a legalização do partido, traz um bom exemplo do teor comedido e do cuidado em não utilizar palavras de ordem clássicas dos comunistas. Não se falava em ascensão do socialismo, mas em promover o “caminho do desenvolvimento histórico da sociedade para a abolição de toda exploração do homem pelo homem, com o estabelecimento da propriedade social dos meios de produção”⁸². O partido também procurou reforçar o seu compromisso com a “realidade brasileira” ou alegar que “no programa do Partido Comunista do Brasil não se incluem os princípios marxistas-leninistas, nem quaisquer outros princípios filosóficos, mas apenas as proposições políticas consideradas pelo partido fundamentais, dentro da realidade brasileira, para a unidade, a democracia e o progresso da nossa Pátria”⁸³.

Àquela altura, eles já sabiam que o anticomunismo poderia ser utilizado para justificar os pedidos pela exclusão do PCB da democratização. O seguinte comunicado de Prestes, no qual ele condena os ataques ao presidente e define quais seriam os erros de uma postura política à direita e à esquerda, ilustra bem a intenção de desconstruir a imagem de radicalidade:

É isto porque, desligados das massas, não conseguem ver com clareza os acontecimentos, oscilando entre uma lamentável posição da direita, de total passividade e completa capitulação (os que tudo esperam dos governantes), e outra, de esquerda, igualmente lamentável (e talvez mais perigosa ainda) em que a incapacidade de fazer qualquer coisa de útil pela unidade nacional é mascarada com ataques verbais ao regime e meros insultos aos homens de governo⁸⁴.

Esse trecho demonstra de forma explícita como as diretrizes da colaboração e a de ordem e tranquilidade se complementavam. Também chama a atenção o fato de Prestes se referir à esquerda como se estivesse fora dela, principalmente por ser ele o principal dirigente do Partido Comunista do Brasil naquela época. Frequentemente ele acusava “os esquerdistas” de não conseguirem se aproximar das massas. De tal modo, ao se diferenciar dos “dois lados”, Prestes procurava indicar qual seria o comportamento correto a ser adotado por aqueles que estavam comprometidos com a democratização, além de tentar transmitir uma imagem de moderação do PCB, como se o partido ocupasse uma posição de centro. Os pecebistas acreditavam que a adoção desse posicionamento os qualificaria como confiáveis para participar do processo de

⁸² Manifesto/Programa do PCB enviado ao TSE em 15 de agosto de 1945. *In*: PARTIDO Comunista do Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível: https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/pcb/programa.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

⁸³ Resposta do PCB em cumprimento à resolução nº213, de 29 de setembro de 1945, do Superior Tribunal Regional.

⁸⁴ Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943 (14 mar. 1944). *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

instauração do regime democrático enquanto representantes dos trabalhadores urbanos (OLIVEIRA, 2002, p. 203). Portanto, por mais que estivesse voltada a sustentar Vargas no poder, a adoção de uma linha de atuação política pautada pela ordem e tranquilidade fazia parte da estratégia traçada para garantir que a transição para a democracia não fosse interrompida e que o próprio PCB pudesse continuar participando daquele processo.

Considerando a preocupação dos pecebistas quanto à possibilidade de serem excluídos da democratização, é fundamental destacar, desde já, que o anticomunismo se fez presente durante toda a transição para a democracia, e não apenas após o surgimento dos primeiros sinais da Guerra Fria. Inúmeras vezes o comunismo era equiparado ao fascismo pelos liberais. Acusado de compartilhar do mesmo extremismo, com o intuito de desqualificá-lo. A tentativa fracassada de tomar o controle do Estado em 1935 era recuperada para questionar o compromisso dos comunistas com o regime democrático. Outro argumento frequentemente utilizado definia o comunismo como uma ideologia endógena em relação à cultura brasileira, o que impossibilitava sua adoção no país. Um editorial publicado no *Correio da Manhã*⁸⁵ com o título “Ideologias estranhas”, apenas dois dias após Prestes ter deixado o cárcere, ilustra bem a utilização desse tipo de argumento:

Ora o comunismo é possivelmente uma realidade. Isso, porém, lá na Rússia [...] O Brasil e o povo brasileiro têm sua tradição. Nêle não vingará o comunismo, como não vingou o integralismo. [...] Não há que reccar comunismo, mas convém sempre esclarecer o povo acerca do assunto, como pretendemos fazer nestas linhas, para evitar explorações e para que o não amedrontem com fantasmas.⁸⁶

Chama a atenção a utilização do nacionalismo para reforçar o anticomunismo, haja vista que o PCB defendeu propostas de viés nacionalista durante todo o processo de democratização. Vale destacar ainda que a acusação de ser uma ideologia exógena à cultura brasileira também era utilizada por Vargas para se referir ao liberalismo.

Pensando ainda a maneira como o PCB se inseriu no conflito pelo controle da democratização, deve-se considerar que ao mesmo tempo que defendia a prática colaboracionista e a diretriz de ordem e tranquilidade para que Vargas pudesse continuar na

⁸⁵ O *Correio da Manhã*, jornal carioca de grande circulação na década de 40, também é uma importante fonte primária desta pesquisa. Estreitamente ligado às oposições liberais, o jornal era um importante porta voz da leitura que essa força política fazia da conjuntura política nacional. Durante a democratização, seus editoriais atacaram com frequência Vargas e os comunistas, ao passo que exaltava a ação dos políticos ligados à UDN. O *Diário Carioca* é outro periódico utilizado durante a pesquisa para acessar a opinião e as ações das oposições liberais.

⁸⁶ “Ideologias estranhas”. *Correio da Manhã*, 20 abr. 1945, p. 4.

presidência enquanto ocorria a transição para a democracia, Prestes alertava que a atividade política dos pecebistas não poderia se resumir a apoiar o governo. Retomando as críticas àqueles que seriam os equívocos dos atores políticos à esquerda e à direita, o secretário-geral do PCB determinou que a linha de atuação política pecebista também fosse pautada por uma postura ativa, pois

não basta declarar apoio ao governo e cruzar os braços na expectativa das medidas internas indispensáveis à efetivação de uma verdadeira unidade nacional. Este, o erro de direita, o crime de passividade dos que não acreditam no povo e tudo esperam dos governantes ou de seus ‘bons amigos’ que ocupam postos de governo. [...] unir e organizar suas forças a fim de mobilizar as massas em apoio da política de guerra do governo e para que exijam a prática da democracia no país⁸⁷.

Novamente a necessidade de garantir a implantação da democracia se fazia presente entre as justificativas que sustentavam a linha de atuação política pecebista. De tal modo, os integrantes do partido passaram a ser orientados a:

1º) Lutar pelo esforço de guerra, contra o nazismo, pela mais ampla e completa união nacional. 2º) Vigilância contra a espionagem, a sabotagem, etc.: desmascaramento e denúncia dos espiões e quinta-colunistas. 3º) Buscar soluções práticas para os problemas de interesse local e imediato, principalmente os relacionados com o bem-estar mínimo do povo. 4º) Lutar pelas liberdades populares e anistia. 5º) Estudar os problemas nacionais, debatê-los. Pensar no após guerra. 6º) Acompanhar a evolução da guerra e mobilizar a massa em apoio dos povos que lutam contra o nazismo, sem esquecer a União Soviética. 7º) Publicar e difundir pela imprensa, ou em folhetos e volantes tais problemas.⁸⁸

Observa-se, que o ingresso dos pecebistas no conflito pelo controle da democratização foi marcado por objetivos de curto e longo prazo, vide a orientação de número cinco, sendo esse mais um fator corriqueiramente desconsiderado pelos pesquisadores adeptos da tese da submissão.

Analisando as orientações atreladas à recomendação de uma postura ativa, é possível perceber que os pecebistas temiam a possibilidade de o próprio Vargas interromper a democratização, haja vista as inúmeras manobras continuístas⁸⁹ realizadas por ele desde a

⁸⁷ Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943 (14 mar. 1944). *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ Entre elas, podemos destacar o estabelecimento das eleições indiretas em 1934, o decreto de Estado de Sítio em 1935 e o golpe de Estado que deu origem ao Estado Novo em 1937.

Revolução de 30. Procurando tranquilizar aqueles que temiam a adoção de uma postura submissa do PCB, Prestes manifestou o alerta de que “se o governo se opuser então à democratização do país, o instrumento se voltará contra ele, com tanto maior vigor quanto mais elevado tenha sido o nível de unidade nacional alcançado durante a guerra”⁹⁰. Os comunistas sabiam que o ditador tinha interesses próprios por trás da campanha da União Nacional, não podendo, portanto, serem acusados de ingenuidade: “Quer dizer que a guerra contra o nazismo tem sido o melhor escudo do Governo contra todos aqueles que o desejam derrubar”⁹¹. Em um comunicado direcionado aos integrantes e simpatizantes do seu partido no final de 1944, quando a guerra já se aproximava do seu fim, Prestes deu sinais das ressalvas que envolviam o apoio ao governo:

Enfim, o Sr. Getúlio Vargas termina o seu discurso com uma declaração formal de democratização do país para depois da guerra. São palavras que todos os democratas patriotas e antifascistas recebem com a mais viva satisfação sem se esquecer, porém, que se trata de simples promessa cuja efetivação não dependerá somente do desejo de cumpri-la e da boa vontade de S. Excia [...] o cumprimento das promessas atuais do Chefe da Nação só será possível na medida em que todos os democratas e antifascistas organizem desde já suas forças e se mantenham unidos, vigilantes e ativos em defesa das inclinações democráticas do Sr. Getúlio Vargas e em condições de sustenta-lo contra as maquinações reacionárias dos bandidos que estão enriquecendo com a guerra e que levantarão a mesma bandeira do perigo comunista⁹².

Difundia-se, assim, a narrativa de que a postura ativa dos pecebistas era imprescindível para que Vargas se mantivesse compromissado com a criação do regime democrático. Em vista disso, os comunistas tentaram diversas vezes pressioná-lo para que a transição para a democracia fosse concluída antes mesmo do término da guerra. Todavia, apesar do receio quanto as reais intenções do Chefe da Nação, o informe evidencia que a manutenção da democratização sob controle dele ainda era, na visão dos comunistas, a maneira mais segura de garantir a instituição do regime democrático.

Frente às incertezas que compunham aquela conjuntura, o líder pecebista passou a incentivar os integrantes do seu partido a fiscalizar a maneira como Vargas conduzia a democratização, permitindo inclusive a realização de algumas críticas ao governo, desde que

⁹⁰ Carta a um amigo (20 jun. 1944). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁹¹ A situação no Brasil e no Mundo (23 maio 1944). Entrevista publicada pelo jornal O Globo em 15 mar. 1945. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁹² Projeto de declaração da ANL e do PCB. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

elas tivessem um efeito positivo para a constituição da União Nacional e, conseqüentemente, do regime democrático:

[...] em vez de crítica derrotista e perversa aos homens de governo que enfrentam na prática problemas de solução cada dia mais difícil, tratar de organizar o povo e exigir liberdade para poder colaborar com os governantes e apoiá-los nas medidas a favor do bem-estar popular e contra os exploradores da guerra ⁹³.

É possível identificar que, entre as críticas “autorizadas”, o partido deu atenção especial à política econômica de guerra adotada pelo governo, a qual vinha acompanhada de cobranças pela elevação da qualidade de vida dos brasileiros: “O golpe de 10 de novembro trouxe-nos a inflação, as emissões sem controle para cobrir ‘déficits’ orçamentários resultantes das obras suntuárias e de fachada indispensáveis aos governos ditatoriais e ‘salvadores’”⁹⁴. Entre outras coisas, os comunistas reivindicaram políticas de combate à inflação e de facilitação de acesso aos produtos de primeira necessidade, como a redução dos impostos de consumo e a elevação em 100% do salário-mínimo, alegando que as medidas seriam benéficas para a nação como um todo. Também destacavam a demanda de melhores condições laborais para os trabalhadores urbanos:

Os operários querem e precisam de melhores salários e melhores condições de trabalho, e, atendidos, saberão ajudar os patrões, por uma eficiência maior no trabalho, a reduzir os custos de produção, tudo em benefício, afinal, da grande massa consumidora e do progresso nacional⁹⁵.

Ou seja, a adoção da prática colaboracionista e da ordem e tranquilidade não impediu que os pecebistas denunciasses os aspectos ditatoriais do Estado Novo, criticassem a sua política econômica e cobrassem o ditador pela instauração do regime democrático antes mesmo do término da guerra.

Paralelamente, existia o receio de que as críticas pudessem enfraquecer Vargas e, por extensão, impedir a própria transição para a democracia. Em vista disso, ao mesmo tempo que

⁹³ Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943 (14/1944). *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁹⁴ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁹⁵ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

pedia pelas liberdades democráticas, Prestes procurava tranquilizar Vargas, alegando que elas seriam utilizadas com cuidado e não para pressioná-lo:

[...] acreditemos, porém, no bom senso do nosso povo e no superior patriotismo com que saberá se colocar acima de tudo isso para fazer uso da liberdade, com discrição e prudência, com o único objetivo de consolidar a união nacional em torno do Governo e reforçar sua colaboração com as Nações Unidas, visando a mais rápida e decisiva vitória sobre o nazismo no mundo inteiro⁹⁶.

Além disso, o secretário-geral do PCB também estabeleceu alguns parâmetros de como as críticas poderiam ser feitas, fixando inclusive os limites que deveriam respeitar:

É nosso dever ainda criticar as medidas do governo que nos pareçam contrárias ao esforço de guerra e à união nacional, mas tal crítica precisa ser feita de maneira objetiva e concreta, citando nomes e fatos, e, além disto, com o só objetivo de demonstrar a falta que faz à Nação e ao próprio Governo a prática da democracia, a livre discussão dos grandes problemas nacionais⁹⁷

Nota-se que, mesmo indiretamente, denúncias eram feitas quanto aos aspectos ditatoriais do regime, questionando inúmeras vezes a ausência das liberdades democráticas e o fato de o PCB ainda se encontrar na ilegalidade.

Por fim, não se pode deixar de levar em consideração, como bem aponta Ricardo Maranhão (1979, p. 31), que a estrutura da sociedade política brasileira vigente naquele período era “marcada pela preeminência do Estado sobre a sociedade civil, onde as alianças de classe desde 1930 são feitas fundamentalmente ao nível do Estado”. Consequentemente, desde a Revolução de 30, a estrutura de poder que regia o Estado brasileiro dependia dos compromissos estabelecidos entre diferentes setores da sociedade para se efetivar, uma vez que nenhum deles tinha sido capaz de tornar-se hegemônico (WEFFORT, 1989, p. 57). Quer dizer, a crise de hegemonia em vigência desde o término da República Velha havia tornado o estabelecimento de compromissos uma prática recorrente entre as diferentes correntes políticas e setores da sociedade⁹⁸. Não por coincidência, ao longo da transição para a democracia a composição de frente amplas mostrou-se uma das poucas possibilidades de organização das correntes políticas

⁹⁶ Projeto de declaração da ANL e do PCB. *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁹⁷ Comentários a um documento aliancista aparecido nos últimos meses de 1943 (14 mar. 1944). *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

⁹⁸ Além do grupo que resultou na fundação da UDN, a Sociedade Amigos da América, a União Nacional dos Estudantes e a Liga de Defesa Nacional também podem ser consideradas experiências de frentes amplas atuantes no primeiro momento da democratização, dado o perfil ideologicamente heterogêneo de seus integrantes. Vale destacar que os comunistas integravam essas três instituições, apesar de não ocuparem posições de relevo.

que não integravam o governo e pretendiam promover a mobilização política no âmbito da sociedade civil. Portanto, considerando a crise de hegemonia existente em território nacional, a tentativa de aproximação do PCB em relação a Vargas, bem como a proposta de colaboração com setores da burguesia nacional, não podem ser automaticamente compreendidas como um sinais de sujeição. Ao abandonar o seu viés revolucionário, o partido parecia se adequar à dinâmica que regia o Estado de Compromisso, encarando a formalização de acordos como uma forma de consolidar a sua participação na cena política.

1.1 União Democrática Nacional⁹⁹: as contrapartidas pecebistas

Procurando ainda apresentar uma leitura alternativa à interpretação de que a adesão do PCB à União Nacional representava a sua submissão aos interesses de Vargas e, por extensão, a falta de interesse específico na implantação da democracia, direciono o foco da análise sobre as contrapartidas apresentadas pelos pecebistas no momento em que aderiram à campanha e as condições que estabeleceram para a concretização da aliança com Vargas, fatores corriqueiramente desconsiderados pelos autores defensores da tese da submissão.

Antes mesmo de tornar pública a sua adesão à União Nacional, os pecebistas já vinham tentando se apropriar da campanha. Em 1944, enquanto ainda estava na prisão, Prestes enviou a Vargas o programa de União Nacional que havia elaborado em nome do PCB e da ANL¹⁰⁰. Nesse documento, o líder comunista estabeleceu uma série de contrapartidas para que se estabelecesse o que ele entendia por verdadeira União Nacional, isto é, a União Democrática Nacional. A primeira delas era o restabelecimento das liberdades democráticas, pois “sem liberdade, impossível será mobilizar a Nação para a guerra e organizá-la de maneira viva e consciente em torno do Governo”¹⁰¹. Na realidade, pouco tempo antes da publicação desse programa, em um documento que revela a existência de divergências internas entre os pecebistas em virtude da adesão à União Nacional, Prestes havia apresentado as contrapartidas para a constituição do que ele entendia por uma união nacional de verdade:

Cabe-nos, portanto, como aliancistas, lutar com energia e denodo em apoio da política de guerra do governo, pela efetivação da mais ampla e completa unidade nacional,

⁹⁹ Termo formulado e adotado pelos comunistas antes das oposições liberais se apropriarem dele para batizar o seu partido. Há quem atribua a Caio Prado Jr. a criação do termo.

¹⁰⁰ Projeto de declaração da ANL e do PCB. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹⁰¹ Idem.

mas uma unidade nacional de verdade, como a devemos compreender, fruto livre da consciência patriótica de toda a Nação. Donde a necessidade precípua, para lá chegar (...) 1. A imediata revogação de todas as leis (inclusive artigos constitucionais) que impedem ou limitam as liberdades populares: liberdade de pensamento, palavra e imprensa, liberdade de reunião, liberdade de organização, liberdade de opiniões políticas, liberdade para os partidos políticos etc.; 2. Anistia para todos os presos políticos, com: exceção naturalmente dos espiões e quinta-colunistas comprovados; 3. Medidas práticas imediatas, eficientes contra a carestia de vida, contra a fome, a miséria, as doenças etc.¹⁰²

Vale destacar que são as mesmas demandas estabelecidas em 1938, quando teve início o processo de aproximação dos pecebistas em relação ao governo. Ou seja, assim que decidiram apoiar Vargas, os comunistas iniciaram a tentativa de construir a frente ampla da União Democrática Nacional (PRESTES, 2001, p. 56). Estratégia essa retomada por alguns integrantes do PCB na Conferência da Mantiqueira, possivelmente com o intuito de convencer os próprios comunistas que se mostravam reticentes a se aproximar de Vargas de que a adesão não indicava uma simples submissão aos interesses do ditador, mas, sim, uma forma de conquistar objetivos próprios do partido.

A maneira que os pecebistas atrelavam a anistia à concretização da União Nacional é um bom exemplo de como eles tentaram se apropriar da campanha para efetivar seus próprios objetivos. Procurando convencer Vargas a libertar os comunistas, Prestes afirmou que uma vez em liberdade eles iriam contribuir decisivamente para ampliar a adesão da sociedade à campanha e, conseqüentemente, garantir a mobilização necessária para efetivar os esforços que a guerra impunha. Desenvolvendo essa argumentação, ele passou a afirmar que o envolvimento dos integrantes do seu partido com a campanha era imprescindível ao governo e uma condicionante para a formação da própria União Nacional:

O governo dispõe no momento da força, do poder, mas é cada vez mais claro que o prestígio, a autoridade moral, está do lado dos antifascistas, dos perseguidos políticos, principalmente daqueles que apodrecem há longos anos nas prisões do Estado. A União Nacional será praticamente possível pela união da força com o prestígio, do poder com a autoridade moral. Aos antifascistas cabe o dever de colaborar agora com o Governo; mas ao Governo também o de reconhecer o direito à liberdade de que

¹⁰² Comentários a um documento aliancionista aparecido nos últimos meses de 1943 (14 mar. 1944). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

necessitam os primeiros para tornar efetiva uma tal colaboração. É o que esperamos que seja em breve reconhecido¹⁰³.

Nota-se, que mesmo salientando a importância da União Nacional, Prestes buscava demarcar a distinção existente entre os pecebistas e o governo. De um lado estariam eles, os antifascistas, os perseguidos políticos, aqueles que possuem prestígio e autoridade moral. Do outro, Vargas, detentor da força e do poder. A distinção explícita o posicionamento crítico em relação ao Estado Novo, vide a referência a perseguidos políticos, além da acusação de que o regime carecia de autoridade moral por conta do seu aspecto ditatorial. Ela fazia parte da estratégia de atribuir relevância aos pecebistas, já pensando em justificar sua integração no governo. Todavia, a diferenciação estabelecida não indicava necessariamente uma incompatibilidade entre os pecebistas e o governo. A ideia de Prestes era construir uma noção de complementariedade para reforçar o argumento de que a adesão dos comunistas era indispensável para a consolidação da verdadeira União Nacional.

Ao se colocarem no lugar de definir quais seriam as condicionantes para a constituição da verdadeira União Nacional, os pecebistas demonstravam que procuravam se apropriar do poder de mobilização que a campanha possuía entre os diferentes setores da sociedade e utilizá-lo para efetivar seus próprios objetivos¹⁰⁴. A análise das contrapartidas apresentadas reforça a leitura de que eles não viam na adesão à União Nacional apenas uma forma de apoiar Vargas ou de combater o fascismo, mas o meio mais adequado para restabelecer sua atividade partidária e, por extensão, garantir a sua participação na democratização:

A unidade nacional não é um fim, mas um meio — o instrumento que devemos forjar e aperfeiçoar na luta contra o nazismo. É claro que agora, durante a guerra, essa unidade deve e pode ser alcançada em torno do governo. É no seu processo que conseguiremos a pacificação da família brasileira pela anistia, assim como as liberdades civis e a prática da democracia no país¹⁰⁵.

Não à toa, o programa de União Nacional formulado pelo partido destacava a necessidade de: “indicar ao Governo oportunamente qual o melhor caminho a seguir no restabelecimento —

¹⁰³ Projeto de declaração da ANL e do PCB. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹⁰⁴ Vale destacar que, em meio ao conflito pelo controle da democratização, os liberais, que também se diziam defensores da União Nacional, adotaram a mesma estratégia de condicionar a efetivação da campanha à contemplação de algumas contrapartidas. Eles afirmavam que a unidade nacional só se concretizaria se Vargas convocasse eleições presidenciais e passasse a condução da democratização para as mãos do Poder Judiciário.

¹⁰⁵ Carta a um amigo (20 jun. 1944). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

finda a guerra e dentro da ordem e da lei – das instituições democráticas e representativas no país”¹⁰⁶. Ao mesmo tempo que reforçavam a necessidade de a sociedade apoiar Vargas, os comunistas também colocavam a campanha para além do presidente à medida que destacavam sua importância para a consolidação da verdadeira União Nacional, buscando, assim, tirá-la do seu controle exclusivo. Logo, não é exagero afirmar que essa tentativa de apropriação da campanha revela que o PCB já agia como uma força política autônoma no momento em que ingressou no conflito pelo controle da democratização.

Sinais dessa autonomia também podem ser identificados nos novos aspectos da proposta de aliança com Vargas apresentados por Prestes após ele deixar a cadeia. De acordo com ele, era necessário promover a reformulação da base governista a fim de instituir um governo de coalizão, liderado por Vargas e integrado pelos comunistas na condição de líderes com prestígio popular, para conduzir a transição para a democracia.

Em torno do governo de coalizão o que se quer é que num processo de democratização, as responsabilidades do governo, por meio da recomposição, sejam divididas entre líderes de mais prestígio popular a fim de que se verifiquem eleições livres e honestas. Homens de todas as correntes democráticas devem ser representados nesse governo¹⁰⁷.

Ao sugerir a aliança, o partido pretendia ocupar um espaço na gestão do aparelho de Estado na condição (e legitimado por) de representante dos interesses dos trabalhadores urbanos e das classes médias – setores até então sem representação direta no Estado de Compromisso. Ao mesmo tempo que reivindicavam a sua incorporação ao governo, os comunistas afirmavam que a legitimidade do governo de coalizão dependia da expulsão dos membros da base governista conhecidos por serem simpatizantes dos regimes nazifascistas. Vale lembrar, conforme destacado anteriormente, que vigorava a orientação de que a adesão à campanha da União Nacional não deveria se dar em torno do governo como um todo, mas do seu líder. Em vista disso, Prestes reforçou aos integrantes do partido a necessidade de adotarem uma postura ativa, denunciando a presença de “quinta-colunas” no governo.

Apontar os venais e incapazes, prejudiciais à ação do governo e particularmente à luta contra o nazismo, é fazer obra construtiva e concorrer para unidade nacional, mas os

¹⁰⁶ Projeto de declaração da ANL e do PCB. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹⁰⁷ Diário Carioca, 27 abr. 1945, p. 3.

meros insultos generalizados, pelo contrário, só ajudarão aos agentes do inimigo e aos adversários da unidade nacional¹⁰⁸.

Ou seja, o apoio à manutenção de Vargas na condução da transição para a democracia não significa que os pecebistas defendiam que ele tivesse um domínio exclusivo sobre o processo. A proposta de aliança feita por Prestes atribuía ao novo governo de coalização, e não somente ao presidente, o controle da democratização. Caso se concretizasse, a formação do governo de coalizão a partir da reformulação proposta pelos pecebistas seria a materialização da frente ampla de União Democrática Nacional que o PCB pretendia formar desde o início da Segunda Guerra Mundial. Logo, é um equívoco afirmar que o PCB procurou simplesmente aderir ao governo, em grande parte porque, nesse caso, o termo “adesão” carrega consigo a ideia de sujeição a uma força maior, além de ocultar as contrapartidas apresentadas.

Levando em consideração o alinhamento da linha de atuação política adotada pelos pecebistas com as orientações soviéticas, a leitura de conjuntura que fundamentava a decisão pelo apoio à campanha governamental, a adoção de uma postura ativa, a crise de hegemonia vigente no Brasil e as condições que o PCB impôs para a consolidação da verdadeira União Democrática e para o estabelecimento da aliança com o presidente, é possível concluir que o PCB se inseriu no conflito pelo controle da democratização de maneira alinhada a Vargas, buscando, no entanto, uma autonomia e um protagonismo dentro da aproximação que se constituía entre eles, e não se submetendo simplesmente aos interesses e ordens do ditador. Cientes da própria fragilidade diante das outras forças políticas que disputavam o controle da transição para a democracia, os pecebistas viam no eventual governo de coalizão liderado por Vargas e integrado por eles uma possibilidade de reunir as condições necessárias para que também pudessem influenciar o processo de constituição do regime democrático que passaria a vigorar no país e, conseqüentemente, de efetivar os objetivos que atrelavam àquele processo. Por fim, não há indícios de que os comunistas defendiam a criação ou até mesmo a sua participação em um eventual governo Vargas após a instauração do regime democrático. A proposta da aliança estava delimitada ao período de transição para a democracia. Conclui-se, assim, que uma terceira força política, para além dos liberais e daquela liderada por Vargas, se mobilizou de maneira autônoma para influenciar os rumos da democratização, o que ajudará a explicar por que o conflito continuou em vigência mesmo após a queda do ditador.

¹⁰⁸ Idem.

Constatado o caráter independente da atuação política do PCB em relação a Vargas, torna-se necessário explicar também que as pretensões do partido eram bem maiores do que aquelas apontadas pelos defensores da tese da submissão:

Sabe-se que a aliança, que é anunciada em maio, sob a forma de adesão dos comunistas ao governo, para tornar-se efetiva em julho e terminar em outubro, se devia em parte a uma confluência de interesses políticos e em parte a algum arranjo segundo o qual o PCB obteria sua legalidade em troca de um apoio ao ditador então em dificuldades [...] o que se observa é mais a tentativa de adesão dos comunistas ao governo do que uma aliança¹⁰⁹.

Apesar de não ter esmiuçado a crítica, Ricardo Maranhão (1979) apontou para a falta de fundamentação documental das interpretações que definem aproximação dos pecebistas em relação ao governo como um sinal de que eles visavam apenas a legalidade do partido ou a ampliação do apoio que recebiam dos trabalhadores mais próximos a Vargas¹¹⁰. Assim como Gildo Brandão (1992) e Silvio Alem (1981), entendo que naquele momento as pretensões do PCB em relação à democratização eram bem maiores do que garantir o seu retorno à atividade partidária:

[...] o PCB não tinha abandonado a proposta de chegar ao poder. Não pela adesão de uma ‘redemocratização pelo alto’ ou pretendendo acriticamente obter o controle (apenas) do Ministério do Trabalho: nossa hipótese é que as pretensões do PCB eram bem maiores. Pretendia-se uma associação no Poder com Vargas – associação que se imaginou possível, possibilidade cuja dimensão subjetiva é difícil dizer. Apresentando um – programa de tímidas reformas, pretendendo obter a confiabilidade da classe dominante, pregando ‘ordem e tranquilidade’, o projeto comunista era o de ganhar espaço no aparelho de Estado – numa dimensão bem maior que aquela, assinalada por Spindel e Werneck Vianna, - e isso, a curtíssimo prazo (ALEM, 1981, p. 196; 313).

Maiores inclusive do que o programa de tímidas reformas apontado por Silvio Alem. Conforme será exposto no próximo capítulo, a democratização passou a ser vista pelos pecebistas como uma oportunidade de efetivar o seu próprio Projeto de Desenvolvimento Nacional, o qual passarei a chamar de projeto de nação.

¹⁰⁹ WEFFORT, 1973, p. 77; 78.

¹¹⁰ Esta interpretação também é defendida por José Eduardo de Oliveira em sua tese “O discurso democrático no pós-guerra: a voz do PCB”, de 2002.

Capítulo 2. União, Democracia e Progresso: a expectativa do PCB em relação à democracia

Entusiasmados com os indícios de que a Segunda Guerra Mundial se encaminhava para o fim e motivados pela crescente expectativa em relação ao estabelecimento do regime democrático no Brasil, os pecebistas iniciaram, em meados de 1944, a tentativa de atribuir um novo objetivo à campanha de União Nacional. Aos poucos, a urgência de dizimar o inimigo fascista começou a dividir o centro das atenções nos documentos e pronunciamentos do partido com a orientação de que a união dos brasileiros também se fazia necessária para promover o progresso do país.

Mas a União Nacional é ainda difícil em nossa terra, a verdadeira união por que lutamos e consideramos necessária, união de todos os brasileiros progressistas e democratas, que compreendam a necessidade de liquidar os últimos restos do fascismo e da quinta-coluna em nossa terra e de romper com todos os obstáculos que ainda impedem a livre e rápida expansão do capitalismo no país [...]. A União Nacional é necessária e indispensável ao progresso do país ¹¹¹.

Constituiu-se, assim, um dos principais lemas adotados pelos pecebistas durante toda a democratização: “União, Democracia, Progresso”¹¹². A atribuição dessa nova finalidade à campanha criada pelo governo, dialogando com o seu forte viés nacionalista, é mais um indício da intenção dos comunistas de se apropriar do poder de mobilização que ela exercia no âmbito da sociedade civil a fim de efetivar as expectativas que eles próprios atrelavam à formação do regime democrático. As recorrentes tentativas de apropriação da campanha também reforçam a interpretação de que a aproximação do PCB em relação a Vargas não resultou, necessariamente, na sua submissão aos interesses do ditador. Por fim, a definição do progresso como uma nova

¹¹¹ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹¹² Além de compor constantemente os pronunciamentos dos líderes pecebistas, este lema fazia parte do *layout* do jornal *Tribuna Popular*.

meta da União Nacional revela que o PCB tinha objetivos muito maiores atrelados à instauração da democracia do que garantir sua legalidade (WEFFORT, 1973), tirar proveito da relação que Vargas tinha com os trabalhadores para se aproximar da categoria (ALMINO, 1980) ou simplesmente conquistar um lugar no governo (SPINDEL, 1980).

Naquele momento, os pecebistas estavam cada vez mais confiantes de que o término da guerra estabeleceria uma nova conjuntura internacional, favorável ao progresso do Brasil:

O capital reacionário e colonizador foi em parte derrotado pelas Nações Unidas que, segundo os termos da Carta do Atlântico e das decisões posteriores de Teerã a São Francisco, se comprometeram a defender os povos da agressão e a não intervir em seus negócios internos. E nestas condições abrem-se agora para todos os povos, especialmente com a Carta da Paz que vem de ser assinada em São Francisco pelos representantes de 50 nações, amantes da paz e da democracia, novas perspectivas mais promissoras no caminho do progresso e da emancipação política e econômica¹¹³.

De acordo com essa leitura, a vitória dos países Aliados contribuiria diretamente para o término das interferências estrangeiras na economia nacional o que, por sua vez, permitiria o seu desenvolvimento. De tal modo, o termo “progresso” passou a ser constantemente associado à ideia de emancipação política e econômica da nação, isto é, ao estabelecimento da democracia e ao desenvolvimento do capitalismo nacional. O otimismo gerado pela derrota dos fascistas nos campos de batalha internacionais era tão grande, que Prestes chegou a afirmar que “com uma rapidez que a muitos surpreende, modifica-se nossa situação política e damos passos decisivos para a democracia, de maneira a poder o Brasil em breve alcançar pelo seu regime político os países capitalistas mais avançados”¹¹⁴. Como bem observou Gildo Brandão (1992, p.30), diferente de outros períodos da história do partido, naquele momento o PCB não adotava uma “leitura catastrófica da realidade, vale dizer, das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo e da democracia, leitura por sua vez intimamente ligada à visão apocalíptica de uma ‘revolução socialista iminente e imanente a todas as ocorrências da luta social e política’”. O líder pecebista não escondia de ninguém que o objetivo do seu partido naquele momento era promover o desenvolvimento do capitalismo nacional. Assim como as oposições liberais, o PCB atrelava os rumos da economia nacional à implantação da democracia. Portanto, não é

¹¹³ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹¹⁴ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

possível concluir que a aproximação dos pecebistas em relação a Vargas situava-se apenas no âmbito de uma preocupação exclusivamente política (WEFFORT, 1973).

Preocupados em justificar um objetivo que a princípio poderia ser considerado contraditório, haja vista que se trata de um Partido Comunista, os pecebistas argumentavam que o amadurecimento do sistema capitalista seria o meio mais eficaz para eliminar o que eles entendiam como os principais obstáculos para o progresso do país: a influência do inimigo imperialista e a estrutura agrária brasileira. Entendimento esse que fragiliza a interpretação de que ao longo da democratização “o anti-imperialismo e a ideologia fortemente nacionalista do PCB, marcante desde o início de 30, foram colocados momentaneamente em segundo plano, no seu discurso político” (MARANHÃO, 1982, p. 33). Prestes afirmava que aquele era o momento para aperfeiçoar o capitalismo nacional, uma vez que o Brasil ainda apresentava resquícios de seu passado colonial. Desenvolvendo esse argumento, o líder pecebista afirmou que “num país industrialmente atrasado como o nosso, a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva”¹¹⁵. Trata-se da mesma afirmação feita por Lenin sobre a realidade da Rússia pré-revolucionária. Nesse sentido, o desenvolvimento do sistema capitalista era apresentado como uma possibilidade de promover a ampliação da produção nacional, algo extremamente benéfico aos trabalhadores, uma vez que resultaria no barateamento do custo dos produtos de primeira necessidade; em outras palavras, na ampliação do poder de compra do seu salário. Com efeito, a consolidação do capitalismo passou a ser definida como a única forma de salvar os operários brasileiros da miséria. A importância atribuída ao desenvolvimento do capitalismo nacional era tamanha, que os pecebistas chegaram a defini-lo como uma condicionante para a consolidação da democracia no país.

Em meio às justificativas, também era comum a preocupação em diferenciar o capitalismo que pretendiam implementar no Brasil daquele vigente no país até então. Segundo Prestes:

É claro que o capitalismo do após-guerra não será o mesmo capitalismo anterior nem, muito menos, o do século XIX, mas, ainda assim, capitalismo, que apresentará, numa combinação em graus diversos, conforme as condições específicas de cada país, grandes empreendimentos estatais ao lado da livre iniciativa individual¹¹⁶.

¹¹⁵ A situação no Brasil e no Mundo (23/05/1944). Entrevista publicada pelo jornal O Globo em 15 mar. 1945. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹¹⁶ Idem.

Conforme será exposto a seguir, o papel atribuído ao Estado no gerenciamento do capitalismo almejado pelo PCB diferia muito daquele existente durante a Primeira República e do que os defensores do liberalismo propunham. Também havia a ressalva de que o progresso “precisa ser, antes de tudo, a negação da pobreza e da miséria, da ignorância e do atraso em que ainda hoje vegetam milhões de brasileiros”¹¹⁷. Ou seja, da mesma forma que era vinculada ao desenvolvimento do capitalismo nacional, a ideia de progresso também era associada à necessidade de combater a miséria e elevar a qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros. Os comunistas entendiam, inclusive, que esse novo capitalismo contribuiria para que os operários brasileiros se constituíssem enquanto classe mais rapidamente.

O fato de o PCB defender que progresso dos países que ainda apresentavam realidades coloniais, semicoloniais ou dependentes passava pela constituição de um capitalismo nacional autônomo e atrelar o desenvolvimento desse capitalismo à instauração do regime democrático é também um reflexo do seu estreito alinhamento em relação às orientações estabelecidas pelos dirigentes da III Internacional. No VI Congresso (1928) realizado pelas lideranças comunistas, foi retomada a perspectiva etapista do processo revolucionário, a ideia de “revolução em dois tempos”. Inicialmente, por meio da adoção do regime democrático, seria promovida a transição do sistema colonial para o capitalista, concretizando, assim, a Revolução Democrático-Burguesa. Então, somente em um segundo momento, seria realizada a passagem para o socialismo (CARVALHO, 2007). Nesse sentido, os líderes da Komintern alertavam os diferentes partidos comunistas que “seria um profundo erro supor que a luta pela democracia poderia desviar o proletariado da revolução socialista [...]. Não é possível chegar à vitória do socialismo sem a realização de uma total democracia” (BROUÉ, 2007, p. 842). Trata-se de uma interpretação padronizada do processo de desenvolvimento histórico, estruturada a partir da ideia de que o socialismo seria um desdobramento, o estágio posterior da evolução do regime capitalista, o resultado de um processo contínuo e inequívoco. Dentro dessa linha de raciocínio, a democracia era entendida como um meio de transformação, um mecanismo indispensável para a viabilização do processo que resultaria na constituição do socialismo. Esse entendimento evidencia, portanto, a convergência entre o projeto de nação e o projeto de democracia pecebista.

Atento a essa questão, Hélio da Costa afirma que (1995, p. 26) “o estabelecimento da democracia era, na compreensão do PCB, condição fundamental para criar as chamadas

¹¹⁷ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

condições objetivas (avanço das forças produtivas) e subjetivas (consciência de classe) para ressaltar a contradição fundamental entre classe operária e burguesia, estágio precedente necessário para atingir o socialismo”. Quer dizer, a democracia não era apenas um objetivo em si, um objetivo final, mas também um meio que levaria a outras transformações graduais (ALMINO, 1980, p. 265). Observa-se, assim, que a concepção de democracia adotada pelo PCB ainda conservava os traços tático, instrumental, defensivo e economicista identificados por Gildo Brandão (1992, p. 117) ao analisar a atuação dos comunistas por trás da ANL. A adoção dessa concepção instrumental da democracia também indica que ela possuía o *status* de “valor estratégico permanente” (COUTINHO, 1984, p. 37) para os pecebistas. Portanto, o fato de a democracia ser vista como meio e, ao mesmo tempo, condição para a promoção do progresso e da justiça social que garantiriam “a independência e libertação do povo brasileiro” reforça o entendimento de que os pecebistas tinham amplos objetivos atrelados à instauração do regime democrático. Por extensão, também é possível afirmar que, diferente do que aponta Weffort (1973, p. 80), a atuação do PCB ao longo da democratização não foi pautada pelo interesse de preservar a ordem em vigência. Conforme os próprios comunistas costumavam dizer, aquele era o momento de realizar uma revolução “democrática em sua forma de governo e burguesa no seu conteúdo econômico”.

É importante destacar, que a intenção de promover uma revolução burguesa, atrelada à implantação do regime democrático, já era manifestada pelos pecebistas desde 1938, ou seja, antes mesmo do início da democratização e da proposta de aliança feita a Vargas. Naquele momento, dentro do cárcere, Prestes definiu quais deveriam ser os rumos da Revolução Brasileira:

[...] romper todos os freios que estão impedindo o nosso desenvolvimento capitalista, implantando democracia de verdade, pela primeira vez, em nossa Pátria, e dando um impulso ao seu progresso econômico e à cultura do nosso povo. Nós comunistas, dizemos, por isto, que a Revolução Brasileira está, atualmente, em sua etapa democrática-burguesa¹¹⁸.

Na realidade, no período anterior ao ingresso de Prestes no partido já existiam defensores da Revolução Democrático-Burguesa entre seus integrantes, considerando-se Octávio Brandão

¹¹⁸ Cartas ao Tenente Severo Fournier – terceira carta. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

(1896-1980)¹¹⁹, importante quadro da primeira geração do PCB. Esse projeto foi defendido inclusive pela ANL, contribuindo para que o movimento adquirisse o apoio de diferentes setores da sociedade. A identificação da anterioridade dessa intenção em relação à proposta de aliança reforça a interpretação de que os pecebistas não se submeteram aos interesses de Vargas durante a transição para a democracia.

A ampla aceitação dos pecebistas em relação à leitura de que a Revolução Democrático-Burguesa promoveria transformações econômico-sociais que eliminariam os entraves ao desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo, permitindo que ele fizesse frente aos interesses da burguesia mercantil e do capital internacional, revela a confiança que eles tinham na democracia como mecanismo de transformação. Eles pareciam acreditar que, uma vez estabelecida a democracia e suas instituições, seria praticamente inevitável a solução do que definiam como “os problemas que impediam o progresso da Nação”:

Estamos convencidos de que um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas. Será possível legislar sobre a propriedade da terra, em particular dos latifúndios abandonados nas proximidades dos grandes centros de consumo e das vias de comunicação já existentes [...]. Num Parlamento democrático será possível legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país [...]. Protegeremos num Parlamento democrático a indústria nacional ameaçada pela concorrência estrangeira, entregando ao Estado o controle planificado de nossas importações.¹²⁰

Observa-se, novamente, que o regime democrático era visto como uma forma de defender o país do inimigo estrangeiro – naquele momento, cada vez mais associado aos representantes do capital internacional do que aos fascistas –, constituindo uma barreira à sua interferência na economia e na política nacional. De acordo com Leôncio Basbaum (1907-1969), importante integrante do PCB durante as décadas de 1930 e 1940, “Prestes confiava não somente nas forças do Partido, na realidade inertes e incapazes de agir por conta própria, como na força moral da Democracia, que, após a derrota do nazismo, parecia haver-se instalado no mundo por toda a eternidade” (1976, p. 201). Tanto que o líder pecebista chegou a afirmar que “num Parlamento, mesmo reacionário, um só homem digno pode muito fazer na defesa dos interesses do povo”¹²¹.

¹¹⁹ Entre os pesquisadores da história do PCB prevalece a leitura de que Octávio Brandão foi o primeiro grande defensor, e teórico, da Revolução Democrático-Burguesa no partido. O entendimento é de que sua obra é marcada pelo positivismo e cientificismo na análise da realidade social brasileira (DEL ROIO, 2004).

¹²⁰ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹²¹ ANAIS da Constituinte, 1947/51:38-39.

Havia, inclusive, a esperança de que, restituídas as instituições democráticas, seria maior a probabilidade de ampliar os direitos dos trabalhadores, que também eram vistos como um elemento definidor do progresso:

Enfim, só um Parlamento democrático poderá rever de maneira inteligente nossa legislação trabalhista e assegurar a liberdade sindical que, a par das liberdades civis, constitui sem dúvida o elemento básico e indispensável para a realização prática de muita coisa que não passou até hoje da letra da lei.¹²²

Esse extremo otimismo salta aos olhos, tendo em vista o descrédito atrelado à democracia liberal, tanto no plano nacional quanto no internacional, apenas uma década antes.

A enorme confiança depositada na perspectiva etapista do processo revolucionário fez com que os pecebistas abandonassem a estratégia de tomar o controle do Estado por meio de uma revolução armada, orientada pela perspectiva da luta de classes (OLIVEIRA, 2002, p. 204)¹²³, contribuindo também para a adoção de algumas pautas reformistas. De acordo com Prestes, estava claro “que entre nós faltam para uma revolução socialista não só as mais elementares condições subjetivas como as imprescindíveis condições objetivas”¹²⁴. Não à toa, naquele período “a defesa da democracia era um elemento muito mais presente no discurso comunista que a luta pelo socialismo, que apareceu muito secundariamente naquele momento” (OLIVEIRA, 2002, p. 142). Em vista disso, passou a vigorar a orientação de que a atuação política dos integrantes do partido deveria ter como objetivo:

O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país. Na situação atual do Brasil, podemos afirmar com Lenin que nada pode haver de mais reacionário do que pretender a salvação da classe operária em qualquer coisa que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo. Está nisto a base material, objetiva, de uma ação democrática unificada, perfeitamente possível nas condições brasileiras do mundo de após-guerra, do proletariado com a burguesia nacional progressista¹²⁵.

¹²² União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹²³ Nesse caso, não é demais lembrar que desde 1935 vigorava a Lei de Segurança Nacional que, entre outras coisas, definia como crime (art. 14) a pregação do ódio entre as classes.

¹²⁴ A situação no Brasil e no Mundo (23 maio 1944). Entrevista publicada pelo jornal O Globo em 15 mar. 1945. *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹²⁵ A situação no Brasil e no Mundo (23 maio 1944). Entrevista publicada pelo jornal O Globo em 15 mar. 1945. *IN*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

Nota-se que a diretriz da postura ativa passou a ser ainda mais recomendada, não apenas como forma de garantir o estabelecimento da democracia, mas também como condição para promover a modernização do sistema capitalista vigente no país e, conseqüentemente, a superação dos entraves econômicos nacionais. Não se falava mais em revolução agrária, em hegemonia do proletariado e na “instauração da República Operária e Camponesa sobre a base dos Sovietes, agrupando a classe operária e a massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa)”¹²⁶. Havia desaparecido também a proposta de constituir um governo revolucionário popular, a qual deu lugar à ideia de formar um governo republicano progressista em parceria com outros setores da sociedade. A referência mais próxima à antiga pauta de implantação do socialismo no novo estatuto elaborado pelo partido era: “[...] visando sempre o progresso e a independência do Brasil e a liberdade, a cultura e o bem-estar do seu povo, no caminho do desenvolvimento histórico da sociedade para a abolição de toda exploração do homem pelo homem, com o estabelecimento da propriedade social dos meios de produção”¹²⁷. Portanto, conforme Vianna (1976, p. 260; 261) já havia destacado, para o Partido Comunista do Brasil “a conjuntura não realizava um momento revolucionário. Tratava-se de propor uma ordem democrática, que viabilizasse a solução pacífica de alguns problemas decisivos, como o da definição político-institucional do novo regime em relação às classes subalternas, o agrário, o nacional e o da estruturação do poder político”. Não por coincidência, logo no primeiro pronunciamento público realizado após sair da cadeia, Prestes afirmou que: “Nós, comunistas, não vacilamos. Já escolhemos há muito o nosso caminho — união, democracia, desenvolvimento pacífico — é o melhor caminho, é o que indicamos ao nosso povo”¹²⁸.

O fato de os pecebistas acreditarem que aquele era o momento de garantir a constituição das condições necessárias para promover uma Revolução Democrático-burguesa no Brasil ajuda a compreender porque propuseram uma aliança a Vargas e adotaram uma linha de atuação política pautada pela colaboração e a ordem a tranquilidade. Por extensão, também reforça a interpretação de que os comunistas não se submeteram aos interesses do ditador.

¹²⁶ A crise do PCB: resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira. IN: CARONE, Edgard, **O PCB (1922 a 1943)**, op.cit., p. 220.

¹²⁷ Trecho do estatuto do PCB publicado na Tribuna Popular, 28 jun. 1945, p. 5.

¹²⁸ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

Corriqueiramente, eles faziam menção à implementação da CLT¹²⁹ e à adoção de uma agenda econômica caracterizada pelo viés nacionalista e uma relevante intervenção estatal como indícios de que a manutenção de Vargas na presidência oferecia possibilidades maiores para garantir as conquistas democráticas que levariam à modernização do capitalismo nacional. A adoção da prática colaboracionista também era justificada pelo mesmo objetivo:

Mas a solução de todos esses problemas exige a mais ampla e sólida União Nacional, a colaboração sincera e leal de todos os verdadeiros patriotas, independentemente de categoria social, ideologias políticas e credos religiosos. E isto é praticamente possível porque os problemas que enfrentamos, dada a estrutura econômica de nosso país, são no essencial problemas da evolução democrático-burguesa, todos eles resolvidos nos países de normal desenvolvimento capitalista.¹³⁰

Nota-se na fala de Prestes a grande confiança que ele depositava na possibilidade de uma aliança dos trabalhadores com a burguesia nacional – mediada pelo PCB – a fim de promover o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, e não apenas a instauração do regime democrático. Essa expectativa era fruto do entendimento de que a Revolução Democrático-Burguesa seria benéfica para todos os setores da sociedade, uma vez que a burguesia nacional, e não apenas os trabalhadores, também era prejudicada pelo atraso do capitalismo nacional. Logo, ela não precisaria mais ser efetivada sob a hegemonia da aliança operário-camponesa. Ou seja, naquele momento, os pecebistas não entendiam os interesses da burguesia nacional e dos trabalhadores como antagônicos, irreconciliáveis, vide a seguinte fala de Prestes: “operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares, havemos de vencê-la, dirigir nossa Pátria pelo caminho do progresso e salvar nosso povo do aniquilamento físico, do atraso cultural e da decadência moral que o ameaça”¹³¹. Portanto, com bem aponta Ianni (1989, p. 114), “em nome do nacionalismo, por um lado, e da industrialização e reforma agrária, por outro, negam-se ou minimizam-se as contradições de classes”.

Após essa breve reflexão sobre como os pecebistas procuravam vincular o desenvolvimento do capitalismo nacional à instauração da democracia, é possível concluir que

¹²⁹ Vale lembrar que a CLT ainda era muito recente e que setores do empresariado resistiam em cumprir com suas determinações. Em vista disso, vigorava, inclusive, o temor de ela ser extinta, dependendo dos rumos que a democratização seguisse.

¹³⁰ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹³¹ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

o PCB não só atrelava objetivos maiores à democratização, como estava preocupado com o regime democrático em si, com as características da democracia que seria adotada no país. Em vista disso, é fundamental destacar que, no entendimento dos pecebistas, não seria qualquer democracia que possibilitaria a realização da Revolução Democrático-Burguesa. Não à toa, durante toda a democratização, os comunistas falavam constantemente na constituição da “verdadeira democracia”. No mesmo sentido, eles afirmavam que, pela primeira vez, o regime democrático seria estabelecido no país: “teremos então, pela primeira vez no Brasil, a democracia e só isto constituirá uma revolução de consequências imprevisíveis na sua grandiosidade para o futuro e o progresso do Brasil”¹³². Além da crítica implícita ao Estado Novo, que se afirmava uma democracia, esse ponto de vista também explicita todo o descrédito em relação ao caráter democrático atribuído pelos liberais à Primeira República¹³³. Logo, ao analisar os objetivos que pautavam o envolvimento dos pecebistas com a democratização é indispensável levar em consideração que o PCB possuía uma concepção de democracia diferente daquela adotada por outras forças também inseridas no conflito pelo controle daquele processo. Consequentemente, conforme destaca José Álvaro Moisés (1986, p. 150), torna-se necessário analisar a existência de “projetos de democracia em confronto nas experiências de transição”.

2.1 A disputa pela definição da verdadeira democracia

No momento em que a Segunda Guerra Mundial se encaminhava para o término, a concepção liberal de democracia ainda não havia se tornado hegemônica no Brasil, o que contribuía para o surgimento de concepções distintas daquele regime político:

Na América, a nossa própria interpretação de Democracia é suficiente, mas, na Europa, a Democracia americana resultaria em nada mais que dissensões, questionáveis, intermináveis e guerras civis [...] E se acrescentarmos a interpretação soviética de Democracia, que é baseada – segundo Mr. A. Sokolov, em ‘A Guerra e as Classes Trabalhadoras’ – nas garantias econômicas, teremos então três pontos de vista sobre a Democracia, cada um de certa maneira em oposição ao outros.¹³⁴

¹³² A situação no Brasil e no Mundo (23 maio 1944). Entrevista publicada pelo jornal O Globo em 15 mar. 1945. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹³³ Nesse caso, é interessante destacar que apesar de defender o seu caráter democrático, nem mesmo os liberais tinham a intenção de reconstituir a experiência política da Primeira República.

¹³⁴ “O conceito de democracia”. Correio da Manhã, 8 ago. 1945.

Na maioria das vezes, os contrastes entre as diferentes compreensões iam além das questões referentes à estrutura institucional e ao *modus operandi* da democracia, envolvendo também os aspectos econômicos e sociais vinculados ao regime democrático e a atribuição de amplitudes discrepantes ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. A existência de entendimentos distintos já gerava preocupações na época, vide a reportagem publicada pelo Correio da Manhã, enquanto Vargas ainda estava no poder:

As questões políticas que se multiplicam na Europa e na Ásia fazem crer em graves divergências existentes entre as várias interpretações do significado de Democracia. E não nos atribulam meras diferenças de definição. O problema é mais profundo. Falta-nos um denominador comum para o termo; um conceito com que concorde a maioria [...]. Não se trata de um simples debate acadêmico e sim de uma questão que exige solução se pretendermos realmente evitar uma série infundável de complicações¹³⁵

Nesse contexto, a divisão do poder que seria estabelecida entre a sociedade civil e o Estado também era um elemento central de divergências entre as diferentes forças políticas, ainda mais em um momento no qual os trabalhadores urbanos passaram a ter maior autonomia e reivindicavam uma maior relevância na cena política. Logo, a análise das divergências atreladas a qual democracia deveria ser adotada no país é de grande importância para a compreensão dos desdobramentos da democratização, haja vista que a existência de as diferentes concepções contribuiu para que o processo se tornasse ainda mais conflituoso.

Em meio às disputas pela definição daquela que seria a “verdadeira democracia”, os pecebistas procuravam se contrapor à concepção liberal à medida que manifestavam sua admiração pelo modelo de regime democrático que, segundo eles, vigorava na União Soviética. A distinção entre esses dois modelos era frequentemente expressa pela contraposição entre democracia capitalista e democracia proletária: “A vitória militar foi alcançada pela unidade, pela colaboração fraternal dos povos amantes da democracia, em particular pela aliança sincera e honesta das duas grandes democracias capitalistas com a democracia do proletariado”¹³⁶. De acordo com Prestes, a democracia soviética se diferenciava das demais por promover a igualdade econômica, além da política, haja vista que por trás dela havia um sistema econômico que garantia aos cidadãos a estrutura material básica para que eles exercessem seus direitos democráticos. Além de acreditarem que o Estado soviético era um fiel representante dos

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

interesses dos trabalhadores, os pecebistas também remetiam à política de justiça social e ao combate ao imperialismo realizados naquele país para defini-lo como democrático. Ancorados nessa interpretação, os comunistas afirmavam que a sociedade socialista era muito mais democrática do que a liberal. Trata-se de um entendimento incorporado por outros partidos comunistas mundo afora, fruto da influência que recebiam dos dirigentes da III Internacional. Segundo Oliveira (2002, p. 207), “o PCB, seguindo o movimento comunista internacional, corroborou a interpretação que afirmava que a União Soviética não era só um país democrático, mas ainda mais do que isso, o país de Stálin era, no pós-guerra, a principal sustentação da democracia”. Vale destacar que esse julgamento não vinha acompanhado de questionamentos em relação ao amplo controle que o Comitê Central do Partido Comunista Soviético exercia sobre a atividade política desenvolvida na sociedade civil daquele país, ou então, quanto ao caráter autoritário do governo de Stalin. Desse modo, o imaginário que os pecebistas tinham sobre o que viria a ser a democracia soviética tornou-se a principal referência para a construção, mesmo que a longo prazo, do modelo de regime democrático que almejavam implantar no Brasil¹³⁷. O que não os impedia, no entanto, de entender a democracia liberal como um avanço em relação à ditadura do Estado Novo e como um etapa anterior à conquista da democracia proletária.

Os pecebistas afirmavam frequentemente que para conquistar a “verdadeira democracia” a democratização não poderia ficar restrita à escolha de um novo presidente, ao restabelecimento das liberdades individuais mínimas e ao retorno da atividade das instituições características do regime democrático. Desenvolvendo esse raciocínio, diziam que o sufrágio universal e proclamação da igualdade dos cidadãos perante a lei não seriam totalmente contempladas enquanto existisse desigualdade econômica, que era necessário adotar práticas materiais e concretas de combate à miséria e à desigualdade social para que fosse possível propiciar a efetiva a liberdade associada à democracia. A pauta da democracia, pensada para além da escolha de um novo presidente e do restabelecimento de suas instituições, vincula a esfera do político à do social e à do econômico de maneira indissociável. Partindo desse entendimento, argumentavam que a instauração do regime democrático deveria ser pautada pela promoção de justiça social, pela consumação de condições mínimas de saúde, instrução e cultura, que assegurassem uma vida digna a todos. Assim, além de exigir a liberdade de manifestação, de associação, de reunião e a autonomia da atividade sindical, os comunistas

¹³⁷ É necessário destacar que a referência da democracia soviética se fazia mais presente na cúpula do que na base do partido.

também passaram a reivindicar a democratização das relações econômicas, do acesso aos produtos de primeira necessidade e das relações de trabalho: “é claro que a estrutura econômica do país está a reclamar modificações radicais, sem as quais será não só impossível melhorar a situação das grandes massas, como também assegurar a base econômica da democracia”¹³⁸. Daí, a mobilização pela realização da reforma agrária e a campanha pela extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo. Reivindicavam, assim, uma democracia e, por extensão, uma democratização que gerasse transformações nas estruturas política e econômica, bem como na dinâmica das relações sociais vigentes no Brasil. Ou seja, diferente dos liberais, os pecebistas não entendiam que o estabelecimento da democracia se restringia à “normalização institucional” do país e à realização periódica de eleições. Por extensão, também é possível concluir que a amplitude da democratização almejada pelos pecebistas era maior do que a das outras forças políticas, seja por conta da demanda pela contemplação dos aspectos econômicos e sociais ou pela relevância que se pretendia atribuir à atuação política no âmbito da sociedade civil.

Nesse caso, observa-se que, quando se referiam ao regime democrático, os pecebistas não atribuíam uma primazia à liberdade frente à igualdade, como fazia a oposição articulada em torno da UDN, tanto que eles criticavam constantemente a democracia liberal por não combater a desigualdade social. Os comunistas iam além das ideias liberais ao investir na polissemia do termo liberdade, remetendo-o, por exemplo, à expectativa de que a democracia promoveria a liberdade do Brasil em relação aos países estrangeiros. Portanto, em sentido diverso daquele identificado por Gomes (1988), é possível afirmar que os pecebistas também procuraram ampliar a ideia de liberdade que era constantemente associada ao regime democrático, indo além da distinção dos direitos de governantes e governados.

É fato que os pecebistas não eram os únicos a apontar para a necessidade de considerar os aspectos econômicos da democracia. Já no Manifesto dos Mineiros, os liberais indicavam a intenção de efetivar “alguma coisa além das franquias fundamentais, do direito de voto e do *habeas corpus*. Nossas aspirações fundam-se no estabelecimento de garantias constitucionais, que se traduzam em efetiva segurança econômica e bem-estar para todos os brasileiros, não só das capitais, mas de todo o território nacional”¹³⁹. No entanto, as oposições liberais não

¹³⁸ Em marcha para um grande partido comunista de massas. Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB em 8 de dezembro de 1946. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹³⁹ Manifesto ao Povo Mineiro (24 out. 1943). Disponível em: <http://www.dhnet.org.br>. Acesso em: 27 out. 2021.

apresentaram, ao longo da democratização, propostas concretas de combate à desigualdade econômica e social vigente no país, restringindo-se a manifestar intenções. Além disso, é importante destacar, desde já, que boa parte das pautas progressistas traçadas pela UDN no momento de sua fundação, quando sua composição estava no estágio mais heterogêneo, foram paulatinamente abandonadas após a queda de Vargas (BENEVIDES, 1981). Logo, é possível afirmar que a semelhança entre comunistas e liberais quanto às referências ao aspecto econômico da democracia se restringia ao âmbito do discurso, deixando de existir quando analisadas as propostas concretas apresentadas por cada partido, vide o projeto de nação pecebista, que será analisado a seguir.

Orientados por essa concepção mais ampla de democratização, os pecebistas passaram a atribuir uma grande importância à Assembleia Constituinte, encarada como um momento crucial para a criação do regime democrático. Eles viam no processo de elaboração da nova Constituição a possibilidade de consolidar e ampliar alguns direitos sociais, principalmente dos trabalhadores, e de impor limites à atuação de determinados setores da sociedade definidos como representantes do imperialismo em território nacional. Um meio de garantir as liberdades e direitos básicos para o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. Garantidas essas conquistas, eles pareciam acreditar que o partido ascenderia naturalmente ao poder, efetivando, conseqüentemente, os projetos que tinham para a nação. Nota-se que, em relação a esse aspecto, a democracia defendida pelos pecebistas não se diferenciava muito da democracia burguesa almejada pelos liberais, haja vista a idealização de suas instituições e procedimentos.

Em contrapartida, também é necessário destacar que os pecebistas acreditavam que a formação do regime democrático continuaria em vigência mesmo após a eleição democrática do presidente da República e a formulação de uma nova Carta Magna. Abordando o vínculo dos comunistas com a democracia em diferentes momentos do século XX, Carlos Nelson Coutinho (1984) desenvolve algumas reflexões que ajudam a entender a extensão do percurso de democratização concebido pelos pecebistas. A estratégia se dividia em dois momentos: o primeiro, em que eles precisariam compor uma unidade política com diferentes setores da sociedade a fim de garantir a conquista do regime democrático e de suas liberdades fundamentais, via a Assembleia Constituinte. Concluída essa etapa, eles passariam a lutar pela ampliação do regime democrático, entendida como a organização de uma “democracia de massas”, com crescente participação popular, o que também exigia, conforme eles acreditavam, o estabelecimento de alianças. Só assim estaria concluída a democratização, permitindo que

eles passassem a se preocupar com a transição para o socialismo. Esse entendimento quanto ao percurso de formação do regime democrático está bastante explícito no artigo escrito por Leôncio Basbaum (1907-1969) para a Tribuna Popular:

Mas não devemos perder de vista que a democratização do país não termina de modo algum com as eleições. A democratização é todo um processo que se acha em pleno desenvolvimento. E cabe-nos a tarefa de facilitar esse desenvolvimento até as suas últimas consequências. Podemos distinguir nesse processo duas etapas. A primeira é a que nos leva às eleições, e a segunda é a que começa com elas.¹⁴⁰

Indo adiante, ele ainda define aquelas que seriam as tarefas relativas à segunda etapa da democratização:

1. Apressar a liquidação da crise econômica em que o Brasil se debate através de medidas concretas que tenham por objetivo eliminar a inflação e suas consequências.
2. Atenuar as consequências da crise através de soluções práticas e urgentes para os problemas mais imediatos do povo, de acordo com os seis pontos do discurso de Prestes.
3. Finalmente encarar os problemas mais fundamentais do nosso país, a fim de permitir a sua transformação de país semi-colonial em um país independente econômica e politicamente, visando sobretudo a destruição dos entraves feudais que impedem o nosso progresso e, por fim, a liquidação do pauperismo¹⁴¹.

Nesse trecho, é nítido o vínculo que os comunistas estabeleciam entre a democratização e a realização da Revolução Democrático-Burguesa. Levando esses fatores em consideração, percebe-se que o PCB apoiava a manutenção de Vargas na presidência somente durante parte do primeiro momento de democratização, e não ao longo dela como um todo.

É importante destacar que o próprio Getúlio Vargas havia iniciado, logo nos primeiros meses de vigência do Estado Novo, a disputa semântica e política pela definição daquela que seria a “verdadeira democracia”. Procurando promover a construção “de uma nova concepção, de um novo conceito de democracia” (GOMES, 1988, p. 198), ele passou a utilizar recorrentemente o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para divulgar a democracia que, segundo ele, era empregada pelo seu governo: a democracia social¹⁴². De acordo com Vargas, a autêntica democracia era a que se adaptava à realidade nacional, às especificidades histórico-culturais do Brasil, e não aquela importada de outros países. Assim, o serviço de

¹⁴⁰ Tribuna Popular, 17 jun. 1945.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Conforme indica Lacerda (2008, p. 80), essa democracia também era frequentemente chamada de autoritária, corporativa, econômica, realista e funcional.

propaganda do governo passou a definir a democracia social como o primeiro regime político verdadeiramente brasileiro, o que servia de suporte para a crítica à democracia liberal, tida como inadequada por ser uma cópia de um regime político estrangeiro. No entanto, “em primeiro lugar, fazia-se uma distinção entre liberalismo político e econômico para, em seguida, negar-se o primeiro, mas apenas corrigir-se os exageros do segundo” (GOMES, 1988, p. 205). De tal modo, era justamente na crítica ao liberalismo político que Vargas mais se aproximava dos setores da base governista simpatizantes dos regimes totalitários.

Conforme diversos autores já destacaram, a democracia social defendida por Vargas era praticamente igual à democracia corporativista exaltada em outras partes do mundo. Esse modelo de democracia também surgiu como uma contraposição à democracia liberal, afirmando que o Parlamento e os partidos políticos eram a encarnação do liberalismo falido; intermediários, no mau sentido, entre os cidadãos e o chefe de governo; elementos desnecessários e até mesmo prejudiciais; um retrato de ineficiência a serviço dos particularismos e de interesses regionais. Entendimento esse que é calcado na ideia de que as massas são amorfas, incapazes de escolher corretamente seus representantes (LACERDA, 2008). No lugar da representação individual por meio do voto é proposta a representação coletiva a partir das corporações, entidades que, supostamente, têm como único propósito defender os interesses de uma categoria de trabalho. A organização da representação política por meio de corporações atribuía ao Estado o papel de mediador da relação entre elas. Ainda de acordo com essa lógica, caberia ao Estado gerir os impasses políticos e econômicos vigentes entre as diferentes classes sociais, de forma que os interesses delas se tornassem convergentes e a sua convivência, harmônica. Desse modo, o corporativismo alegava buscar um equilíbrio entre o capital e o trabalho¹⁴³, entre o indivíduo e o Estado (GOMES, 1988, p. 258). Paralelamente, o modelo corporativo de democracia ainda impunha uma série de restrições ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, sobretudo aos trabalhadores, o que reforça o seu caráter centralizador e autoritário. Consequentemente, para

¹⁴³ Todavia, apesar de Vargas ter tentado difundir a narrativa de que atuava com o intuito de promover a harmonia entre as diferentes classes sociais, é evidente como a forma corporativa de gestão do Estado sempre privilegiou os interesses políticos e econômicos das classes fundamentais (VIANNA, 1976, p. 119). De acordo com Brandão (1992, p. 72), o corporativismo brasileiro era um “instrumento político de enquadramento de massas urbanas visando solidarizá-las com o mundo industrial, criar condições institucionais (estabilidade no emprego, mecanismos de cálculo de custos de mão de obra etc.) que possibilitassem a operação regular das empresas num país composto de ilhas urbanas num mar agrário. Estratégia simultaneamente preventiva e coercitiva, o corporativismo visa criar um novo ‘conformismo’, obter o consentimento passivo dos ‘de baixo’ à nova dominação”. No caso brasileiro, a harmonização era, na verdade, a restrição dos direitos políticos dos trabalhadores urbanos.

contrabalancear essa extrema restrição do poder, tornava-se necessária a criação de uma identificação direta entre o ditador e as classes assalariadas consideradas como povo, a construção de uma forte identidade “chefe-povo-governo-Estado”. Assim, o chefe de estado, tido como imparcial, passa a se situar politicamente acima das classes sociais. Preocupado em entender as diferentes concepções de democracia vigentes durante a democratização, João Almino sintetiza de maneira precisa a distinção entre a democracia corporativista e a democracia liberal (1980, p. 358): “Num está a ideia de que é necessário o controle do Estado sobre a sociedade para que os interesses de todos, em benefício da coletividade, sejam harmonizados. Noutro, a ideia de que é necessário assegurar ao indivíduo a ausência de intervenção do Estado naquilo que é fundamentalmente seu e a liberdade de exercício de determinados direitos, em benefício de cada um dos indivíduos, e, portanto, de todos”.

Procurando justificar a extrema centralização do poder em torno de Vargas, os defensores da democracia social afirmavam que os aspectos econômicos e sociais do regime democrático eram mais importantes do que os políticos: “mais uma democracia econômica do que política, voltada primordialmente para a organização do trabalho, para a extinção de privilégios e distinções, para a promoção de justiça social e da igualdade de oportunidades” (LACERDA, 2008, p. 94). Assim, retomavam a crítica à democracia liberal, acusando-a de se limitar a atender os interesses oligárquicos, de se omitir diante das necessidades dos trabalhadores e, conseqüentemente, responsabilizando-a pela eclosão dos conflitos sociais. Não por coincidência, logo no discurso que marcou a inauguração do Estado Novo, Vargas afirmou que:

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.¹⁴⁴

Portanto, como bem aponta Ângela de Castro Gomes (1988, p. 201), “o projeto político do Estado Novo tratava de expurgar o conceito de democracia das ficções liberais, transformando-o em uma nova forma de organização estatal cujo objetivo era a promoção do bem do povo trabalhador, até então excluído da realização de seu próprio destino”.

¹⁴⁴ CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976. p. 256.

A crítica à democracia liberal e a ênfase muito grande atribuída ao Estado enquanto agente realizador das transformações necessárias para que o “povo” pudesse exercer seus direitos democráticos foram aspectos que aproximaram os pecebistas de Vargas ao longo da democratização. Eles fizeram uso, inúmeras vezes, da mesma acusação, alegando que a democracia liberal não atendia ao âmbito econômico e social do regime democrático, isto é, não combatia privilégios e deixava de promover a justiça social. Além disso, os pecebistas não foram os primeiros a atrelar a sua concepção de democracia à ideia de “justiça social”, haja vista os argumentos utilizados por Vargas para caracterizar o Estado Novo como democrático. No entanto, isso não é suficiente para sustentar que o PCB e Vargas compartilhavam da mesma concepção de democracia. De acordo com Lira Neto (2013, p. 444), “Getúlio planejava estabelecer uma representação nos moldes corporativos, ou seja, por categorias e sindicatos profissionais, insistindo na tese de que a política, os partidos políticos e a democracia representativa eram valores arcaicos, indissociáveis do liberalismo e do regionalismo típicos da Primeira República”. Os pecebistas, por outro lado, não questionavam a atividade parlamentar e a legitimidade dos partidos políticos enquanto fidedignos representantes das demandas oriundas da sociedade civil. Além disso, eles reivindicavam a constituição de uma estrutura política que ampliasse o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, afirmando, inclusive, que ela daria origem aos “verdadeiros representantes dos interesses do povo”. Portanto, à medida que Vargas pretendia restringir o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, defendendo uma democracia com maior controle do Estado, o PCB pretendia ampliá-la. Trata-se de uma diferença decisiva entre as duas concepções de democracia.

A amplitude atribuída ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil também era um fator de distinção entre as democracias almejadas por pecebistas e liberais. É fato que alguns membros da UDN chegaram a defender a autonomia da atividade sindical e o direito a greve (BENEVIDES, 1981, p. 53). No entanto, conforme aponta Giovannetti Netto (1996, p. 39), os liberais

não se permitiam pensar a democracia senão por oposição a um regime varguista que abominavam e, por conseguinte, dentro dos limites estreitos que não extrapolavam o formalismo, seja obstaculizando todas as formas de ampliação da participação popular que não fosse o cumprimento do rito eleitoral, seja promovendo as garantias constitucionais de todas as salvaguardas garantidoras da ordem, do direito de propriedade e dos interesses privados.

Assim, enquanto a prática liberal se limitava a reforçar o papel do indivíduo como eleitor, os pecebistas atribuíam aos trabalhadores o papel de força dirigente do processo de formação do regime democrático, conforme será detalhado no próximo capítulo. Eles também se mobilizavam para que a atividade política fosse realizada nos sindicatos e em movimentos comunitários, garantindo, assim as condições para que “o povo” tivesse participação direta na solução dos seus problemas cotidianos e na elaboração de políticas públicas. Para os comunistas, os sindicatos, por serem um espaço de organização e conscientização dos trabalhadores, deveriam transformar-se em um instrumento dos trabalhadores na luta pela conquista de seus direitos políticos e na defesa contra seus exploradores. Desse modo, a visão de democracia defendida pelos pecebistas se aproximava daquilo que Claude Lefort (1991) define como democracia substantiva, caracterizada pelo fato de a participação popular muitas vezes extrapolar o conceito meramente representativo atribuído aos indivíduos na democracia liberal, chegando inclusive a interferir no ordenamento conduzido pela sociedade política. Logo, não é possível afirmar que o regime democrático era para os comunistas apenas uma questão de desenvolvimento econômico, conforme defende Silvio Alem (1981, p. 86; 313). Contudo, é fundamental destacar que apesar dos comunistas procurarem constantemente se diferenciarem da concepção liberal de democracia, o fato de eles depositarem inúmeras expectativas na Assembleia Constituinte, na atividade partidária e nos trabalhos desenvolvidos pelo Parlamento indicava que eles não eram tão avessos à democracia liberal.

Esse amplo embate em torno do modelo de democracia que deveria ser implantada no Brasil, assim como a disputa pela definição dos pré-requisitos para a formação da verdadeira União Nacional, evidencia o quanto a democratização foi influenciada pela crise de hegemonia que havia surgido no final da Primeira República, e que não havia sido superada pela Revolução de 30. As diferentes forças políticas envolvidas no conflito que pautava a formação do regime democrático tentaram mobilizar a sociedade civil em torno de suas próprias narrativas sobre a realidade nacional, compostas por leituras divergentes do passado e das perspectivas sobre o futuro do país. Narrativas essas que já estavam em formulação antes mesmo do início oficial da transição para a democracia, no momento em que a censura ainda restringia o desenvolvimento da atividade política. Como bem aponta Gruppi (1978, p. 3), a crise de hegemonia não opera “apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”. Ou seja, naquele momento, os antigos opositores de Vargas, assim como os

comunistas, estavam retomando suas atividades políticas a fim de disputar não apenas a definição do novo presidente, mas também a direção cultural da sociedade civil.

Identificadas algumas das principais semelhanças e diferenças da democracia almejada pelos pecebistas em relação à democracia liberal e a democracia social, é possível afirmar que, ao longo da democratização, a mobilização do PCB foi articulada a partir de uma compreensão própria do tipo de democracia que deveria vigorar no Brasil. Quer dizer, diferentemente do que aponta Weffort (1978, p. 10), os comunistas foram, sim, capazes de pensar o regime democrático e a liberdade nos seus próprios termos, quando comparados a outras correntes políticas nacionais, não se limitando a defender a democracia de matriz liberal. Trata-se de uma conclusão de suma importância, pois além de ser mais um elemento que particularizava o PCB em relação às demais forças que disputavam o controle da democratização, a adoção de uma concepção própria de democracia também deu origem a uma visão particular de como deveria ocorrer a transição para a democracia.

2.2 O projeto de nação pecebista

Para concluir a análise dos objetivos que o PCB havia atrelado à democratização, também é importante levar em consideração que os pecebistas, mobilizados pela missão de efetivar as condições necessárias à realização da Revolução Democrático-Burguesa, formularam um Projeto Nacional de Desenvolvimento, isto é, um projeto de nação¹⁴⁵, que deveria começar a ser executado assim que o regime democrático passasse a vigorar. Trata-se de algo mais amplo que um plano de governo, tendo em vista a existência de propostas de mudanças estruturais de grande amplitude, as quais exigiam um período mais longo que um mandato presidencial e poderes mais amplos do que aqueles tradicionalmente vinculados ao Executivo para serem concretizadas. A maioria das pesquisas não identifica a existência do projeto de nação pecebista porque partem da premissa de que apenas duas forças estiveram envolvidas no conflito pelo controle do processo de formação do regime democrático brasileiro:

¹⁴⁵ É importante atentar que entre as pesquisas dedicadas a analisar os interesses das diferentes forças envolvidas no conflito pelo controle da democratização existe uma pequena confusão em relação aos conceitos utilizados para indicar e agrupar esses interesses. Muitas vezes os conceitos “projeto de nação”, “projeto de democracia”, “projeto democrático” e “projeto de democratização” aparecem como se fossem sinônimos, prejudicando a precisão das análises. Octávio Ianni (1968, p. 16) é quem atribuiu um maior rigor à utilização desses conceitos, trabalhando com os termos “projeto de modernização”; “projeto de democratização” e “projeto de desenvolvimento”, sem, no entanto, se dedicar a uma definição mais detalhada deles. O conceito “projeto de nação”, utilizado nesta tese, envolve ao mesmo tempo as ideias de um projeto de modernização e de desenvolvimento econômico.

de um lado, estaria o ditador e uma parcela da burguesia industrial nacional, defendendo uma agenda econômica com maior intervenção estatal¹⁴⁶; do outro, unidos pelas ideias liberais, a burguesia ligada ao setor financeiro, outra parcela da burguesia industrial e os antigos opositores de Vargas. O fato de elas centrarem suas análises nos aspectos econômicos, sobretudo no debate em relação ao intervencionismo do Estado na economia, também contribuiu para o surgimento de identificações imprecisas quanto aos diferentes projetos em disputa durante a transição para a democracia.

Possuindo um nítido caráter reformista e prometendo a superação da crise política, social e econômica que vigorava no Brasil, o projeto de nação pecebista foi oficialmente apresentado à sociedade somente após a Anistia e o retorno do partido à legalidade, em um documento intitulado “Resoluções do I Pleno do Comitê Central”. Contudo, deve ser considerado que se tratava do mesmo projeto que o PCB vinha formulando desde 1935, quando iniciou sua aproximação em relação a ANL, ou seja, pelo menos dez anos antes do início da democratização. Assim, em 1938, quando começaram a se aproximar de Vargas, os comunistas já manifestavam a intenção de compor e difundir um programa de reformas que aproximasse a sociedade civil das propostas que tinham para o país: “unir em torno de um programa simples e concreto que satisfaça à necessidade mais imediatas de nosso povo [...] programa de salvação nacional”¹⁴⁷. A identificação de elementos comuns entre o projeto de nação pecebista e as propostas que o partido defendia na década de 1930 é de suma importância, pois ela comprova a existência de traços de continuidade na orientação política adotada pelo PCB, contribuindo, assim, para a desconstrução da interpretação de que os comunistas simplesmente se submeteram aos interesses de Vargas durante a democratização para garantir a legalidade do partido. Vale ainda considerar que o próprio projeto continuou em formulação ao longo da democratização, sob influência direta de elementos daquela conjuntura.

Assim como a linha de atuação política, o projeto de nação defendido pelos pecebistas durante a democratização também tinha relação direta com as orientações que o PCB recebia das lideranças soviéticas. Desde o início de 1930, circulava entre os comunistas brasileiros uma versão adaptada do relatório que continha as deliberações realizadas no VI Congresso da III Internacional, intitulado “A crise do PCB: resolução da Internacional Comunista sobre a

¹⁴⁶ Vale destacar que naquele momento, além de uma parcela da burguesia industrial, integrantes das oligarquias agrárias, os militares e as lideranças da Igreja Católica também apoiavam o projeto de democratização encabeçado por Vargas.

¹⁴⁷ Cartas ao Tenente Severo Fournier. Segunda Carta. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

Questão Brasileira”. Os responsáveis pela organização do evento haviam atribuído para si o papel de traçar as perspectivas de revolução vigentes na América Latina e de estabelecer as linhas de atuação política e tarefas essenciais que os comunistas do continente deveriam cumprir para realizar a Revolução Democrático-Burguesa e, assim, chegar ao socialismo (CARONE, 1976). Nesse caso, é importante destacar, que seus autores não atentavam para as particularidades de cada país, promovendo uma série de generalizações e imprecisões (OLIVEIRA, 2002, p. 183; 184). Foi, portanto, a partir da concepção etapista do processo revolucionário e da leitura da realidade latino-americana contida nesse relatório que se deu a formulação do projeto de nação pecebista.

Em linhas gerais, o relatório elaborado pelos membros da III Internacional definia o Brasil como um país com resquícios de colonialismo, isto é, com formas semifeudais de exploração da propriedade e do trabalho, que impediam o desenvolvimento do capitalismo nacional. Desenvolvendo essa análise, os autores do texto também apontaram os obstáculos que impediam o Brasil de ter um sistema capitalista próprio e independente. De acordo com eles, essa realidade era resultado do fato de o Brasil ter se tornado refém do imperialismo, sobretudo, dos interesses econômicos ingleses, logo após o término do longo período de domínio português. Afirmavam inclusive, que o imperialismo se encontrava em um estágio ainda mais avançado naquele momento, uma vez que os estadunidenses travavam uma intensa disputa com os ingleses para decidir quem exerceria o controle sobre a América Latina. A remessa de capitais para fora do país era um exemplo constantemente utilizado para descrever os desdobramentos dessa ação imperialista ou, como eles diziam, da exploração econômica promovida pelos países estrangeiros. Em vista disso, aqueles que eram considerados representantes dos interesses estrangeiros em território nacional (os latifundiários e a burguesia financeira e usuária) foram inúmeras vezes equiparados aos fascistas na condição de principais inimigos da nação. A interferência do capital internacional na economia brasileira era definida, assim, como o principal obstáculo para o desenvolvimento da indústria nacional e como uma ingerência na própria dinâmica política do país. Essas críticas foram recuperadas pelos pecebistas durante a democratização, vide a estratégia de definir a eliminação da dominação imperialista como mais uma condicionante ao estabelecimento da verdadeira União Nacional.

A estrutura agrária brasileira era apontada como o segundo obstáculo ao progresso do país. Vigorava o entendimento de que ainda existiam formas semifeudais de exploração da propriedade e de relações de trabalho no campo.

O caráter semicolonial dos países da América Latina aparece também em sua estrutura econômica e social. A produção agrícola predomina no conjunto da América Latina. Domina por toda parte o regime da grande propriedade da terra, das grandes plantações e dos grandes latifúndios, englobando em certos países até várias centenas de milhares de hectares¹⁴⁸.

Em vista disso, os latifúndios passaram a ser apontados como o principal entrave ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, uma espécie de engrenagem de exploração exercida pelo capital imperialista, impedindo, entre outras coisas, a ampliação do mercado consumidor interno. No mesmo sentido, o fato de muitos trabalhadores não serem proprietários de suas terras era visto como um fator que contribuía para a existência de resquícios “semifeudais” nas relações sociais e de trabalho vigentes no campo, além de ser definido como responsável pelo êxodo rural e, conseqüentemente, pelas condições precárias de vida de muitos trabalhadores nas cidades.

O que é incontestável é que o grande latifúndio, a grande propriedade, monopólio de uma minoria exploradora, constitui a causa máxima fundamental do atraso do país. São milhões de seres humanos que vivem afastados do mercado, fator nulo em nossa economia, porque, na verdade, nada vendem nem compram, mal plantam para comer, porque a metade, e às vezes mais, do que produzem pertence por direito feudal aos donos das terras, aos grandes fazendeiros que ainda hoje exercem predomínio no governo do país.¹⁴⁹

Esse trecho demonstra como a grande propriedade – e não só necessariamente a improdutiva – era colocada no mesmo patamar do imperialismo enquanto entrave ao progresso do Brasil. Indo adiante, o relatório ainda destacava a economia de trocas, o trabalho não remunerado em algumas fazendas e as restrições às liberdades civis impostas aos trabalhadores do campo como outros indícios das “reminiscências feudais”.

Partindo dessa leitura da realidade nacional promovida pelas lideranças soviéticas, a consolidação da indústria nacional passou a ser definida como uma das prioridades e, ao mesmo tempo, condicionante para a constituição de um capitalismo independente. O objetivo era implementar uma política de substituição das importações e de eliminação dos intermediários estrangeiros na venda de produtos nacionais, o que, na visão dos comunistas, resultaria na

¹⁴⁸ PROJETO de Teses sobre o movimento revolucionário da América Latina. **VI Congresso da Internacional Comunista**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

¹⁴⁹ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

diminuição da pobreza dos brasileiros, na restrição da interferência do capital estrangeiro na economia brasileira e, conseqüentemente, da influência política que outros países exerciam sobre o Brasil. De acordo com Prestes, o desenvolvimento da indústria nacional seria a forma mais eficaz para tornar o país independente da ação e dos interesses imperialistas. Ou seja, a industrialização era vista como um meio para atingir a independência política e econômica.

Chama a atenção o fato de a industrialização e o nacionalismo aparecerem frequentemente nos documentos e pronunciamentos do PCB como termos complementares, indicando, na maioria das vezes, a exploração do nacionalismo com o intuito de restringir a participação da iniciativa estrangeira na economia do país. A associação do fortalecimento da indústria brasileira à ideia de libertação nacional das “garras” do imperialismo é um bom exemplo de como os pecebistas recorriam aos valores nacionalistas a fim de justificar sua proposta para o futuro da nação. Eles também remetiam à conjuntura de guerra e à necessidade de defender a pátria para explicar por que o desenvolvimento da “indústria pesada e efetivamente nacional” deveria ser uma prioridade. Naquele momento, as pautas nacionalistas e desenvolvimentistas receberam uma atenção maior do partido do que aquelas de caráter exclusivamente classista.

A intenção de promover a consolidação do capitalismo brasileiro por meio do desenvolvimento da indústria nacional era constantemente vinculada a outra proposta central do projeto de nação pecebista: a reforma agrária. Os comunistas afirmavam que, caso ela não fosse realizada, “a indústria nascente seria estrangulada pelo feudalismo dominante e pela ação predatória do imperialismo mundial” (BRANDÃO, 1992, p. 103). Ou seja, vigorava o entendimento de que a “luta contra o regime da grande propriedade territorial e a luta contra o imperialismo estão, deste modo, estreitamente ligadas”¹⁵⁰. De acordo com o mesmo raciocínio, a redistribuição das terras contribuiria diretamente para o desenvolvimento das forças produtivas, o que resultaria no crescimento do mercado consumidor interno e da atividade comercial, garantindo o fortalecimento de uma indústria nacional independente de qualquer controle imperialista. Assim, a reformulação da estrutura agrária brasileira – calcada no grande latifúndio – visando o aprimoramento da agricultura familiar passou a ser definida como pré-requisito para a efetivação da industrialização. A importância atribuída à realização da reforma agrária no projeto de nação pecebista era tamanha, que eles afirmavam que “não será possível

¹⁵⁰ PROJETO de Teses sobre o movimento revolucionário da América Latina. **VI Congresso da Internacional Comunista**. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1928/09/teses_comintern.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

a consolidação e o desenvolvimento do regime democrático sem liquidar as formas semifeudais de propriedade e de exploração no campo”¹⁵¹. Ao defini-la como uma condicionante para a fundação da democracia, eles demonstravam que também pensavam a democracia no seu âmbito econômico.

Ancorados nesse entendimento e alegando ter um compromisso com o crescimento econômico autossustentável, os pecebistas afirmavam que “o Partido Comunista do Brasil lutará pela exploração da terra por métodos modernos, pela divisão e entrega gratuita à massa camponesa das terras abandonadas, principalmente nas proximidades dos grandes centros, pela difusão e ajuda à pequena propriedade agrícola e pela liquidação do regime semifeudal a que vivem submetidos os camponeses [...]”¹⁵². Associado a essa proposta, eles também defendiam o estímulo ao cooperativismo, auxílio técnico e oferecimento de crédito barato ao pequeno agricultor. Vale destacar que o PCB não falava especificamente das terras improdutivas quando propunha a reforma agrária. Também não havia referência sobre as formas de indenização. Por outro lado, é nítido o abrandamento da proposta redistributivista quando comparada àquela estabelecida no relatório elaborado pelos dirigentes da III Internacional, no início da década de 1930. Não se falava mais, por exemplo, em “Revolução Agrária”. O plano era se apropriar do aparelho de Estado para definir um novo estatuto legal da propriedade da terra, conduta essa bastante coesa com a diretriz de ordem e tranquilidade assumida pelo partido durante a democratização. Foi assim que se consolidou a compreensão de que a Revolução Democrático - Burguesa brasileira deveria ser agrária, contra o latifúndio feudal, e anti-imperialista.

Procurando, ainda, justificar a necessidade de promover a redistribuição das terras destinadas à agricultura, os pecebistas afirmavam que, além do combate à miséria, a reforma agrária também promoveria a elevação do nível de vida das “massas camponesas” e, conseqüentemente, a modernização das relações sociais agrárias, proporcionando melhorias nas condições de vida dos trabalhadores do campo, visto que eles deixariam de ser explorados por aqueles que possuíam o monopólio da terra. De acordo com esse raciocínio, a nova divisão da propriedade agrária e a modernização dos métodos de exploração ampliariam a oferta de produtos e, conseqüentemente, os tornariam mais baratos e acessíveis ao consumo, além de

¹⁵¹ Os comunistas na luta pela democracia. Informe Político apresentado em nome da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB, “Pleno da Vitória”. Agosto de 1945. IN: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹⁵² Manifesto/Programa do PCB enviado ao TSE em 15 de agosto de 1945. In: PARTIDO Comunista do Brasil. **Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível: https://www.tse.jus.br/hotsites/registro_partidario/pcb/programa.htm. Acesso em: 27 out. 2021.

permitir o pagamento de melhores salários aos trabalhadores do campo. Revela-se, assim, o caráter social, e não apenas econômico, da proposta. Também se torna cada vez mais evidente a influência que os fatores responsáveis pela crise do Estado Novo, como a inflação e a escassez de produtos de primeira necessidade, exerciam sobre a formulação das pautas e propostas socioeconômicas que o PCB atrelava ao seu projeto de nação e, conseqüentemente, à implantação da democracia.

Apesar das evidentes ligações com os interesses dos trabalhadores rurais, a Reforma Agrária também era apresentada pelos pecebistas enquanto algo benéfico para a sociedade como um todo, inclusive para a própria burguesia. Eles alegavam que, ao aumentar a produtividade nacional, a redistribuição de terras contribuiria para o fortalecimento das indústrias brasileiras, permitindo que elas passassem a concorrer com a “poderosa e moderna indústria estrangeira”. Indo adiante, afirmavam que até mesmo as camadas médias urbanas seriam beneficiadas, pois a ampliação de mercado consumidor interno contribuiria para o aumento da arrecadação de impostos, o que seria revertido na ampliação das verbas dedicadas à saúde e à educação, bem como às obras públicas de maior utilidade. Nesse sentido, a proposta pecebista de desenvolvimento da economia nacional, a partir da reforma agrária, se enquadra naquilo que Vianna (1978) definiu como “modernização do mundo agrário vinda ‘de baixo’”, pois, além de ampliar o número de pessoas que teriam acesso à terra, a sua viabilização era pensada a partir da aliança entre a burguesia e as demais camadas urbanas. Percebe-se, assim, a coesão existente entre a linha de atuação política adotada pelos comunistas, sobretudo as práticas colaboracionistas, e o seu projeto de nação, haja vista o entendimento de que seria algo benéfico para os diferentes setores da sociedade.

As propostas pecebistas de transformação da estrutura econômica brasileira iam além dos incentivos ao desenvolvimento da indústria nacional e à realização da reforma agrária. Uma espécie de reforma tributária também foi apresentada, prevendo a redução dos impostos de consumo e de todos os outros que recaíam sobre as trocas internas, o aumento progressivo do imposto de renda, além de uma nova taxaçoão sobre o capital, visando limitar drasticamente os lucros extraordinários. Retomando a prerrogativa de combate ao imperialismo, os comunistas defendiam a nacionalização de bancos, bem como a imposição de barreiras institucionais para dificultar a ação de trustes e monopólios, também vistos como inimigos da independência nacional: “o desenvolvimento harmônico da economia nacional exige ainda a revisão dos contratos lesivos aos interesses nacionais feitos em geral com os banqueiros estrangeiros

representantes do que há de mais reacionário do capital monopolista e colonizador [...]”¹⁵³. Por fim, havia ainda a intenção de estabelecer um imposto que iria variar de 50% a 100% sobre a valorização de imóveis e heranças.

Era justamente no âmbito econômico que o projeto de nação pecebista mais se diferenciava das propostas defendidas pelas oposições liberais, embora ambos falassem na necessidade de desenvolvimento do capitalismo nacional. De modo mais preciso, é possível afirmar que as divergências versavam, na maioria das vezes, sobre as questões do intervencionismo estatal na econômica, da influência do capital estrangeiro na economia nacional, das propostas de controle da inflação e da realização da reforma agrária. Tendo em vista essas divergências, é importante destacar que em todos os principais eventos da burguesia, ocorridos durante a democratização¹⁵⁴, prevaleceram as ideias liberais, isto é, a defesa da restrição da intervenção estatal na economia. Entre as deliberações realizadas no Congresso Brasileiro da Indústria, por exemplo, havia um destaque à importância do capital estrangeiro para o desenvolvimento econômico do país, indicando que ele deveria “ter um tratamento equitativo ao nacional, deveria ter as mesmas garantias que a lei dá aos capitais nativos. Mas o capital estrangeiro não poderia pleitear monopólios ou privilégios de qualquer ordem” (CORSI, 1991, p. 205). No entanto, em nome do discurso conciliatório, o PCB evitou se posicionar contrário às deliberações realizadas nesses eventos. Referindo-se à Carta Econômica de Teresópolis¹⁵⁵, que, entre outras coisas, também chegou a defender a autonomia da atividade sindical, Prestes disse que “em tese, estamos de acordo. Somente achamos que é pouco objetiva”¹⁵⁶.

Apesar da centralidade que as pautas econômicas possuíam dentro do projeto de nação pecebista, haja vista o objetivo de promover o desenvolvimento do capitalismo nacional, é necessário destacar que ele também era composto por medidas referentes ao âmbito político e social. Ancorados na sua própria concepção de democracia, os comunistas propunham a alteração da estrutura política brasileira, visando um maior poder de influência dos trabalhadores sobre a cena política, bem como a constituição das condições que julgavam

¹⁵³ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹⁵⁴ I Congresso Brasileiro de economia (1943), o Congresso Brasileiro da Indústria (1944) e a Conferência de Teresópolis (1945) são considerados os três principais eventos da burguesia durante o período de democratização.

¹⁵⁵ A Carta Econômica de Teresópolis pode ser considerada uma síntese das discussões do I Congresso Brasileiro de Economia e do Congresso Brasileiro da Indústria. A Carta estabelecia 5 pontos que deveriam nortear a política econômica: combate ao pauperismo; aumento da renda nacional; desenvolvimento das forças econômicas; democracia econômica e justiça social. Para mais informações sobre a Carta ver CORSI (1991).

¹⁵⁶ Tribuna Popular, 25 out. 1945, p. 8.

necessárias para realizar a Revolução Democrático-Burguesa. Vigorava entre os comunistas a expectativa de que a reforma do sistema político, calcada na ampliação da participação dos trabalhadores, poderia levá-los ao poder. Desse modo, eles passaram a reivindicar, por exemplo, a abolição do presidencialismo, por acreditarem que o sistema parlamentarista seria mais favorável à atuação dos grupos minoritários – caso do próprio PCB (VIANNA, 1978, p. 324). Entre as propostas apresentadas, a que exigia a atribuição do direito de voto aos analfabetos e militares de baixa patente foi a que mais mobilizou os pecebistas ao longo da democratização. No programa de governo, apresentado pelos candidatos pecebistas aos cargos da futura Assembleia Legislativa, constava a defesa do: “voto direito e inalienável de todos o cidadão maior de 18 anos, homem ou mulher, independentemente do nível cultural (mesmo analfabetos) e profissão que exerce, inclusive soldados e marinheiros. Só o sufrágio direto, secreto e universal é realmente democrático”¹⁵⁷. Na realidade, desde o final da década de 1930, eles reivindicavam a adoção do sufrágio universal: “Defesa da democracia, definida desde logo como regime essencialmente representativo e temporário, com o direito de voto assegurado a todos, sem limitações de sexo, classe, fortuna, posição social, raça ou cor”¹⁵⁸. É importante destacar que a proposta indicava uma preocupação específica em relação ao trabalhador do campo. Havia o entendimento de que eles eram os principais prejudicados pelas restrições do direito ao voto, haja vista que os maiores índices de analfabetismo se faziam presentes no interior do país. Desenvolvendo esse raciocínio, as lideranças do PCB afirmavam que, ao incluir os trabalhadores do campo nas eleições, o sufrágio universal contribuiria para a redução da desigualdade de representação existente entre o campo e a cidade, bem como entre as diferentes regiões do país. Indo adiante, eles asseguravam que a atribuição do voto aos analfabetos seria determinante, inclusive, para transformar a dinâmica das relações sociais vigentes no campo – uma forma de livrar os trabalhadores do campo da exploração à qual eram submetidos pelos proprietários de terras. Aproveitavam esses argumentos para declarar que só aqueles que temiam o ingresso dos trabalhadores na cena política seriam contrários à medida. Todavia, entre as justificativas apresentadas para a adoção do sufrágio universal, a que mais chama atenção é a afirmação de que ele promoveria melhorias inclusive na economia, uma vez que “o voto dos analfabetos, integrando as grandes massas camponesas na luta política nacional, trará consigo o problema da elevação do padrão de vida das massas pobres do interior, isto é, a criação de um

¹⁵⁷ Tribuna Popular, 14 nov. 1945. Vale destacar que antes mesmo do início dos trabalhos da Constituinte, enquanto ainda era definido o projeto de lei eleitoral, que regulamentaria a democratização, os pecebistas já reivindicam o direito de voto aos analfabetos e militares de baixa patente.

¹⁵⁸ Projeto de declaração da ANL e do PCB. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

amplo mercado interno”¹⁵⁹. Observa-se, mais uma vez, a tentativa de convencer a burguesia industrial nacional de que as propostas pecebistas também a favoreceriam.

Abordando ainda os aspectos sociais do projeto de nação pecebista, é necessário destacar que ele não visava ampliar apenas os direitos civis dos cidadãos, mas também os direitos trabalhistas e sociais. No programa mínimo de governo, apresentado pelos candidatos pecebistas aos cargos da Assembleia Legislativa, havia referência, por exemplo, à “defesa da efetiva aplicação da legislação trabalhista, sob o controle dos próprios interessados, organizados em seus sindicatos realmente livres e autônomos. Ampliação da justiça do trabalho e imediata substituição dos juízes que não forem livremente eleitos”¹⁶⁰. As incertezas em relação aos desdobramentos da democratização eram tamanhas, que existia o temor de que a recém aprovada CLT pudesse ser extinta com a fundação de um regime político mais próximo das premissas liberais (OLIVEIRA, 2002, p. 69). Vale lembrar que, após apenas dois anos de vigência das novas leis trabalhistas, algumas delas ainda sofriam a resistência dos empregadores, fazendo com que muitas vezes não fossem respeitadas na íntegra. Havia também uma preocupação específica com a questão sindical, a qual será mais bem detalhada no sexto capítulo desta tese. Insatisfeitos com as ingerências do Estado nos sindicatos, os pecebistas lutavam pela autonomia e unidade da atividade sindical, destacando que esta era uma condição indispensável para que o país pudesse ser considerado uma democracia.

Nesse contexto, além de defenderem a consolidação dos direitos dos trabalhadores urbanos, os comunistas também manifestavam a intenção de expandi-los aos trabalhadores do campo. Como bem aponta Vianna (1976, p. 249), tratava-se de “quebrar a regra de ouro da chamada legislação trabalhista da Revolução”, isto é, uma questão que os integrantes do bloco no poder evitaram tocar desde o surgimento do Estado de Compromisso. A medida era vista como uma espécie de complemento à reforma agrária e ao sufrágio universal na busca pela transformação das relações sociais no campo, retomando, assim, a ideia de justiça social que eles procuravam associar à democratização. Diziam que ela era indispensável para que os trabalhadores do campo adquirissem as condições mínimas para efetivar sua condição de “ator político autônomo”, para se tornarem livres do controle exercido pelas oligarquias locais, e, conseqüentemente, participar de maneira ativa da formação do regime democrático. Ciente da resistência que essa proposta sofreria, haja vista que ela favoreceria específica e exclusivamente os trabalhadores urbanos e rurais, o PCB recorria aos valores nacionalistas para justificá-la,

¹⁵⁹ “Só quem teme o povo é que pode se opor ao voto dos analfabetos”. *Tribuna Popular*, 24 out. 1945.

¹⁶⁰ *Tribuna Popular*, 14 nov. 1945.

alegando que a medida também traria benefícios para a “burguesia esclarecida e comprometida com os interesses nacionais”. De qualquer forma, esse conjunto específico de propostas demonstra que, apesar de o PCB ter adotado naquele período o discurso de que pretendia representar os brasileiros como um todo, era evidente a preocupação do partido em não se distanciar do setor da sociedade com o qual historicamente mantinha maior interlocução.

Todavia, por mais que o partido reivindicasse a ampliação dos direitos políticos dos trabalhadores e o estabelecimento de uma maior autonomia ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, o Estado ainda ocupava um lugar muito relevante no projeto de nação pecebista. De acordo com Prestes:

[...] resta a questão do imperialismo, mais ainda aqui são idênticos os interesses de todos os elementos democráticos e progressistas de nossa população, e nada melhor do que um Governo realmente forte e popular, repousando sobre a mais ampla base social, para defender a independência econômica da Nação e exigir dos banqueiros estrangeiros completa submissão à legislação do país.¹⁶¹

A ideia era expandir a atuação do Estado para além da criação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, atribuindo a ele também a reponsabilidade pela sua gestão e garantindo, inclusive, o direito de interferência na política tributária e no fluxo de importações. Paralelamente, também eram conferidas ao Estado tarefas como a promoção da justiça e da igualdade social, por meio da distribuição da riqueza nacional, e da gestão das políticas públicas. Ou seja, ancorados em uma perspectiva desenvolvimentista, os comunistas defendiam a ampliação da ação estatal, a fim de promover simultaneamente o que entendiam por modernização econômica e regulação do conflito social. Para Almino (1980, p. 303), ao mesmo tempo que “o PC procurava defender a ideia de uma maior autonomia da sociedade em relação ao Estado, endeusava este, com sua crença de que a estatização em si tinha necessariamente um sentido social ...”. Atento à mesma questão, Weffort (1979, p. 17) sustenta que o PCB estava vinculado a uma “ideologia do Estado que fascinava e confundia”. Ele atribui esse fascínio à ideologia pequeno-burguesa, que passou a imperar no PCB após sua aproximação junto aos tenentistas, e à influência dos valores nacionalistas. Nesse sentido, o termo “confusão” aparece como síntese da avaliação feita pelo autor de que o partido estava se

¹⁶¹ A situação no Brasil e no Mundo (23 maio 1944). Entrevista publicada pelo jornal O Globo em 15/03/1945. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

distanciando das pautas e orientações esperadas de um partido realmente comprometido com as ideias marxistas-leninistas.

À medida que os afastava dos liberais, a relevância do papel atribuído ao Estado na economia e seu viés nacionalista são dois importantes aspectos em comum entre o projeto de nação pecebista e a maneira como era conduzida a gestão econômica do Estado Novo¹⁶². É importante considerar que, antes mesmo do início da democratização, as oposições liberais e Vargas já travavam uma disputa para definir se o Estado deveria ter uma proposta liberal ou social, conforme eles mesmos definiam. Nesse contexto, a proposta de nacionalização dos recursos energéticos e dos bancos de depósito, feita por Vargas com a democratização já em andamento¹⁶³, é um exemplo de iniciativa do governo bem recebida entre os comunistas. Eles também elogiavam a política de restrições ao capital estrangeiro e as medidas que o governo tomava visando o desenvolvimento da indústria de base nacional, vide a constante exaltação à importância da CSN. Além dessas semelhanças referentes ao âmbito econômico, também é possível afirmar que o viés de justiça social que os pecebistas atribuíam ao seu projeto de nação tinha mutas semelhanças em relação à concepção de Estado Social, que Vargas procurava difundir.

Apesar das concordâncias indicadas, não é possível afirmar que o PCB e Vargas defendiam a mesma agenda econômica. Basta olhar as críticas feitas às decisões do governo após o período que os pecebista já haviam aderido à União Nacional para identificar as principais divergências. Por mais que tivessem elogiado a construção da usina siderúrgica na cidade de Volta Redonda (RJ), os comunistas criticavam com frequência a falta de investimentos em infraestrutura, principalmente nos setores de energia e transportes, apontados como entraves à modernização do capitalismo nacional. Também eram comuns as acusações de que o Estado Novo promovia a proteção de uma indústria primitiva e retrógrada, dada as restrições impostas à importação de maquinário. No mesmo sentido, acusavam o governo de ser conivente com o capital estrangeiro e de não tomar medidas concretas de combate aos trustes. Além das críticas anteriormente apresentadas aos esforços impostos aos trabalhadores

¹⁶² É importante destacar que as outras forças políticas envolvidas no processo de democratização também exaltavam os valores nacionalistas. No entanto, isso não quer dizer que elas compartilhavam das propostas estatizantes no âmbito econômico defendidas pelo PCB e por Vargas.

¹⁶³ Para mais informações ver Carta de São Lourenço. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV3&pasta=GV%20c%201948.00.00/3&pagfis=3728>. Acesso em: 27 out. 2021.

e à crise inflacionária, os pecebistas também reclamavam da política agrária estipulada no Plano de Emergência, lançado durante a guerra:

[...] é o que acontece com o Plano de Emergência agora em discussão. Enfrenta problemas superficialmente apreciados, e, como não podia deixar de ser, chega a remédios ilusórios, que virão agravar e precipitar a crise inflacionária [...]. Não é colocando dinheiro barato nas mãos dos fazendeiros ricos e protegidos que se faz cessar o êxodo rural, pois, como é sabido, são os camponeses mais pobres, colonos e arrendatários, os que produzem gêneros de primeira necessidade e não os fazendeiros donos da terra, que não se interessam por tais ninharias.¹⁶⁴

Eles condenavam a política de financiamento voltada aos grandes fazendeiros, acusando o governo de proteger o monopólio da propriedade da terra e, conseqüentemente, responsabilizando-o pela perpetuação do que definiam como estrutura feudal brasileira. Vale lembrar que, durante os quinze anos em que esteve no poder, Vargas não exerceu nenhuma iniciativa para realizar a reforma agrária e não cogitou estender os direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo. Isto é, ele não atacou nenhum dos privilégios das oligarquias agrárias, que, não por coincidência, o apoiaram durante boa parte do período em que esteve no poder. Os comunistas, por outro lado, exigiam constantemente a entrega gratuita de terras aos trabalhadores rurais, como forma de promover o desenvolvimento agrícola e restringir a disparidade de renda no país. Defendiam a ampliação dos direitos dos trabalhadores do campo, por meio de propostas concretas que atacavam diretamente os pilares do monopólio político e o controle econômico das oligarquias agrárias, sendo esse mais um elemento a diferenciar as propostas pecebistas daquelas defendidas pelas demais forças políticas envolvidas na disputa pelo controle da democratização. Logo, por mais que o projeto de nação pecebista possuísse forte caráter nacionalista e revelasse uma “ideologia de Estado”, não é possível afirmar que o PCB assumiu uma política de apoio incondicional a Vargas, se submetendo aos seus interesses ou ao seu projeto de nação.

Levando todos esses fatores em consideração, é possível concluir que, naquele momento, diferentemente do que aponta a maioria dos estudos que analisam a democratização, havia três, e não dois, projetos de nação em disputa. O PCB possuía um projeto de nação próprio, que não se resumia à política de substituição de importações, às propostas fomento do mercado consumidor interno ou a uma alternativa de governo ou regime, constituindo, na

¹⁶⁴ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

realidade, a proposta de um novo modelo de Estado e de sociedade, pois, além da reestruturação do sistema jurídico e político, ele também almejava estabelecer novos parâmetros de relações sociais (BRANDÃO, 1992). Projeto esse que, conforme será exposto nos próximos capítulos, difundiu-se rapidamente pela sociedade, incomodando as outras forças políticas que disputavam o controle da transição para a democracia. As afirmações de que existiam somente dois projetos não se sustentam, nem mesmo quando restritas aos aspectos econômicos, haja vista, por exemplo, as divergências entre Vargas e os comunistas quanto a realização da reforma agrária e a adoção de uma política tributária mais rígida com as elites nacionais. De tal modo, a conclusão quanto à existência de três projetos é de suma importância, uma vez que ela contribuiu para uma identificação mais precisa dos interesses que estavam em disputa durante a constituição da democracia brasileira. Como bem aponta Ianni, naquele momento as lutas políticas estavam diretamente (1968, p. 16) “relacionadas com o confronto entre os diferentes projetos de modernização, democratização e desenvolvimento econômico”.

A identificação da existência de um projeto de nação pecebista, que deveria ser executado assim que o regime democrático passasse a vigorar no Brasil, reforça a interpretação de que o PCB havia atrelado objetivos à democratização maiores do que aqueles identificados no debate acadêmico. Associada ao fato de os comunistas terem adotado uma linha de atuação política independente, a constatação da existência de objetivos mais amplos é mais um indício de que os pecebistas eram uma terceira força em meio ao conflito pelo controle da transição para a democracia. Essa condição foi reforçada pelo êxito do partido em mobilizar a sociedade civil em torno de suas propostas, conforme será exposto na segunda parte desta tese. Lembrando que cada uma dessas forças atuava orientada por uma concepção particular do que viria a ser a democracia, o que reflete a crise de hegemonia vigente no Brasil desde a Revolução de 30 e sua influência sobre aquele processo.

Parte 2. A intensificação do conflito pelo controle da democratização (fev. 1945 a dez. 1945)

Ao longo de toda a primeira fase da democratização, o controle sobre as decisões referentes àquele processo havia ficado exclusivamente nas mãos de Getúlio Vargas. Esse fato restringiu a possibilidade de outras forças políticas se organizarem para disputar os rumos da formação do regime democrático e, obviamente, impediu que elas explicitassem suas opiniões em relação à maneira como o ditador conduzia a transição para a democracia. Por mais que se apresentasse como grande defensor do regime democrático, Vargas não hesitava em fazer uso do aparelho coercitivo do Estado Novo para restringir o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, tornando-a praticamente inexistente. Não por coincidência, boa parte de seus opositores se encontrava no exílio ou atuando na ilegalidade. Os três movimentos da sociedade civil mais atuantes até aquele momento (a Liga de Defesa Nacional, a União Nacional dos Estudantes e a Sociedade Amigos da América) dependiam da aprovação do regime ditatorial para realizar seus eventos e seguiam evitando críticas diretas ao governo e se colocando como defensores da ordem e da unidade nacional. Paralelamente, a campanha pela União Nacional em torno do governo, definida como única maneira de garantir o estabelecimento da democracia no Brasil, era cada vez mais difundida.

Contudo, logo no início de 1945 começaram a surgir indícios da falência do Estado Novo. Intelectuais de todo o país, ligados a diferentes correntes políticas, se reuniram na capital federal para realizar o I Congresso Brasileiro de Escritores. O encontro, que a princípio havia

sido convocado para discutir dilemas profissionais e materiais enfrentados pelos seus participantes, transformou-se rapidamente em um debate sobre a conjuntura política nacional (LIMA, 2015). Com efeito, foi inserida no manifesto¹⁶⁵ elaborado no final do evento uma solicitação formal pela realização de eleições diretas para a escolha de um novo presidente, além do pedido pelo restabelecimento das liberdades individuais e coletivas associadas à democracia – algo inédito após anos de ditadura. Àquela altura, até mesmo integrantes do governo passaram a pressionar Vargas para que ele antecipasse a transição para o regime democrático (VIANNA, 1976, p. 244; 245). A situação, que já era delicada, tornou-se pior quando o ex-ministro José Américo (1887-1980) concedeu uma polêmica entrevista ao jornalista Carlos Lacerda, por meio da qual fez duras críticas a Vargas. Segundo ele, o presidente não possuía legitimidade para conduzir a democratização, dado o seu histórico de manobras continuístas e os aspectos ditatoriais do seu governo. A publicação dessas declarações em um dos principais jornais do país foi considerada um sinal da queda da censura, ou seja, do início do esfacelamento do regime ditatorial. O crescimento e a publicização de cobranças e críticas ao Estado Novo evidenciavam que a disputa entre as diferentes forças interessadas em conduzir a formação do regime democrático tornava-se cada vez mais intensa. Era o sinal de que não só o conflito, mas que a própria democratização entrava em uma nova fase.

Como se não bastasse, fatores relacionados à conjuntura política internacional também contribuíram para aumentar a pressão que Vargas sofria de diferentes setores da sociedade pela recuperação das liberdades democráticas e pela convocação de eleições presidenciais. Com a rendição da Itália e da Alemanha, o fim da guerra passou a ser considerado iminente, tanto que os representantes dos três países tidos como principais responsáveis pela derrota do Eixo já se reuniam para definir os desdobramentos político-militares. Vale lembrar que a vitória dos Aliados era definida como a vitória da democracia sobre os governos totalitários, contribuindo para que diversos países iniciassem processos de democratização. Nesse contexto, o ditador se via cada vez mais sem argumentos para adiar o estabelecimento do regime democrático no Brasil.

Assim, após conduzir toda a primeira fase da democratização ancorado somente na vaga promessa de que convocaria eleições logo que a Segunda Guerra Mundial acabasse, Vargas decretou, no final de fevereiro de 1945, a Lei Constitucional nº 9 (AI-9), tornando oficial a

¹⁶⁵ É importante destacar que a ata do Congresso Nacional de Escritores só se tornou pública dois meses após a conclusão do evento, o que indica que resquícios do regime ditatorial, como a censura, ainda se faziam presentes naquele momento.

transição para a democracia. De acordo com a emenda expedida pelo ditador, em um prazo de até noventa dias seria divulgada a data das eleições para a presidência da República, o Congresso Federal, os governos estaduais e as assembleias legislativas. O texto ainda determinava que o novo líder do Poder Executivo seria eleito por sufrágio direto, secreto e obrigatório, em todo o território nacional. Em seguida, sessenta dias após a sua posse, o parlamento deveria ser instalado, cabendo aos novos senadores e deputados a decisão de convocar, ou não, uma Assembleia Constituinte – decisão essa que poderia ser vetada pelo futuro presidente. Enquanto isso, a autoritária¹⁶⁶ Carta de 37 continuaria em vigência. Desse modo, além de oficializar o controle exercido pelo ditador, o Ato Institucional deu ares de legalidade à maneira como Vargas conduzia a democratização, permitindo, inclusive, que ele ganhasse mais tempo para tomar outras decisões que delimitariam a democracia que entraria em vigor no Brasil.

É inquestionável a relação entre o decreto do AI-9 e a crescente pressão que o governo sofria pelo estabelecimento do regime democrático. Contudo, a regulamentação da democratização não impediu que Vargas mantivesse um amplo domínio sobre a transição para a democracia, ditando tanto o seu ritmo quanto o seu percurso¹⁶⁷. Sua expedição foi, na realidade, uma tentativa de retomar a dianteira daquele processo, haja vista que a UDN havia lançado a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981) à presidência antes mesmo da confirmação de quando ocorreriam eleições (NETO, 2013, p. 461). Atento a essa questão, Corsi (1991, p. 220) afirma que, com a criação do Ato Institucional, o ditador também buscava “preservar os mecanismos de ação estatal na economia. Procurava compatibilizar a manutenção de um Estado intervencionista e a política de estímulo à indústria, com as medidas liberais na política”. Para entender como o AI-9 reforçou o controle de Vargas, deve-se atentar à manutenção da autoritária Constituição de 1937 e ao reforço da centralização política em torno do Executivo, por meio da atribuição de amplos poderes legislativos ao presidente. A nova redação do artigo 14, por exemplo, permitia que Vargas e os seus sucessores expedissem “livremente decretos-leis sobre a organização da Administração Federal e o comando supremo

¹⁶⁶ Inúmeros fatores justificam a atribuição do adjetivo autoritária à Constituição de 1937. Além de ter sido outorgada por Vargas, aquela constituição atribuía poderes praticamente absolutos ao chefe do Poder Executivo ao subordinar o Poder Judiciário a ele, determinar o fechamento do Poder Legislativo nos três âmbitos administrativos e estabelecer que os interventores de cada estado seriam nomeados pelo presidente. A Carta de 37 ainda concedia total liberdade de ação à Polícia Especial, proibia o direito de greve e reintroduziu a pena de morte no país.

¹⁶⁷ Definindo, entre outras coisas, se haveria, ou não, uma Assembleia Constituinte e se ela ocorreria antes ou depois das eleições presidenciais.

e a organização das forças armadas”¹⁶⁸. Também ficaria à escolha do novo líder do Poder Executivo convocar ou adiar a atividade do Congresso Nacional e o controle total sobre o Conselho da Economia Nacional¹⁶⁹. Nem mesmo a elaboração de uma nova Carta Magna foi garantida pela medida. A convocação de Assembleia Constituinte dependeria da avaliação do parlamento eleito e da anuência do novo presidente da República. Por fim, é necessário destacar que nenhuma corrente política foi consultada durante a elaboração do AI-9 e que não foi estipulado nenhum canal de participação direta da sociedade civil no processo de constituição da democracia que passaria a vigorar no país, fazendo jus, assim, à concepção corporativista de como deveria ser a representação política. Portanto, como bem aponta Vianna (1976, p. 247), “na sua tentativa de canalizar em seu proveito as pressões redemocratizadoras, Vargas assumia a direção da liberalização do regime, sem abrir mão da forma corporativa dos aparatos estatais que conduziam o processo de modernização e industrialização do país”.

Amparado por esse amplo controle, Getúlio Vargas expediu, no final de maio de 1945, conforme havia prometido, o Decreto-Lei nº 7.586, definindo a data na qual seriam realizadas as eleições para a presidência da República e ao Congresso Federal (02/12/1945), bem como para os governos e as assembleias legislativas estaduais (06/05/1946)¹⁷⁰. De acordo com Ângela de Castro Gomes (1988, p. 273), o conteúdo desse decreto também reflete a maneira como o presidente procurava orientar a democratização a satisfazer seus próprios interesses políticos: “realizar eleições rapidamente, evitando o retorno aos tradicionais procedimentos localistas, implicava atingir fundamentalmente o centro da força dos antigos partidos: o processo de alistamento eleitoral”. Quer dizer, ele estava favorecendo seus aliados já pensando nos futuros cargos representativos em disputa. Era justamente por isso que Vargas estava mais preocupado com a realização das eleições do que com a elaboração de uma nova Constituição. Além da formulação do código eleitoral, o amplo controle sobre a democratização também permitiu que ele estabelecesse as regras para a instauração do novo sistema partidário. Não por coincidência,

¹⁶⁸ O Ato Constitucional também pode ser encontrado como Decreto-lei nº 7.586, de 1945.

¹⁶⁹ Entre as atribuições do Conselho de Economia Nacional estava, por exemplo, regular contratos coletivos de trabalhos entre sindicatos e associações da mesma categoria e (art. 61) “emitir parecer sobre todas as questões relativas à organização e ao reconhecimento de sindicatos ou associações profissionais”. O artigo nº 64 exemplifica bem o amplo controle que o Poder Executivo tinha sobre este órgão: “A iniciativa dos projetos de lei cabe, em princípio, ao Governo. Em todo caso, não serão admitidos como objeto de deliberação projetos ou emendas de iniciativa de qualquer das Câmaras, desde que versem sobre matéria tributária ou que de uns ou de outros resulte aumento de despesa. [...] § 2º - Qualquer projeto iniciado em uma das Câmaras terá suspenso o seu andamento, desde que o Governo comunique o seu propósito de apresentar projeto que regule o mesmo assunto. Se, dentro de trinta dias, não chegar à Câmara a que for feita essa comunicação, o projeto, do Governo voltará a constituir objeto de deliberação o iniciado no Parlamento”.

¹⁷⁰ O mesmo decreto ainda definiu a regulamentação do alistamento eleitoral, determinou as condições para os cidadãos serem eleitores, deu origem à Justiça Eleitoral e ainda determinou o voto obrigatório e secreto.

foi determinado que os novos partidos deveriam ter amplitude nacional, prejudicando diretamente os principais adversários do Estado Novo, que ainda possuíam uma estrutura de articulação política de âmbito regional. Dessa forma, a transição para a democracia continuava seguindo o caminho que Vargas atribuía a ela.

Capítulo 3. O projeto de democratização pecebista

Além do objetivo de garantir mais tempo a Vargas para que ele pudesse continuar conduzindo a transição para a democracia, havia a expectativa de que a publicação do AI-9 arrefeceria a tensão vigente na cena política nacional. No entanto, não foi isso o que aconteceu. No início de 1945, a intensificação do conflito extrapolou o plano das ideias e projetos, resultando no crescimento dos casos de enfrentamentos físicos e até mesmo de mortes decorrentes de divergências relacionadas à transição para a democracia. Em um comício organizado pela UDN na mesma semana em que o AI-9 foi decretado, um simpatizante¹⁷¹ do brigadeiro Eduardo Gomes acabou morto após confronto com defensores de Vargas, que, segundo os udenistas, eram policiais disfarçados.¹⁷² Ou seja, mesmo desgastado, o Estado Novo seguia reprimindo violentamente algumas manifestações políticas oriundas da sociedade civil, promovendo, inclusive, a prisão de integrantes do Partido Comunista do Brasil quando esses extrapolavam os limites da ordem estabelecida.

Por mais que reivindicassem a convocação de eleições desde a elaboração do Manifesto dos Mineiros, os liberais prontamente se declararam contrários àquela emenda constitucional. João Mangabeira (1880-1964), um dos principais nomes da UDN, afirmou logo no dia seguinte à divulgação do decreto que ele estava à altura do caráter ditatorial da Constituição em

¹⁷¹ Curiosamente, o nome do estudante morto era Demócrito de Souza Filho. Correio da Manhã, 6 mar. 1945, p. 14.

¹⁷² É possível encontrar relatos detalhados de enfrentamentos físicos que resultaram em mortes no livro “O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular”, de Jorge Ferreira, 2005, p. 49.

vigência¹⁷³. A crítica referia-se, sobretudo, ao fato de o AI-9 ter preservado a Carta de 1937. Os líderes da oposição liberal alegavam que a sua manutenção representava a tentativa de conciliação de princípios contraditórios, que fascismo e democracia não se ajustavam (CARONE, 1976, p. 321). No mesmo sentido, afirmavam que pairava uma grande incerteza sobre o estabelecimento de uma nova Carta Magna, haja vista a possibilidade de o futuro presidente impedir a sua criação. Além da crítica ao conteúdo da lei imposta, a legitimidade de Vargas para seguir conduzindo aquele processo também voltou a ser questionada. Como bem aponta Weffort (1973, p. 73),

O problema central passava a ser o da participação do ditador no processo político de democratização. Vargas era visto como uma ameaça pelos liberais, temerosos de seu prestígio de massas e do uso que daria à máquina do Estado num processo eleitoral, bem como de uma repetição da experiência de 1937, quando o processo eleitoral terminou sendo apenas uma etapa preliminar para o golpe de Estado e para a ditadura.

Os opositores do regime afirmavam que o processo seria manipulado e marcado pela corrupção caso continuasse sob o controle do ditador, correndo inclusive o risco de ser interrompido. Para justificar as acusações, eles faziam referências ao caráter autoritário do Estado Novo, ao histórico de manobras continuístas, concluindo que a manutenção de Vargas na presidência contribuiria apenas para preservar o clima de insegurança no país.

A adoção de uma posição contrária ao AI-9 também se explica em virtude do momento que a UDN vivia. Com o apoio explícito da grande imprensa, o partido ganhava força em todo o território nacional, atuando como elemento aglutinador das diversas correntes políticas que se opunham ao Estado Novo. Não à toa, o brigadeiro Eduardo Gomes já viajava pelo país divulgando a sua candidatura. Desse modo, aproveitando-se da conjuntura política favorável e da desintegração do regime ditatorial, a oposição liberal intensificou a disputa com Vargas pelo controle da democratização. Os udenistas exigiam que ele convocasse imediatamente uma Assembleia Constituinte e renunciasse à presidência, passando o controle da nação e da própria democratização às mãos do líder do Poder Judiciário¹⁷⁴. Foi nesse contexto que os liberais passaram a divulgar o lema “Todo poder ao Judiciário”, criado para sintetizar o projeto de democratização que propunham. Paralelamente, eles estreitavam os laços com as Forças Armadas intensificando os pedidos por uma intervenção armada contra o governo a fim de

¹⁷³ Correio da Manhã, 2 mar. 1945.

¹⁷⁴ É verdade que alguns liberais chegaram a defender simplesmente o retorno à Carta de 34, ao invés da formulação de um novo texto constitucional, mas essa proposta nunca chegou a ser majoritária.

resguardar a transição para a democracia. Como bem aponta Carone (1976, p. 344), os liberais construíram o raciocínio de que os militares eram obrigados a tomar uma atitude, dado que haviam sido responsáveis pela instalação do Estado Novo e pelos “equivocos” que a sucederam. Nesse caso, chama a atenção o fato de as lideranças liberais ocultarem o fato de elas própria também terem apoiado o Golpe de Estado em 1937.

Os pecebistas, por sua vez, apesar de se incomodarem com alguns pontos estabelecidos no AI-9 – em alguns casos, os mesmos que os liberais haviam questionado –, evitaram, em um primeiro momento, as críticas ao decreto imposto por Vargas. Além da insatisfação em relação à preservação da Constituição de 1937, as principais lideranças comunistas, ainda na cadeia, também condenaram a definição de que somente aqueles que se alistassem na forma da lei poderiam ser eleitores¹⁷⁵. Isto é, analfabetos e militares de baixa patente continuavam impedidos de ir às urnas. Todavia, vigorava naquele momento o entendimento de que o rumo que Vargas vinha dando à democratização atendia aos interesses do PCB. Divergências à parte, o principal objetivo daquele instante, que era a oficialização da transição para a democracia, tinha sido contemplado. Os pecebistas também entendiam que aquele era o cenário mais seguro para que eles pudessem restabelecer a sua atividade política e, por extensão, tentar efetivar o percurso que julgavam mais adequado à formação do regime democrático. Em vista disso, e procurando justificar a decisão do seu partido, o secretário-geral do PCB concluiu que “apesar de todas as divergências políticas que já nos separaram de S. Excia. contra cujo governo já lutamos de armas na mão, não temos o direito de duvidar do patriotismo do Chefe da Nação.”¹⁷⁶

Ancorados nesse entendimento, os pecebistas seguiram apoiando a permanência de Vargas na presidência enquanto ocorria a transição para a democracia e passaram a criticar a reação da oposição liberal ao AI-9. De acordo com Prestes, “Naturalmente é muito mais difícil e perigoso, exige um espírito de sacrifício muito maior ligar-se com o povo, organizá-lo, levá-lo a lutas efetivas por suas reivindicações, lutar com ele contra a polícia nas ruas, nas fazendas, do que conspirar e preparar planos mirabolantes de como tomar o poder através de um simples golpe de mão.”¹⁷⁷ Além de questionar o compromisso dos udenistas com a democracia, haja vista o pedido de intervenção militar feito por eles, os comunistas os acusavam de serem

¹⁷⁵ De acordo com Oliveira (2002, p. 8), apenas 16% da população nacional preenchia os pré-requisitos para ser eleitor.

¹⁷⁶ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹⁷⁷ Carta a Roberto Sisson. Setembro de 1935. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

simpatizantes do nazifascismo por se manifestarem contrário à campanha União Nacional. Prestes também fazia questão de lembrar constantemente que os integrantes da oposição liberal haviam apoiado o Golpe de Estado de 1937. Nesse sentido, o líder pecebista indagou:

A oposição exige que o sr. Getúlio Vargas abandone o cargo, para que seja mantida a paz interna. Mas será esse realmente o caminho democrático da ordem, da paz, e da união nacional? Não terá, ao contrário, razão o sr. Getúlio Vargas ao afirmar que seu dever é manter a ordem para levar o país a eleições livres e honestas e entregar o poder ao eleito da Nação? Sua saída do poder neste instante seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a União Nacional; pelo contrário, despeitaria novas esperanças entre os fascistas e reacionários e aumentaria as dificuldades, tornando mais ameaçador ainda o perigo de golpes de Estado e de guerra civil.¹⁷⁸

Observa-se que já estava em vigência a disputa pela definição daquele que seria o caminho mais democrático para o estabelecimento da democracia no Brasil. Também já havia sinais do receio dos comunistas em relação à possibilidade de eclosão de eventuais golpes de Estado. Nesse contexto, ao mesmo tempo que condenava aqueles que pediam a renúncia do presidente, o PCB reforçava a bandeira de ordem e tranquilidade, retomando o argumento de que qualquer agitação social favoreceria apenas o inimigo, uma vez que colocaria a adoção do regime democrático em risco.

As reações iniciais das diferentes forças políticas frente a expedição do AI-9, sobretudo a decisão do PCB de seguir apoiando a manutenção de Vargas na presidência até a formulação de uma nova Constituição, alimentam as interpretações de que somente duas forças políticas disputaram o controle da democratização e, por extensão, de que foram propostos apenas dois caminhos de transição para a democracia. Responsável pela consolidação dessa explicação, Luís Werneck Vianna afirma que, naquele momento, para os trabalhadores (1976, p. 253) “tratava-se de optar pela ‘redemocratização pelo alto’ com Vargas, já iniciada, e que não poderia prescindir do seu suporte social e político, ou aderir a uma conspiração para a qual não era convocado, nem onde se desejava sua participação”. Ou seja, de acordo com essa leitura, tanto os trabalhadores quanto os pecebistas deixaram de tentar viabilizar uma proposta alternativa de transição para a democracia, se restringindo a escolher entre os caminhos estabelecidos por Vargas e pelos liberais. Desse modo, o cenário traçado por Vianna reforça a

¹⁷⁸ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

compreensão de que somente as elites nacionais disputaram o controle da formação do regime democrático, além de enfatizar que durante a democratização não se constituiu nenhuma alternativa real de transformação da estrutura política brasileira.

O fato de partirem do entendimento de que os pecebistas optaram por se submeter aos interesses de Vargas já aponta para a fragilidade das interpretações que indicam a constituição de apenas dois caminhos de transição para a democracia, haja vista as reflexões desenvolvidas ao longo da primeira parte desta tese. Essa leitura imprecisa também é resultado de análises que entendem o modelo de desenvolvimento econômico como o único fator de distinção dos projetos de democratização em disputa, deixando de abordar as divergências que os caminhos propostos possuíam em relação à inserção dos trabalhadores na cena política e quanto à extensão da democracia que pretendiam estabelecer, como podemos ver na importante obra de Corsi (1996, p. 35): “No entanto, os diferentes caminhos de conduzir a democratização do regime que dividiam as classes dominantes e que correspondiam a distintos projetos de modelos de desenvolvimento econômico, eram excludentes em relação à classe trabalhadora. Em nenhum deles esta última tinha lugar”. Não se trata de negar que a agenda econômica estava no epicentro do conflito que pautava a democratização, mas de destacar como a inserção dos trabalhadores na cena política e a amplitude da democracia que seria implantada também eram elementos centrais. Por fim, deve-se ressaltar que parte significativa dos autores que defendem a existência de apenas dois caminhos possíveis para consolidar a democratização trabalha com uma concepção limitada do que viria a ser a formação do regime democrático, sugerindo que esse processo se resumiria à realização de eleições presidenciais e ao estabelecimento de uma nova Constituição, desconsiderando, assim, o conflito vigente no âmbito da sociedade civil.

Também preocupado em identificar as opções que se constituíram para conduzir a transição para a democracia, Octávio Ianni afirma que a possibilidade de um terceiro caminho se apresentou aos integrantes do PCB naquele momento. Segundo ele, o partido estava diante de um dilema: (1994, p. 92) “ou procurava aprofundar as rupturas até as últimas consequências em busca de uma revolução a ser realizada junto com o operariado ou cedia às contingências de um processo reformista, o que o tornaria um canal condutor e auxiliar da democratização pelo alto.” Quer dizer, o autor defende a ideia de que os pecebistas poderiam ter optado por outro caminho, independente de Vargas e das elites nacionais, com um viés revolucionário, mas que escolheram apoiar o caminho proposto pelo ditador. Portanto, de acordo com a interpretação dele, o apoio à manutenção de Vargas na presidência era um sinal de que os comunistas optaram por não investir em um projeto próprio de democratização. Nesse caso,

nota-se que Ianni desconsidera as contrapartidas apresentadas pelo PCB quando o partido anunciou o apoio à permanência de Vargas e que, assim como outros autores mencionados ao longo desta tese, constrói a sua análise a partir do que ele próprio acredita que deveria ser um posicionamento coerente de um partido que se dizia orientado pela teorias marxistas-leninistas. Assim, em vez de identificar o projeto de democratização formulado pelo PCB naquele momento, Ianni acaba, na realidade, indicando aquele projeto que, na sua opinião, deveria ter sido adotado pelo partido.

Diferente do que prevalece no debate acadêmico, a decisão de continuar apoiando a manutenção de Vargas na presidência não pode ser automaticamente entendida como um sinal de que os pecebistas não tentaram influenciar os rumos da democratização ou de que não idealizavam um percurso alternativo para a constituição do regime democrático. Nesse caso, por mais contundentes que tenham sido os primeiros vereditos em relação ao percurso de transição para a democracia imposto por Vargas no início de 1945, é necessário considerar a significativa mudança de posicionamento das diferentes forças políticas que disputavam o controle da democratização ocorrida após o decreto de anistia e o restabelecimento do sistema partidário.

O PCB, que até o retorno de seus integrantes à liberdade não havia se manifestado publicamente, nem clandestinamente, contra o AI-9, começou a criticá-lo com frequência. Com a concretização da anistia, os comunistas começaram a gozar de uma liberdade incomum na sua história, o que permitia a eles se manifestarem de maneira mais contundente sobre as principais questões da política nacional. Havia entre pecebistas um grande incômodo com a manutenção da Carta de 37, tanto que chegaram a afirmar que a realização de eleições presidenciais sob a vigência daquela constituição representava uma simples troca de homens no poder, e não a concretização do estabelecimento do regime democrático. Os comunistas também se incomodaram muito com o 14º artigo do AI-9, que garantia ao novo Presidente da República “observadas as disposições constitucionais e nos limites das respectivas dotações orçamentárias, poderá expedir livremente decretos-leis sobre a organização da Administração Federal e o comando supremo e a organização das forças armadas”¹⁷⁹. Eles alertavam que “O Presidente eleito, substituindo essa Constituição, ficará de tal forma armado para fazer quantos atos adicionais queira, 10, 20, cem atos adicionais. O novo Governo que seja eleito pela Carta

¹⁷⁹ Trecho do 14º artigo da Lei Constitucional Nº 9, que também pode ser encontrado como Decreto-lei nº 7.586, de 1945.

de 37 terá amplos poderes, até mesmo para dissolver o Parlamento”¹⁸⁰, isto é, que o novo presidente assumiria o poder gozando de instrumentos ditatoriais. De tal modo, passou a ser amplamente difundido o argumento de que “eleger um presidente, sem que antes se haja determinado a extensão de seus poderes e responsabilidades constitucionais, equivale a proclamar um ditador.”¹⁸¹ Além disso, os pecebistas afirmavam que a realização de eleições, sobretudo da campanha que a antecedia, contribuiria apenas para separar os brasileiros em um momento em que a união era mais do que necessária, haja vista que o inimigo interno, representante do fascismo, o “quinta-coluna”, ainda não havia sido totalmente extinto. Todos esses fatores levaram as lideranças do PCB a concluir que a democratização e a democracia que almejavam estariam sob risco caso as eleições presidenciais fossem realizadas antes da elaboração de uma nova Constituição. Não à toa, eles chegaram inclusive a pedir para que os dois candidatos renunciassem às candidaturas em nome da União Nacional.

Para agravar ainda mais a situação, os pecebistas não viam com bons olhos nenhum dos dois candidatos, considerando ambos uma ameaça à participação deles no processo de formação do regime democrático. O brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) era criticado pelo seu vínculo com os liberais e os interesses do capital estrangeiro. Já o general Dutra¹⁸² (PSD) era condenado pelo seu notório histórico de proximidade com os regimes totalitários. De acordo com Prestes, “O Ministro Dutra em vez de lutar contra Hitler quer “destruir” os comunistas porque estes apóiam o governo.”¹⁸³ Também recaía sobre eles a acusação de serem anticomunistas. Além de identificar essa rejeição do PCB em relação aos dois candidatos, Ricardo Maranhão (1979, p. 36) ainda afirma que o fato de o partido não estar preparado para as eleições também contribuiu para que se posicionasse contrário à sua realização. Naquele momento, os pecebistas alegavam que não havia transcorrido tempo suficiente para que surgissem os verdadeiros representantes do povo, que, de acordo com o entendimento deles, deveriam despontar da atividade política cotidiana. Alegavam que esse era o motivo pelo qual os aspirantes ao comando do Executivo não despertavam o interesse do povo, isto é, não eram legítimos para os eleitores.

¹⁸⁰ Trecho do artigo “Por uma carta democrática, à altura das necessidades do povo”, publicado no Tribuna Popular no dia 16 ago. 1945, p. 2.

¹⁸¹ Trecho extraído do editorial da Tribuna Popular do dia 21 set. 1945, intitulado “Constituinte, antes e acima de tudo”, de Pedro Pomar.

¹⁸² Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá no dia 18 de maio de 1883. Atuou na defesa do governo Washington Luís durante a Revolução de 30. Manteve a postura legalista em 1932 quando ajudou a combater a revolta irrompida em SP. Liderou a repressão ao levante comunista de 1935. Assumiu o Ministério da Guerra às vésperas do Golpe de Estado que deu origem ao Estado Novo, evento no qual exerceu posição de destaque.

¹⁸³ Carta a um amigo (20/06/1944). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

Frente a todas essas discordâncias, os pecebistas passaram a definir a elaboração de uma nova Constituição antes da realização das eleições presidenciais, isto é, a inversão das etapas da transição para a democracia estabelecidas por Vargas, como a única forma de assegurar a reconstitucionalização democrática do Brasil. Indo além, eles afirmavam que somente a promulgação de uma nova Carta Magna garantiria a efetivação dos âmbitos econômico e social da democratização, resolvendo, assim, os problemas estruturais que assolavam o país. Essa proposta foi apresentada por Prestes logo no primeiro pronunciamento público feito por ele após deixar o cárcere:

O que queremos é chegar através da união nacional à verdadeira democracia, antes e acima de tudo a uma Assembléia Nacional Constituinte de que participem os legítimos representantes do povo, assembleia democrática que efetivamente apoiada pelo povo, organizado em seus partidos políticos e comitês populares democráticos, possa livre e soberanamente discutir e votar a Carta Constitucional que almejamos, a Lei fundamental que permita o progresso da Pátria e nos assegure, a todos nós, e para sempre, os grandes, sagrados e inalienáveis direitos do homem e do cidadão, a par dos direitos que todos devemos ter ao trabalho, à saúde, à instrução e cultura, ao bem estar, assim como ao socorro e ajuda na doença, na invalidez e na velhice.¹⁸⁴

A fala do líder pecebista ilustra de maneira precisa como eles condicionavam a constituição do que entendiam por “verdadeira democracia” e a efetivação do progresso nacional à realização da Assembleia Constituinte. Também chama a atenção a preocupação recorrente em definir o estabelecimento da democracia como algo favorável a todos os brasileiros, o que, por sua vez, justificava a necessidade de ampliar a adesão à campanha de União Nacional. Por fim, ao enfatizarem a necessidade de a Constituinte ser composta pelos “legítimos representantes do povo”, *status* por eles reivindicado, os comunistas também demonstravam que se preocupavam não somente em promover o retorno do PCB à legalidade, mas garantir a sua participação no processo de formação do regime democrático. Pouco tempo depois, em um comício realizado em São Paulo, Prestes voltou a declarar que: “como democratas sinceros o que desejamos é chegar através da união nacional à verdadeira democracia, antes e acima de tudo a uma Assembléia Constituinte, em que os verdadeiros representantes do povo, apoiados pelo povo organizado, possam livremente discutir a Carta Constitucional que reclama a nação”¹⁸⁵. Ele

¹⁸⁴ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹⁸⁵ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

recorria, assim, aos valores associados à campanha de União Nacional lançada pelo governo e à diretriz de ordem e tranquilidade para propor um percurso de transição para a democracia diferente daquele imposto por Vargas via AI-9. Um terceiro caminho, que passava pela manutenção de Vargas na presidência até a promulgação de uma nova Constituição, mas que não se encerrava com ela. Portanto, em vez de optar por apoiar um dos dois candidatos à presidente ou a simples defender a perpetuação de Vargas no poder, os pecebistas buscaram uma solução alternativa que garantisse uma maior participação deles na democratização e, conseqüentemente, a possibilidade de efetivação da democracia que almejavam.

De acordo com Jorge Ferreira (2005, p. 47), ao adotar esse posicionamento, o PCB assumia “o lema cuja autoria até então recusara: ‘Constituinte com Getúlio’”. O autor está certo quando afirma que os pecebistas defendiam a realização da Constituinte ainda durante o governo de Getúlio. No entanto, quando comunistas apresentaram a sua proposta o lema “Constituinte com Getúlio” ainda não havia sido inventado, muito menos adotado pelo seu partido. A palavra de ordem estabelecida por Prestes no final do Pleno da Vitória foi: “Por uma Assembléia Constituinte livremente eleita no menor prazo possível!”. Também não é precisa a ideia de que o PCB passou a defender a realização de uma Constituinte o quanto antes apenas naquele momento. Essa proposta começou a circular entre os integrantes do partido antes mesmo do início da Segunda Guerra Mundial, quando Prestes determinou que os comunistas deveriam passar a apoiar o governo na luta contra o nazifascismo:

Voltando ainda à questão do apoio a Getúlio, devo dizer-lhe que nós nem por um instante deixaremos de lutar contra a atual tirania e que só o apoiaremos ante medidas concretas, como anistia, convocação de eleições, suspensão da censura à imprensa, etc. Imagine você que Getúlio, ante a pressão popular que aumenta diariamente (talvez você tenha lido o seu discurso aos juízes no dia 8-XII-38, as palavras do tirano contra a anistia traduzem o mal-estar que já lhe está causando a pressão da opinião pública), tome tais medidas. Que devem fazer os democratas? Conspirar para pô-lo abaixo ou utilizar as possibilidades legais para reunir as forças dispersas de todos os democratas e nacionalistas, a fim de conseguir eleger uma Assembléia que represente a vontade nacional e dê ao Brasil uma Constituição democrática? Expôr o país a uma guerra civil que, na atual emergência internacional, poderá resultar na divisão do Brasil entre as potências fascistas, ou aproveitar as facilidades legais para apoiar o governo e exigir

que o mesmo organize a defesa nacional? Parece-me evidente que nenhum patriota vacilará nas respostas a estas questões.¹⁸⁶

Ou seja, a Constituinte era vista como a maneira mais adequada de promover e consolidar as conquistas democráticas necessárias para superar o regime ditatorial e combater o inimigo fascista antes mesmo do início da democratização.

Para compreender porque o PCB defendia a realização da Constituinte enquanto Vargas ainda ocupava a presidência é importante considerar, conforme apresentado no primeiro capítulo desta tese, o receio que os comunistas tinham de serem excluídos da democratização ou, então, impedidos de reestabelecer sua atividade partidária, caso adotassem uma postura mais combativa em relação ao governo ou se o controle da transição para a democracia passasse para as mãos da oposição liberal. Nesse caso, é necessário tomar cuidado com o desenvolvimento de análises anacrônicas e considerar que havia, naquele momento, uma grande incerteza quanto à convocação da Assembleia Constituinte, levando em conta que de acordo com o AI-9 o novo presidente da República poderia interferir nessa decisão. Em vista disso, os pecebistas entendiam que era necessário realizar o quanto antes a elaboração de uma nova constituição para garantir a legalidade do PCB e viabilizar o seu projeto de disputar, pelas vias democráticas, o controle do país. Desse modo, caso um adversário do partido fosse eleito presidente após a promulgação da nova Constituição, ele teria mais dificuldades para conter a atividade política dos comunistas e a dos próprios trabalhadores. Paralelamente, eles acreditavam que, com Vargas no poder, a participação deles na Assembleia Constituinte estaria praticamente garantida, “algo nada desprezível para um partido que via crescer a cada dia sua base de penetração nos movimentos sociais” (COSTA, 1995, p. 44).

A proposta de inversão do caminho de transição para a democracia estabelecido através AI-9 também revela a existência de uma leitura extremamente otimista do momento Constituinte entre os pecebistas. Conforme destacado no capítulo anterior, eles pareciam acreditar que, uma vez consolidadas as conquistas democráticas no texto constitucional, teriam amplas chances de ascender ao poder e efetivar o seu projeto de nação, isto é, de concretizar a Revolução Democrático-Burguesa no Brasil. A seguinte passagem do manifesto publicado pelo PCB após o Pleno da Vitória¹⁸⁷, em agosto de 1945, ilustra bem a amplitude das expectativas

¹⁸⁶ Cartas ao Tenente Severo Fournier – Terceira Carta. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

¹⁸⁷ O Pleno da Vitória foi a primeira reunião do Comitê Central do PCB realizada após o retorno do partido à legalidade. Apenas a segunda desde sua fundação em 1922. Além de estabelecer a luta pela Constituinte como o

que o partido depositava naquele mecanismo: “Só uma Assembléia Constituinte livremente eleita assegurará a união nacional pela liquidação dos restos feudais, pela solução rápida e justa do problema da terra, pela revisão dos contratos lesivos aos interesses nacionais como os monopólios e *trusts* do capital estrangeiro colonizador.”¹⁸⁸ Essa expectativa também está presente no discurso realizado por Prestes no Rio Grande do Sul: “Através de uma Assembleia Constituinte chegaremos, com representantes verdadeiros do povo, a tocar nos problemas básicos de nossa gente: o da terra, adotar medidas contra o capital estrangeiro reacionário e dar passos seguros no caminho da democracia [...]”¹⁸⁹ Orientados por essas concepções e cientes das poucas chances do partido no pleito presidencial, os pecebistas definiam a conquista e a consolidação de determinados direitos como algo mais importante naquele momento do que o controle do Poder Executivo.

É necessário destacar, que o início da divulgação das críticas ao AI-9 e a proposta de um novo caminho de formação do regime democrático não significam que o PCB assumiu a condição de oposição ao presidente. Em agosto de 1945, quando já mobilizava os integrantes do seu partido para efetivar o projeto de democratização que julgava mais adequado, Prestes enviou um telegrama a Vargas, elogiando a maneira como ele vinha conduzindo a transição para a democracia. As medidas liberalizantes efetivadas no início de 1945, como o decreto de anistia, a liberdade de imprensa, o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS e o indicativo de que seria garantido ao PCB o direito de retomar sua atividade política na legalidade foram decisivas para que os comunistas continuassem defendendo a diretriz de ordem e tranquilidade e a proposta de manter o ditador na presidência até a conclusão da Constituinte. Praticamente todas as contrapartidas feitas pelo PCB em nome da democracia quando aderiu à campanha da União Nacional em torno do governo, ou seja, antes mesmo do início da democratização, haviam sido atendidas. Conseqüentemente, cresceu o otimismo dos comunistas em relação à possibilidade de participarem efetivamente, e de forma independente, do processo de constituição do regime democrático que passaria a vigorar no país. Leôncio Basbaum, importante quadro do PCB naquele momento, afirma que (1976, p. 139) “Prestes acreditava que todas as conquistas obtidas, a anistia, a legalidade, o reconhecimento da URSS

principal objetivo dos pecebistas naquele momento, a reunião também apresentou a leitura da conjuntura nacional feita pelos comunistas e algumas propostas que compunham o seu projeto de nação.

¹⁸⁸ Trecho do Manifesto “Partido Comunista do Brasil dirige-se à nação, convocando-a para a luta pelo esmagamento do fascismo e da 5ª coluna” elaborado pelo PCB como forma de sintetizar as deliberações realizadas no Pleno da Vitória. O documento foi publicado na íntegra no jornal Tribuna Popular do dia 22 ago. 1945, p. 1.

¹⁸⁹ Tribuna Popular, 1º out. 1945, p. 2.

etc., eram obra pessoal de Getúlio. Sua retirada antes das eleições seria a anulação completa de todas estas conquistas, inclusive poderia levar ao próprio assassinato de Prestes, que estaria sendo tramado entre os grupos mais reacionários das Forças Armadas”. Essa leitura é evidente no seguinte pronunciamento feito pelo líder pecebista:

Depois de quase dez anos de censura à imprensa, cedia o governo aos anseios populares, e o direito de livre manifesto do pensamento, o de reunião e associação, o próprio direito de greve eram rapidamente reconquistados. E o governo, mal-grado sua composição em nada modificada, continua a ceder no caminho da democracia. Estabelece relações com os povos soviéticos, concede anistia aos presos políticos, convoca o povo para eleições e sanciona a lei eleitoral que assegura o sufrágio universal direto, secreto e obrigatório [...]. As vitórias alcançadas nestes últimos meses confirmam a justeza de nossa luta em defesa de uma saída pacífica e ordeira no caminho da democracia, do progresso e do bem-estar crescente do nosso povo.¹⁹⁰

Contudo, no mesmo comunicado enviado a Vargas, Prestes reforçou o pedido pela revogação do AI-9, alegando que o decreto não atendia aos anseios do povo. Indo adiante, o líder pecebista também comunicou formalmente que o seu partido passaria a lutar pela inversão da ordem do processo de democratização, reivindicando a realização da Constituinte o quanto antes. Portanto, mesmo apoiando a manutenção de Vargas na presidência, o PCB seguia se mobilizando para efetivar o caminho de transição para a democracia que julgava mais adequado.

O fato de o PCB reivindicar a antecipação da Constituinte e defender que ela fosse realizada enquanto Vargas ainda estava na presidência levou os integrantes da oposição liberal a acusá-los de submissão aos interesses do ditador e de serem inimigos da democracia. Diziam que a proposta comunista era parte de uma trama golpista para perpetuar Vargas ou para levar a uma ditadura comunista. Vale destacar que a condenação da proposta de antecipação não era decorrente apenas de um receio em relação à perpetuação de Vargas no poder, mas também do anticomunismo que vigorava no país antes mesmo da eclosão da Guerra Fria. As acusações evidenciam que os liberais não reconheciam a autonomia do PCB em relação a Vargas e que não identificavam a existência dos projetos de democratização e de nação pecebistas. Reduziam

¹⁹⁰ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

o partido e suas intenções ao apoio que seus integrantes manifestavam à permanência de Vargas na presidência.

Além disso, ao mesmo tempo que surgiam os primeiros pedidos pela antecipação da Assembleia Constituinte e a manutenção de Getúlio Vargas na presidência até a sua conclusão, os liberais, que, desde o primeiro momento, haviam se colocado contrários às medidas que compunham o AI-9, sobretudo no que diz respeito à permanência de Vargas no controle do Poder Executivo e à conservação da Carta de 37, passaram a defender o cumprimento do decreto na íntegra, ou seja, a realização das eleições presidenciais e, somente em um segundo momento, a elaboração de uma nova Carta Magna. A disputa pela definição do percurso de transição à democracia ganhava novos contornos. Fazendo referência ao histórico golpista do presidente, eles afirmavam constantemente que Vargas tentaria recorrentemente influenciar e restringir os trabalhos da Constituinte, visando, entre outras coisas, o direito de concorrer ao cargo de presidente por meio de eleições indiretas, tal qual em 1934, para, assim, se perpetuar no poder:

[...] atente, pois, o leitor nestas circunstâncias: a convocação de uma Constituinte garantiria ao Sr. Getúlio Vargas tempo de sobra para suas costumeiras manobras golpistas, e não conferiria à Assembleia a segurança necessária à terminação de sua tarefa livre de influências poderosas. Como o mesmo desembaraço com o que o sr. Getúlio Vargas joga na cesta do lixo a Lei Constitucional nº 9 e a Lei Eleitoral, poderá decretar, amanhã, o estado de guerra ou de iminente conflagração do país e fechar a Constituinte. Basta que as coisas, na Assembleia, não corram a contento do ditador e de sua grel (sic).¹⁹¹

Eles temiam, principalmente, um continuísmo legitimado pelas urnas, caso fosse feita alguma intervenção para garantir ao ditador o direito de concorrer nas eleições presidenciais. Se isso se tornasse realidade, ele voltaria mais forte, sustentado pelo voto popular e dependendo de menos compromissos para se manter no poder. Em vista disso, os udenistas passaram a alegar que a escolha de um novo presidente era a única forma de garantir a democratização e que a convocação da Assembleia Constituinte não corria riscos, independentemente de quem saísse vitorioso das urnas. O próprio brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) assumiu o compromisso de convocá-la caso vencesse as eleições. Além do receio em relação às intenções do ditador, a mudança de opinião em relação ao cumprimento do AI-9 também possuía relação direta com

¹⁹¹ Editorial “O Biombo”. Diário Carioca, 22 set. 1945, p. 4. Esse é apenas um dos muitos casos no qual a grande imprensa ligada à oposição liberal utilizou suas páginas para associar a proposta de antecipação da Constituinte a uma possível trama golpista de Vargas. Vale destacar que além da Imprensa, a OAB e a Igreja Católica se manifestaram publicamente contra a proposta de antecipação da Constituinte, indicando, assim, o quanto estavam alinhadas à oposição liberal.

as dificuldades que a campanha de Dutra (PSD) enfrentava para adquirir apoio popular, o que ampliava a confiança dos udenistas em uma possível vitória nas urnas. Prevalencia, assim, a expectativa de que poderiam assumir o controle da democratização antes do início da elaboração da nova Constituição.

Fatores econômicos também foram decisivos para que os liberais exigissem cada vez mais que Vargas abandonasse a condução da democratização. Em junho de 1945, o governo estabeleceu uma lei de combate a trustes e cartéis econômicos, vulgarmente conhecida como Lei Malaia¹⁹², que dava amplos poderes ao Estado para desapropriar empresas nativas ou estrangeiras consideradas prejudiciais aos interesses nacionais. Nesse caso, não se pode desconsiderar, conforme indicado no primeiro capítulo¹⁹³, que as iniciativas de interferência estatal na economia eram o principal ponto de divergência entre os projetos econômicos defendidos por Vargas e pelas oposições liberais. A lei ia em sentido contrário às solicitações feitas pelas oligarquias agrárias e a burguesia industrial, de maneira contida, por uma maior participação deles no processo de definição da política econômica e, por extensão, por uma menor intervenção do Estado. Não à toa, A Federação das Associações Comerciais do Brasil, a Confederação Nacional da Indústria e a União das Associações Agropecuárias do Brasil Central lançaram nota de repúdio à ‘Lei Malaia’. Reprovação essa que também foi feita pelo Departamento de Estado estadunidense, que a definiu como “um ato de nacionalismo econômico, que desencorajava a entrada de capital estrangeiro no Brasil” (OLIVEIRA, 2002, p. 71). Atento a essa questão, Ianni (1989, p. 79) afirma que naquele momento estava em jogo

tanto interesses de grupos conservadores brasileiros como interesses econômicos e políticos estrangeiros, principalmente norte-americanos. A mudança do regime político, nos termos em que Vargas estava procurando realizar, poderia implicar o fortalecimento da política econômica estatizante e de emancipação nacional.

Com efeito, a medida foi decisiva para que a burguesia nacional, e não apenas aqueles setores ligados às correntes liberais, se distanciassem ainda mais de Vargas (CORSI, 1991, p. 231).

¹⁹² Decreto nº 7.666, de 22 de junho de 1945.

¹⁹³ Apesar de o PCB também ser favorável à imposição de restrições ao capital estrangeiro no país e à luta contra os trustes, a imposição do decreto foi criticada pelos pecebistas. Na opinião das lideranças do partido, a imposição da lei naquele contexto contribuiu apenas para tumultuar ainda mais o ambiente, colocando em risco a democratização: “O Partido Comunista do Brasil, no entanto, não julga fundamental no momento legislar sobre assunto de tal importância como também acha que o cumprimento de leis baixadas sobre o assunto só será possível quando os responsáveis por as executar estiverem amparados num poderoso e organizado apoio popular. Julga estar em primeiro plano enfrentar os problemas mais imediatos como a democratização do país, a inflação, a carestia de vida, etc.” *In*: “O PCB tem uma posição definida e pública contra os *trusts*”. *Tribuna Popular*, 30 jul. 1945, p. 1.

Para além do seu viés econômico, as oposições liberais também se incomodaram com o fato de ele ter imposto uma lei de tamanha relevância em um momento em que supostamente estaria se desligando do poder. Em vista disso, os udenistas passaram a definir a medida como mais um indício da maneira autoritária como ele conduzia a democratização¹⁹⁴, uma forma de interferência da ditadura sobre a livre atividade de determinadas empresas e sobre o novo regime que passaria a vigorar (ALMINO, 1980, p. 49), portanto, mais um motivo para excluí-lo do poder. Vale ainda considerar, como bem aponta Lira Neto (2013, p. 474), que a Lei Malaia ainda “ajudou os que queriam a todo custo associar Getúlio aos comunistas”.

Mesmo entre os membros do governo não havia consenso se a Assembleia Constituinte deveria ser convocada antes ou depois das eleições. Como bem aponta Ângela de Castro Gomes (1988, p. 279), enquanto Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, em um primeiro momento foi favorável a iniciar o processo de transição para a democracia pelas eleições, Agamenon Magalhães, Ministro da Justiça, defendia a necessidade de priorizar a formulação de uma nova Constituição. Ele alegava que assim seria possível garantir o direito de Vargas concorrer em futuras eleições presidenciais ou, até mesmo, promover uma eleição indireta, como na Constituinte de 1934. Na realidade, ainda havia no governo, por mais fracos que fossem, integrantes favoráveis apenas ao reformismo da Constituição de 1937, ou seja, contrários à convocação de uma Assembleia Constituinte. Em alguns momentos, o próprio Marcondes Filho chegou a afirmar que não seria necessário compor uma nova Carta Magna, bastando reformular alguns pontos da Polaca¹⁹⁵ antes de submetê-la a aprovação do Congresso (NETO, 2013, p. 457). É importante destacar, que a existência de divergências na base governista era anterior ao decreto do AI-9. Em novembro de 1944, alguns membros do governo anunciaram a necessidade de alterações no documento. Francisco Campos, um dos principais ideólogos do Estado Novo, chegou inclusive a esboçar propostas de mudança, mas essas iniciativas nunca foram para frente. Por outro lado, o general Dutra, que ainda não era candidato à presidência, defendia naquele momento a realização das eleições antes da Constituinte¹⁹⁶ (VIANNA, 1976, p. 305).

¹⁹⁴ Nesse caso, o episódio da Lei Antitruste ilustra de maneira precisa a situação em que se encontrava o controle de Vargas sobre a democratização, e o país como um todo. Ele decretou a lei, mas ela não chegou a entrar em vigor, o que indica o seu enfraquecimento político.

¹⁹⁵ A Constituição de 1937 recebeu esse apelido por ter se inspirado no modelo semifascista polonês da época.

¹⁹⁶ Em uma carta enviada a Getúlio com sugestões sobre como conduzir a transição para a democracia, o General Dutra sugeriu. “Finalmente, Senhor Presidente, cabe-me expender meu parecer sobre a questão alvitada de novas modificações, de profundo sentido, nos textos constitucionais. Tal providência, por agora, estou em crer não aconselhável. Se vão ser constituídos os órgãos de representação e consultada a vontade do povo sobre a própria Constituição, melhor será, presumo, que se restrinjam as modificações ao exclusivamente necessário à boa execução do processo eleitoral, e só após todos os órgãos de representação formados e em pleno exercício de seus

Já o seu parceiro, o general Góis Monteiro¹⁹⁷, era favorável à inversão do percurso (NETO, 2013, p. 454). De qualquer forma, havia prevalecido a vontade de Getúlio que, no momento de decreto do AI-9, via na Constituinte uma ameaça ao controle que possuía sobre a democratização.

Vale, ainda, destacar que, além do PCB, outras correntes políticas também reivindicaram a revogação de algumas diretrizes que Vargas havia imposto à formação do regime democrático que passaria a vigorar no Brasil. Por mais que tivessem expectativas diferentes dos pecebistas em relação à Constituinte e à própria democratização, importantes quadros do PTB se manifestaram a favor de antecipar a elaboração da Constituição, deixando para um segundo momento a realização de eleições presidenciais. Eles defendiam, inclusive, que a nova Carta Magna garantisse a Vargas o direito de tornar-se candidato, o que os diferenciava dos pecebistas. Já Esquerda Democrática, que naquele momento ainda estava vinculada à UDN, defendia uma espécie de proposta de meio-termo. A ideia era manter as eleições presidenciais, mas já definir a data na qual o parlamento eleito passaria a exercer o poder constituinte, resolvendo, assim, as incertezas que envolviam aquela atividade. No entanto, foi no âmbito da sociedade civil que se constituiu uma das principais mobilizações a favor da alteração do percurso de transição para a democracia estabelecido no AI-9.

Retomando a análise do projeto de democratização proposto pelo PCB, é necessário considerar que, ao mesmo tempo que defendia a permanência de Vargas na presidência até a promulgação de uma nova Constituição, o partido também reivindicava a atribuição aos trabalhadores da condição de força dirigente da transição para a democracia. De acordo com os pecebistas, o regime democrático deveria ser estabelecido de baixo para cima, isto é, conduzido pelos trabalhadores e a partir de seus anseios, sem restringi-los à condição de eleitores. Assim como a antecipação da Constituinte, a atribuição do papel de força dirigente aos trabalhadores também passou a ser apresentada pelos comunistas como condicionante para a constituição da “verdadeira democracia”. Era justamente a partir desse entendimento que os comunistas afirmavam não ser aquele o momento mais oportuno para a realização das eleições presidenciais, haja vista que ainda não havia transcorrido tempo suficiente para que as

mandatos, se promova as demais alterações que forem julgadas de convir no texto constitucional.” Rio de Janeiro (Vol. XLV/60a). CPDOC. GV c 1944.12.27.

¹⁹⁷ “Góis teve presença decisiva em todos os grandes momentos da vida pública nacional, desde 1930 até sua ida ao Superior Tribunal Eleitoral em 1952” (CHACON, 1977, p.65). Assim como Dutra, ele deu sustentação a Vargas durante praticamente todo o período o político gaúcho ocupou a presidência do país. Não por coincidência, ele ocupou durante muitos anos a chefia do Estado Maior, cargo de enorme importância dado o domínio sobre as Forças Armadas.

autênticas lideranças surgissem do povo, da atividade política no âmbito da sociedade civil. Portanto, o fato de o PCB ter defendido a antecipação da Constituinte para que ela ocorresse ainda durante o governo Vargas, não significa que o partido atribuía apenas ao ditador a responsabilidade de conduzir a democratização ou então que se submetia aos seus interesses.

Na realidade, a proposta de atribuir aos trabalhadores o papel de força dirigente da democratização revela que os pecebistas não tinham total confiança nas intenções de Vargas. Segundo Prestes,

O povo organizado é a única força capaz de impedir a desordem e de sustentar o governo na marcha para a democracia contra as maquinações dos reacionários, da quinta coluna e dos fascistas, que, lamentavelmente não foram ainda expulsos dos postos que ocupam no próprio aparelho estatal.¹⁹⁸

De acordo com o entendimento das lideranças do PCB, ao mesmo tempo que deveriam vigiar os passos do ditador, também caberia aos trabalhadores, na condição de força dirigente da democratização, impedir possíveis golpes de Estado articulados pelas oposições liberais. Além de assumirem o papel de fiscais do poder público, os comunistas pretendiam que os trabalhadores negociassem diretamente com o Estado, participando ativamente dos debates e negociações que envolviam a democratização. Ao atribuir essa função aos trabalhadores, os pecebistas reforçavam o discurso de que na democracia que almejavam o “povo” não se restringiria à condição de eleitor, mas exerceria uma atividade política ativa com envolvimento efetivo na tomada de decisões, o que, de acordo com eles, era fundamental ao desenvolvimento do regime democrático. Portanto, não se trata apenas de uma proposta sobre como conduzir a democratização, mas também de uma forma de se pensar a dinâmica da relação entre o Estado e a sociedade civil.

Para entender o incômodo gerado por um projeto de democratização que atribuía aos trabalhadores o papel de força dirigente e a sua particularidade, é necessário levar em consideração que desde o final da década de 1920 as elites nacionais impunham restrições ao ingresso dos trabalhadores na cena política, seja por meio da negação do direito a voto aos analfabetos, das restrições impostas ao desenvolvimento de uma atividade sindical autônoma ou, quando julgavam necessário, utilizando o aparelho coercitivo do Estado. Os excluía, desse modo, de todas as negociações e acordos que pautaram o funcionamento do Estado de

¹⁹⁸ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

Compromisso até então. A grande maioria dos novos trabalhadores urbanos vinha do campo, onde as condições para o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil eram ainda mais restritas. A estrutura fundiária brasileira, calcada nos latifúndios, bem como no coronelismo (LEAL, 1948), determinava o surgimento de relações marcadas pela dependência econômica e política, restringindo as possibilidades de organização e ação autônoma dos trabalhadores do campo e contribuindo para que eles se tornassem político-ideologicamente dependentes das oligarquias agrárias. Realidade essa que se assemelha muito à descrição que Gramsci faz dos trabalhadores do sul da Itália: “Embora, enquanto cidadãos, sejam excluídos do processo político, esses trabalhadores permanecem integrados a ele na condição de clientes” (WEFFORT, 1992, p. 25). Quer dizer, a distribuição excessivamente assimétrica de recursos materiais vigente no país violava o princípio da igualdade política, reduzindo, conseqüentemente, a capacidade de mobilização e de influência política dos trabalhadores. Conseqüentemente, a atuação política desses trabalhadores recém-chegados do campo manifestava-se

[...] quase que exclusivamente nas ocasiões de eleições, pelo voto obrigatório. Mesmo entre os sindicalizados, a participação ativa nas atividades do sindicato é reduzida. Não estão em condições de reconhecer a importância relativa do sindicato, ou do partido político, em face do voto, da demagogia e outros componentes do ambiente político urbano (IANNI, 1989, p. 73).

Em vista disso, não é uma surpresa o fato de os trabalhadores não terem exercido, até aquele momento, um papel de relevância nos grandes processos e eventos políticos da história do país.

Todavia, após anos de ditadura e um acentuado processo de transformação social¹⁹⁹, os trabalhadores voltaram²⁰⁰ a exigir uma maior autonomia para garantir a sua participação na cena política nacional. Essa exigência era incentivada e mediada²⁰¹ pelo PCB, ao mesmo tempo que era definida como um sinal de desordem pelos integrantes do bloco no poder, responsáveis pelo gerenciamento do Estado de Compromisso. Nesse contexto, a tentativa dos pecebistas de atribuir aos trabalhadores o papel de força dirigente da democratização contribuiu para tornar ainda mais conflituosa a transição para a democracia, haja vista que nenhuma das outras forças

¹⁹⁹ Trata-se do momento de constituição do mercado nacional de força de trabalho ou, então, do que Ianni (1989) definiu como passagem da sociedade tradicional, arcaica ou rural, para a sociedade moderna, urbana ou industrial.

²⁰⁰ Vale destacar que o processo histórico que resultou na Revolução de 30 também foi marcado pela pressão dos trabalhadores visando uma maior participação da classe na cena política nacional (DE DECCA, 1992).

²⁰¹ Brandão (1992, p. 126) sustenta inclusive que o PCB conseguiu canalizar um “vasto movimento das camadas subalternas urbanas, que então emergem na cena política e retomam a tentativa, derrotadas nas precedentes ocasiões, de se autoconstruir como classe”.

envolvidas no conflito tinha essa intenção. É possível afirmar que o incômodo gerado pela proposta era ainda maior entre os integrantes das oligarquias agrárias, haja vista as outras condicionantes estabelecidas pelo PCB para que os trabalhadores pudessem exercer o seu protagonismo. Conforme analisado no capítulo anterior, o partido defendia a tese de que a extensão dos direitos consolidados na CLT aos trabalhadores do campo e a realização reforma agrária eram elementos indispensáveis para que eles pudessem exercer a atividade política – condicionantes essas que ajudam a identificar o ineditismo e a audácia do projeto de democratização pecebista.

Para justificar a atribuição do papel de força dirigente aos trabalhadores, os pecebistas recorriam à ideia de soberania popular, afirmando que não existia poder mais legítimo do que aquele que emana do povo. Percebe-se, assim, que havia entre comunistas e liberais, uma divergência quanto ao elemento que atribuiria legitimidade à democratização e, no limite, ao próprio poder público. Enquanto os pecebistas construía o discurso de que a autoridade necessária para conduzir a democratização viria do apoio das massas, os liberais apontavam que ela estava na erudição e na imparcialidade do Poder Judiciário. Embora também se apresentassem como defensores da soberania popular, os as lideranças udenistas afirmavam que o povo brasileiro ainda não estava pronto para exercê-la (ALMINO, 1980, p. 231): “No fundo, o problema é que o povo brasileiro, não tendo capacidade para o exercício da democracia, não pode ter instituições que lhe permitam se autogovernar”. Trata-se de uma faceta importante da disputa sobre como seria conduzida a formação do regime democrático, indicando que também existiam divergências quanto ao tipo de democracia que passaria a vigorar no país. Por outro lado, é inegável o quanto essa atribuição também fazia parte da estratégia traçada pelo PCB para garantir e legitimar a sua participação naquele processo, dado que o partido se colocava constantemente como a única representação partidária legítima dos trabalhadores. Também é interessante notar que a atribuição do papel de força dirigente da democratização aos trabalhadores indica novos contornos da colaboração proposto pelos comunistas. Ao mesmo tempo que diziam que o êxito do combate ao fascismo, a constituição da democracia e a efetivação do progresso dependiam da união dos diferentes setores da sociedade, os pecebistas não deixavam de atribuir um protagonismo aos trabalhadores.

Ao falar sobre essa proposta de conduzir a democratização de baixo para cima, com os trabalhadores exercendo o papel de força dirigente, não se pode deixar de indicar a existência de algumas contradições entre o discurso e a prática pecebista. Conforme já destacaram diversos

pesquisadores e ex-integrantes da agremiação²⁰², o PCB possuía uma estrutura hierárquica interna rigidamente verticalizada, além de um extremo centralismo pautado pelo personalismo em torno da figura de Prestes. Constantemente se falava em “Um grande partido para um grande líder” (MAGALHÃES, 2012, p. 158). O fato de o líder ser encarado como uma autoridade indubitável fazia com que suas deliberações simplesmente não pudessem ser questionadas ou contrariadas pela base. Em muitos momentos, as lideranças do partido, os de cima, simplesmente impunham tarefas aos membros da base, os de baixo. A condenação que o PCB fez das greves durante o ano de 1945, sem abrir exceções, é outro bom exemplo da falta de diálogo horizontal com as bases. Moisés Vinhas (1982, p. 92), importante quadro pecebista naquele período, traz um relato que ilustra bem as contradições internas do partido. Em seu livro de memórias, ele narra episódios nos quais as deliberações feitas pelas direções do PCB situadas em Recife, as quais haviam sido apoiadas pelas bases locais, foram simplesmente refutadas por Prestes, sem abrir espaço para negociações. Indo adiante e falando sobre a escolha dos quadros que compunham o partido, ele pondera: “Não se pense, porém, que os métodos de direção eram inteiramente democráticos: já naqueles tempos certos secretários eram impostos pela Comissão Executiva do Comitê Central [...]” (1982, p. 90). Atento à mesma realidade, Giovannetti Netto (1996, p. 53) afirma que o “autoritarismo exacerbado de muitas lideranças, práticas, enfim, que inibiam a participação, engendravam o conformismo e a passividade e a repetição esterilizante de palavras de ordem”. Consequentemente, os próprios trabalhadores urbanos que o partido pretendia ver como força dirigente da transição para a democracia, não possuíam, na maioria das vezes, espaço para participar das deliberações e formulações de projetos elaborados pelas lideranças comunistas – quanto mais da definição da linha de atuação política e do projeto de nação que foram adotados ao longo da democratização.

Essa realidade era fruto do entendimento de que os trabalhadores precisavam da orientação de uma vanguarda esclarecida para orientá-los quanto ao caminho que deveriam trilhar. Os comunistas afirmavam que, sem a vanguarda, os trabalhadores não conseguiriam derrotar os fascistas existentes no território nacional e realizar a Revolução Democrático-Burguesa. Em vista disso, logo que deixou a cadeia Prestes orientou os pecebistas que, “Vanguarda da classe operária, o nosso Partido deve dirigir e não se deixar levar pelo movimento espontâneo das grandes massas, pela opinião pública, em geral criada pela imprensa

²⁰² Leôncio Rodrigues (2007), Giovannetti Netto (1996), José Oliveira (2002), Moisés Vinhas (1982), Leôncio Basbaum (1967), entre outros.

burguesa para arrastar as massas no sentido de suas conveniências de classe”²⁰³. Ou seja, ao mesmo tempo que atribuíam aos trabalhadores o papel de força dirigente, os comunistas procuravam controlá-los, já que se colocavam na condição de massas que dependiam de sua orientação. Todavia, apesar de apontar as contradições, o objetivo desta tese não é avaliar a autenticidade da proposta pecebista de atribuir aos trabalhadores a condição de força dirigente da transição para a democracia. Além de apontar as contradições entre discurso e prática, extraíndo daí também traços da concepção de democracia adotada pelos comunistas, a pesquisa procura avaliar como e com qual dimensão o projeto de democratização formulado pelo PCB se difundiu pela sociedade brasileira em meio à crise de hegemonia – seja atraindo adeptos ou gerando incômodos.

Portanto, levando em consideração a proposta de antecipação da Constituinte e que os pecebistas haviam atribuído aos trabalhadores o papel de força dirigente da transição para a democracia, associada a um governo liderado por Vargas mas também composto pelo pecebistas, é possível concluir que o PCB possuía um projeto de democratização próprio; uma proposta de caminho alternativo, visando a criação do que entendiam como a “verdadeira democracia”. Esse projeto definia a luta pela restituição das liberdades civis, fundamentais ao desenvolvimento da atividade partidária, como o ponto de partida da transição para a democracia, e afirmava que o processo só terminaria com a instauração das condições que eles haviam estabelecido como indispensáveis para promover o desenvolvimento do capitalismo no Brasil – em outras palavras, a Revolução Democrático-Burguesa. Não à toa, eles afirmavam que somente a consolidação do capitalismo nacional criaria as condições materiais básicas para que “o povo” pudesse exercer os seus direitos democráticos. Contudo, antes ainda de afirmar que o projeto de democratização pecebista constituiu uma alternativa real aos trabalhadores durante a transição para a democracia, é preciso avaliar como se deu a sua propagação e construção na prática, ir além do plano das ideias.

3.1. Organizar o povo para a democracia

Definidas as condicionantes e o percurso que julgava mais adequado à constituição do regime democrático que deveria vigorar no Brasil, o PCB passou a orientar a atividade política

²⁰³ Os comunistas na luta pela democracia. Informe Político apresentado em nome da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB, “Pleno da Vitória”. Agosto de 1945. IN: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

de seus integrantes pelo objetivo de efetivar o próprio projeto de democratização. Procurando consolidar os trabalhadores enquanto força dirigente daquele processo, os pecebistas partiam do entendimento de que, antes de tudo, era indispensável “organizar o povo para a democracia”. De acordo com esse raciocínio, o restabelecimento das liberdades democráticas, fundamentais ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, não seria suficiente para que os trabalhadores passassem a exercer o seu protagonismo. Vigorava entre os comunistas a compreensão de que o “povo” ainda não possuía a consciência política necessária para participar dos grandes debates políticos. As “massas” precisavam ser educadas para que pudessem identificar aqueles que, segundo os pecebistas, eram seus verdadeiros inimigos. Paralelamente, havia a expectativa de que a atividade de organizar o povo para a democracia revelaria os seus verdadeiros representantes: “através da organização das massas populares, levaremos ao Parlamento os verdadeiros representantes do povo, para rapidamente esmagarmos os restos do nazismo e da quinta coluna em nossa terra, criando um ambiente seguro de paz, bem-estar e progresso”²⁰⁴.

Fazendo referências ao histórico do seu partido, os comunistas atribuíram para si a tarefa de conscientizar as “massas” e de criar as condições básicas para que elas pudessem exercer o papel de força dirigente. Logo no segundo comício público que realizou após sair da cadeia, Prestes indicou aos integrantes do seu partido a tarefa fundamental a ser desempenhada por eles naquele momento:

[...] tarefa fundamental, porém, está em organizar o povo, as mais amplas camadas sociais de nossa população do campo e da cidade a fim de atraí-las à vida política, à luta por suas reivindicações imediatas, à melhor compreensão dos perigos que a ameaçam. Será essa a maneira mais prática de marcharmos para a democracia, de unirmos a todos os patriotas independentemente de diferenças sociais e ideológicas, de pontos de vista políticos e de crenças religiosas.²⁰⁵

Indo além, o líder comunista apontou a necessidade de intensificar a diretriz da postura ativa, construindo um vínculo com o povo, organizando-o, atraindo-o à atividade política cotidiana, dirigindo-o em suas lutas e orientando-o quanto às disputas políticas vigentes naquela conjuntura, sem, no entanto, descuidar da linha de atuação política pautada pela colaboração com outras correntes políticas e pela manutenção da ordem e da tranquilidade. Afirmava que,

²⁰⁴ “Por uma carta democrática, à altura das necessidades do nosso povo”. *Tribuna Popular*, 16 ago. 1945, p. 2.

²⁰⁵ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

para isso, os pecebistas fariam uso das grandes armas da democracia que já dispunham, como a livre discussão e a livre associação. Na realidade, ao menos um ano antes de sair da cadeia, Prestes já vinha manifestando a urgência de “organizar as massas para que apoiem o governo contra os golpistas e ‘quinta-colunistas’ e para que lutem simultaneamente pela democracia e melhores condições de vida, tudo subordinado naturalmente à guerra contra o nazismo”²⁰⁶. Portanto, não é um exagero afirmar que o PCB defendia que os trabalhadores fossem a força dirigente da democratização, mas sob sua orientação. Vale ressaltar, também, que o interesse dos pecebistas por trás da atividade de organizar o povo para a democracia não se limitava a garantir a condição de força dirigente da democratização aos trabalhadores. Como bem aponta Pinheiro (2007, p. 35), caso tivesse êxito nessa missão, o partido se tornaria uma força política capaz de disputar os rumos da transição para a democracia e de tentar estabelecer o seu projeto de nação.

Pensando especificamente nas dificuldades que envolviam a proposta de incluir os trabalhadores do campo na democratização, Prestes afirmou que

Sabemos que não será fácil fazer chegar a essas grandes massas rurais, em geral analfabetas, a palavra esclarecedora do proletariado mais avançado e que é tarefa das mais árduas conseguir entrar nas grandes fazendas semi-feudais para despertar e organizar os servos da gleba, mas é essa a nossa obrigação, é essa a missão do proletariado, e, isto, não só de um ponto de vista patriótico e humanitário, mas igualmente no da defesa dos seus interesses mais imediatos, porque é abusando da miséria e ignorância das grandes massas camponesas, que tão impiedosamente exploram, que nos momentos de crise e de luta descarada por seus privilégios conseguem as classes dominantes os soldados e policiais que atiram contra o proletariado mais esclarecido, democrata e progressista.²⁰⁷

Além da crítica ao domínio que os latifundiários exerciam no interior do país, é possível identificar nesse trecho a visão de que as “massas do campo” eram incultas e desinteressadas dos debates políticos, o que tornava necessária a ação de uma vanguarda esclarecida para conscientizá-la. O líder pecebista afirmava frequentemente que havia conhecido o verdadeiro povo brasileiro durante suas andanças nos tempos da Coluna Prestes: “Nosso povo ainda é, bem o sabemos, muito pouco politizado. Uma grande parte dele deixa-se enganar pelos cinquenta

²⁰⁶ Carta a um amigo (20 jun. 1944). IN: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

²⁰⁷ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). IN: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

cruzeiros por filho, do salário-família”²⁰⁸. Nesse sentido, os trabalhadores costumavam ser descritos como massas miseráveis, famintas, intelectualmente atrasadas, despolitizadas, mais facilmente alienáveis, que, portanto, precisavam ser educadas para a democracia e guiadas por uma vanguarda esclarecida. Diante desse cenário, os pecebistas procuravam convencer os trabalhadores urbanos a contribuir para a mobilização dos trabalhadores do campo, afirmando que esse posicionamento fortaleceria suas próprias lutas, dado que o inimigo era o mesmo. Observa-se que a compreensão de que as massas eram ignorantes e atrasadas, tão marcante nos setores da elite nacional e entre alguns pesquisadores que fundamentam suas análises no conceito de populismo, também era muito presente na fala de Prestes sobre os trabalhadores, sobretudo a respeito daqueles que residiam no campo.

Contudo, ao mesmo tempo que reconheciam as dificuldades de organizar o povo para a democracia, existia entre os pecebistas um grande otimismo em relação às possibilidades de realizar essa tarefa. Prestes acreditava que naquele momento iriam se abrir

[...] novas possibilidades para a organização do proletariado e das grandes massas trabalhadoras do campo e das cidades e melhores perspectivas para a rápida mobilização política e unificação das mais amplas camadas sociais, visando sempre a União Nacional indispensável à completa liquidação do fascismo em nossa terra, passo primeiro para a solução efetiva, sem maiores choques e atritos, dos graves problemas, econômicos e sociais da hora que atravessamos.²⁰⁹

Vigorava, assim, entre os pecebistas a percepção de que a conjuntura nacional apresentava uma oportunidade jamais vista para consolidar a liberdade da atividade sindical, haja vista as medidas liberalizantes que Vargas vinha expedindo. A vitória do Partido Trabalhista no Reino Unido e as manifestações de força do movimento sindical argentino também contribuía para que eles se tornassem ainda mais confiantes. Euforia à parte, é necessário lembrar, conforme destacado na primeira parte desta tese, que nenhum dos integrantes da direção do PCB, formada após a Conferência da Mantiqueira, possuía experiência na atuação sindical ou tinha participado da organização de algum “movimento de massas” (RODRIGUES, 2007).

A primeira iniciativa concreta do PCB, após a Anistia, destinada a promover a organização do povo para a democracia e, conseqüentemente, viabilizar o seu projeto de democratização, foi a fundação do Movimento Unificador dos Trabalhadores, realizada no dia

²⁰⁸ Tribuna Popular, 16 ago. 1945, p. 2.

²⁰⁹ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

30 de abril de 1945, com a presença de representantes sindicais de treze estados. A criação dessa organização intersindical era um desdobramento do entendimento de que só “nacionalmente unida poderá a classe operária exercer o seu grande papel de força dirigente dos acontecimentos, efetivamente capaz de acelerar a marcha para a democracia e a liberdade”²¹⁰. De tal modo, o MUT já nasceu com os seus dias contados, pois, caso tivesse êxito na missão de constituir uma representação nacional e unitária dos trabalhadores, ele deveria se desintegrar para dar origem à Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB).

A ampliação do número de sindicalizados e o estabelecimento da unidade sindical não eram os únicos fatores que os pecebistas definiam como indispensáveis para que os trabalhadores pudessem participar do processo de formação do regime democrático enquanto força dirigente. De acordo com eles, também era fundamental superar os padrões corporativistas do sindicalismo brasileiro e garantir a autonomia ao movimento sindical. Alegavam que a falta de autonomia dos sindicatos impedia-os de expressar os verdadeiros interesses dos trabalhadores, resultando, conseqüentemente, no distanciamento deles em relação àquele espaço. No mesmo sentido, os comunistas definiam a autonomia sindical como condição básica para que os trabalhadores se tornassem conscientes, isto é, para que pudessem defender seus interesses de classe e identificar aqueles setores que se opunham à sua participação na democratização. Em vista disso, logo na cerimônia de criação do MUT, foram feitas as seguintes reivindicações ao governo: liberdade sindical, melhorias nas leis sindicais e da previdência, sindicalização dos trabalhadores do campo e a instalação de direções sindicais unitárias para cada categoria profissional (TELLES, 1981, p. 23). Essas reivindicações evidenciam como o movimento foi utilizado para projetar o PCB e suas propostas referentes ao plano sindical. Vale destacar, também, que elas eram feitas pelos pecebistas antes mesmo do início da democratização, o que reforça a interpretação de que eles não se submeteram aos interesses de Vargas, sobretudo no que se refere à estrutura sindical oficial, durante o processo de transição para a democracia. Com o início de suas atividades, o MUT impulsionou rapidamente uma campanha de sindicalização em massa, ao mesmo tempo que estabeleceu novas reivindicações. Entre elas, constavam aquelas que seriam as quatro liberdades sindicais básicas: “direito de greve; eleições de diretoria, livres e diretas, independentes de homologação do Ministério do Trabalho; livre manipulação da renda sindical; e soberania da assembléia sindical” (PINHEIRO, 2004, p. 75). Ou seja, a luta pela liberdade para o desenvolvimento da

²¹⁰ Idem.

atividade sindical passava, entre outras coisas, pelo direito de promover eleições livres para a direção sindical, sem depender da homologação do Ministério do Trabalho. O MUT pretendia tornar-se um órgão de representação dos interesses trabalhistas e políticos dos trabalhadores autônomos em relação ao Estado.

Procurando convencer a opinião pública da legitimidade de suas reivindicações, os pecebistas atrelavam constantemente a luta pela autonomia sindical à democratização em vigência no país. Diziam que a gerência do sindicato deveria ser reflexo da democracia que almejavam para o Brasil: eleições livres, livre debate político e lideranças oriundas das bases. Desenvolvendo esse raciocínio, Prestes argumentava que era “pelo nível de desenvolvimento atingido pelas organizações operárias e pelo grau de sua participação na vida pública que se avaliava da vitalidade de qualquer democracia” (WEFFORT, 1976, p. 12). Ele chegou inclusive a afirmar que não haveria democracia no Brasil enquanto não fossem garantidas a autonomia e a unidade sindical. A adoção desse discurso ilustra a intenção de não restringir a atividade do MUT à defesa dos direitos e demandas trabalhistas, garantindo que ela também contribuísse para a participação dos trabalhadores e do próprio PCB no processo de formação do regime democrático.

Garantidas a autonomia e a unidade sindical, os pecebistas entendiam que os integrantes do MUT ainda precisariam promover o que as suas lideranças definiam como educação política do proletariado, a fim de criar as condições necessárias para que os trabalhadores pudessem exercer o seu papel de força dirigente da democratização.

Imensa por isso é a tarefa do Movimento Unificador dos Trabalhadores na educação democrática do proletariado, no estímulo à organização sindical, na luta pela liberdade sindical, na ampliação em escala regional e nacional do apoio sempre necessário às lutas de cada setor de trabalho por suas reivindicações justas [...].²¹¹

Em vista disso, os comunistas procuraram intensificar o envolvimento dos trabalhadores em lutas pontuais por melhores condições de trabalho. Eles acreditavam essa mobilização mostraria aos trabalhadores a força política que adquiriam quando atuavam coletivamente. Até mesmo as atividades diárias de gestão dos sindicatos eram vistas como uma oportunidade formativa para que eles soubessem como agir politicamente. Nesse caso, é importante considerar que durante

²¹¹ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

todo o período do Estado Novo foi vedada aos sindicatos a possibilidade de desempenhar qualquer atividade de caráter político.

A luta que o MUT travava pela unificação e a autonomia dos trabalhadores contrastava muito com a realidade da atividade sindical vigente durante o Estado Novo. Naquele período, Getúlio Vargas havia optado pelo modelo corporativista para reger o sindicalismo no Brasil. Isto é, o Estado, por meio do Ministério do Trabalho, exercia um grande controle sobre os sindicatos, impedindo, entre outras coisas, a realização de eleições livres para os cargos de dirigentes sindicais, o desenvolvimento de atividades de caráter político e a realização de greves. Nem mesmo autonomia para exercer o próprio controle financeiro eles tinham. Nesse contexto, as restrições impostas eram justificadas a partir do argumento de que o Estado deveria ser o mediador de possíveis conflitos entre os diferentes setores da sociedade, promovendo a harmonia e a integração orgânica das diversas classes sociais. Também é necessário destacar que muitas vezes os sindicatos eram utilizados como espaços para fazer propaganda do próprio governo entre os trabalhadores. Esse conjunto de fatores impunha inúmeras dificuldades aos trabalhadores para se constituírem como atores políticos autônomos e, por extensão, para participarem ativamente da democratização.

Por conta desse histórico de repressão, a permissão concedida por Vargas para que o MUT pudesse atuar livremente surpreendeu a muitos na época, tornando-se, inclusive, objeto de análise de inúmeros pesquisadores. Seguindo a mesma linha de interpretação formulada por Weffort (1973), Vianna (1976, p. 248) afirma que Vargas abrandou as restrições ao desenvolvimento da atividade sindical, possibilitando que ela adquirisse uma maior autonomia, com o intuito de ampliar o apoio que recebia dos trabalhadores urbanos. Naquele contexto de crise de hegemonia, e perdendo o apoio de antigos aliados oriundos das classes sociais e economicamente dominantes, o ditador se aproximou ainda mais dos trabalhadores para postergar a desintegração do Estado Novo. Paralelamente, Vianna também sustenta que o PCB e os trabalhadores tiraram proveito do conflito entre o ditador e a burguesia nacional para apresentar suas reivindicações e efetivar antigos projetos, vide a tentativa de fundação da CGTB. Observa-se, assim, que diferente de Weffort, o autor não trata os trabalhadores apenas como sujeitos submissos aos interesses e benesses de Vargas, mas como atores políticos conscientes de suas próprias demandas. No entanto, a concessão da permissão não chegou a constituir, como defende Vianna (1976, p. 250) “uma aliança do Estado com as classes subalternas contra determinados setores das classes dominantes”, muito menos dentro de uma lógica populista, como ele sugere. Havia uma expectativa nesse sentido, mas, como será

exposto no próximo capítulo, ela não chegou a se concretizar. Por fim, é importante levar em consideração que outros fatores da conjuntura política, como o otimismo e a pressão política que envolviam a transição para a democracia, também foram decisivos para que o ditador permitisse a criação do MUT. No limite, é possível afirmar que essa decisão também era resultado da intensificação da mobilização por maior liberdade política realizada no âmbito da sociedade civil.

Nesse contexto, e preocupados em desconstruir a leitura de que o movimento representava uma afronta ao governo, as lideranças do MUT procuravam justificar suas reivindicações com o argumento de que a classe trabalhadora unida seria a coluna vertebral da União Nacional.

Com essa orientação, sem vacilações ou desvirtuamentos, conseguiremos fortalecer os sindicatos e forjar a unidade da classe trabalhadora, em função da união nacional, imprescindível para as justas soluções dos graves problemas econômicos, sociais e políticos do momento, dentro de um clima de entendimento, de ordem e de paz.²¹²

Portanto, o fato de o MUT propor a participação ativa dos trabalhadores na formação da democracia não pode ser interpretado automaticamente como uma tentativa de radicalização do processo. Pelo contrário. O movimento sustentava a orientação pecebista de que somente uma ação coordenada entre os diferentes setores da sociedade, pautada pela colaboração, poderia garantir o êxito da democratização: “Momento exige colaboração [sic] todos sem distinção [sic] classes ou posição social, porque acima de tudo está [sic] interesse futuro [sic] Brasil aspiração primordial de todos nós”²¹³. Tentando se desvencilhar da imagem de radicalização, Prestes também afirmava que atividade sindical autônoma seria uma forma dos trabalhadores ajudarem “o governo e os patrões a encontrar soluções práticas, rápidas e eficientes para os graves problemas econômicos do dia”²¹⁴, sempre atuando em proveito do progresso nacional. Por fim, ele ainda determinou que integrantes do MUT, tal qual faziam os pecebistas, adotassem uma linha de atuação política pautada pela diretriz de ordem e tranquilidade.

²¹² Fala do novo presidente do sindicato dos bancários presente no artigo “A classe trabalhadora organizada e unida é a base social de um regime progressista e democrático”, publicado na Tribuna Popular do dia 1º jul. 1945, p. 12.

²¹³ Fala do novo presidente do sindicato dos bancários presente no artigo “A classe trabalhadora organizada e unida é a base social de um regime progressista e democrático”, publicado na Tribuna Popular do dia 1º jul. 1945, p. 12.

²¹⁴ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

[...] o MUT aconselha aos trabalhadores encaminhar suas justas reivindicações pacificamente, procurando uma solução harmônica com os patrões e as autoridades, na base de entendimento para discussão franca, tendo em vista soluções rápidas e práticas que atendam às necessidades da classe operária e consultem os interesses nacionais de um desenvolvimento pacífico para a democratização do nosso País.²¹⁵

Ao aderir a esse discurso conciliatório, o MUT também passou a se manifestar contrário às paralisações nos locais de trabalho, apesar de defender que não haveria democracia enquanto o direito a greve não fosse garantido constitucionalmente. Assim como o PCB, o movimento argumentava que naquele momento elas representavam um empecilho ao estabelecimento do regime democrático, uma vez que poderiam ser utilizadas como justificativa para possíveis golpes de Estado em nome da manutenção da ordem. Com efeito, defendiam que as greves fossem utilizadas pelos trabalhadores apenas como última alternativa, depois de esgotados todos os recursos pacíficos e quando os patrões se mostrassem intransigentes às justas reivindicações (CARONE, 1976, p. 535). Desse modo, ao mesmo tempo que atribuíam aos trabalhadores o papel de força dirigente, os pecebistas também se colocavam na condição de estabelecer os limites dessa atuação. Paralelamente, os integrantes do MUT aproveitavam para afirmar que a dificuldade enfrentada para evitar o surgimento de divergências, e até mesmo para conter as paralisações, eram fruto da falta de unidade e liberdade sindical, que os impediam de realizar adequadamente a função de orientação dos trabalhadores, bem como a mediação de interesses com os patrões. Portanto, por mais que essa organização intersindical procurasse se desvencilhar publicamente dos pecebistas, afirmando ser um movimento sem vínculos partidários, é evidente que os posicionamentos assumidos estavam alinhados à linha de atuação política e ao caminho que o PCB propunha para a efetivação da democratização.

Foram orientadas pelas diretrizes estabelecidas pelos pecebistas que, logo no segundo mês de existência do MUT, as lideranças do movimento se mobilizaram para conter um pequeno surto grevista que se constituiu no estado de São Paulo: “O Movimento Unificador dos Trabalhadores São Paulo vg. Coerente seu programa unir, orientar trabalhadores dentro do espírito boa conduta pacífica ordeira construtiva vg. Vem envidando todo o seu esforço para pacificar atuais greves desta capital pt.”²¹⁶ Era evidente o quanto o MUT, assim como o PCB, tentava mediar o conflito entre o capital e o trabalho com base na conciliação, algo que durante a Era Vargas só havia sido possível graças à estrutura corporativista do sindicalismo brasileiro

²¹⁵ “Denúncia perante a classe operária, das manobras da quinta coluna”. *Tribuna Popular*, 9 jun. 1945, p. 1.

²¹⁶ “Rápido Esboço Esclarecedor do que foi o surto grevista de maio em São Paulo”. *Tribuna Popular*, 20 jun. 1945, p. 8.

e ao aparelho coercitivo da ditadura. Ao tentar assumir o papel de representante dos trabalhadores nas negociações com o governo e os patrões ao longo das greves (PINHEIRO, 2007, p. 57), os pecebistas revelavam que não tinha apenas a intenção de garantir a participação dos trabalhadores urbanos no processo de formação do regime democrático, mas que pretendiam conquistar o *status* de direção da categoria (COSTA, 1995, p. 40). Sinais dessa intenção já se faziam presentes nas primeiras intervenções contrárias a greves realizadas pelo movimento:

E para tornar objetiva a atitude que o Movimento Unitário dos Trabalhadores vem tomando no sentido de preservar a paz e a tranquilidade sem prejuízo dos interesses dos trabalhadores que estão ligados diretamente aos interesses da Nação, fazemos sentir a necessidade de se convocar, por intermédio da interventoria, as entidades interessadas, (ilegível) sejam, Federação das Indústrias, Associação Comercial, Federação dos Trabalhadores e Sindicatos, para conciliarmos um acordo que venha encerrar esta situação de insegurança. Apelamos para todas as entidades representativas das classes patronal e trabalhadora, assim como para a Federação dos Círculos Operários Católicos, que também representa boa parte do operariado, que nos dêem o apoio moral e material para resolver pacífica e construtivamente a atual situação em benefício geral das soluções dos grandes problemas que nos reserva o período de paz.²¹⁷

Vale destacar que eles vinham tendo êxito na tentativa de ocupar o papel de mediadores dos conflitos do trabalho, haja vista os diversos relatos de casos nos quais os próprios trabalhadores solicitaram ao MUT que mediasse suas negociações com o patronato²¹⁸. O PCB adquiria, assim, a condição de um canal de expressão de trabalhadores organizados, fora do modelo corporativista e do trabalhismo. Seria justamente essa condição de representante dos interesses dos trabalhadores que, de acordo com o pensamento dos comunistas, justificaria a presença deles entre os integrantes do governo de coalizão que propunham para Vargas.

Assim como o MUT, e em alguns momentos com uma capacidade de mobilização ainda maior, comitês populares democráticos²¹⁹ foram criados pelo PCB com o intuito de viabilizar o seu projeto de democratização. A ideia era utilizar esses organismos para mobilizar “as massas”, comunicar suas reivindicações e realizar a formação política que os pecebistas julgavam necessária para promover o estabelecimento do regime democrático de baixo para

²¹⁷ “Denúncia perante a classe operária, das manobras da quinta coluna”. *Tribuna Popular*, 9 jun. 1945, p. 1.

²¹⁸ Casos como esse começaram a ser noticiados pela *Tribuna Popular* no mesmo ano em que o MUT foi fundado, vide a reportagem “Movimento grevista dos trabalhadores do trigo”, 21 ago. 1945, p. 8.

²¹⁹ Também chamados de Comitês Progressistas ou simplesmente de Comitês Democráticos.

cima. Procurando reforçar o argumento de que aquele ainda não era o momento ideal para a realização de eleições presidenciais, uma vez que não havia transcorrido tempo suficiente para que surgissem as verdadeiras lideranças populares, os pecebistas afirmavam que seria justamente da atividade política promovida pelos comitês que emergiriam os verdadeiros representantes do povo, as lideranças vindas de baixo, da atividade política cotidiana desenvolvida no âmbito da sociedade civil. Nesse sentido, vigorava o entendimento de que os comitês democráticos seriam

[...] como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo.²²⁰

De tal modo, eles também estariam contribuindo diretamente para ampliar democracia ao nível local (MARANHÃO, 1979, p. 73).

A importância atribuída a esse tipo de estrutura era tão grande, que, logo no primeiro discurso público feito por Prestes após a Anistia, ele enfatizou a necessidade de

[...] organizar o povo em organismos que lhe sejam próprios, em amplos comitês ou comissões nos locais de trabalho, nas ruas e bairros; comitês populares democráticos que, unidos, pouco a pouco, de baixo para cima, constituirão, num futuro mais ou menos próximo, as organizações democráticas populares de cidade, região e Estado até a grande União Nacional, aliança de todas as forças, correntes, grupos e partidos políticos que aceitem o programa mínimo de unificação nacional. Esses comitês populares deverão ser amplos, de nenhuma cor partidária, e receber no seu seio a todos os sinceros democratas, patriotas e progressistas que realmente lutem pela União Nacional, pela ordem e tranquilidade, pelas reivindicações econômicas mais imediatas e por eleições livres e honestas.²²¹

É possível identificar que os comitês não se propunham a promover o envolvimento apenas dos trabalhadores urbanos com a democratização. Segundo o líder pecebista, qualquer cidadão, independentemente de credo religioso, opinião política, filiação partidária ou situação

²²⁰ Organizar o povo para a democracia. Discurso proferido no estádio do Pacaembú em São Paulo (15 jul. 1945). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

²²¹ União Nacional para a democracia e o progresso. Discurso proferido em 23 de maio de 1945 em comício realizado no Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, em comemoração à anistia política. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

financeira, poderia afiliar-se. As contrapartidas apresentadas eram que se declarasse democrata, patriota, defensor da União Nacional em torno do governo e que lutasse para a realização de eleições livres e honestas. Torna-se evidente o total alinhamento dos comitês com a prática colaboracionista pregada pelos comunistas, isto é, com a estratégia adotada pelo partido para constituir uma frente ampla, integrando trabalhadores urbanos, classes médias e “burguesia progressista” na luta contra o fascismo e pela viabilização da democracia que almejavam. Logo, por mais que as lideranças dos comitês procurassem constantemente afirmar que eles não possuíam vínculo com qualquer partido²²², era evidente o quanto essas organizações se pautavam por determinações estabelecidas pelo PCB. Atento a essa questão, Pinheiro (2007, p. 87) afirma que “os comitês populares democráticos seriam, segundo a diretriz pecebista, os mais eficientes instrumentos para mobilizar a sociedade em torno da orientação geral do Partido”.

Entusiasmados com as declarações de Prestes e com o esfacelamento do regime ditatorial, os pecebistas iniciaram a fundação dos comitês no mesmo mês em que retornaram à legalidade. Os comitês se constituíam, na maioria das vezes, da articulação de moradores de um mesmo bairro ou a partir da mobilização de trabalhadores de uma mesma atividade profissional. Também existiam, em menor número, comitês formados por pessoas que se vinculavam a partir de pautas de gênero ou raciais. Um artigo publicado na Tribuna Popular²²³, com o título “Como organizar os comitês democráticos”²²⁴, apresenta instruções precisas sobre as tarefas que envolviam a fundação dessas organizações, além de algumas sugestões que revelam as estratégias utilizadas para aumentar o número de filiados. Ele faz referências a instruções básicas, que vão desde sugestões sobre onde estabelecer a sede, passando pela maneira como deveria ser conduzida a eleição da diretoria. O texto sugeria inclusive a

²²² É importante destacar que a tentativa de ocultar o vínculo existente entre o PCB e os Comitês também era motivada pela intenção de impedir que os efeitos do anticomunismo recaíssem sobre eles, e não apenas para dissimular os interesses próprios que o partido tinha por trás da criação daqueles organismos. De qualquer forma, essa tentativa de desvinculação era muito incipiente, haja vista que as lideranças do movimento sempre atribuíam a Prestes as glórias pela ideia de criar os Comitês. Mesmo assim, é um exagero afirmar que os Comitês se reduziam a “organizações de fachada do PCB” (OLIVIERA, 2002).

²²³ A existência de poucas fontes primárias relativas às atividades desenvolvidas pelos Comitês Democráticos é um dos principais motivos pela falta de estudos sobre esses organismos. Em meio a essa escassez, o jornal Tribuna Popular é um caso à parte, haja vista que ele era utilizado como um instrumento de propaganda, agitação e divulgação das atividades promovidas pelos comitês. Logo no segundo mês de sua circulação, o periódico passou a publicar em todas as edições, sempre na quinta página, a coluna “Vida dos Comitês Democráticos”, onde divulgavam os principais eventos, atividades diárias e deliberações realizadas por essa organização.

²²⁴ Tribuna Popular, 2 jun. 1945, p. 3.

realização de algumas atividades recreativas para aumentar o número de filiados aos comitês, como a organização de festas e mutirões.

Entre as estratégias utilizadas para estimular a adesão aos comitês, a que foi utilizada com maior frequência e obteve resultados mais expressivos foi a de promover a mobilização a partir de iniciativas concretas para resolver problemas do ambiente de trabalho ou do bairro onde residiam os seus integrantes. De acordo com Prestes,

Ao invés da propaganda, da repetição enfadonha de coisas gerais, numa linguagem em geral inacessível ou incompreensível para o povo, cabe procurar saber quais são as necessidades do povo e fazer esforços através da ação diária organizada para satisfazê-las. Não poderemos ganhar as grandes massas enquanto elas não nos virem como os principais lutadores por suas reivindicações imediatas. É indispensável acabar com aquela opinião ainda tão generalizada no seio das massas de que lutamos nós, os comunistas, por utopias, por ideais sem dúvida generosos, mas inacessíveis ou, pelo menos distantes.²²⁵

Vigorava o entendimento de que pequenas vitórias atreladas a questões cotidianas contribuiriam para estreitar o vínculo dos moradores com os comitês de seus bairros, além de incentivar a educação política das “massas”. De acordo com os pecebistas, aquelas demonstrações da força que possuía a ação conjunta seriam decisivas para a criação da consciência popular, uma vez que ilustravam as possibilidades de conquista via mobilização da sociedade civil. Com efeito, logo na reunião de fundação, os membros do comitê formulavam um documento com reivindicações pontuais e imediatas. Na maioria das vezes, eles reivindicavam mais e melhores escolas, bibliotecas, hospitais, linhas de ônibus, saneamento básico, iluminação pública, construção de espaços de lazer, incentivo às atividades culturais etc. (PINHEIRO, 2007, p. 89). Já os comitês democráticos organizados por locais de trabalho, traziam inúmeras reivindicações trabalhistas, como aumento do salário e garantias de estabilidade no emprego. Ao mesmo tempo, realizavam a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e das leis de assistência social, mas sempre ressaltando o discurso de ordem e tranquilidade. Chama a atenção alguns casos nos quais os comitês se propunham a pensar políticas públicas e, sobretudo, a pautar a atividade do Estado, o que indica a intenção de seus integrantes de não se restringirem à condição de eleitores. Levando essas experiências em consideração, é possível concluir que a mobilização promovida pelos comitês contribuiu para a politização de questões

²²⁵ Em marcha para um grande partido comunista de massas. Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB em 8 de dezembro de 1946. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

sociais, haja vista que seus integrantes passaram a associar, em suas reivindicações, a formação do regime democrático a conquistas sociais. Logo, Pinheiro (2007, p. 109) é preciso ao afirmar que:

[...] buscando dar voz aos setores até então marginalizados no cenário político, a experiência, ainda que curta, dos comitês populares democráticos fez parte do processo de politização do espaço urbano, então em curso nos anos 1940, formando quadros de pressão no atendimento de reivindicações populares, uma nova esfera de interlocução entre o poder político e a sociedade civil

Além das reivindicações ligadas a problemas concretos enfrentados no cotidiano, seja no bairro ou no ambiente de trabalho, os comitês também estabeleciam pautas referentes, especificamente, à democratização. Frequentemente, eles exigiam a “garantia efetiva das liberdades de opinião, de consciência, de reunião, de associação, inclusive política, de manifestação de pensamento, etc.; defesa da convocação imediata da Constituinte; eleições livres e honestas; direito de voto aos analfabetos, soldados e marinheiros” (PINHEIRO, 2007 p. 89). De acordo com Prestes, os pecebistas também deveria difundir uma agenda positiva vinculada à formação do regime democrático:

[...] a luta pelas liberdades populares deve ter sempre um caráter positivo; a anistia deve ser reclamada como o passo mais decisivo a favor da consolidação da união nacional em torno do governo; e é com o objetivo declarado de desarmar os quintacolonistas e agentes do inimigo que exploram o descontentamento e a miséria das massas, que se deve lutar por medidas concretas, eficientes e imediatas, capazes de remediar a tão lamentável e perigosa situação.²²⁶

O caráter positivo indicado por ele apontava para a necessidade de mobilizar a sociedade civil em torno de propostas que visassem o bem da nação, como um todo, e explicitassem o compromisso dos pecebistas em promover a unidade nacional, contribuindo, dessa maneira, diretamente para a efetivação do regime democrático e da melhoria da qualidade de vida. Procuravam, assim, demonstrar o compromisso que tinham com o estabelecimento da democracia no Brasil. Havia, também, demandas referentes à realidade econômica do país. Constantemente, o governo era cobrado pela falta de combate à carestia e pela ampliação da circulação dos produtos de primeira necessidade. Nesse caso, é possível afirmar que a construção das críticas à situação econômica do país contribuía para a difusão do projeto de

²²⁶ Comentários a um documento aliancionista aparecido nos últimos meses de 1943 (14 mar. 1944). In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

nação pecebista, uma vez que apontavam os mesmos culpados (estrutura feudal, oligarquias agrárias, burguesia financeira) e as mesmas soluções (aumento da produção interna, fortalecimento do capitalismo nacional, reforma agrária) traçadas pelo PCB.

As exigências feitas pelo Comitê Popular Democrático Progressista de Madureira, em junho de 1945, exemplificam bem como reivindicações mais urgentes relacionadas ao bairro ou ao local de trabalho vinham acompanhadas de demandas políticas e econômicas de maior amplitude:

Pela União Nacional de todos os verdadeiros democratas; pela participação ativa do povo na vida política nacional; pela solução pacífica da atual crise política do país por intermédio de eleições livres e honestas, denunciando as soluções golpistas como prejudiciais ao interesse povo; pela extinção completa dos remanescentes do fascismo interno e de seu maior representante – o integralismo; em defesa da ordem e das liberdades públicas; contra a carestia de vida; pelas reivindicações locais mais imediatas: um hospital, uma escola profissional, um colégio secundário, um restaurante popular, instalação de gás, desobstrução das vias e manilhamento dos trechos mais necessários, um entreposto de leite²²⁷

Ao mesmo tempo, elas também condizem com a diretriz estabelecida por Prestes de que “as reivindicações políticas devem se referir à luta pela ordem e tranquilidade interna, à realização de eleições livres e honestas a garantia das liberdades conquistadas e à conquistas novas, enfiam à reconstitucionalização democrática que todos almejamos”.²²⁸ Ele também afirmava que as atividades desempenhadas pelos comitês deveriam desmascarar aqueles que eram considerados os agentes da desordem, evitando agitações que poderiam colocar a democratização em risco. Ou seja, da mesma maneira que os outros movimentos da sociedade civil envolvidos com a democratização, os comitês evitavam críticas diretas ao Estado Novo, ao mesmo tempo que reivindicavam o estabelecimento da democracia. Indo além, também é possível afirmar que a criação dos comitês democráticos, assim como a do MUT, representava a materialização da linha de atuação política estabelecida pelo PCB.

Apesar de sua importância, as estratégias de mobilização da sociedade civil promovidas pelos comitês não se limitavam à formulação de listas com reivindicações de primeira necessidade. Cumprida a etapa inicial, os comitês passavam a agir, tal qual o MUT, como organismos de mediação em negociações entre a sociedade civil e o Estado e com a iniciativa

²²⁷ Tribuna Popular, 26 jun. 1945, p. 5.

²²⁸ “Como organizar os Comitês Democráticos”. Tribuna Popular, 2 jun. 1945, p. 3.

privada, como pode ser visto no relato da ação promovida pelo Comitê Popular Democrático de Nova Iguaçu:

E uma comissão de relações do comitê, constituída por figuras prestigiosas e de toda a confiança, mantem contato com as autoridades, com outras instituições locais, dando enfim os passos necessários quando é mister intervir sobre ocorrências ou atitudes que interessem a reestruturação democrática, medidas governamentais – ou a ausência de tais medidas – em face dos problemas que nos digam respeito do ponto de vista unitário, na esfera internacional, nacional ou local.²²⁹

Um comportamento semelhante é identificado no relato enviado à Tribuna Popular pelo comitê do bairro de Benfica, no Rio de Janeiro:

Este sub-comitê se reuniu sábado à noite tendo debatido a elaboração do seu programa de reivindicações. Ficou assentado ao início imediato de um movimento pacífico para obter a melhoria de transportes, devendo ser enviados memoriais ao prefeito, às empresas de bondes e ônibus e aos industriais da zona, para que apoiem os moradores na sua justa aspiração.²³⁰

O desempenho dessa função de representação também foi identificado por Pinheiro (2007, p. 122), que define os comitês como “canais de participação, de representação e de negociação da população junto às esferas sistêmicas da sociedade civil e da sociedade política.” Nesse sentido, os comitês se constituíam como meios de expressão política, promovendo o diálogo direto da sociedade civil com o Estado, tornando-se, assim, uma alternativa aos partidos políticos e aos políticos profissionais. Trata-se, portanto, de mais um exemplo de como o PCB pretendia promover a incorporação organizada das “grandes massas” na vida política nacional, sob sua mediação.

Vale lembrar que iniciativas de mobilização da sociedade civil em torno de comitês, utilizando-se da estratégia de aproximá-la da atividade política, a partir da formulação de reivindicações referentes às dificuldades cotidianas e de caráter positivo, já eram realizadas pelos pecebistas antes mesmo do início da democratização. Em carta escrita em meados da década de 1930, quando os comunistas se encontravam totalmente envolvidos com a Aliança Nacional Libertadora, Prestes afirmou que

O aliancista deve tratar de sentir quais são as necessidades mais prementes de tal coletividade, quais são os interesses econômicos ou políticos mais vivos, aqueles

²²⁹ “O povo acolheu a sugestão do seu líder”. Tribuna Popular, 13 jun. 1945, p. 3.

²³⁰ “Vida dos Comitês Democráticos”. Tribuna Popular, 14 jun. 1945, p. 5.

pelos quais será possível chegar à unificação da coletividade. Organizar com qualquer nome, ou sem nome algum, um Comitê de luta por tais interesses, dirigir tais lutas [...].²³¹

Também já vigorava, desde aquele momento, o entendimento de que os verdadeiros representantes do povo emergiriam de suas lutas cotidianas:

Só através das lutas parciais surgirão os grandes chefes populares, os homens que diretamente ligados ao povo, poderão transmitir nossas palavras de ordem e garantir, pelo prestígio com que contam, porque adquirido ao lado desse mesmo povo, nas lutas anteriores, que tais palavras serão obedecidas, serão realizadas.²³²

Foi assim que começou a ganhar força a proposta de que a mobilização a partir de lutas cotidianas, pontuais, deveria se transformar em uma luta pelo controle do Estado.

[...] para nós o essencial, o indispensável é mobilizar e organizar grandes massas, prepará-las pacientemente, através de lutas parciais, para a grande luta final pelo poder [...]. Tais lutas pelo poder só serão realmente possíveis, só serão realmente lutas de massas, lutas populares, se o povo, nelas participar, e tal participação não vai ser obtida por manifestos, nem por discursos, por mais inflamados que sejam. O povo irá às grandes lutas insurrecionais depois que em diversas lutas parciais tenha aprendido alguma coisa, tenha se convencido de que a polícia está ao lado da reação e do capitalismo estrangeiro, tenha ganho confiança nas suas próprias forças pelas pequenas vitórias já alcançadas.²³³

Essa concepção também era vigente entre os pecebistas durante a democratização. Todavia, conforme destacado no capítulo anterior, durante o período de atuação da ANL não existia um consenso de que a democracia os levaria ao controle do Estado, mas, sim, uma ação revolucionária. Em meados dos anos trinta, previa-se, inclusive, a necessidade de transformar os comitês em organismos de luta armada. Apesar dessa incontestável diferença, as lideranças dos comitês procuravam constantemente enfatizar as semelhanças que a organização tinha com a ANL²³⁴. Paralelamente, Prestes tentava rearticular a memória referente ao movimento aliancista com o intuito de justificar a legitimidade e a experiência que os pecebistas tinham para exercer o papel de “vanguarda das massas” na sua inserção na vida política.

²³¹ Carta a Roberto Sisson. Setembro de 1935. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

²³² Idem.

²³³ Idem.

²³⁴ Os artigos publicados por Astrojildo Pereira na Tribuna Popular, nos dias 13 e 22 de julho de 1945, respectivamente, são bons exemplos disso.

De acordo as lideranças pecebistas, o crescimento do número de integrantes dos comitês não seria suficiente para que os trabalhadores adquirissem a condição de força dirigente da democratização. Eles afirmavam que também era necessário aprimorar a formação política “das massas”. Com esse objetivo, os comitês promoviam inúmeras formações e palestras sobre os principais debates políticos, econômicos e sociais da época (PINHEIRO, 2007, p. 114) Analisando a coluna “Vida dos Comitês Democráticos”, publicada no jornal Tribuna Popular, e o levantamento feito por Pinheiro (2007) é possível identificar algumas delas: “o que é o voto”; “o direito ao voto”; “como se vota”; “sobre o voto secreto”; “Constituinte e maneira de votar”; “o que estabelece a legislação eleitoral”; “Eleições livres e honestas”; “A importância da Imprensa Popular; Natureza da Nova Constituição”; “A mortalidade infantil”; “O problema das habitações populares no Brasil”; “Carestia de Vida”. Uma rápida análise dos títulos evidencia como as formações e campanhas promovidas pelos comitês também procuravam difundir as pautas que recebiam maior atenção do PCB, bem como indicar o caminho que os pecebistas viam como mais adequado para efetivar a democracia. Em grande medida, o caráter das formações promovidas também revela que a concepção de massas ignorantes, carentes de uma vanguarda esclarecida, comum entre os pecebistas, também vigorava nos comitês.

Os cursos de alfabetização compõem outra atividade de formação política relevante desempenhada pelos comitês. Segundo os pecebistas, o analfabetismo era um dos principais fatores responsáveis para que os trabalhadores não tivessem o conhecimento necessário para compreender a dinâmica das relações políticas vigentes no país. Em vista disso, cabia aos integrantes do comitê:

[...] organizar cursos rápidos de alfabetização – para ambos os sexos – de futuros eleitores, sem nenhuma preocupação quanto aos candidatos que os mesmos irão escolher. 2. Alistar o maior número possível de mulheres. 3. Demonstrar por todos os meios – palestras, impressos, volantes, comícios, propaganda individual, etc. – a natureza secreta do voto. Mostrar praticamente que é impossível saber em que votou o eleitor.²³⁵

Além da preocupação em garantir a “organização do povo para a democracia”, é inquestionável que também existia um interesse eleitoral por trás das iniciativas de qualificar os trabalhadores para participar das eleições. Vale lembrar que o AI-9 e código eleitoral estabelecidos por Vargas mantiveram a restrição do direito de voto aos analfabetos, que, em sua grande maioria, eram trabalhadores do campo e da cidade. Considerando, também, que era justamente entre esse

²³⁵ “Tarefas eleitorais nos comitês”. Tribuna Popular, 4 jul. 1945, p.5.

possível eleitorado que as propostas pecebistas tinham uma maior aceitação. Não por coincidência, ainda foram organizadas campanhas para incentivar o alisamento eleitoral²³⁶, que garantiria o direito de participação nas eleições previstas para o final de 1945. Pautadas por esses múltiplos interesses, a criação de cursos de alfabetização foi uma das atividades mais exitosas desempenhadas pelos comitês durante a democratização (PINHEIRO, 2014).

As próprias atividades cotidianas de gestão dos comitês passaram a ser definidas como oportunidades formativas valiosas. Segundo os comunistas, ao ocuparem cargos políticos de gestão, ou até mesmo participando e organizando reuniões, debates e deliberações, as “massas” estariam entrando em contato com práticas que seriam essenciais tanto para a constituição quanto para a vigência da democracia que almejavam. Em vista disso, visando aprimorar a formação dos trabalhadores, foi determinado que as “reivindicações específicas do subúrbio, bairro ou local de trabalho devem ser formuladas na base de uma ampla e democrática discussão em que toma parte o maior número de moradores possível”²³⁷. Com o mesmo objetivo, além das tarefas individuais, também havia a recomendação para que cada membro do comitê integrasse uma de suas comissões. Por exemplo, uma vez definida a lista das primeiras reivindicações, os integrantes do comitê deveriam designar “uma comissão especial de estudo, com o objetivo expresso de elaborar um plano exequível, submetê-lo em dado prazo à aprovação do comitê, e, em reuniões periódicas, ir prestando conta das realizações [...]. Não termina uma reunião sem que se fixem novas tarefas sobre assuntos já debatidos ou relativamente a novos problemas”²³⁸. Era justamente nesse aspecto, referente à formação política, que os comitês democráticos mais se diferenciaram dos outros movimentos da sociedade civil envolvidos com a democratização. Enquanto os membros e simpatizantes da Sociedade dos Amigos da América e da Liga de Defesa Nacional se limitavam a participar de manifestações e eventos – quando muito organizavam campanhas de arrecadação aos soldados –, os integrantes dos comitês eram convidados a desempenhar atividades políticas cotidianas em suas organizações e a assumir a condição de negociar diretamente como o poder público.

Pensando, ainda, as estratégias utilizadas pelos comitês com o intuito de formar o povo para a democracia, é preciso analisar a iniciativa de utilizar o próprio local da atividade produtiva como espaço de organização política e formação cultural dos trabalhadores, algo

²³⁶ Procurando analisar a influência do alistamento eleitoral no processo eleitoral, Fernando Limongi (2015) deixa de considerar a ampla atividade de alistamento promovida pelo PCB, bem como a influência do partido na conjuntura política do início da República de 46.

²³⁷ “Como organizar os Comitês Democráticos”. *Tribuna Popular*, 2 jun. 1945, p. 3.

²³⁸ “O povo acolheu a sugestão do seu líder”. *Tribuna Popular*, 13 jun. 1945, p. 3.

recorrente na história do Partido Comunista do Brasil. Constantemente, os comitês por local de trabalho reivindicavam e realizavam debates sobre a importância da autonomia e da unidade sindical. Indo além, promoviam formações sobre aspectos das conjunturas política e econômica, tanto nacional, quanto internacional. Também cabia a esses comitês a realização de palestras para os próprios trabalhadores, para que eles conhecessem melhor os direitos estabelecidos pela CLT. Era evidente a relação de complementariedade existente entre o MUT e os comitês democráticos. Como bem identifica Pinheiro (2007, p. 75), muitas vezes os comitês por atividade de trabalho eram, na realidade, organizações de base para o desenvolvimento de atividades atreladas ao MUT, contribuindo, desse modo, para o alargamento das atividades do campo sindical. Recuperando reflexões feitas por Gramsci, Schlesener (2007, p. 12) consegue sintetizar de maneira precisa o quanto os comitês de fábricas são um espaço privilegiado para promover a formação e atuação política dos trabalhadores:

Nos conselhos, a partir da experiência e resolução comunitária dos problemas do trabalho, o trabalhador tem as condições ideais para compreender os limites da própria democracia burguesa a partir da compreensão das relações de trabalho e da estrutura do sistema capitalista de produção. A educação mútua nos conselhos, que nasce da ação política e alimenta, gera a capacidade de romper com esses limites e de instaurar as bases da nova democracia operária.

Em um sentido semelhante a esse, os comitês por local de trabalho adquiriram grande importância no desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores e na disputa que o PCB travava para influenciar os rumos da democratização. Logo, é possível afirmar que, da mesma maneira como havia ocorrido durante o processo de resultou na Revolução de 30 (DE DECCA, 1992, p. 183), as expectativas em relação ao estabelecimento do regime democrático contribuíram para o surgimento de práticas políticas que contribuíram para a polarização dos agentes sociais no interior da luta de classes.

Encaminhando para a conclusão do capítulo, é fundamental dar atenção a mais uma atividade organizada pelos comitês democráticos com o intuito de aproximar as “massas” da atividade política e promover a sua formação para a democracia. Em parceria com a Liga de Defesa Nacional, foi realizada, durante o segundo semestre de 1945²³⁹, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Convenção Popular Democrática. A proposta do encontro era relativamente simples. Após cada comitê ter definido suas reivindicações, tanto as de âmbito local, quanto aquelas que remetiam à estrutura política e econômica do país, eles deveriam se reunir e, por

²³⁹ O primeiro encontro ocorreu no dia 8 de julho.

meio da Convenção, formular um programa de governo que representasse “os verdadeiros interesses do povo carioca” e resolvesse as adversidades que enfrentavam. Para efetivar esse objetivo, os organizadores do evento propuseram a realização de um

[...] debate amplo e livre dos problemas do povo carioca, a fim de que seja encontrada para os mesmos, em ambiente de ordem e compreensão mútua, uma solução rápida, unitária e justa. Será este o modo concreto, e cremos que pela primeira vez levado a efeito em nosso meio, do povo participar diretamente na elaboração de um programa mínimo econômico, político e cultural do Distrito Federal.²⁴⁰

Uma vez concluído, o programa deveria ser executado pelos agentes do Estado. Vale destacar que vigorava a orientação para que o debate fosse realizado em um ambiente de ordem e tranquilidade:

Reivindicações específicas de cada zona ou bairro, problemas de educação, saneamento, urbanismo ou administração, serão discutidos pelo próprio povo, fraternalmente, numa demonstração de que todos os nossos problemas podem e devem ser debatidos e solucionados dentro de um ambiente verdadeiramente democrático, dentro da ordem e da tranquilidade internas.²⁴¹

De acordo com os seus organizadores, a Convenção seria, assim, “o povo, com suas próprias mãos, auxiliando a construir a democracia, a garantir a liberdade e o bem-estar para todos”²⁴². Indo além, chegaram a afirmar inclusive que “aquela assembleia foi a antevisão do grande Parlamento que há de surgir nos ombros do povo organizado para promover um governo democrático e progressista de união nacional que conduzirá o Brasil para melhores dias”²⁴³, a etapa anterior à criação do próprio poder Legislativo brasileiro.

Percebe-se, portanto, que ao colocar “o povo” na condição de autor do plano de governo que deveria ser executado a partir do momento em que a democracia passasse a vigorar, os organizadores do evento procuravam construir o entendimento de que o “povo” tinha capacidade para resolver os seus próprios problemas e, por extensão, conduzir a democratização. Logo, apesar da Convenção Popular Democrática ter se definido como apartidária, não é preciso aprofundar muito a análise para perceber o quanto ela estava alinhada aos projetos do PCB. Desde o início, o encontro foi divulgado como “uma grande alavanca

²⁴⁰ “A Convenção Popular do D. Federal será uma ampla reunião democrática”. *Tribuna Popular*, 23 jun. 1945, p. 8.

²⁴¹ “O povo demonstrara que sabe resolver os seus problemas”. *Tribuna Popular*, 6 jul. 1945, p. 8.

²⁴² “O povo demonstrara que sabe resolver os seus problemas”. *Tribuna Popular*, 6 jul. 1945, p. 8.

²⁴³ “A Convenção Popular”. *Tribuna Popular*, 10 jul. 1945, p. 3.

propulsora do movimento de união nacional para a democracia e o progresso”²⁴⁴, o que explicita sua relação com o lema “União, Democracia e Progresso”, adotado pelos pecebistas ao longo da transição para a democracia. Também não foi por coincidência que o programa final elaborado pela Convenção simplesmente reproduziu e parafraseou diversas bandeiras e propostas que compunham o projeto de nação pecebista, servindo, assim, para difundi-lo e legitimá-lo. Em vista disso, o evento pode ser visto como a materialização dos principais assuntos abordados ao longo desta segunda parte da tese, haja vista que, além de tentar colocar em prática o projeto de democratização pecebista, de baixo para cima, atribuindo aos trabalhadores o papel de força dirigente, ele demonstra a efetividade dos organismos criados pelo PCB para “organizar o povo para a democracia”.

A análise da Convenção Popular Democrática também oferece informações relevantes sobre as características da democracia que o PCB pretendia implantar no país. Em determinado momento, um dos mediadores do evento chegou a afirmar que: “Para nós, portanto, democracia significa livre e ampla discussão dos nossos problemas, dos problemas do povo, alimentação, saúde, transporte, educação, cultura, enfim, tudo aquilo que disser respeito a um melhor padrão de vida para o povo [...]”²⁴⁵ Trata-se, conforme indicado no capítulo anterior, de uma concepção de democracia que não se restringia aos seus aspectos políticos, às suas instituições republicanas e à realização de eleições, mas que os extrapolava, ao também abordar suas esferas econômicas e sociais. Contudo, o traço que mais chama a atenção é aquele que indica uma concepção de democracia com ampla participação da sociedade civil, que estimulava a realização da atividade política por meio de outros canais de articulação para além dos partidos e do Congresso Nacional, defendendo a participação ativa dos movimentos sociais na solução dos problemas cotidianos e daqueles referentes à grande política. Uma democracia que não seria regida apenas pelo Estado, mas também pelas organizações populares, permitindo que a sociedade civil pautasse, em alguns momentos, a sociedade política. Não é um exagero afirmar que eles estavam tentando estabelecer uma nova forma de se fazer política no Brasil, ampliando o poder de decisão atribuído à sociedade civil, ao passo que diminuía o do Estado. Não à toa, os pecebistas propunham que os comitês democráticos continuassem em atividade mesmo após a efetivação do regime democrático, constituindo um canal de participação direta da sociedade civil. Prestes afirmava que eles atuariam como grande força fiscalizadora das promessas e

²⁴⁴ “A Convenção Popular do D. Federal será uma ampla reunião democrática”. *Tribuna Popular*, 23 jun. 1945, p. 8.

²⁴⁵ “Instala-se hoje a Convenção Popular do Distrito Federal”. *Tribuna Popular*, 8 jul. 1945, p. 2.

compromissos assumidos pelos candidatos eleitos, proposta essa que revela uma concepção de democracia onde o cidadão não se limitaria à condição de eleitor. Nesse sentido, a concepção adotada pelos comunistas se assemelha muito com o tipo de democracia que, segundo Giovannetti Netto (1996, p. 56), se deixa permeiar pelas lutas populares, “que extrapola os espaços onde se reúnem e circulam os denominados representantes do povo, é aquela que se conquista no esforço pela organização do movimento social, que busca e concebe instrumentos de intervenção para além dos mecanismos que a ordem burguesa e capitalista reconhece e põe ao nosso alcance”. Assim, ao tentar promover uma ampla incorporação organizada dos trabalhadores urbanos à vida política nacional o PCB buscava o alargamento político da democracia a ser estabelecida no Brasil.

Esses fatores reforçam a interpretação de que os pecebistas pensavam a democracia de maneira diversa das outras forças políticas que disputavam o controle da democratização. Embora o PCB exaltasse elementos da democracia representativa e o seu pluralismo partidário, assim como os liberais, havia entre eles uma grande divergência quanto à amplitude de poder que seria atribuída à sociedade civil. Enquanto os pecebistas propunham uma nova forma de se fazer política no Brasil, para além das instituições, integrando-a ao cotidiano das pessoas e permitindo que elas participassem tanto dos debates, quanto das deliberações, e em outros formatos que fossem além da representação partidária; as demais forças envolvidas no processo de transição para o regime democrático não demonstravam uma preocupação particular em ampliar a esfera de atuação da sociedade civil. Nesse contexto, as propostas pecebistas de criação de novos institutos políticos, que costumam ser inferiorizados na democracia liberal clássica, e de estabelecimento mecanismos de representação direta das diferentes camadas de trabalhadores urbanos (vide o MUT, os comitês e a realização de convenções populares), através dos quais elas se organizariam de baixo para cima constituindo-se enquanto sujeitos políticos coletivos (COUTINHO, 1984, p. 37), justamente em um momento no qual os trabalhadores exerciam cada vez mais pressão para que sua condição de atores políticos fosse respeitada, representavam um grande incômodo aos integrantes do bloco no poder.

Portanto, por serem espaços sobretudo de atuação, de formação por meio da prática, e não apenas de representação, o MUT e os comitês atrelados ao PCB promoviam uma aproximação das “massas” com a atividade política maior do que os partidos políticos recém-fundados. Os pecebistas estavam conseguindo efetivar a tarefa que haviam atribuído para si de “organizar o povo para a democracia”, o que evidencia a imprecisão das leituras de que o partido não procurou reforçar suas ligações com a base, uma vez que seu principal e único objetivo era

garantir o ingresso no sistema político (SPINDEL, 1980, p. 23); ou que foi incapaz “de viabilizar nenhuma proposta alternativa de organização popular” (ALEM, 1981, p. 187). Por extensão, a análise promovida ao longo do capítulo também revela que a afirmação de que o partido (WEFFORT, 1973, p. 81) “se declarava incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma, ou seja, declarava-se incapaz de competir com o prestígio difuso de Vargas juntos às massas” não se sustenta. Diferente do que afirma Weffort, os comunistas demonstravam, antes mesmo das eleições, uma ampla capacidade de mobilização da opinião pública, competindo com o prestígio que Vargas tinha entre algumas parcelas da sociedade.

Desenvolvendo esse raciocínio, é possível afirmar que a atividade política promovida pelo PCB, apesar de suas contradições, contribuiu para um maior envolvimento de diferentes setores da sociedade, sobretudo dos trabalhadores urbanos, com a democratização, ou seja, para que o processo deixasse de estar restrito às elites políticas. Algo totalmente diferente do que havia ocorrido durante a primeira fase da transição para a democracia e, até mesmo, em outros eventos da história política brasileira. Essas constatações estão de acordo com o entendimento de que: “A redemocratização de 1945 é um desses raros momentos na história brasileira em que a emergência dos trabalhadores não pode ser dissociada da ação do Partido Comunista, este podendo ser visto como o epicentro de uma rede de instituições políticas, econômicas e culturais mediante as quais se realiza a entrada em cena de uma classe e seus aliados, isto é, forças políticas de massa mobilizadas pela crise existente” (BRANDÃO, 1992, p. 144). Em sentido semelhante, Almino (1980, p. 64) e Pinheiro (2007, p. 38) defendem que o PCB contribuiu diretamente para a valorização da participação política dos setores populares. A professora Ângela de Castro Gomes (2005, p. 293) é ainda mais precisa ao sustentar que “a definitiva entrada do trabalhador no cenário político, destruindo todos os cálculos tradicionalmente cultivados no país, ligava-se à entrada em cena de dois novos partidos: o PC e o PTB”. Trata-se de conclusões são de suma importância, uma vez que elas servem para refutar a interpretação de que os comitês e o MUT exerceram “funções típicas das ‘organizações paralelas’ de dar vida à estrutura sindical oficial, que a ditadura criara, mas que não fora capaz ou não tivera interesse em fazer” ou que haviam sido criados para garantir “um pouco mais de liberdade dentro da estrutura já existente para melhor servir aos interesses políticos do governo” (WEFFORT, 1973, p. 83). Cabe ainda afirmar, que os organismos criados pelos pecebistas foram decisivos para a politização do espaço público e, conseqüentemente, para o fortalecimento político da sociedade civil após anos de ditadura no país. Com efeito, conforme será exposto a partir do próximo capítulo, os resultados da atividade política desenvolvida pelo PCB passaram a incomodar as

outras forças que almejavam controlar a democratização, influenciando diretamente a constituição do regime democrático que vigorou durante a República de 46.

Contudo, é necessário tomar cuidado para não romantizar a atividade desenvolvida pelos comitês. Se por um lado, eles contribuíram para introduzir inúmeras pessoas em suas primeiras atividades políticas concretas, onde deliberavam sobre as necessidades de suas próprias localidades ou locais de trabalho, por outro, as reivindicações mais amplas, de caráter político e econômico, estabelecidas nessas organizações eram praticamente as mesmas traçadas pelo PCB anos antes da criação delas. Além de defenderem as mesmas bandeiras, na maioria das vezes os temas debatidos nos comitês também eram “prescritos” pelas lideranças pecebistas. Isso aponta para um limite da autonomia e da formação política promovidas nesses espaços. Também é preciso ponderar que, por mais que tivessem apresentado um início promissor, marcado pela ampla difusão das suas sedes, a curta duração da existência dos comitês impediu que eles consolidassem o projeto de se colocar como uma das instituições basilares da democracia que iria vigorar no país. Por fim, vale destacar que a falta de uma documentação mais ampla impõe restrições à análise da dinâmica da atividade política interna desenvolvida nos diferentes comitês, impedindo, assim, identificações mais precisas da real amplitude da mobilização promovida por eles.

De qualquer forma, é inquestionável que a atividade política desenvolvida tanto pelo MUT, quanto pelos comitês, foi decisiva para a difusão da concepção de democracia adotada pelos pecebistas e, conseqüentemente, do projeto de democratização por eles formulado. Aqueles organismos que a princípio haviam sido criados com a finalidade de organizar o povo para a democracia também contribuíram para que uma maior parcela da sociedade se aproximasse da linha de atuação política e do projeto de nação estabelecidos pelos comunistas. O partido atingiu maior capilaridade, tanto em âmbito nacional, quanto entre os diferentes setores da sociedade, o que causa certa surpresa, haja vista que apenas três anos antes ele estava praticamente extinto. Estava em outro estágio de mobilização quando comparado à primeira fase da democratização, momento em que seus integrantes tentavam se inserir nos outros movimentos da sociedade civil vinculados ao processo de democratização, como a Sociedade Amigos da América, a Liga de Defesa Nacional e a União Nacional dos Estudantes. Atento a essa questão, Oliveira (2002, p. 224) afirma que os Comitês eram, naquele momento, o “principal de recrutamento de pessoas que desejavam fazer parte do partido [...]” e que “era esse sistema de organização um dos grandes diferenciais do PCB em relação a todos os demais partidos políticos brasileiros”. Essas constatações reforçam a interpretação de que o PCB era

uma força independente em meio ao conflito que pautou a formação do regime democrático brasileiro. Além da autonomia, possuía um protagonismo cada vez maior. Desse modo, como indica Pinheiro (2007, p. 117), a ação dos comitês transformou “o PCB numa força em potencial, assustando as classes política e economicamente dominantes, sempre temerosas da participação popular na vida política do país”.

Capítulo 4 – A Frente Ampla e o “queremos” pecebista

Após ter constatado a existência de um projeto de democratização próprio do PCB, que condicionava a constituição da “verdadeira democracia” à atribuição aos trabalhadores do papel de força dirigente da transição para a democracia e à realização da Assembleia Constituinte ainda durante o governo Vargas, e identificado que o partido vinha obtendo êxito na tarefa de aproximar os trabalhadores urbanos do processo de formação do regime democrático, chega o momento de avaliar se o projeto pecebista se constituiu, ou não, como uma alternativa real para definir o percurso da transição para a democracia. Paralelamente, também será avaliado se os trabalhadores realmente estiveram alheios à disputa pelo controle da democratização - conforme predomina no debate acadêmico - considerando que o PCB não era a única força política a incentivar a mobilização desse setor da sociedade. De tal modo, a atenção agora volta-se para a disputa travada entre as diferentes forças políticas no âmbito da sociedade civil pela definição daquele que seria o melhor caminho para promover a transição para a democracia no Brasil.

Em um cenário político marcado pelo reestabelecimento gradual das liberdades democráticas e o crescente envolvimento da sociedade civil com a democratização, começaram a surgir, em meados de abril de 1945, as primeiras demonstrações públicas de apoio à permanência de Getúlio Vargas na presidência²⁴⁶. Eram manifestações espontâneas, individuais e coletivas, que costumavam ocorrer como uma espécie de reação aos ataques direcionados ao presidente (FERREIRA, 2005). Realizadas na maioria das vezes por trabalhadores urbanos, elas manifestavam o interesse pela possibilidade de Vargas participar das eleições presidenciais ou o desejo de que ele simplesmente permanecesse no cargo após a conclusão da transição para a democracia. Assim, a expressão “queremos” começou a ganhar as ruas do Distrito Federal e rapidamente passou a ser ouvida em outras capitais do país. Naquele momento, o pedido pela permanência não estava vinculado, especificamente, a um projeto político ou a uma proposta de percurso de formação do regime democrático. A identificação dos manifestantes era praticamente exclusiva com a figura de Vargas e não necessariamente com a democracia. Desse modo, como destaca Michele Macedo (2013), o Queremismo já dava sinais da sua existência antes mesmo de se constituir como movimento político que tentava disputar os rumos da democratização.

Foi apenas no final de julho que esse “movimento de massa”, até então espontâneo, começou a receber o suporte de alguns setores do governo, bem como de parte da burguesia industrial brasileira, passando a contar com lideranças políticas que falavam em seu nome e tornando-se mais estruturado financeiramente (FERREIRA, 2005, p. 32, 39; 52; MACEDO, p. 55). Além do Departamento de Imprensa e Propaganda, que exercia o papel de exaltar e difundir as atividades realizadas pelo Queremismo, o Ministério do Trabalho também desenvolveu uma importante função de impulsionamento do movimento. O responsável pela pasta, o ministro Marcondes Filho, figura de relevo por trás da criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), agiu para que os petebistas se aproximassem dos queremistas. O forte vínculo que ambas as organizações tinham com a figura de Vargas tornava a aproximação praticamente inevitável. A professora Ângela de Castro Gomes (2005, p. 284) afirma que “sem o suporte ideológico do trabalhismo, o queremismo teria sido praticamente impossível”. Paralelamente, a historiadora destaca que o próprio trabalhismo estava em formação naquele momento, o que impede que seja atribuída a ele a condição de única força determinante por trás do Queremismo. De

²⁴⁶ Vale destacar que a recepção dos soldados do primeiro escalão da FEB que regressavam dos campos de batalha europeus, no dia 18 de julho de 1945, também se transformou em um evento de exaltação de Getúlio Vargas, ao contrário do que a oposição liberal desejava. Para mais informações ver: NETO, Lira. **Getúlio**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

qualquer forma, o fato de possuir um estreito vínculo com um partido político é uma semelhança que o Queremismo carregava em relação aos outros movimentos da sociedade civil que buscavam participar do processo de formação do regime democrático brasileiro. Àquela altura, por exemplo, já era evidente a ligação da Sociedade Amigos da América com a UDN. Já os comitês democráticos, por mais que tentassem ocultar, eram nitidamente ligados ao PCB. Contudo, o aporte direto que recebia do governo, mesmo que encoberto, era um elemento que distinguia o Queremismo das demais organizações da sociedade civil envolvidas com a democratização. Por mais que alguns membros da base governista integrassem a Sociedade Amigos da América, a máquina do Estado não foi utilizada para impulsioná-la.

Quanto ao apoio oriundo de parcelas da burguesia industrial brasileira, é fundamental destacar o papel exercido pelo empresário gaúcho Hugo Borghi (1910-2002). Defensor do viés intervencionista e nacionalista que Vargas atribuía à política econômica, ele investiu uma quantia significativa do próprio dinheiro nas atividades queremistas. Páginas nos jornais e horários nas programações das rádios foram comprados para divulgar as atividades e pautas do movimento. Embora seja inquestionável o fortalecimento do Queremismo em virtude do apoio recebido de alguns empresários, uma importante ressalva feita por Michele Macedo (2013, p. 50) deve ser considerada: “sem a vontade de participar dos trabalhadores e populares, o movimento não ocorreria com as mesmas proporções”. Nesse sentido, chama a atenção a maneira como o Queremismo materializou o discurso conciliatório, pregado tanto na campanha da União Nacional, quanto pelos pecebistas, haja vista a articulação estabelecida entre trabalhadores urbanos e representantes da burguesia industrial. Percebe-se, portanto, que a composição heterogênea de seus integrantes era mais um traço comum desse movimento político com outros que se constituíram na sociedade civil no contexto da democratização.

Contando com esse aporte, no dia 31 de julho de 1945 foi fundado, no Distrito Federal, o primeiro Comitê Pró-Candidatura de Getúlio Vargas, com o intuito de planejar e coordenar as ações queremistas (FERREIRA, 2005, p. 38). Pouco menos de um mês depois, praticamente todas as capitais do país já contavam com um Comitê Pró-Candidatura de Vargas realizando intervenções diretas a favor da sua permanência no poder. Ao identificar essa primeira transformação do movimento, Jorge Ferreira oferece informações que servem para refutar a interpretação de que “o queremismo aparece como um movimento bem pouco estruturado. Não se tratava de um movimento social, completamente definido cuja atuação política, encontrava-se mediada por uma estrutura firmemente construída” (SPINDEL, 1980 p. 61). É interessante notar a semelhança que a forma de organização interna do movimento queremista possuía em

relação àquela adotada nos comitês democráticos e no Movimento Unificador dos Trabalhadores. Não que os queremistas estivessem reproduzindo um modelo que *a priori* era pecebista. Na realidade, a fundação de comitês no âmbito da sociedade civil era realizada no Brasil desde os tempos da ANL. Portanto, além do discurso conciliatório, a maneira de organizar os militantes e a atividade política é mais um traço em comum na forma de conduzir a luta política praticada por queremistas, pecebistas e os antigos aliancistas.

Fazendo uso dessa nova estrutura, os queremistas intensificaram a divulgação das suas propostas para a democratização. Segundo o preciso estudo elaborado por Jorge Ferreira (2005, p. 43), “no dia 17 de agosto, em páginas compradas na grande imprensa, o comitê, pregando a palavra de ordem ‘Queremos Getúlio, com ou sem Constituinte’, publicou uma espécie de ‘manifesto queremista’, esclarecendo por que eles queriam Getúlio”. Ao mesmo tempo que se declaravam favoráveis à adoção do regime democrático, eles defendiam a permanência de Vargas no cargo que ocupava há mais de dez anos. Atenta a essa questão, Michele Macedo (2013, p. 82) afirma que “enquanto que para as oposições a implantação da democracia significava retirar o ditador do cenário político, para os queremistas, a garantia da democracia era o continuísmo”. Ou seja, os queremistas propunham um novo caminho de transição para a democracia, que não estava atrelado à elaboração de uma nova Constituição ou a realização de eleições presidenciais, mas à manutenção de Vargas na presidência. As controvérsias daquele período eram tamanhas, que não parecia que os queremistas estavam se mobilizando contra o projeto de democratização que havia sido imposto pelo próprio Vargas via AI-9.

De acordo com as lideranças queremistas, o caminho que eles propunham seria uma alternativa para aqueles que não estavam satisfeitos com os candidatos à presidência e, por extensão, com os rumos que a formação do regime democrático vinha tomando. Eles argumentavam que o novo percurso evitaria a radicalização e os conflitos causados por um processo eleitoral. Nota-se que se trata do mesmo argumento que o PCB utilizava naquela altura para enfatizar a necessidade de realizar a Constituinte antes das eleições. Para justificar sua proposta, os integrantes do Queremismo também recorriam às diretrizes associadas à campanha da União Nacional, como a ordem, a tranquilidade, e a união dos brasileiros. Nesse caso, é possível afirmar que o Queremismo era um desdobramento da campanha da União Nacional, haja vista que, além dessas semelhanças, ele ainda buscava reforçar a importância da liderança de Vargas na condução da democratização. Por fim, entre os argumentos apresentados, aquele que mais chama a atenção é o que se estruturava a partir das contradições do discurso liberal, afirmando que, se a democracia significava liberdade de escolha, eles tinham o direito de pedir

pela manutenção de Vargas no poder (MACEDO, 2013, p. 65). Desenvolvendo esse raciocínio, alegavam que o povo não havia sido consultado no momento de definição dos candidatos à presidência. Desse modo, os queremistas passaram a utilizar a ideia de soberania popular (FERREIRA, 2005, p. 68), ou simplesmente o que chamavam de vontade da maioria, para questionar a maneira como vinha sendo conduzida a democratização, ou seja, para disputar os rumos da formação do regime democrático. Argumentavam que o veto à candidatura de Vargas representava um ataque à própria democracia, haja vista que essa era a vontade do povo e que o regime democrático se caracteriza justamente pela obrigação de expressar essa vontade. Ao analisar essa questão, Jorge Ferreira (2005, p. 63) afirma que o Queremismo marca o despertar dos trabalhadores para a luta da soberania popular. É inquestionável o quanto esta era uma questão relevante para o movimento. Todavia, a afirmação revela o quanto o autor desconsidera a influência do PCB nesse processo. Também é preciso lembrar que esse despertar estava contido há anos por um regime ditatorial.

Além de evidenciar a disputa pelo controle dos rumos da democratização, a atividade desenvolvida pelo movimento queremista também reforça a interpretação de que as forças políticas envolvidas no conflito tinham concepções divergentes de democracia. Ao questionar a legitimidade do regime democrático que estava sendo construído, problematizando o fato de ele não permitir ao povo a escolha dos seus próprios candidatos, os queremistas afirmavam que sua luta também era por uma democracia na qual os trabalhadores fossem realmente ouvidos, fossem atores relevantes e tivessem poder de decisão. Democracia para eles era “o regime que garantia a cidadania social dos trabalhadores” (FERREIRA, 2005, p. 68). Desenvolvendo a mesma reflexão, Michele Macedo (2013, p. 72) vai além, ao afirmar que “democracia para eles era ter direitos sociais; ao passo que, para os liberais, o regime democrático se realizaria somente com direitos políticos [...] todos se declaravam democratas; porém cada grupo social compreendia democracia de acordo com sua cultura política”. Nesse sentido, é possível afirmar que uma parcela dos queremistas, assim como os pecebistas, almejava um regime democrático com uma amplitude de participação política dos trabalhadores maior do que as elites do país estavam dispostas a permitir e que a democracia liberal poderia lhes oferecer, uma vez que, sob a vigência da proposta liberal de democracia, caberia aos trabalhadores somente o direito de escolher seus representantes entre aqueles previamente selecionados pelos integrantes do bloco no poder. Portanto, levando em consideração a recorrência e a maneira como os simpatizantes do Queremismo utilizavam o argumento da soberania popular, temos novamente um indício de que naquele momento também estava em vigência uma disputa pela definição dos limites da

democracia que seria implantada no país, sobretudo em relação à amplitude da autonomia e do poder de decisão que seria concedida à sociedade civil²⁴⁷.

No mesmo manifesto que continha as reivindicações e justificativas elaboradas pelos Queremistas em relação à democratização foi feita uma convocação a “todos os brasileiros” para aquela que seria a primeira grande demonstração de apoio à permanência de Vargas. Assim, no dia 20 de agosto de 1945, ganhou as ruas a primeira manifestação oficialmente e previamente organizada pelo movimento queremista. Líderes sindicais e membros da burguesia industrial discursaram ao público presente no Largo da Carioca, Distrito Federal. Em seguida, os manifestantes, trabalhadores urbanos em sua maioria, passaram a andar pelas ruas do centro gritando palavras de ordem que exaltavam a figura do presidente. Por fim, com a multidão em frente ao Palácio da Guanabara e clamando por sua aparição, Getúlio Vargas resolveu fazer uma fala de improviso. Em nenhum momento, ele indicou que poderia mudar de opinião e requerer o direito de concorrer nas eleições presidenciais. Em contrapartida, procurou afagar os manifestantes e legitimar a reivindicação feita por eles. O ditador ainda aproveitou a fala para condenar aqueles que aumentavam o tom da crítica ao seu governo e afirmar que estava tranquilo em relação a elas, haja vista que o povo estava ao seu lado. Naquele momento, segundo indica a interpretação de Ângela de Castro Gomes (2005, p. 286), a conjuntura política nacional vivia um movimento assimétrico: “caía o Estado Novo, mas crescia o prestígio de Vargas”. O êxito daquele evento e a ascensão do queremismo eram inquestionáveis.

Como estava se aproximando o esgotamento do prazo para a descompatibilização dos membros do governo²⁴⁸ que iriam concorrer nas eleições agendadas para o final do ano, as lideranças do movimento queremista convocaram rapidamente uma nova manifestação. Informalmente batizada como o “Dia do Fico”, ela ocorreu apenas dez dias após a primeira passeata, quando faltava menos de uma semana para o término do prazo²⁴⁹. Os queremistas acreditavam que assim estariam pressionando Vargas, ou ao menos expondo o apoio necessário, para que ele mudasse de ideia e tentasse disputar o direito de candidatar-se. Àquela altura, já

²⁴⁷ Ao abordar a concepção de democracia adotada pelos integrantes do movimento queremista é necessário fazer uma ressalva, para evitar a realização de uma leitura romantizada do movimento. Levando em consideração a heterogeneidade dos integrantes que compunham o Queremismo, é importante destacar que muitos se contentavam apenas com a manutenção de Vargas no poder, não se preocupando com a democracia em si. Outros, recorriam às críticas à democracia liberal não necessariamente para garantir a constituição de uma democracia mais ampla, mas apenas para garantir a satisfação de interesses próprios, sejam econômicos ou simplesmente para se manter no poder.

²⁴⁸ De acordo com o código eleitoral em vigência, os membros do governo deveriam se exonerar de seus cargos até no máximo 90 dias antes das eleições para terem o direito de concorrer naquele pleito.

²⁴⁹ Mais precisamente no dia 30 ago. 1945.

existiam comitês pró-candidatura de Vargas em boa parte das capitais, o que possibilitou a realização de manifestações simultâneas em diferentes localidades do país. Mais uma vez, os manifestantes se dirigiram até a sede do Poder Executivo. Vargas manteve o discurso ambíguo, agradeceu o carinho do povo, mas reforçou que pretendia conduzir o país somente até as eleições. Segundo os organizadores do evento e os principais pesquisadores desse movimento, o Queremismo atraía, naquele momento, mais pessoas às ruas do que os candidatos oficiais à presidência. Essa constatação explicita a existência de uma grande divergência no âmbito da sociedade civil quanto ao caminho que democratização deveria seguir.

O crescimento das manifestações de apoio à permanência de Vargas na presidência fez com que os integrantes das oposições liberais passassem a atacar com mais veemência o Queremismo. Os integrantes do movimento eram chamados de desordeiros e taxados como submissos aos interesses do ditador. É comum encontrar nos jornais da época ligados à oposição liberal termos como “iludidos”, “alienados”, “cafajestes”, “malandros” e “desocupados” para definir os quemistas. Também eram frequentes as acusações de que eles eram forçados ou até mesmo pagos pelo Ministério do Trabalho para realizar aquelas intervenções a favor do ditador. Havia até aqueles que os acusavam de ser um exército paramilitar (FERREIRA, 2005). Com efeito, as reivindicações sociais, sobretudo as trabalhistas, e as iniciativas de participação direta dos trabalhadores na democratização eram definidas como um sinal de desordem, dado o elitismo que caracterizava a UDN (BENEVIDES, 1981, p. 253), ou então como o resultado da manipulação que sofriam seja de Vargas ou do PCB, portanto, um risco à própria democratização.

Quando não os atacavam, os udenistas tentavam “convencer os trabalhadores de que eles eram vítimas da manipulação fascista do governo” (MACEDO, 2013, p. 43-44). Reforçava-se, assim, a leitura de que os trabalhadores eram politicamente ingênuos, facilmente enganados pela propaganda do governo, o que tirava a relevância de suas reivindicações e ações políticas. Não à toa, aos trabalhadores só era prevista a condição de eleitores, mesmo assim sob critérios que excluía praticamente metade da população adulta do país. Atento a essa questão, João Almino (1980, p. 230) afirma que, entre os membros da elite política brasileira, “a ideia de soberania do povo vem, porém, associada à incapacidade de o povo ser soberano, seja por não estar ainda suficientemente amadurecido, seja em razão do próprio ‘temperamento brasileiro’ [...] o povo é ‘acomodado’, não estando preparado para a participação política que requer a democracia”, leitura essa que traz informações importantes a respeito da democracia almejada pelas oposições liberais. Uma democracia que deveria impor limites à atuação e às

reivindicações oriundas da sociedade civil, sobretudo dos trabalhadores, haja vista que eles eram vistos como um setor facilmente manipulável, que não estavam prontos para atuar de maneira mais enfática na cena política ou para ter instituições que lhes permitam autogovernar.

Nesse caso, é interessante notar que em uma parte significativa das pesquisas acadêmicas vigora uma leitura parecida a respeito dos trabalhadores que lutavam pela realização da Constituinte durante o governo Vargas ou pela sua simples permanência na presidência. Desenvolvendo análises orientadas pelo conceito de populismo, diversos pesquisadores fazem referência ao Queremismo para sustentar a tese de que os trabalhadores eram alienados, que lhes faltava organização política e consciência de classe, o que os tornava submissos aos interesses do ditador. Um dos principais defensores dessa interpretação, Octávio Ianni (1975, p. 110) afirma que “ao adotar os alvos propostos pelas organizações populistas, sem preservar alguma autonomia nem tratar de desenvolvê-la, o proletariado comporta-se como classe subalterna. Ele se aliena ideológica e organizatoriamente à burguesia nacional [...]” Conseqüentemente, boa parte das pesquisas que segue esse raciocínio chega a uma conclusão semelhante àquela vigente entre os liberais, de que o movimento queremista foi um mero instrumento de pressão utilizado por Vargas para se manter no controle da democratização, haja vista que naquele momento ele precisava ampliar suas bases de apoio para sustentar-se no poder.

Como bem aponta Jorge Ferreira (2005), Elza Cabral (1984) foi a responsável pela primeira pesquisa a desconstruir a tese de que as massas queremistas não possuíam reivindicações próprias para além de Vargas, de que o Queremismo era um sinal da alienação dos trabalhadores ou um desdobramento da eficiente campanha de doutrinação desenvolvida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo. Em sua dissertação de mestrado, a autora procurou comprovar que a mobilização dos queremistas ia além do apoio ao presidente, indicando que ela também representava a expectativa pela consolidação dos direitos dos trabalhadores na Constituição e a defesa de um controle nacionalista e intervencionista sobre a economia. Quer dizer, “Queremos Vargas” não se restringia à figura do presidente. A expressão também representava a luta por direitos políticos e sociais que alguns trabalhadores associavam ao governo. Vianna (1976) também já havia alertado para a inconsistência das interpretações que definem os trabalhadores como submissos aos interesses de Vargas e os responsabilizam pela constituição de um suposto sindicalismo populista²⁵⁰. Não se pode

²⁵⁰ É importante destacar que, seguindo a linha de raciocínio inaugurada por Vianna, Maranhão (1980), Alem (1981) e Costa (1995) aperfeiçoaram e ampliaram a tese de que os trabalhadores não se submeteram simplesmente

esquecer que, paralelamente à luta pela antecipação da Constituinte, os trabalhadores, sejam atrelados ao PCB ou ao PTB, desenvolveram diversas iniciativas a fim de conquistar a autonomia da atividade sindical, o que definiam como uma condicionante para a constituição da democracia. Vale, ainda, destacar que a “passividade” não era resultado apenas da falta de uma consciência de classe, mas também fruto do forte aparato repressivo utilizado durante o Estado Novo. Na opinião de Ricardo Maranhão (1979, p. 41), “o que se vê em 1945 é que, retirando-se a polícia e dando-se uma relativa liberdade ‘de facto’ à movimentação trabalhista, mesmo sem a alteração da estrutura corporativista, a classe operária e grupos nela atuantes manifestam uma série de ações independentes do Estado”. Não à toa, em pouco menos de um ano, uma quantidade significativa de trabalhadores abandonou a postura de passividade política – a qual tinha relação direta com a ditadura que havia vigorado por quase dez anos no país –, e passou a desenvolver uma intensa atividade política, permeada por reivindicações que fragilizavam a ordem vigente. Portanto, é possível identificar sinais de autonomia dos trabalhadores no envolvimento deles com a democratização já no período em que Vargas estava no controle da transição.

Foi, no entanto, com a publicação da obra “A invenção do Trabalhismo”, de Ângela de Castro Gomes (1988), que a crítica às leituras de que os trabalhadores eram manipulados por Vargas, isto é, às análises ancoradas no conceito de populismo, ganhou corpo. De acordo com a professora, o problema dos estudos adeptos dessa interpretação é que neles os trabalhadores não são “concebidos como atores/sujeito nessa relação política, mas sim com os destinatários/objetos a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente” (GOMES, 1988, p. 34). Foi seguindo essa linha de raciocínio que Jorge Ferreira (2005, p. 69) consolidou a interpretação de que a adesão das massas ao Queremismo “expressava uma escolha política, cuja estratégia se explica a partir de seus próprios interesses como personagem político”. Sustentado por um amplo acervo documental, ele defende que a luta pelo direito de escolher os candidatos que concorreriam às eleições indicava que eles se instituíam politicamente soberanos (FERREIRA, 2005, p. 63-64), sendo o Queremismo, portanto, a prova de que os trabalhadores eram conscientes de seus interesses, que passaram a ter vontade política própria (FERREIRA, 2005, p. 87).

aos interesses de Vargas. No entanto, nenhum deles rompe ou chega a desenvolver uma crítica mais detalhada ao conceito de populismo.

Ampliando esse raciocínio, é possível afirmar que, ao exigirem o direito de participar do processo de formação da democracia, os trabalhadores reivindicavam sua inserção nas esferas decisórias da política nacional, o que incomodava as elites envolvidas na disputa pelo controle da democratização. Para eles a democratização simbolizava, entre outras coisas, a oportunidade de conquistas de direitos políticos que até então lhe eram negados. O fato de definirem o ato de decidir aquele que seria o melhor caminho de transição para a democracia como uma atribuição, e não apenas como um direito do povo, é um bom exemplo da luta que travavam pela definição de um novo lugar aos trabalhadores na dinâmica das relações políticas vigentes no país e a confirmação de que não eram simplesmente alienados, submissos à política populista. Ou seja, a luta travada pelo Queremismo não se encerrava em Vargas, nem mesmo quando o movimento se limitava a pedir “Vargas com ou sem Constituinte”. Logo, é difícil sustentar que naquele período os trabalhadores se limitavam a lutar por demandas econômicas imediatas (IANNI, 1975), por direitos sociais e pela defesa dos direitos vigentes na CLT (SPINDEL, 1981) ou até mesmo que não se incomodavam com a falta de liberdade política (MACEDO, 2013, p. 44). Por outro lado, parece exagerado afirmar que os queremistas como um todo (FERREIRA, 2005, p. 73) almejavam uma “democracia direta e popular”.

Chama atenção o fato de a primeira manifestação queremista ter ocorrido apenas dois dias após a realização do Pleno da Vitória, convenção organizada pelo PCB a fim de viabilizar o seu projeto de democratização. No discurso realizado na cerimônia de encerramento daquele encontro, Prestes convocou “todo o Partido para mobilizar com rapidez e energia a todo o nosso povo per essa reivindicação política – eleição de uma Assembleia Constituinte no menor prazo possível –, caminho para acertado e seguro para conquistarmos a democracia e o progresso de nossa Pátria”²⁵¹. O líder pecebista recorreu, assim, à diretriz da postura ativa, sobretudo ao que entendia por organizar o povo para a democracia, na tentativa de antecipar a Constituinte e garantir que ela fosse realizada enquanto Vargas ainda estivesse na presidência. Paralelamente, Prestes reforçou a necessidade de manter a diretriz de ordem e tranquilidade, haja vista que, no entendimento dele, cresciam as tramas golpistas contra o presidente, bem como o anticomunismo de alguns atores políticos envolvidos com a democratização. Trata-se da primeira grande campanha articulada pelos comunistas após o retorno deles à legalidade, possuindo uma magnitude semelhante à mobilização pela anistia.

²⁵¹ O discurso realizado por Prestes na cerimônia de encerramento do “Pleno da Vitória” foi publicado na íntegra no jornal Tribuna Popular no dia 15 ago. 1945.

Os comitês democráticos e o Movimento Unificador dos Trabalhadores passaram a desempenhar um papel crucial na tarefa de mobilizar “as massas” para lutar pela realização da Constituinte antes das eleições presidenciais. No manifesto publicado ao final do Pleno da Vitória, havia uma deliberação específica indicando a necessidade de essas organizações atuarem pela revogação do AI-9, isto é, pela efetivação do caminho de democratização proposto pelo PCB:

Ao povo organizado em seus Comitês Democráticos, e outras organizações de massa e especialmente ao proletariado sindicalmente unido cabe agora lutar pela Assembleia Constituinte, pela modificação imediata da Lei Constitucional nº 9 o que afinal nada mais significa senão repetir em condições muito mais favoráveis a grande campanha de massas que conquistou a anistia para os presos políticos. Este é o caminho da democracia. O povo organizado é a grande força das democracias.²⁵²

O partido seguia atribuindo aos trabalhadores a condição de força dirigente da formação do regime democrático. Com efeito, logo no dia seguinte ao anúncio de Prestes de que a luta pela Constituinte deveria ser, naquele momento, a principal bandeira dos pecebistas e dos simpatizantes do partido, o Comitê Democrático de Botafogo-Lagoa anunciou que realizaria “às 20 horas, em sua sede à rua Voluntários da Pátria, 474, importante debate em torno do seguinte tema: ‘O povo deve aceitar as eleições presidenciais de conformidade com o ato adicional n. 9 ou deve pleitear a eleição de uma assembleia constituinte?’”²⁵³. Além disso, diversos comitês passaram a recorrer à estratégia de enviar telegramas ao presidente Vargas, solicitando a revogação do AI-9:

Em nome do Centro Democrático da Gávea, temos a honra de comunicar a V. Excia. que a assembleia geral dessa agremiação popular, reunida em 20 do corrente mês, aprovou, por aclamação, uma proposta no sentido de nos dirigirmos a V. Excia. pleiteando a convocação no menor prazo possível de eleições para a formação da Assembleia Nacional Constituinte. O Centro Democrático da Gávea está certo de que V. Excia compreende perfeitamente que é esse o anseio geral do povo brasileiro, que muito justamente considera imprescindível, para a restauração da democracia no Brasil, que seja, preliminarmente elaborada uma Constituição verdadeiramente

²⁵² Trecho do Manifesto “Partido Comunista do Brasil dirige-se à nação, convocando-a para a luta pelo esmagamento do fascismo e da 5ª coluna”, elaborado pelo PCB como forma de sintetizar as deliberações realizadas no Pleno da Vitória. O documento foi publicado na íntegra no jornal Tribuna Popular do dia 22 ago. 1945, página 1. Vale destacar que o manifesto foi lançado no mesmo dia em que o Brasil havia declarado guerra ao Eixo, em uma tentativa de vincular a luta pela antecipação da Constituinte à ideia de mais um esforço de guerra que o governo e o povo deveriam fazer.

²⁵³ A convocação foi publicada no jornal Tribuna Popular, no dia 22 ago. 1945, na coluna “Vida dos Comitês”, p. 4.

democrática pelos seus legítimos representantes expressamente eleitos para aquele fim, após amplos debates públicos. Queria a V. Excia aceitar os nossos protestos de alto apreço e distinta consideração...²⁵⁴

Essa iniciativa não deixa de ser mais um exemplo de tentativa de pautar a ação do Estado a partir da sociedade civil, algo recorrente na prática dos comitês. O MUT, por sua vez, aproveitou o intenso processo de sindicalização²⁵⁵ em vigência naquele momento para difundir o projeto de democratização pecebista entre os trabalhadores sindicalizados. Porém, ao mesmo tempo que atribuía essa enorme importância aos comitês e aos trabalhadores na luta pela Constituinte, o PCB retomava o argumento de que somente um governo de nítido viés popular teria legitimidade para promover a alteração da ordem estabelecida no AI-9. Ou seja, eles não acreditavam que seria possível pautar aquele processo apenas a partir da sociedade civil. Em vista disso, eles continuavam propondo a criação de um governo de coalizão, integrado por eles, na condição de verdadeiros representantes do povo, e pressionando Vargas para excluir os membros de sua base governista que demonstravam simpatia pelos regimes totalitários. Os pecebistas buscavam, assim, de diferentes formas, ampliar a participação do PCB no processo de formação do regime democrático.

Nesse contexto de crescente mobilização, os comunistas realizaram uma manifestação na Capital Federal, batizada de “Comício da Vitória”, apenas um dia após o primeiro protesto queremista. Conforme o cálculo dos organizadores do ato, cerca de 30 mil pessoas compareceram às ruas para manifestar o seu apoio à proposta de antecipação, sendo este número superior àquele que os candidatos à presidência atraíam em seus comícios. Há registros de que a passeata ocorreu simultaneamente em outras capitais do país, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Florianópolis e Belém. A campanha pela constituinte lançada por Prestes havia se difundido rapidamente em grande parte do território nacional²⁵⁶ graças à capilaridade do seu partido – algo que as outras legendas, recém fundadas, ainda não possuíam. Vale lembrar que as manifestações públicas organizadas pelo PCB a favor da antecipação da Assembleia Constituinte não faziam apelos pró-Vargas ou reivindicavam a permanência dele na presidência após a promulgação da nova Carta Magna. Por outro lado, o partido utilizava o

²⁵⁴ Telegrama enviado pelo Centro Democrático da Gávea ao presidente Getúlio Vargas. O documento foi publicado pelo jornal Tribuna Popular, na coluna “Vida dos Comitês”, no dia 1º set. 1945.

²⁵⁵ Em 1945 havia 474943 trabalhadores sindicalizados. No ano seguinte esse número quase dobra, 797691 (MARANHÃO, 1979, 77).

²⁵⁶ É possível encontrar nas páginas da Tribuna Popular referências a ao menos outros três grandes comícios pró-Constituinte realizados no período: Rio de Janeiro, 22 set. 1945 (60 mil pessoas, de acordo com os organizadores); São Paulo, 26 set. 1945 (50 mil pessoas, de acordo com os organizadores); Porto Alegre, 1º out. 1945 (70 mil pessoas, de acordo com os organizadores).

mesmo argumento que os queremistas para justificar sua reivindicação. Recorrendo à ideia de soberania popular, os pecebistas afirmavam que a antecipação era legítima, uma vez que representava a vontade da maioria do povo. Além dessas manifestações de maior amplitude, o PCB também promoveu, em todo o país, por meio da atividade desenvolvida pelos comitês democráticos, uma série de comícios de menor porte. A partir de setembro ocorreram eventos como esses todos os dias. Em alguns deles, há inclusive o registro de mais de dez comícios sendo realizados simultaneamente em diferentes partes do Rio de Janeiro²⁵⁷. Outras iniciativas de mobilização também foram realizadas, como o concurso para premiar as melhores frases relacionadas à realização imediata da Constituinte e a campanha pelo levantamento de 300 mil assinaturas a favor da revogação do AI-9²⁵⁸. Independentemente da precisão na contagem do número de participantes nos eventos realizados pelos comunistas, não há como negar que naquele momento o Partido Comunista do Brasil conseguia reunir uma parte significativa da sociedade, sobretudo no espaço urbano, em torno do seu projeto de democratização. Constatando essa, que explicita como as análises realizadas por Jorge Ferreira (2005, p. 26) sobre a transição para a democracia ocultam a importância dos pecebistas naquela conjuntura, haja vista que segundo ele não havia mobilizações equiparáveis ao movimento queremista: “Mobilização somente comparada, em período anterior, à da Aliança Nacional Libertadora, e, décadas depois, à das ‘diretas já’, o queremismo [...]”.

Entre as intervenções realizadas pelos pecebistas naquele momento a favor da antecipação da Constituinte, uma merece destaque. No dia 7 de setembro de 1945, os integrantes do MUT compareceram em peso à comemoração promovida pelo governo no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, para celebrar o aniversário de independência do Brasil. A divulgação do evento indicava como sua principal atração o discurso que seria realizado pelo presidente Getúlio Vargas. Antes do pronunciamento, diferentes cortejos desfilaram pelo gramado do estádio com cartazes exaltando a nação e a figura do presidente. Não por coincidência, o ato foi marcado pelos mesmos pedidos feitos nas manifestações queremistas, “Getúlio com ou sem Constituinte”. Em meio às manifestações de apoio a Vargas, uma grande comitiva do MUT desfilou com inúmeras faixas exigindo a realização imediata de eleições para compor a Assembleia Constituinte, ou seja, sua antecipação em relação às eleições

²⁵⁷ Ver edição da Tribuna Popular, 7 set. 1945.

²⁵⁸ Este documento foi enviado a Vargas no dia 6 out. 1945 com o intuito de forçá-lo a intervir na transição para a democracia. A sua criação estava relacionada ao plebiscito que segundo a Carta de 37 deveria ter acontecido para decidir pela manutenção, ou não, da própria Constituição. Como a consulta nunca chegou a ser realizada, o PCB dizia que estava promovendo a consulta por conta própria.

presidenciais. De acordo com a reportagem da Tribuna Popular, os integrantes do MUT foram intensamente aplaudidos por aqueles que estavam nas arquibancadas. Ao mesmo tempo que exaltava o acontecimento, o repórter do jornal comunista também procurava convencer os leitores de que as manifestações realizadas naquele dia não eram necessariamente a favor de Vargas, mas sim pró-Constituinte. Mesmo assim, as principais pesquisas (FERREIRA, 2005) que abordam o evento o definem apenas como mais uma manifestação queremista, concluindo, por extensão, que ele simboliza o primeiro movimento de aproximação do PCB em relação ao Queremismo.

É necessário ter cuidado com essa afirmação, torná-la mais precisa. A participação dos pecebistas indica que existiam alguns pontos em comum em relação à forma como queremistas e pecebistas projetavam a democratização, sobretudo no que se refere à importância atribuída a Vargas e às críticas ao percurso estabelecido no AI-9. Além disso, ela revela que os comunistas continuavam almejando a constituição de um governo de coalizção, liderado por Vargas e integrado por eles, para conduzir a transição para a democracia. Contudo, não é possível afirmar que a presença dos pecebistas no evento era um sinal de que eles queriam incorporar o Queremismo ou que estavam se submetendo aos interesses de Vargas. Pecebistas e queremistas defendiam propostas diferentes naquele momento. Enquanto os queremistas queriam a permanência de Vargas na presidência após a concretização do estabelecimento do regime democrático, os pecebistas defendiam sua manutenção no cargo somente até a promulgação de uma nova Constituição, que deveria anteceder as eleições presidenciais. Por outro lado, as propostas também eram marcadas por semelhanças que favoreciam a aproximação entre os dois movimentos ao mesmo tempo que os distanciavam das outras forças envolvidas naquele conflito, vide a atribuição de um protagonismo aos trabalhadores urbanos na transição para a democracia. De tal modo, a presença dos comunistas no evento constituiu mais uma das atividades traçadas para efetivar projeto de democratização do seu partido, que passava por convencer a opinião pública e Vargas a alterar a ordem da transição para a democracia imposta por ele.

No momento em que a campanha pecebista pela antecipação da Constituinte levava cada vez mais pessoas às ruas, uma importante transformação ocorreu na reivindicação feita pelo Queremismo. No dia três de outubro de 1945, ou seja, após o esgotamento do prazo para a descompatibilização dos funcionários públicos que pretendiam concorrer nas eleições, foi realizada a terceira grande manifestação queremista. Antes de dar início à passeata, que novamente tinha como destino a sede do Poder Executivo nacional, os organizadores do evento

discursaram aos manifestantes. Lendo um documento que, nas palavras dele, trazia as deliberações de uma Assembleia Geral do Povo brasileiro, Hugo Borghi comunicou aquelas que seriam as novas reivindicações (CARONE, 1976, p. 334): as eleições deveriam ser mantidas no dia 2 de dezembro, no entanto, ao invés de escolher o novo presidente, o povo deveria comparecer às urnas para definir quem seriam os integrantes da Assembleia Constituinte; além disso, Vargas deveria continuar na presidência até que a elaboração da Carta Magna fosse concluída. Para justificar as novas exigências, os queremistas utilizaram os mesmos argumentos de quando pediam simplesmente pela permanência de Vargas. Recorriam à ideia de que o poder emana do povo e, assim como os comunistas, afirmavam querer uma democracia que fosse construída a partir das ruas. Na realidade, como bem aponta Michele Macedo (2013), essa mudança de rumos do Queremismo já havia começado a se desenhar no comício anterior, quando Hugo Borghi fez exatamente a mesma proposta. No entanto, naquele momento, essa ainda era uma ideia isolada dentro do movimento, dada a esperança de que Vargas mudasse de ideia e tentasse alterar as regras e o caminho que ele mesmo havia estabelecido para a democratização. Foi assim que, no lugar do “Queremos Getúlio com ou sem Constituinte”, os queremistas passaram a exigir a “Constituinte com Getúlio”, o que também exigia a alteração do AI-9.

A nova reivindicação significava que eles não haviam desistido de disputar os rumos da democratização. Segundo Michele Macedo (2013, p. 106), “o slogan ‘Constituinte com Getúlio’ trouxe um novo significado e um novo objetivo para o movimento”. O ponto central da proposta não estava mais em Getúlio Vargas, mas, sim, na realização da Assembleia Constituinte. Em vez da simples manutenção do “pai dos pobres” na presidência, os queremistas passaram a exigir a consolidação dos direitos políticos e sociais que atrelavam ao seu governo. Observa-se, nesse caso, o surgimento, entre os integrantes do movimento, da expectativa de que as instituições e práticas da democracia fossem instrumentos capazes de garantir a constitucionalização de direitos sociais aos trabalhadores. Diminuía, assim, a relevância que era atribuída a Vargas na luta pela conquista de suas reivindicações. Todavia, a sua permanência na presidência, enquanto ocorria a elaboração da nova Constituição, ainda era vista como indispensável. Atenta a essas mudanças, Michele Macedo conclui que foi a partir desse momento que os queremistas passaram a se comprometer, de fato, com o regime democrático. Também é possível extrair da análise dessa transformação a constatação de que, para uma parcela significativa dos trabalhadores urbanos, naquele momento, a luta pela consolidação dos direitos políticos e sociais era mais urgente do que a escolha de um novo presidente.

Também preocupado em explicar a mudança do lema adotado pelo Queremismo, Jorge Ferreira (2005, p. 52) afirma que “o movimento procurava elaborar melhor o seu projeto político [...] Da simples personalização da política com a palavra de ordem ‘Queremos Getúlio’, o movimento passou a reconhecer a necessidade da própria institucionalização da política por meio de uma Assembleia Nacional Constituinte”. Indo adiante, ele ainda conclui que a mudança reflete o amadurecimento político do movimento. Por inúmeros fatores, é difícil sustentar essas afirmações. Não há sinal de fontes que indiquem a existência de um projeto político do Queremismo. Para além da exaltação de Vargas, os queremistas lutavam pela manutenção de alguns direitos e exigiam que as normas estabelecidas na CLT fossem respeitadas pelo patronato. Contudo, eles não chegaram a formular projetos, propostas concretas referentes ao campo político, econômico ou social que deveriam ser executadas caso chegassem ao poder. Também é necessário considerar que essa transformação ocorreu somente após o esgotamento do prazo de descompatibilização e muita resistência do próprio Vargas em acatar o apelo queremista, o que não constitui uma simples coincidência.

Por fim, existe mais uma característica muito importante do Queremismo que, quando considerada, fragiliza a constatação de que o movimento amadureceu o seu projeto político ou passou a reconhecer a importância da institucionalização da política quando iniciou a luta pela “Constituinte com Getúlio” ao invés de “Queremos Getúlio com ou sem Constituinte”. No livro “A invenção do trabalhismo” (1988), Ângela de Castro Gomes explica que o Queremismo era composto, na realidade, por múltiplos “quereres”. Isto é, a heterogeneidade do movimento não se restringia à origem social de seus integrantes, caracterizando também as reivindicações e expectativas políticas por eles traçadas. Ao mesmo tempo que alguns queremistas se convenceram de que a antecipação da Constituinte seria a melhor solução para conduzir a transição para a democracia, outros entendiam que a nova proposta era apenas uma forma de manter Vargas no controle do país. Seja porque estavam confortáveis com a posição de poder em que se encontravam, porque eram reféns da propaganda ideológica criada a partir da imagem de “pai dos pobres” ou por terem escolhido aquela opção que julgavam a menos ruim, muitos queremistas continuaram preferindo a permanência de Vargas do que a renovação da estrutura política. Quer dizer, houve uma reformulação do lema queremista, mas não necessariamente uma substituição completa dos “queremos” manifestados pelos seus integrantes. Logo, apesar da mudança do lema oficial, é possível afirmar que esses dois “queremos” permaneceram existindo simultaneamente dentro do movimento e que seus integrantes não se converteram, necessariamente, aos ideais e valores associados ao regime democrático. Frente a esses

inúmeros fatores, parece mais preciso afirmar que houve um amadurecimento do projeto de democratização traçado pelo Queremismo.

A primeira reação de Vargas frente à nova proposta foi marcada pelo mesmo tom ambíguo utilizado nos pronunciamentos anteriores: “para atender a esses reclamos, manifestados na forma direta e espontânea dos verdadeiros pronunciamentos populares, o Governo teria de modificar o AI-9, e não poderia fazê-lo sem a manifestação favorável dos órgãos autorizados de opinião – os partidos, as entidades de classe, as forças organizadas”²⁵⁹. Ao mesmo tempo que informava que não poderia acatar a reivindicação, ele parecia tentar indicar quais seriam as formas possíveis para tentar viabilizá-la, sugerindo que as massas deveriam pressionar os partidos e candidatos que se colocavam contrários à antecipação. Aparentemente negociando, o ditador também disse que sairia da presidência se o problema da antecipação fosse realmente apenas a sua manutenção na presidência:

Mas, se para realizar as aspirações do povo em relação à Constituinte e abrir com a sua convocação novas possibilidades a uma melhor solução do problema eleitoral, que julgam não estar colocado em bases democráticas, dissipando assim dúvidas e conciliando todos os brasileiros, for necessário o meu afastamento do Governo, não hesitarei em tomar essa resolução espontaneamente, com o ânimo sereno de quem cumpre um dever até o fim.²⁶⁰

Indo adiante, Vargas ainda afirmou que: “A Convocação da Constituinte é um direito do povo [...] A convocação de uma Constituinte é um ato profundamente democrático que o povo tem o direito de exigir. Quando a vontade do povo não é satisfeita, ficam sempre fermentos de desordem e revolta”²⁶¹. Procurando se mostrar do lado “das massas”, procurou alertá-las quanto a existência de uma trama golpista para frear suas reivindicações: “E nós precisamos resolver o nosso problema político dentro da ordem e da lei. Devo dizer-vos que há forças reacionárias poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, contrárias todas à convocação de uma Constituinte. Posso afirmar-vos que, naquilo que de mim depender, o povo pode contar comigo”²⁶². Assim como Prestes, ele chegou a responsabilizar os representantes dos *trusts*, dos monopólios e do capital internacional por atentar não só contra o governo, mas contra o interesse do povo. Não satisfeito, o ditador ainda destacou no final do seu discurso que ouviria a voz do povo, se fosse

²⁵⁹ Trecho da fala realizada por Vargas para os manifestantes queremistas, no dia 3 out. 1945. A Tribuna Popular do dia seguinte trouxe a transição do discurso na íntegra.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem.

²⁶² Idem.

necessário. Desse modo, além de legitimar a reivindicação de quemistas, e por extensão dos pecebistas, contribuindo para que elas se fortalecessem, Vargas também indicou, mesmo que nas entrelinhas, que não era contrário à proposta por eles apresentada. Logo, por mais que ele mantivesse o discurso de que não pretendia se candidatar e que conduziria o povo brasileiro de maneira unida até a realização das eleições presidenciais, a maneira ambígua como lidou com o movimento quemista contribuiu para o crescimento do temor dos opositores do regime quanto a possibilidade de ele executar um autogolpe de Estado. Quer dizer, o temor da oposição liberal quanto a existência de uma suposta trama continuísta por trás do Queremismo não era algo infundado.

A maneira como Vargas se posicionou no pronunciamento feito aos quemistas ilustra de modo preciso o estágio em que se encontrava a desintegração do Estado Novo e a amplitude do controle que o ditador ainda possuía sobre a democratização. Aveso até então a qualquer proposta de alteração do AI-9, Vargas começava a cogitar a possibilidade de rever sua decisão, o trajeto que havia pensado no início do ano para conduzir a transição para a democracia. No entanto, sem poder recorrer com a mesma frequência ao aparelho coercitivo do regime ditatorial e já sem o apoio das Forças Armadas e da burguesia nacional, ele não possuía mais o poder de ditar sozinho os rumos da formação do regime democrático que passaria a vigorar no país. Nesse contexto, como já destacaram diversos autores, o ditador via na aproximação em relação ao Queremismo a possibilidade de prolongar a influência que ele ainda possuía sobre aquele processo. Percebe-se, portanto, que o comportamento de Vargas, assim como a proposta do Queremismo, passou por uma transformação ao longo do segundo semestre de 1945.

Foi justamente nesse momento de crescente envolvimento da sociedade civil, sobretudo dos trabalhadores, com a formação do regime democrático que os militares passaram a manifestar publicamente, com maior frequência, o seu posicionamento em relação à democratização. Até então, as lideranças das Forças Armadas vinham atuando apenas nos bastidores da transição política, cobrando diretamente de Vargas o cumprimento do compromisso que ele havia assumido ao decretar o AI-9. Agiam como uma força independente, mas não tinham um projeto de democratização próprio ou a intenção de assumir a condução daquele processo. Procuravam, na verdade, garantir a efetivação do percurso estabelecido pelo decreto presidencial. Esse posicionamento foi reforçado após a escolha de Dutra como o candidato do governo à presidência, haja vista que o seu principal adversário também era oriundo da caserna. Independentemente do resultado das urnas, estava garantindo o protagonismo dos militares na condução da formação do novo regime político. Logo, a

antecipação da Constituinte não os interessava em nada, principalmente porque ela poderia resultar em mudanças nas regras das eleições presidenciais.

Os militares percebiam o quanto as manifestações realizadas por quemistas e pecebistas representavam uma ameaça à candidatura de Dutra, dado que o próprio Vargas retardava o seu ingresso de fato na campanha, além dos casos em que integrantes do PSD chegaram a solicitar que o general retirasse o seu nome das eleições²⁶³. Havia ainda o incomodo específico quanto à aproximação entre os comunistas e o governo, sendo este fator decisivo para que os militares se distanciassem ainda mais de Vargas. Não à toa, as lideranças das Forças Armadas, assim como as oposições liberais, se pronunciaram diversas vezes contrários à proposta de promover a elaboração da nova Constituição antes de eleger o novo presidente, reforçando a leitura de que ela estava associada a possíveis tramas golpistas dedicadas a perpetuar Vargas no poder. Góis Monteiro²⁶⁴, na condição de Ministro da Defesa, veio a público mais de uma vez para afirmar que naquele contexto as manifestações contribuía apenas para o aumento da desordem, colocando a própria democratização em risco. O fato de também associarem a presença do povo nas ruas, reivindicando a soberania popular e o direito de determinar os rumos da democratização, a desordem, revela os limites da concepção de democracia vigente na cúpula das Forças Armadas. Uma democracia avessa à participação ativa dos trabalhadores, que via a ação política no âmbito da sociedade civil como uma ameaça.

Nesse contexto, ao mesmo tempo que começaram a se colocar publicamente como força defensora do restabelecimento do regime democrático, os militares também investiram na desconstrução das associações que eram feitas entre eles e possíveis tramas golpistas. Diziam que não iriam interferir no processo e que sabiam que Vargas sustentaria aquilo que havia prometido. Em um dos encontros semanais que a alta cúpula dos generais realizou durante o ano de 1945, sob a coordenação de Góis Monteiro, eles decidiram e comunicaram à sociedade que as Forças Armadas garantiriam a realização das eleições presidenciais no dia 2 de dezembro de 1945.

[...] nossa própria responsabilidade de Ministros das Pastas Militares, que os propósitos de compromissos de Governo para com a Nação brasileira serão fielmente

²⁶³ J. Loureiro da Silva, líder do PSD do Rio Grande do Sul, manifestou publicamente que estava tirando o seu apoio à campanha de Dutra, devido à falta de apoio popular, e que passaria a apoiar a antecipação da Constituinte. *Tribuna Popular*, 24 out. 1945, p. 2.

²⁶⁴ Vale lembrar que o próprio Góis Monteiro havia pedido demissão do governo em 1944, em razão do desligamento do ministro Oswaldo Aranha. Essa atitude foi encarada como um distanciamento em relação a Vargas e como o estabelecimento de um compromisso com o restabelecimento regime democrático no Brasil.

cumpridos, a despeito de qualquer investida de elementos facciosos movidos por interesses inconfessáveis e doutrinas exóticas, que a tradição, a moral e a cultura brasileira repelem substancialmente [...] a sua repulsa a tais manejos criminosos disfarçados sob a ideia de redemocratização do Brasil através de uma Constituinte, importuna em face das contingências contraditórias do momento, salvo se resultasse de um acordo geral, a bem dos interesses do Brasil [...]. Esta a palavra final que nos cumpre tornar público, para que a Nação brasileira prossiga, em sossego e segurança, no seu trabalho de após a guerra, cujo objetivo primeiro será a manifestação soberana do sufrágio do dia 2 de dezembro do corrente ano [...].²⁶⁵

Esse posicionamento foi reforçado no telegrama enviado ao presidente da Comissão Paulista Pró-Alistamento²⁶⁶ e em uma entrevista concedida ao periódico “A Noite”, de São Paulo. Procuravam, assim, colocar-se como força defensora da ordem, papel que já vinham desempenhando, por meio de práticas coercitivas, desde a Revolução de 30 e que foi intensificado após o golpe de Estado que deu origem ao Estado Novo. Trata-se, portanto, de uma força conservadora. Conservadora de uma ordem que se caracterizava pela exclusão política dos trabalhadores.

A mudança do “queremos” expresso pelo Queremismo foi decisiva para que os pecebistas se aproximassem oficialmente do movimento. Até aquele momento, eles haviam mantido uma posição de distanciamento e, em algumas oportunidades, até mesmo de reprovação. Os comícios e atividades promovidas pelos comitês queremistas não eram divulgados com antecedência nos jornais comunistas ou mencionados nos pronunciamentos das lideranças do partido, ao passo que os eventos organizados pelos comitês democráticos eram minuciosamente detalhados. O ocultamento da expressão “queremistas” na Tribuna Popular revela que os pecebistas não tinham a intenção de se vincular a essa identidade, e, sim, de destacar a sua autonomia. Em relação à primeira manifestação, realizada no dia 20 de agosto, o PCB divulgou sua opinião oficial por meio de um editorial na Tribuna Popular, que criticava a passeata por entender que ela colocava em risco a diretriz de ordem e tranquilidade, desestabilizando, conseqüentemente, a campanha da União Nacional justamente no momento em que cresciam as tramas golpistas: “O queremismo é outro fator de intranquilidade, não apenas pelo que ocorreu na praça pública, mas sobretudo pelos argumentos que oferece às intrigas, aos boatos, às manobras divisionistas de que se prevalecem todos os semeadores de

²⁶⁵ Declaração dos Ministros Militares garantindo sua isenção em relação a possíveis articulações políticas e que manteriam a tranquilidade no país para que as eleições transcorressem normalmente. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 1945.10.00/5.

²⁶⁶ Diário Carioca, 23 set. 1945, p. 1.

insegurança pra levantar a bandeira da desordem, do golpe armado, da guerra civil [...] clima propício a conclusões golpistas”²⁶⁷. O tom de condenação também foi adotado para noticiar a segunda vez que os queremistas saíram às ruas. No dia em que iria ocorrer o ato, as duas principais manchetes de capa da Tribuna Popular revelavam inclusive a iniciativa pecebista de tentar deslocar a finalidade do “queremos”: “O Povo Quer a Constituinte: mas a constituinte não cai do céu e precisa ser conquistada pacificamente [...]. O que queremos é uma Constituinte”²⁶⁸. Por mais que esse não fosse o foco das atenções pecebistas naquele momento, era nítida a disputa pela condição de definir o que o povo queria.

O primeiro relato mais detalhado de um comício queremista na Tribuna Popular foi realmente o do terceiro, que consagrou a virada do Queremismo para o queremos “Constituinte com Getúlio”. Naquele momento, o Queremismo não representava apenas uma intenção continuísta, mas a possibilidade de efetivação de uma etapa importante do caminho de transição para a democracia proposto pelo PCB e a difusão da premissa pecebista de que o regime democrático deveria ser constituído de baixo para cima. Descrevendo o trajeto do ato, do Largo da Carioca até o Palácio da Guanabara, a reportagem destacou que os manifestantes, “ao passar em frente à sede do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, recrudesceram os brades de Constituinte, respondidos pelos comunistas que se achavam na sacada do edifício”²⁶⁹. Entusiasmado com a mudança de rumos assumida pelos queremistas e, sobretudo, pela maneira como Vargas reagiu a ela, o PCB enviou um telegrama ao presidente, apenas dois dias após a manifestação, parabenizando-o pela fala realizada aos manifestantes:

O Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil vem aplaudir o discurso democrático de V. Excia, ontem pronunciado, no qual, coerente com os últimos passos dados pelo governo, V. Excia apoia e reconhece o anseio democrático crescente do povo brasileiro a favor da convocação de uma Assembleia Constituinte como melhor caminho para alcançar a democracia em nossa Pátria.²⁷⁰

Os comunistas procuravam, desse modo, reforçar o compromisso que o próprio Vargas havia assumido naquele pronunciamento. Ao repetir inúmeras vezes as condições estipuladas por ele

²⁶⁷ Trecho da coluna de Pedro Motta Lima (21/08/1945), principal colunista da Tribuna Popular, a qual era frequentemente utilizada para apresentar e reforçar as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Central. Nesse dia, a coluna foi publicada com o título: “Reforcemos a política da ordem e tranquilidade”.

²⁶⁸ Tribuna Popular, 3 out. 1945, p. 1.

²⁶⁹ Tribuna Popular, 4 out. 1945.

²⁷⁰ Telegrama escrito por Pedro Pomar, publicado na Tribuna Popular do dia 5 out. 1945.

para que fosse possível alterar os rumos da democratização, pareciam querer que sua fala ganhasse contornos de oficialidade.

A consolidação desse processo gradual de aproximação se deu na quarta passeata queremista, no dia 13 de outubro de 1945, com a presença maciça e explícita de integrantes e simpatizantes do Partido Comunista do Brasil. A manifestação procurou se apresentar como uma resposta à fala feita por Vargas na última vez que o movimento foi ao seu encontro. Se o presidente dizia que “a convocação de uma Constituinte é um ato profundamente democrático e o povo tem o direito de exigir” e que somente um amplo apelo da sociedade poderia fazê-lo alterar as diretrizes estabelecidas no AI-9, lá estavam os queremistas e pecebistas para concretizar a condição por ele estipulada. Ao mesmo tempo que pressionaram pela contemplação de sua reivindicação, os organizadores do evento afirmaram que manteriam a diretriz de ordem e tranquilidade. De acordo com eles, desordeiros eram seus inimigos, que haviam intensificado suas tramas golpistas em virtude do crescimento da presença do povo nas ruas. Ainda na mesma manifestação, as lideranças do Queremismo fizeram menção ao objetivo de ampliar a democracia que estava em formação, algo inédito em seu curto histórico de atuação: “[...] somente através de uma Assembleia Constituinte livremente eleita é que poderemos ampliar e garantir a democracia em nossa Pátria”. Trata-se de mais um indício de que a própria democracia que viria a ser implantada no país estava em disputa. Também era um sinal de que as reivindicações e palavras de ordem queremistas e pecebistas começavam a se fundir.

É importante destacar que a aproximação entre queremistas e pecebistas não ocorreu apenas porque ambos lutavam pela realização da Constituinte enquanto Vargas ainda ocupava a presidência. Eles também concordavam quanto à necessidade de atribuir aos trabalhadores e, por extensão, à sociedade civil, um papel mais relevante no processo de constituição do regime democrático do que aquele previsto pelas oposições liberais e pelas das Forças Armadas. Além disso, como bem aponta Carone (1976, p. 336), as concordâncias que ambos tinham em relação ao projeto econômico que deveria ser adotado pelo Brasil também foram decisivas para o estreitamento dos laços. Por fim, deve ser levado em consideração que essa aproximação se deu em um momento em que o conflito pelo controle da democratização estava em seu auge, com os liberais procurando limitar a participação tanto de queremistas quanto de pecebistas. Não por coincidência, ambos definiam como golpistas as articulações promovidas pelos udenistas para que os militares intervissem a seu favor no processo de transição para a democracia.

A aproximação entre pecebistas e queremistas foi amplamente criticada pelas oposições liberais, que a definiram como mais uma iniciativa motivada pelo intuito de perpetuar o ditador no poder. Na realidade, antes mesmo de o Queremismo se constituir como um movimento político organizado, os udenistas já associavam o PCB àquele movimento, afirmando que o partido estava se submetendo aos interesses de Vargas e, conseqüentemente, agindo a favor do continuísmo²⁷¹. Essa leitura era muito frequente nos jornais de grande circulação ligados aos setores oposicionistas: “Seja como for, o certo é que o comunismo está vivendo dos balões de oxigênio do ‘queremismo’ getulista. Se não alegasse a contribuição do capitão Prestes à política comunista do Sr. Getúlio Vargas, há muito o comunismo reduzido às suas naturais proporções, não passaria de uma pereba quase invisível no vasto corpo social do Brasil”²⁷². Ao analisar essas críticas, percebe-se que os liberais seguiam sem considerar o PCB uma força autônoma entre aquelas envolvidas no conflito pelo controle da democratização²⁷³. De qualquer forma, o crescente tom de crítica aos comunistas nos jornais liberais pode ser considerado um reflexo do fortalecimento do PCB. O partido voltava a ser visto, cada vez mais, como inimigo em potencial.

Apesar de não possuir o mesmo teor acusatório, a leitura que as principais pesquisas acadêmicas apresentam sobre a aproximação entre o PCB e o Queremismo é bastante semelhante àquela feita pelas oposições liberais. Também prevalece a interpretação de que os pecebistas procuraram se vincular aos queremistas na tentativa de se aproximar de Vargas e, assim, tirar proveito da relação com o ditador. Seguindo essa linha de raciocínio, concluem que a aproximação é o sinal da consolidação da aliança entre os comunistas e Vargas. Uma aliança, segundo esses estudos, caracterizada pela submissão dos pecebistas ao projeto de democratização varguista e, por extensão, ao modelo corporativista de organização sindical. Trata-se de mais uma interpretação que tem origem no artigo pioneiro de Weffort (1973, p. 78): “Não obstante, os comunistas não apenas aliam-se a Vargas como de fato se subordinam a seus objetivos políticos e desinteressando-se das eleições previstas para dezembro, põem todo o empenho no movimento pela Constituinte, engrossando o movimento queremista”, e que posteriormente foi incorporada nas outras obras de referência sobre aquele período

²⁷¹ Diário Carioca, 27/05/1945, p. 4, “A caminho do Queremos Getúlio”.

²⁷² Coluna de J. E. de Macedo Soares, principal colunista do Diário Carioca, 23 set. 1945, p. 1.

²⁷³ Um bom exemplo dessa falta de reconhecimento é o editorial publicado pelo Correio da Manhã no dia 9 jul. 1945, p. 2, com o título “Querer”. Nos poucos casos em que fazia críticas específicas aos pecebistas, para além daquela que remetia à aproximação deles em relação a Vargas, o jornal remetia a aspectos do que chamava de doutrina marxista-leninista ou a pautas mais gerais dos partidos comunistas, como a luta contra a propriedade privada, a proposta de uma ditadura do proletariado, a crítica aos valores religiosos.

(MARANHÃO, 1979, p. 33; SPINDEL, 1980, p. 52, ALMINO, 1980, p. 51; ALEM, 1981; COSTA, 1995, p. 70; SANTANA, 2001, p. 40; CALIL, 2001, p.105; MACEDO, 2013, p. 91).

O fato de não identificarem a existência de um projeto de democratização próprio do PCB é um dos principais fatores responsável por essas interpretações equivocadas a respeito da aproximação entre pecebistas e queremistas. Além disso, na maioria das vezes, essas pesquisas deixam de levar em consideração que a aproximação se deu somente após a transformação da principal reivindicação queremista, quando eles passam a lutar pela “Constituinte com Vargas”, e não antes da estruturação do próprio Queremismo, como sugeriam as oposições liberais. Também é necessário considerar, conforme destacado no capítulo anterior, que a proposta de realização da Constituinte ainda durante o governo Vargas foi estabelecida pelo PCB muito tempo antes de o Queremismo ter surgido. Silvio Alem (1981, p. 177) afirma, de forma equivocada, por exemplo, que “na medida em que Vargas não chama ao governo ‘homens de prestígio popular’ e que o movimento queremista se constitui, fabricado pelos ‘reacionários e fascistas notórios’ – que buscam bases populares de apoio a Vargas, sem o concurso do PCB – é que o Partido passa a enfatizar a luta pela Constituinte”. Essa linha de interpretação também tem sua origem na obra pioneira de Weffort (1973, p. 74): “os comunistas, liberados em abril e transformados em partido legal em maio, assumem posição ao lado do governo e, em agosto de 1945, entram de rijo na campanha pela Constituinte fazendo frente comum com o movimento queremista que apregoava o *slogan* de ‘Constituinte com Getúlio’”. A Constituinte era vista pelos pecebistas como uma maneira de promover e consolidar as conquistas democráticas necessárias para superar o regime ditatorial e combater o inimigo fascista desde o início da Segunda Guerra Mundial. Essa pauta foi retomada posteriormente na Conferência da Mantiqueira, anunciada aos simpatizantes do partido logo após a anistia e reforçada no Pleno da Vitória Comunista, ou seja, antes da primeira manifestação queremista, quando o lema daquele movimento ainda era “Queremos Getúlio com ou sem Constituinte”. Nesse caso, é mais preciso afirmar que foi o Queremismo que se aproximou do PCB ao adotar uma pauta que o partido defendia há anos, o que permitiu que passassem a atuar conjuntamente, sem fundirem-se.

A aproximação entre pecebistas e queremistas não extinguiu as diferentes expectativas que eles atrelavam à realização da Constituinte. Em outras palavras, o queremos “uma Assembleia Constituinte livremente eleita no menor prazo possível!” não expressa os mesmos objetivos que o queremos “Constituinte com Getúlio”, conforme sugerem inúmeros autores (WEFFORT, 1973; SPINDEL, 1980; ALEM, 1981, p. 187). O desejo que o PCB havia

manifestado até então ia além da figura de Vargas, preocupado, na realidade, em garantir a sua participação na elaboração da nova Constituição e, sobretudo, em consolidar alguns direitos que, de acordo com a compreensão do partido, garantiriam as condições necessárias à continuidade da luta pela realização da Revolução Democrático-Burguesa no Brasil. Era um desejo diretamente relacionado ao seu próprio projeto de democratização, o qual ia além do estabelecimento de uma nova Carta Magna. Já o lema queremista, mesmo após a sua reformulação, permanecia muito vinculado a Vargas, o que indica a intenção de garantir a sua permanência no poder. No entanto, a existência de objetivos diferentes não impediu que eles atuassem juntos ou tornou aquela aproximação contraditória. A porosidade Queremismo à existência de diferentes “queremos” (GOMES, 1988), indicada anteriormente, permitiu que os pecebistas mantivessem suas próprias pautas mesmo aproximando-se do movimento. Todavia, nem todos os queremistas ficaram satisfeitos com a proximidade dos comunistas, sobretudo aqueles ligados ao PTB, haja vista a disputa entre os dois partidos pela condição de verdadeiro representante dos anseios dos trabalhadores. Portanto, o fato de ambos defenderem a realização da Constituinte durante o período que Vargas estava na presidência não significa que os pecebistas aderiram ao Queremismo, que eles passaram a defender os mesmos projetos.

Nesse contexto, ao associar-se ao Queremismo o PCB não alterou a sua concepção quanto aquele que seria o melhor caminho para promover a formação do regime democrático. Manteve também o seu projeto de nação, sua linha de atuação política, sua independência e inclusive a cobrança para que Vargas reconfigurasse a formação do governo para adquirir a legitimidade de conduzir a transição para a democracia. O partido também não ficou a reboque de supostas decisões tomadas pelas lideranças queremistas, não se limitou a exaltar a figura de Vargas e continuou com a sua atividade política paralela para efetivar o próprio projeto de democratização. Os comunistas estavam, na realidade, interessados em aproveitar a força do Queremismo para efetivar o caminho que queriam atribuir à formação do regime democrático, caminho que, de acordo com eles, levaria à efetivação das condições necessárias à realização da Revolução Democrático-Burguesa no Brasil. Eles estavam ancorados em uma lógica muito semelhante àquela que resultou na adesão à campanha de União Nacional promovida pelo governo. Portanto, diferente do que apontam Spindel (1980) e Macedo (2013, p. 94), a vinculação do PCB ao Queremismo não visou apenas viabilizar a sua aproximação do grupo social que pretendia representar. Vale lembrar que, antes mesmo de saírem juntos às ruas, o PCB já obtinha resultados expressivos no que se refere à sua vinculação com as “massas”, haja vista o sucesso da campanha de sindicalização e a proliferação dos comitês democráticos por

todo o país. Desse modo, as afirmações de que o PCB simplesmente aderiu ou procurou se aproximar do Queremismo revelam análises que deixam de levar em consideração todo o histórico de luta anterior dos comunistas e as atividades paralelas que eles vinham desempenhando.

A participação do PCB na quarta manifestação queremista é um bom exemplo de como o partido procurou resguardar a sua autonomia. A Tribuna Popular, fazendo referência àquele evento, convocou o povo para o que chamavam de “O Grande Comício Nacional Pró-Constituinte”. O termo Queremismo continuava ausente nos jornais e pronunciamentos comunistas. A ênfase por trás da convocação não estava na figura do presidente, mas no caminho que propunham desde quando começaram a se mobilizar em torno da democratização. Falava-se da participação de outros organismos democráticos, mas não havia referências aos comitês pró-candidatura de Vargas. Assim, preparando-se para aquele evento, os pecebistas concentraram para a manifestação em uma parte do centro do Rio de Janeiro diferente daquela onde estavam os queremistas. Segundo o seu jornal, eles partiram em bloco para o ponto oficial de concentração, cantando marchinhas pró-constituinte:

Eleger sem a Carta o presidente,
Não seria praticar a democracia...

Com a FEB consciente

o povo clama:

ELEJAMOS

CONSTITUINTE

SOBERANA

[...]

Constituinte não é vontade de um só partido,

de uma facção

Constituinte é exigência

da consciência desta Nação.²⁷⁴

Nota-se que não há nenhuma referência específica ao Queremismo ou a Vargas.

Vale, ainda, destacar que além das pesquisas que identificam um sinal de submissão na aproximação entre o PCB e o Queremismo, existem outras onde a relação estabelecida entre eles é praticamente ocultada. Quando muito, falam do crescimento das críticas dirigidas aos

²⁷⁴ Tribuna Popular, 14 out. 1945, p. 8.

queremistas em virtude da aproximação em relação aos comunistas. Esse é o caso, por exemplo, da obra “O Imaginário trabalhista” (FERREIRA, 2005), que promove uma análise minuciosa do Queremismo, atentando para a sua relação com a constituição do trabalhismo, ao mesmo tempo que praticamente desconsidera o vínculo e a influência que aquele movimento recebeu do PCB. Entre as obras que abordam essa aproximação, o livro “O movimento queremista e a democratização de 45” de Michele Macedo (2013) constitui uma exceção. Embora não se aprofunde na análise, provavelmente por fugir do objetivo central de sua pesquisa, a professora indica que “apesar das tentativas de subestimar a participação comunista, as fontes históricas evidenciam o grande papel que os comunistas tiveram no processo de radicalização e evolução do queremismo” (MACEDO, 2013, p. 98). Ao aproximar-se do Queremismo, o PCB trouxe consigo o apoio de parcelas significativas da sociedade civil e toda uma estrutura de mobilização para lutar pela viabilização da Constituinte ainda durante o governo de Vargas, o que justifica a interpretação de que o partido contribuiu para o fortalecimento daquele movimento. Paraphrasing a professora Ângela de Castro Gomes (1988, p. 285), Michele Macedo (2013, p. 98) afirma inclusive que a ideia do lema “Constituinte com Getúlio” havia sido dos pecebistas. Nesse caso, há uma pequena imprecisão, pois, conforme indicado anteriormente, o lema dos comunistas possuía particularidades em relação a esse. Também é necessário estar atento à utilização do termo “radicalização”, haja vista o teor pejorativo que costuma estar vinculado a ele e o fato de os comunistas seguirem adotando a diretriz de ordem e tranquilidade. De qualquer forma, é evidente a influência que a campanha pecebista a favor da antecipação da Constituinte exerceu sobre o Queremismo, não apenas na mudança do lema expresso pelos queremistas, mas no crescimento da confiança deles quanto à possibilidade de reverter o AI-9. Identificada a relevância dessa influência, torna-se mais difícil sustentar a interpretação de que o PCB buscou simplesmente aderir ao Queremismo, se submetendo aos interesses daquele movimento ou até mesmo aos de Vargas. Contudo, não se trata de dizer que o Queremismo se tornou propriedade do PCB (GOMES, 1988, p. 285), que mudou de rumo somente em virtude da força da campanha realizada pelos comunistas, que o movimento estava se submetendo a uma pauta exclusiva dos comunistas ou até mesmo ao caminho que eles propunham para a democratização. As lideranças queremistas seguiram até os seus últimos dias muito próximas e fiéis a Vargas.

A maneira como ocorreu a aproximação entre o PCB e o Queremismo e a identificação da particularidade do “queremos” sustentado pelos pecebistas ilustram bem como o partido pretendia vincular-se a Vargas: enquanto uma força independente, com projetos próprios, mas

que não pretendia assumir, ao menos naquele momento, o caráter de oposição. Em vista disso, assim como a interpretação de que o PCB aderiu ao Queremismo, é incorreta a leitura de que a aproximação dos dois movimentos simbolizou a consolidação da aliança²⁷⁵ entre os comunistas e Vargas ou que eles estivessem se submetendo aos interesses do ditador. A proposta de aliança realmente existiu e partiu de Prestes, mas as condicionantes nunca foram aceitas por Vargas. A reivindicação pecebista de reformulação da base governista, por exemplo, que previa exclusão daqueles integrantes do governo que outrora manifestaram simpatia por ideias nazifascistas e o ingresso deles na condição de verdadeiros representantes do povo, não chegou nem perto de ser concretizada. Pelo contrário. Ao invés de convocar os homens de prestígio que os comunistas esperavam, ele indicou Góis Monteiro para assumir o Ministério da Guerra na vaga de Dutra, que havia se descompatibilizado do governo para poder concorrer nas eleições presidenciais. Vale destacar que o general só aceitou o convite após o próprio Vargas prometer que não revogaria o AI-9, como quemistas e pecebistas exigiam (COUTINHO, 1956, p. 418). Desconsiderar as exigências feitas pelo PCB na avaliação se a aliança chegou a se constituir é comum em análises que já partem da premissa de que os pecebistas fariam o que fosse necessário para se aproximar de Vargas e tirar proveito dessa relação, até mesmo se submeter ao seu projeto de democratização. O empenho de Vargas na criação do PTB também reforça a interpretação de que a aliança não chegou a se constituir. Ao criar um partido para disputar com os comunistas a condição de legítimo representante dos trabalhadores, ele dava indícios de que não pretendia se aproximar do PCB.

Outro fator raramente considerado pelos autores defensores da tese da submissão ainda precisa ser apreciado nessa análise. No dia 10 de outubro de 1945, apenas uma semana após o terceiro comício quemista, quando deu a entender que poderia se associar à luta pela antecipação da Constituinte, Vargas impôs o Decreto-Lei nº 8.063, antecipando as eleições estaduais para a mesma data das eleições federais. Elementos que compunham tanto o AI-9 quanto a Lei Eleitoral foram alterados por aquele decreto, mas a mudança que quemistas e pecebistas tanto clamavam não foi realizada. Trata-se de uma das últimas interferências relevantes que ele conseguiu exercer sobre a transição para a democracia. Com essa alteração, o ditador procurou tirar ainda mais proveito do controle que possuía sobre a máquina político-administrativa para garantir a vitória do maior número possível de aliados, em grande parte

²⁷⁵ Por aliança entendo: “cooperação prática entre as duas forças políticas para alcançar um objetivo comum” (WEFFORT, 1973, p. 78). Essa compreensão é adotada por diversos autores, como Spindel (1980) e Santana (2001), por exemplo.

antigos integrantes do Estado Novo e membros dos grupos oligárquicos situacionistas, nas eleições que se aproximavam (CARONE, 1976, p. 341). Atenta a essa questão, Ângela de Castro Gomes (1988) afirma que a força capilar do movimento queremista também influenciou a decisão de antecipação das eleições estaduais. Posteriormente, a alteração acabou sendo decisiva para garantir a vitória de Dutra, vista como improvável naquele momento, haja vista que mobilizou um número maior de atores políticos em torno do processo eleitoral, vinculando a força das oligarquias locais associadas a Vargas à campanha do general. Os pecebistas, por sua vez, ficaram incomodados com aquela interferência, haja vista que tinham a expectativa de que Vargas daria mais um passo no caminho de transição para a democracia que eles almejavam. Em um discurso feito em Belo Horizonte, Prestes condenou a expedição do decreto, dizendo que ele não era condizente com a postura que o presidente havia assumido apenas uma semana antes.

O senhor Getúlio Vargas concordou com o povo, para, dias depois, assinar um decreto que, para usar as palavras mais gentis, constitui um ultraje à Nação. Chamar a eleição de governadores e deputados estaduais precipitadamente é, na verdade, ridículo: é brincar com os interesses nacionais. É um ultraje pretender que os interventores, que não foram escolhidos pelo povo, pela vontade do povo, neste momento em que o povo exige o seu direito de intervir na discussão de uma Carta nacional, é um ultraje repetimos. [...]. O último decreto está em contradição com as promessas do sr. Getúlio Vargas, com tudo que vinha fazendo, com tudo que vinha cedendo ao povo.²⁷⁶

Ou seja, o fato de Vargas ter interferido novamente no processo de transição para a democracia às vésperas das eleições, sem contemplar as reivindicações feitas por quemistas e pecebistas, evidencia que ele seguiu fiel ao seu próprio projeto de democratização e que a aliança com o PCB não se constituiu.

Portanto, o que ocorreu naquele momento foi a união entre diferentes forças políticas em torno de um objetivo em comum, e não a adesão do PCB ao Queremismo ou a consolidação da sua aliança com Vargas. Pecebistas, quemistas e trabalhistas, articulados com outros agrupamentos políticos²⁷⁷ que possuíam menor poder de mobilização da sociedade civil, constituíram uma Frente Ampla, não liderada, mas composta pelos trabalhadores, a favor de

²⁷⁶ Tribuna Popular, 16 out. 1945, p. 8.

²⁷⁷ Na segunda quinzena de outubro, o PCB liderou a fundação da Comissão Nacional pró-Constituinte, que tinha entre seus integrantes partidos políticos e organizações da sociedade civil como: comitês democráticos, Partido Socialista Cristão, Partido Social Progressista, Partido Nacional Classista, Partido Democrático Libertário, MUT. Para mais informações, ver: Tribuna Popular, 21 out. 1945, p. 4.

um percurso e uma forma de conduzir a democratização diferentes daqueles almejado pelas elites. O PCB e o Queremismo recorreram, assim, à mesma estratégia que outras forças e movimentos envolvidos na democratização já haviam adotado, vide a própria UDN²⁷⁸. Estratégia essa, conforme indicado no primeiro capítulo, também indicada pela URSS a todos os partidos comunistas, o que ajuda a explicar por que os comunistas não se preocuparam em criticar alguns dos queremos existentes entre os quemistas, como aquele que se resumia a manter Vargas no controle do país. O partido mantinha-se fiel à orientação de que toda aliança se justificava em nome da democracia e da luta contra os resquícios do fascismo.

A formação da Frente Ampla a favor da antecipação da Constituinte revela um envolvimento significativo dos trabalhadores com a formação do regime democrático, haja vista a prerrogativa de que deveriam ser a força dirigente da transição para a democracia e o papel que eles próprios desempenhavam na viabilização dessa proposta. Naquele cenário de disputa, não só pela maneira como seria conduzida a democratização, mas também pela democracia que seria adotada no país, os trabalhadores procuraram se inserir na cena política para fazer valer os seus interesses, os quais divergiam em alguns pontos daquilo que as elites propunham. Todo entusiasmo que existia em torno do estabelecimento de um novo regime político contribuiu para que eles acentuassem suas reivindicações políticas, econômicas e sociais, pressionando por uma democratização que contemplasse uma nova correlação de forças entre o Estado e a sociedade civil e não apenas a o reestabelecimento das instituições democráticas. A identificação da constituição Frente Ampla oferece, assim, novos elementos para desconstruir a interpretação de que apenas as elites políticas estiveram em condições de disputar o controle da democratização (WEFFORT, 1973; VIANNA, 1976), em outras palavras, de que naquele momento não se constituiu nenhum “movimento contestatório de amplas bases sociais, ou inspirado em metas ideológicas capazes de levar a uma confrontação mais drástica” (SOUZA, 1983, p. 105). Como bem pontuam Gilberto Calil (2001; 2013) e Jorge Ferreira (2005, p. 25), a transição para a democracia não ficou “restrita a uma negociação, pactuada pelo alto, entre as elites”.

O envolvimento dos trabalhadores com um projeto alternativo de democratização também reforça a leitura de que eles não eram simplesmente alienados ou estavam submetidos aos interesses de Vargas. Considerando que mesmo almejando um objetivo em comum a Frente Ampla era composta por diferentes “queremos”, não é possível sustentar que naquele momento

²⁷⁸ “Ampla frente de oposição, a UDN surge como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas” (BENEVIDES, 1981, p. 28).

“os trabalhadores, quando se manifestavam, por sua própria vontade, queriam Getúlio” (FERREIRA, 2005, p. 38). Além de desconsiderar a atuação política desses trabalhadores em outras organizações da sociedade civil, vinculadas a projetos de democratização e de nação distintos, a afirmação também não contempla a variedade de propostas que passaram a constituir o próprio Queremismo na sua reta final de existência. Trata-se de uma afirmação que só pode ser sustentada quando datada a uma etapa específica da história daquele movimento, mesmo assim com ressalvas, pois uma parte significativa dos seus integrantes queria mais, queria participar diretamente da formação da democracia que passaria a vigorar no país e fazer valer a ideia de soberania popular.

Ao constatar a formação de uma frente ampla no âmbito da sociedade civil a favor da antecipação da Constituinte e da atribuição de uma maior relevância aos trabalhadores na democratização chega-se a uma interpretação alternativa a uma das teses mais consolidadas entre as pesquisas que abordam a transição do Estado Novo para a República de 46. Desenvolvendo um raciocínio iniciado por Weffort (1973), Luiz Werneck Vianna (1976, p. 253) conclui que, no final de 1945, os trabalhadores tinham apenas duas opções de caminho de democratização para aderir, uma atrelada a Vargas e a outra aos liberais, ambas “pelo alto”. Por transição “pelo alto”, o autor entende que ela seria articulada somente pelas elites políticas do país, que integravam ou que em algum momento já haviam integrado a gestão do Estado de Compromisso, e que ela possuiria um caráter elitista, restritivo e antipopular. Em outras palavras, “pelo alto” significa que os trabalhadores não participariam da tomada de decisões, logo seus interesses específicos não seriam levados em consideração no processo de constituição do regime democrático. Além de desconsiderar as iniciativas realizadas pelos pecebistas em torno do seu próprio projeto de democratização, essa interpretação também está ancorada na interpretação de que o Queremismo era um movimento que se limitava a querer a manutenção de Vargas no poder.

No entanto, as análises apresentadas ao longo do terceiro e do quarto capítulo permitem concluir que a mobilização promovida por quemistas e pecebistas durante o segundo semestre de 1945, a partir dos seus próprios interesses e calcada na ideia de soberania popular, representava uma terceira via de transição para a democracia, a qual não se limitava a satisfazer os interesses de Vargas ou a perpetuá-lo no poder, ou seja, não era necessariamente “pelo alto”. Por extensão, é possível afirmar que, além de um terceiro caminho, surgiu no horizonte dos trabalhadores a opção por projetos políticos e concepções de democracia diferentes daquelas propostas pelas elites. Mais do que uma opção, a formação da Frente Ampla foi decisiva para

que a alteração do caminho previsto para a democratização se tornasse cada vez mais uma alternativa real. Logo, embora a Frente Ampla não tenha assumido deliberadamente o projeto de democratização proposto pelo PCB, a sua formação marca o momento em que o partido chegou mais próximo de efetivá-lo. Além da antecipação da Constituinte ser cada vez mais uma alternativa real, os trabalhadores estavam nas ruas exigindo que a transição para a democracia seguisse o caminho indicado por eles.

4.1 O Golpe Civil-Militar de 1945

Embora o dia das eleições presidenciais estivesse cada vez mais próximo e Vargas continuasse hesitando em aceitar a reivindicação que vinha das ruas, a mobilização da Frente Ampla pela antecipação da Constituinte seguia crescendo. Tanto o movimento queremista quanto os pecebistas convocaram suas bases para realizarem novas manifestações no final de outubro. O fato de serem duas manifestações²⁷⁹, em dias diferentes, porém muito próximos, com um mesmo objetivo, reforça a interpretação de que o PCB não havia aderido ao Queremismo, mas que ambos passaram a compor uma frente ampla em busca da revogação do AI-9 e, conseqüentemente, de uma nova forma de conduzir a formação da democracia que passaria a vigorar no país. Eles pretendiam caracterizar aqueles protestos como a comunicação oficial da vontade dos trabalhadores, haja vista o fato de Vargas ter dito que ouviria as diversas correntes de opinião vigentes no país, e não apenas os partidos, para decidir a melhor maneira de conduzir a transição para a democracia²⁸⁰. Os comunistas, por exemplo, divulgaram o evento que estavam organizando como o grande Comício Sindical. Poucos dias antes da data prevista para a sua realização, a Tribuna Popular informou que 53 sindicatos já haviam aderido ao encontro. Desse modo, a prerrogativa pecebista de que os trabalhadores deveriam ser a força dirigente da democratização continuava sendo difundida.

Contudo, às vésperas de saírem às ruas, ambas as manifestações acabaram proibidas por João Alberto, chefe da polícia do Distrito Federal. O veto não foi “endereçado” especificamente ao evento queremista ou ao Comício dos Sindicatos organizado pelo PCB. O texto dizia apenas que estavam proibidas manifestações políticas no centro da capital, sem apresentar qualquer

²⁷⁹ Estava prevista para o dia 26 de outubro a realização daquela que seria a quinta manifestação queremista. No dia seguinte, também no centro do Rio de Janeiro, ocorreria outro evento, organizado pelo PCB, batizado de “Grande Comício pela Constituinte”. Vale destacar que o MUT ainda estava organizando a realização de um Comício com a mesma finalidade na cidade SP, no dia 28 de outubro, o qual também acabou não acontecendo.

²⁸⁰ Pronunciamento realizado por Vargas após a terceira manifestação queremista. Tribuna Popular, 4 out. 1945.

justificativa. Conforme exposto anteriormente, naquele momento as oposições liberais e os militares viam a mobilização dos trabalhadores como um instrumento a ser utilizado por Vargas na execução do seu projeto continuísta. Afirmavam que o ditador se valeria do apoio que recebia das “massas” para perpetuar-se no poder. Essa leitura estava ancorada na visão pejorativa que eles tinham das “massas”, no entendimento de que boa parte dos brasileiros ainda não estava pronta para exercer seus direitos políticos. Adeptos desse entendimento, o *Correio da Manhã* e o *Diário Carioca*, dois dos principais jornais do Distrito Federal, chegaram a definir o ato queremista previsto para o dia 26 de outubro como o momento em que Vargas daria o autogolpe, isto é, revogaria o AI-9 estabelecendo novas regras de condução da transição para a democracia, visando sua perpetuação no poder (NETO, 2013, p. 478).

Por mais que caibam inúmeros questionamentos quanto às intenções dos grupos contrários à realização daqueles eventos, é importante destacar que o receio existente entre eles daquelas manifestações servirem à perpetuação do ditador no poder era real, e não apenas um pretexto para justificar a trama golpista da qual participavam. Mesmo não havendo bases documentais concretas para afirmarmos que Vargas planejava um autogolpe, o seu histórico político e as decisões tomadas no mês de outubro tornam plausível a desconfiança em relação às suas atitudes. A imposição do decreto determinado a antecipação das eleições regionais, por exemplo, evidencia a falta de compromisso com as regras de transição para a democracia que ele mesmo havia estipulado. A medida foi rapidamente condenada pelos liberais, que passaram a denunciar o seu caráter golpista (OLIVEIRA, 2002, p. 72). Ela também não foi bem avaliada pelos integrantes das Forças Armadas, que compartilhavam do temor quanto às intenções continuístas de Vargas. Há até quem afirme que os militares cogitaram realizar, já naquele momento, uma intervenção armada contra o governo (NETO, 2013, p. 478). Nesse caso, chama a atenção a mudança do posicionamento adotado pelo General Dutra, que, em carta secreta enviada a Vargas em dezembro de 1944, havia sugerido que todas as eleições fossem realizadas simultaneamente para evitar que a agitação social se estendesse. Analisando os incômodos gerados pela proposta, Ângela de Castro Gomes explica que (1988, p. 287): “a interpretação geral era de que com tal lei Getúlio poderia eleger, sob sua égide, não só o Congresso Federal, com poderes constituintes, como também as Assembleias e os governadores estaduais. Sua força não encontraria limites, e nada assegurava que num último momento ele não se pronunciasse a seu próprio favor”.

Para além do temor em relação às intenções de Vargas, udenistas e militares se incomodavam com a cordialidade vigente entre o governo e os comunistas²⁸¹. Se a possibilidade de Vargas estar manipulando os trabalhadores a fim de se manter no poder já inquietava os militares e as oposições liberais, a proposta pecebista de reformulação do governo, pautada pela expulsão dos fascistas remanescentes do Estado Novo e a distribuição de cargos para os “verdadeiros representantes do povo”, era tida como inaceitável. Com efeito, na mesma semana em que ocorreriam as manifestações, o candidato udenista à presidência, o brigadeiro Eduardo Gomes, fez uma fala pública na qual definiu o comunismo e os comunistas como incompatíveis com a cultura brasileira, associando-os aos regimes totalitários²⁸². A acusação causou grande impacto, haja vista a influência do nacionalismo no debate político nacional. Assim, ao mesmo tempo que desenvolvia essa crítica, ele reforçava as leituras de que os pecebistas estariam tramando um golpe junto a Vargas (MACEDO, 2013, p. 92).

É importante destacar que assim como os militares, as oposições liberais e antigos opositores de Vargas, os Estados Unidos também não via com bons olhos o crescimento da mobilização pela antecipação da Constituinte. Falando em um evento organizado pelo sindicato dos jornalistas, com o tom polido que caracteriza os pronunciamentos diplomáticos, o embaixador estadunidense no Brasil, Adolf Berle, afirmou:

É no povo que a democracia deposita a sua fé, no povo agindo através instituições democráticas, muito mais do que em homens, pois os dirigentes são grandes, não como donos da Nação, mas como servos do povo [...] não é menos do que trágico quando essa tarefa essencial de elaborar uma constituição é permitida interromper ou impedir o auto-governo democrático, pela escolha popular do Poder Executivo. Não existe nenhum conflito entre os dois processos, pois podem-se realizar eleições ao mesmo tempo que se tomam medidas para organizar uma constituinte na forma que o povo indicar.²⁸³

²⁸¹ É possível afirmar inclusive que aquele foi o momento em que a aliança chegou mais perto de se concretizar. Existe um esboço de projeto lei, no arquivo Getúlio Vargas, sem data precisa, mas elaborado após a divulgação da Lei Eleitoral, prevendo a antecipação da Constituinte. Entre os motivos que seriam apresentados para justificar a alteração: “Considerando que após a Lei Eleitoral e conseqüentemente arregimentação das forças políticas foi possível ao Governo conhecer e sentir as aspirações e desejos do povo brasileiro, no tocante ao problema da constitucionalização do país”. Pela relevância do autor do projeto, esta é a confirmação de que o governo chegou ao menos a cogitar a proposta inicialmente levantada pelo PCB: Projeto de decreto-lei, de Agamenon Sergio de Godoi Magalhães, dispondo sobre a formação de uma Assembléia Constituinte (Vol. XLVII/39b), GV c 1945.10.00/1.

²⁸² Vale destacar que durante a campanha para as eleições de 1945, muitos candidatos, com exceção daqueles que concorriam à presidência, se apresentavam como políticos voltados ao combate ao comunismo.

²⁸³ Trecho do discurso de Adolf Berle. Ver na íntegra em: HILTON, 1987.

Mesmo que indiretamente, ele criticou os quemistas, sobretudo aqueles que queriam Vargas com ou sem democracia. Em seguida, é possível observar um grande exercício de argumentação a fim de justificar a necessidade de cumprimento do AI-9. O embaixador procurou reforçar o argumento de que a Constituinte não estaria sob risco caso fosse convocada apenas após as eleições. Assim que tomaram conhecimento do conteúdo do discurso, o PCB e Vargas o definiram como um sinal evidente de interferência estrangeira na política brasileira. Em um pronunciamento realizado no Rio Grande do Sul, Prestes afirmou que “O sr. Adolf Berle toma atitude de conselheiro em questões políticas de nossa terra. Mas nós é que resolveremos as nossas questões. Na guerra pela liberdade de todos os povos, nos campos de batalha italianos, também conquistamos o direito de auto-determinação”²⁸⁴. Adotando uma linha de interpretação semelhante, diversos pesquisadores entendem aquela fala como uma tentativa de influenciar a disputa política nacional a favor das oposições (CARONE, 1976). É importante destacar que a adoção daquele posicionamento também tinha relação direta com o fato de os Estados Unidos terem intensificado naquele momento as ações para impedir o crescimento de partidos e a difusão das ideias comunistas na América Latina. A Segunda Guerra Mundial já havia acabado, mas a democratização em vigência no Brasil continuava sob os efeitos da conjuntura política internacional.

Como se não bastasse, eventos internacionais também contribuíram para que o conflito em torno da democratização chegasse ao seu ápice no final de 1945. Naquele mesmo momento, a Argentina vivia uma intensa crise política, marcada por reivindicações dos trabalhadores em busca da ampliação das recentes conquistas trabalhistas e por constantes conflitos em torno do controle do país. Após ter sido preso a mando dos responsáveis pelo golpe de Estado²⁸⁵, Perón foi solto graças à pressão exercida pela multidão que saiu às ruas exigindo sua liberdade. Uma vez livre, ele prometeu que conduziria a Argentina às eleições presidenciais, que estavam pendentes. Com efeito, a realidade do país vizinho ampliou o temor dos militares brasileiros e das oposições liberais quanto a possibilidade de Vargas tentar um autogolpe ancorado no apoio que recebia das massas (SKIDOMORE, 1969; WEFFORT, 1973; CORSI, 1996, p. 34). Temiam não apenas a sua perpetuação no poder, mas também que uma onda grevista tomasse conta do país. Quer dizer, eles tinham o receio de que a ação dos trabalhadores pudesse sair do controle do próprio ditador que recebia o suporte deles, vide o desconforto gerado pelo pequeno

²⁸⁴ Discurso realizado por Prestes no Rio Grande do Sul, Manifestação pela Constituinte, 1º out. 1945.

²⁸⁵ Vale destacar que, além da Argentina, a Venezuela também passava naquele momento por uma crise política atrelada à democratização, a qual também resultou em um golpe de Estado.

surto grevista ocorrido em maio de 1945²⁸⁶. Não à toa, Octávio Mangabeira, um dos principais líderes udenistas, chegou a afirmar que no Brasil não iria ocorrer uma “Peronada”.

Além do posicionamento ambíguo do ditador frente às reivindicações pela antecipação da Constituinte, das notícias que vinham do país vizinho e dos sinais de que os Estados Unidos também defendiam o cumprimento do AI-9, a carência que os udenistas tinham de bases sociais também contribuiu para a consolidação da trama golpista articulada pelas oposições liberais e as Forças Armadas – trama essa que havia surgido anos antes, mais precisamente em dezembro de 1943, durante os encontros que resultaram na “Carta aos brasileiros”, escrita por Armando Salles de Oliveira (BENEVIDES, 1981, p. 37). Embora fosse visto como favorito nas eleições presidenciais, a campanha articulada pelos liberais em torno de Eduardo Gomes não conquistou amplo apoio popular. Conforme destacado anteriormente, quemistas e pecebistas levavam mais pessoas às ruas, fora as outras maneiras adotadas pelo PCB para aproximar os trabalhadores da democratização. Nesse contexto, liberais e militares intensificaram processo de reaproximação e estabeleceram novos compromissos, superando, assim, os desentendimentos ocorridos ao longo dos primeiros anos de vigência do Estado Novo, sobretudo em virtude da sustentação que as Forças Armadas ofereciam ao projeto de nação varguista e à ditadura por ele imposta. Atento a essa questão, Corsi (1996, p. 35) defende que o crescente envolvimento dos trabalhadores com a democratização foi decisivo para “reunificar as classes dominantes divididas entre diferentes projetos de democratização e desenvolvimento [...]. Frente a um acirramento da luta de classes, as classes dominantes tendiam a se reunificar e deixar momentaneamente em segundo plano as disputas em torno dos rumos da economia e garantir a transição pelo alto, tão característica da história do Brasil”. Vale lembrar que esse projeto para tirar Vargas do poder não era necessariamente oculto aos olhos da sociedade. Desde o lançamento da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, os udenistas solicitavam publicamente a “intervenção saneadora” dos militares, a fim de passar o controle da democratização para as mãos do Poder Judiciário. Proposta essa que não chega a surpreender, uma vez que “tanto o liberalismo quanto o autoritarismo são formas de pensamentos possíveis de serem formulados pela ideologia burguesa, como duas faces da mesma moeda...” (NEDER, 1979, p.8).

Fatores do âmbito econômico também foram decisivos para o fortalecimento da trama golpista. Ao longo da democratização as oposições liberais, valendo-se do contexto de maior

²⁸⁶ Para mais informações sobre as greves de 1945, ver MARANHÃO, 1979, p. 42.

liberdade, intensificaram as críticas às interferências do Estado na economia, algo recorrente durante a Era Vargas. A imposição de uma lei antitruste em meio à transição para a democracia praticamente selou a ruptura entre o governo e as classes burguesas empresário-industriais. De acordo com Vianna (1976, p. 255), eles já haviam anunciado o rompimento do pacto corporativo que até então os unira a Vargas no início daquele ano, vide o boicote à visita do presidente ao estado de São Paulo. Nesse movimento, a burguesia nacional tornou-se uma grande fiadora do golpe. Além disso, em sua pesquisa, Corsi (1996, p. 35) defende que interferência exercida pelos EUA na dinâmica política brasileira também tinha relação direta com a agenda econômica nacionalista desenvolvida por Vargas: “não interessava aos EUA um país em sua esfera de influência, cujo governo pretendesse implementar uma política industrializante e de cunho nacionalista, mesmo que tivesse muito mais funções internas do que hostilizar o capital estrangeiro, aliás, muito bem-vindo e considerado importante para o seu desenvolvimento”. A identificação da existência dessa motivação de ordem econômica por trás da trama golpista é de suma importância, pois ela reforça a leitura de que a democratização também estava vinculada a antigos conflitos da cena política brasileira e não necessariamente apenas a divergências relacionadas à democracia que deveria ser estabelecida no país.

À medida que cresciam as reivindicações das oposições liberais pela intervenção militar no processo de transição para a democracia, os pecebistas reforçavam a denúncia de que elas faziam parte de uma trama golpista. Ou seja, circulavam alertas e boatos de golpe em ambos os lados. Prestes acusou diversas vezes aqueles que pressionavam pela saída do presidente de só estarem adotando esse posicionamento porque temiam a ampla liberdade que ele estava concedendo à atividade política dos trabalhadores. Indo além, disse que aqueles mesmos grupos não se opuseram a Vargas quando ele impôs a ditadura do Estado Novo ou quando se aproximou dos fascistas. O líder do PCB concluía, assim, que os opositores da União Nacional proposta pelos comunistas eram historicamente conhecidos por temer os momentos em que o povo ia para a rua. Naquele momento, a UDN e o brigadeiro Eduardo Gomes foram alvos mais constantes das acusações feitas pelo PCB do que as Forças Armadas. Durante as semanas que antecederam o golpe os pecebistas adotaram a estratégia de exaltar os valores democráticos dos militares, demonstrando que acreditavam na possibilidade de reverter o envolvimento deles com a trama golpista. Nesse movimento, a partir da segunda quinzena de setembro, o jornal Tribuna Popular trouxe praticamente todos os dias uma reportagem de capa com o relato de um militar descrevendo o seu apoio à luta pela Constituinte e contra a rearticulação dos integralistas.

Ao mesmo tempo que denunciavam a existência de tramas golpistas contra o que definiam como os interesses dos trabalhadores, os pecebistas faziam questão de enfatizar que estariam juntos com Vargas diante de eventuais tentativas de tirá-lo do poder à força: “o Partido Comunista está, realmente, decidido a defender o governo contra quaisquer perturbações”²⁸⁷. Diziam, inclusive, que os trabalhadores iriam resistir caso houvesse alguma tentativa de golpe. Desse modo, Prestes procurava convencer Vargas de que ainda era possível revogar o AI-9 e que ele poderia contar com o apoio popular, caso tomasse essa decisão. O mesmo posicionamento é identificado na fala feita pelo presidente do MUT em um evento de organização do Comício Sindical, convocado para o final daquele mês de outubro: “Os trabalhadores organizados em seus Sindicatos apoiarão o Governo contra qualquer tentativa de perturbação da ordem, parta ela de onde partir, e serão a muralha de defesa entre o Governo que quer atender o povo e aqueles que procuram impedir que o povo seja satisfeito em seus justos e patrióticos anseios [...]”²⁸⁸. Trata-se do momento ao longo de toda a democratização em que o PCB chegou mais próximo de romper com a linha política de ordem e tranquilidade. Contudo, o partido manteve-se fiel a ela mesmo após a proibição do “Comício dos Sindicatos”. Quando foram informados do cancelamento, os pecebistas se limitaram a afirmar que aquela era uma decisão dos inimigos da democracia. Para justificar a manutenção daquela diretriz, mesmo em um momento em que o conflito pelo controle da democratização estava no seu auge, o secretário-geral do PCB seguia alegando que a agitação favorecia apenas os setores que conspiravam contra o governo e a verdadeira democratização. Ele também apontava o caso argentino como exemplo, lembrando que lá os socialistas e comunistas estavam sendo enviados para a cadeia. Também não há indícios de que os trabalhadores tenham se revoltado contra o cancelamento das manifestações queremistas e pecebistas. O que se observa, até as vésperas do golpe, é que eles também se mantinham alinhados à diretriz de ordem e tranquilidade adotada pelos pecebistas.

Em meio ao clima de tensão que tomou conta da cena política nacional após o cancelamento das manifestações organizadas pela Frente Ampla, uma medida de Vargas foi encarada como a gota d’água para o desencadeamento da intervenção militar. Sem consultar os militares e outros integrantes do governo, ele alterou o comando da polícia do Distrito Federal, tirando do cargo o antigo líder tenentista João Alberto e colocando no seu lugar o próprio irmão, Benjamin Vargas, conhecido pela postura autoritária e pelos serviços prestados na instalação

²⁸⁷ Entrevista concedida ao Tribuna Popular, 22 out. 1945.

²⁸⁸ Tribuna Popular, 24 out. 1945, p. 8.

do Estado Novo. Vale lembrar que a polícia do Distrito Federal agia como força repressora dos movimentos que clamavam pela realização da Constituinte antes das eleições presidenciais. Em vista disso, a troca no posto de comando foi vista pelos udenistas e integrantes das Forças Armadas como uma forma de facilitar a manifestação do apoio que vinha das ruas, uma iniciativa para criar as condições necessárias à aplicação do autogolpe que tanto denunciavam. Conseqüentemente, no mesmo dia em que foi anunciada a substituição, tanques do Exército cercaram o Palácio do Catete exigindo a renúncia de Vargas. Naquele mesmo momento, os dois candidatos à presidência, o general Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, se encontravam no Ministério da Guerra, de onde o Góis Monteiro comandava a ação golpista. À frente daquela intervenção, o General já havia decidido que não havia a possibilidade de negociação. Frente à irreduzibilidade dos militares e a falta do suposto apoio que viria das ruas, Vargas não esboçou qualquer tipo de reação e acabou assinando um documento que comunicava a sua renúncia (NETO, 2013). Desse modo, restava apenas saber a quem seria transferido o poder após a sua saída. No final das contas, na disputa entre o “Queremos Vargas”, “Convocação da Constituinte no menor tempo possível” e “Todo poder ao Judiciário”, a terceira reivindicação saiu vitoriosa. O ministro José Linhares, presidente do Superior Tribunal Federal, assumiu a presidência com a incumbência de garantir a realização das eleições presidenciais.

É importante destacar que, no dia do golpe, 400 integrantes do PCB foram presos em São Paulo²⁸⁹. A sede do partido no Distrito Federal foi invadida, teve materiais roubados e depois manteve-se fechada por alguns dias por determinação da polícia²⁹⁰. Ou seja, Vargas e o palácio presidencial não foram os únicos alvos da ação golpista. Os pecebistas, por sua vez, não efetivaram a resistência que vinham anunciado²⁹¹. Eles se limitaram a publicar em seus jornais uma nota do Comitê Central que denunciava o fechamento de sindicatos e jornais, responsabilizava os candidatos militares por aquele ato e afirmava que o Golpe Militar não havia sido necessariamente apenas contra Vargas, mas contra o partido deles e, por extensão, contra o povo e a democracia. Essa leitura foi reforçada por Prestes poucos dias depois em um comício na cidade do Recife:

²⁸⁹ Tribuna Popular, 4 nov. 1945.

²⁹⁰ Posteriormente, o fechamento temporário do PCB foi justificado pelos militares em virtude das falas feitas pelas lideranças pecebistas uma semana antes do golpe, nas quais eles disseram que fariam o que fosse necessário para defender o governo Vargas.

²⁹¹ O único sinal de resistência ao golpe foi a iniciativa de greve ocorrida na Light, possivelmente articulada por Marcondes Filho, ministro do Trabalho do Estado Novo, com o intuito de desencadear uma greve geral no país. Também há relatos de tentativa de paralisação no transporte público do Distrito Federal, a qual também não foi para a frente.

O golpe de 29 de outubro, companheiros, foi profunda e eminentemente um golpe reacionário. Dirigido aparentemente contra o Sr. Getúlio Vargas, o golpe de 29 de outubro foi dirigido principalmente, fundamentalmente, contra o povo, contra as organizações do povo e contra o Partido do proletariado. Os senhores da reação, fazendo uso das armas compradas com o dinheiro do povo, lançaram essas armas contra o povo. E pretendiam um banho de sangue que justificasse uma nova ditadura, uma ditadura miliar e o esmagamento operário.²⁹²

Também chama a atenção o fato de os comunistas terem se mobilizado para conter a única greve que eclodiu naquele momento como reação ao golpe. Mesmo sob ataques, eles mantiveram o posicionamento a favor da ordem e contrário às greves. A falta de reação do PCB diante da ação golpista diz muito sobre o quanto o partido dependia de Vargas para efetivar o seu projeto de democratização. Os pecebistas não tinham força suficiente para disputarem sozinhos o controle da transição para a democracia; não à toa, a proposta de aliança nunca foi desfeita. O caráter incipiente da Frente Ampla e todo o aparato repressor utilizado contra ela também restringia as possibilidades de resistência dos pecebistas. De tal modo, quando o próprio Vargas resolveu não reagir à intervenção militar, eles se viram sem condições de fazer frente aos setores golpistas.

Assim como procuraram justificar as oposições liberais e os integrantes das Forças Armadas vinculados à realização do Golpe, é praticamente consenso entre os pesquisadores que a possibilidade de Vargas estar tramando uma nova intervenção na transição para a democracia, com o intuito de se perpetuar no poder, foi determinante para a sua queda. No entanto, os estudos vão além, ao destacarem que a decisão pela intervenção militar também estava diretamente relacionada ao fato de o ditador estar cada vez mais próximo dos trabalhadores, permitindo que tivessem uma atividade política incomum em sua história e incentivando-os a entrar em conflito com os representantes políticos da elite nacional, vide a maneira como o governo se portou frente o envolvimento do Sindicato da Construção Civil com a manifestação pró-Constituinte convocada pelos pecebistas para o dia 27 de outubro²⁹³. Os setores das forças conservadoras²⁹⁴ que ainda não haviam rompido com Vargas abandonaram o projeto de

²⁹² O Partido Comunista quer, precisa, deseja ser compreendido. Discurso proferido no Grande Comício “O Nordeste a Luiz Carlos Prestes”, no Parque 13 de Maio, no Recife. (26 nov. 1945). *In*: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

²⁹³ Parte do sindicato, contrária à participação, recorreu ao Ministério do Trabalho alegando que aquele envolvimento era incompatível com a legislação trabalhista e sindical, logo, irregular. No entanto, o ministro emitiu uma nota permitindo a presença, a partir do argumento de que a manifestação não tinha ligação necessária com um partido político, mas com os interesses do povo brasileiro.

²⁹⁴ Conforme destacado anteriormente, os projetos de nação e de democracia encabeçados por Vargas representavam os interesses de diversos setores da sociedade que integravam o bloco no poder durante o Estado

transição pelo alto que ele capitaneava e procuraram assumir por conta própria o controle da democratização justamente nesse momento de aproximação em relação aos trabalhadores urbanos. Essa interpretação começou a ganhar corpo no debate acadêmico já na obra pioneira de Weffort e até hoje é a linha de explicação mais utilizada. De acordo com ele: “aparecia pela primeira vez na história brasileira, o fantasma da ‘república sindicalista’ que deveria assustar os grupos da direita em todos os momentos de crise do período democrático” (WEFFORT, 1973, p. 87). Trata-se da mesma leitura que vigorava anos antes entre os próprios pecebistas, como pode ser identificado no depoimento de Leôncio Basbaum, importante integrante do PCB na época do golpe (1967, p. 145): “Assim, os fatos estão indicando quais foram os verdadeiros motivos do 29 de outubro: evitar que Getúlio continuasse marchando para a esquerda, ainda que somente desejasse apoiar-se nela e nas massas queremistas, e no PCB, para atingir seus próprios objetivos”. Seguindo a linha de raciocínio estabelecida por Weffort, Ianni (1974) afirma que a atuação política permitida aos trabalhadores foi decisiva para convencer os militares e os grupos da classe média que ainda estavam indecisos quanto a aderir à trama golpista. Adepto dessa análise, João Almino (1980, p. 63) conclui que

[...] foi principalmente contra este Vargas ‘ameaçador’ e não exatamente contra o Estado Novo que foi dirigido o golpe de Estado dos liberais, em outubro de 1945. Este golpe de Estado representou, neste sentido, a queda do ditador que, aos olhos dos liberais, ameaçava ser democrático e a ascensão dos liberais que, apesar de sua linguagem de cores dramáticas, mantiveram a estrutura legal corporativista do Estado Novo durante o governo provisório de 29 de outubro de 1945 a 31 de janeiro de 1946.

Quer dizer, o incômodo gerado pela aproximação em relação aos trabalhadores era maior do que aquele decorrente do aspecto ditatorial do Estado Novo²⁹⁵. Maria Benevides (1981, p. 53) ainda apresenta um complemento importante a essa reflexão ao indicar a existência de um desconforto também em relação à reorganização institucional que Vargas ensaiava realizar, sobretudo quanto à participação política que seria permitida aos trabalhadores e à atribuição de maiores poderes ao Estado.

Embora estejam corretas, essas análises do Golpe ainda estão muito centradas nas ações de Vargas e no entendimento de que ele tinha um amplo domínio sobre a ação dos trabalhadores

Novo, entre eles: setores da burguesia industrial defensores de uma política econômica intervencionista, oligarquias agrárias de diversas regiões do país e os militares. Era justamente por compor o bloco no poder que esses setores agiam como forças conservadoras daquela ordem, buscando a preservação de seus privilégios e do controle que exerciam da cena política.

²⁹⁵ Essa constatação será retomada na terceira parte da tese, momento em que serão indicados e analisados os resquícios do regime ditatorial preservados na última etapa da democratização.

urbanos e dos pecebistas, o que limita a compreensão do evento como um todo. Em boa parte delas, os trabalhadores não aparecerem como sujeitos políticos com vontade própria ou com a capacidade plena de exercer seus direitos políticos, mas como instrumento de manipulação utilizado pelo ditador para se perpetuar no poder – visão muito próxima à que as oposições liberais possuíam na época. O professor Octávio Ianni (1974) chegou a apontar a possibilidade de efetivação de uma atuação autônoma dos trabalhadores e o fato de ela também ter contribuído para a efetivação da intervenção militar. Segundo ele, além do receio em relação à possibilidade de um autogolpe vir do Poder Executivo sustentado pelo apoio das massas, os grupos e classes sociais que integravam a oposição ao governo também temiam uma possível radicalização das classes assalariadas “que participavam do pacto populista”. Desenvolvendo o mesmo raciocínio, Almino (1980, p. 48) sustenta que o desconforto se tornou insustentável quando eles passaram a acreditar que o ditador não seria mais capaz de conter a atividade política dos trabalhadores, ainda mais aquela atrelada ao trabalho. Trata-se de um desdobramento do entendimento de que:

Nas épocas críticas, os elementos burgueses do populismo não admitem a continuidade da política de massas. É que nessas ocasiões a politização das massas operárias desenvolve-se de modo intenso e generalizado. Eles rompem com a sua condição de massa de manobra e conquistam as dimensões de classe política. Ao lado da organização política cada vez mais vigorosa, quando as confederações operárias assumem preeminência no cenário nacional, ocorre uma conscientização repentina sobre o que são as faces obscuras do poder populista (IANNI, 1974, p. 100).

Contudo, essas interpretações ainda partem da ideia de que existia um pacto populista, que vinculava estreitamente os trabalhadores ao presidente, e, conseqüentemente, de que a autonomia deles era apenas uma possibilidade. Conseqüentemente, elas também não identificam os próprios interesses que os trabalhadores atrelavam à democratização. Além disso, o uso do adjetivo “repentina” revela que o autor desconsidera os limites impostos pela ditadura à atividade política dos trabalhadores bem como a atividade de formação desenvolvido pelo PCB após o decreto de Anistia, responsabilizando em alguns momentos os próprios trabalhadores pela falta de desenvolvimento de sua politização. De tal modo, essa linha de interpretação deixa de identificar a influência que a atuação dos trabalhadores e pecebistas exerceu sobre o desenrolar da trama golpista e, conseqüentemente, sobre o processo de formação do regime democrático que vigorou durante a República de 46.

Considerando o limite dessas análises, a obra de Luís Werneck Vianna (1976) destaca-se em meio reflexões desenvolvidas sobre o Golpe de 1945 justamente por considerar as motivações e a atuação dos trabalhadores para além do apoio que manifestavam a Vargas, identificando, assim, a autonomia política deles. De acordo com o autor, o incômodo dos liberais e dos integrantes das Forças Armadas não se resumia à possibilidade de o ditador manipular as “massas” a seu favor, estando ligado, também, à possibilidade de ingresso definitivo dos trabalhadores na cena política brasileira (1976, p. 117):

abrir o sistema político sem se dispor de um novo marco de integração efetivo, que agora, aliás, só poderia ser expresso pelo capital industrial, implicava em expor as classes dominantes como um conjunto às fortes pressões que viriam de ‘baixo’ e àquelas, também fortes, decorrentes de seu próprio litígio. De qualquer forma, do ponto de vista dos atores políticos que dirigiam o Estado, significava a impossibilidade de um poder estável.

Eles se incomodavam com a democracia e a amplitude de democratização que os “os de baixo” almejavam. Vale lembrar que esse ingresso já havia sido restringido no decorrer da Revolução de 30 (FAUSTO, 1972) e posteriormente impossibilitado pela instauração da ditadura do Estado Novo, o que evidencia a relação da democratização com as crises políticas que a antecederam. Em vista disso, a ideia era impedir o fortalecimento político dos trabalhadores, como acontecia naquele momento na Argentina. É ao identificar esse aspecto do golpe que Vianna (1976, p. 253) chega à conclusão de que: “O 29 de outubro significava que as classes econômica e socialmente dominantes não admitiam a interferência dos ‘de baixo’, na concepção do plano geral do sistema de ordem”.

Ampliando esse raciocínio, é possível concluir que o golpe de Estado também foi realizado para impedir o crescente envolvimento dos trabalhadores com a democratização, e não apenas as intenções continuístas de Vargas. Isto é, não foi uma coincidência o fato de trama golpista existente há mais de três anos ter sido colocada em prática assim que surgiu a possibilidade de a transição para a democracia não ficar restrita ao estabelecimento de acordos entre as elites. Além dos motivos anteriormente apresentados, a intervenção militar procurou impedir que a transição para a democracia ocorresse de baixo para cima, por um caminho diferente daquele previsto pelas elites. Desse modo, o golpe foi a comprovação de que a atuação política autônoma dos trabalhadores não seria tolerada pelos integrantes do bloco no poder, de que não seria permitido que a formação do regime democrático fosse pautada pelas ruas, pelos trabalhadores, mas sim pelos militares, por membros da burguesia nacional e representantes da

Igreja e das oposições liberais, ou seja, por aqueles que haviam integrado e apoiado a ação golpista. Vale destacar que, conforme será exposto na terceira parte desta tese, o golpe de Estado não foi a única ação realizada com o intuito de restringir o envolvimento dos trabalhadores urbanos com aquele processo. A transição para a democracia entrou, naquele momento, em um estágio crescente de repressão à atividade política dos trabalhadores e de restrição da participação ativa e autônoma da sociedade civil na formação do regime democrático que passaria a vigorar no Brasil.

À medida que o golpe procurou impedir que a democratização ocorresse de baixo para cima, pautada pelos trabalhadores, ele também tinha a intenção evitar a constituição de um determinado tipo de democracia. Uma democracia que garantiria autonomia e possibilitaria uma participação política ampla da sociedade civil, sobretudo dos trabalhadores urbanos, que poderia ser pautada pelas ruas, movimentos sociais e sindicatos, e não apenas por partidos políticos e pelas instituições que a constituem. Ou seja, uma democracia que não interessava nem às oposições liberais nem às forças conservadoras. De tal modo, o Golpe de 1945 é um importante marco dos limites que começaram a ser impostas à democracia que vigorou no Brasil durante a República de 46. Como bem apontam Décio Saes (1986) e Gilberto Calil (2001, P. 91), a intervenção militar foi realizada com o intuito de barrar o aprofundamento da democratização e não apenas para tirar Vargas do poder. Logo, a leitura feita pelo próprio Vargas anos depois da sua queda – e aceita por alguns pesquisadores (ALMINO, 1980, p. 64; CORSI, 1996, p. 29) –, de que a democracia não havia sido um elemento central na trama que resultou no golpe, não é correta.

Tendo em vista a articulação para restringir o ingresso dos trabalhadores na cena política percebe-se que o Golpe de Estado tinha como objetivo resguardar o poder e os privilégios dos setores que regiam o Estado de Compromisso. A difusão da proposta de atribuir aos trabalhadores o papel de força dirigente da democratização colocava em risco a estrutura política que dava o tom da política nacional desde 1930, haja vista que ela se caracterizava justamente pela exclusão daquele setor da sociedade. Com efeito, tanto a burguesia industrial quanto as oligarquias agrárias, incapazes de constituir sua própria hegemonia, continuaram se associando para resguardar o Estado de Compromisso, o que garantia a preservação de seus privilégios econômicos e políticos. Como bem aponta Ianni (1968, p. 8), “O golpe de Estado, na grande maioria dos casos, é uma reação contra as soluções revolucionárias ou reformistas, em andamento ou projetadas. Por isso envolve a restauração e o endurecimento de estruturas arcaicas. Isto é, golpe de Estado sempre inaugura um estilo de poder autoritário e implica

cristalização da estrutura de apropriação”. Nesse caso, é interessante notar que a preservação do Estado de Compromisso não dependia mais da manutenção de Vargas na presidência, mas, sim, de sua exclusão, dada a aproximação junto aos trabalhadores. Caiu o gestor do Estado de Compromisso, mas os setores da sociedade que o regiam continuavam os mesmos. O Golpe de 1945 foi, portanto, um ato de conservação, que se iniciava naquele momento e que ainda teria novos desdobramentos, conforme será analisado na terceira parte desta tese.

O movimento de conservação por trás do golpe revela os traços de continuísmo que eram impostos à democratização, consequência essa que é muito bem sintetizada pela professora Ângela de Castro Gomes (1988, p. 288): “Nada especificamente, senão todo o processo político recendendo a continuísmo, conduziu ao 29 de outubro. Getúlio, mais que o Estado Novo, estava saindo do poder”. Portanto, diferente do que propõem Vianna (1976, p. 254) e Almino (1980), o Golpe de Estado, que havia contado com o apoio decisivo dos udenistas, não representou a vitória de um “pacto liberal”, a passagem do controle da democratização para as mãos da oposição liberal. Trata-se, na realidade, de um pacto conservador pela manutenção dos privilégios dos integrantes do bloco no poder e pela exclusão dos trabalhadores da cena política. Nesse caso, é importante considerar que “no acordo conjuntural feito por estas várias forças sociais (UDN, Forças Armadas, governo norte-americano, frações anti-varguistas das classes dominantes) para derrubar Vargas a 29 de outubro, já estavam embutidos, em embrião, os ‘compromissos’ e ‘coalizões’ que caracterizam o governo Dutra, bem com o as diretrizes fundamentais que norteariam a ação desse governo, principalmente na sua fase inicial” (2002, p. 82). Ou seja, o estabelecimento daquele acordo já evidenciava a ascensão das forças conservadoras ao controle da transição para a democracia.

A identificação dos fatores que motivaram a realização do golpe evidencia a influência que a mobilização promovida pela Frente Ampla exerceu sobre a decisão intervencionista tomada pelos militares e pelas oposições liberais e, conseqüentemente, sobre a própria democratização. A identificação dessa relação está presente em uma das primeiras obras acadêmicas a abordar o Golpe de 1945, na detalhada pesquisa feita por Carone (1976, p. 337): “as ações paralelas dos queremistas e dos comunistas, cada um com um objetivo diferente, mas com estratégias semelhantes, levam os grupos oligarco-burgueses oposicionistas a se inquietarem e a responderem os ataques”²⁹⁶. Mas, ela não foi desenvolvida pelo autor ou

²⁹⁶ Apesar de não ter aprofundado essa reflexão, Carone identifica a autonomia tanto de queremistas quanto de pecebistas no movimento de aproximação ocorrido entre eles, destacando inclusive que possuíam diferentes objetivos com a aproximação. Em vista disso, é possível afirmar que Carone não compactua com as leituras de

incorporada por outros pesquisadores envolvidos neste debate. Queremistas e pecebistas estavam promovendo uma mobilização política em torno da democratização dentro de uma esfera que não era aceita pela elite nacional, que sempre buscava restringir a atividade política ao âmbito dos partidos e das instituições que compõem o regime democrático. Não à toa, para os setores envolvidos com a trama golpista, a mobilização incentivada pela Frente Ampla era um sinal de desordem, de que a ação dos trabalhadores estava realmente saindo do controle de Vargas. Quando se vai além do discurso padronizado adotado pelos ministros das três armas nos dias que sucederam o golpe de Estado, chega-se mais próximo dessa constatação. O general Mario Ari Pires, comandante da 5ª Região Militar, fez um comunicado para a imprensa apenas dois dias após a intervenção, no qual afirmou: “que esteve sempre acompanhando os acontecimentos e que reafirmara a solidariedade da 5ª Região Militar aos altos chefes militares, no sentido de reagir contra os queremistas, comunistas, que pretendiam modificar o processo de retorno do país ao regime legal”²⁹⁷. A constatação dessa relação existente entre o golpe e a atuação da Frente Ampla é de suma importância, uma vez que ela indica a imprecisão da leitura de que “as influências decisivas neste momento inicial da democracia brasileira que vai de abril a outubro de 1945, couberam certamente a Vargas e à oposição liberal agrupada na UDN” (WEFFORT, 1973, p. 76).

Por extensão, também é possível constatar a existência de uma relação direta entre o golpe e a atuação do PCB no segundo semestre de 1945. As atividades realizadas pelo partido com o intuito de “organizar o povo para a democracia” e, assim, garantir que os trabalhadores pudessem se tornar a força dirigente da transição para a democracia foram decisivas para o crescimento do envolvimento da sociedade civil com a democratização. Ao estimular o ingresso dos trabalhadores na cena política, os comunistas também contribuíam para reforçar a crise de hegemonia existente no país e, conseqüentemente, para colocar sob risco a vigência do Estado de Compromisso. Portanto, diferentemente do que defende Weffort (1973, p. 76), o PCB também foi uma influência decisiva durante o que ele define como momento de “conformação inicial da democracia”, um elemento determinante para que as forças conservadoras optassem pelo golpe de Estado. Contudo, é necessário tomar cuidado para não construir uma leitura equivocada de que esse fora o principal elemento para a realização da intervenção militar. Conforme vem sendo destacado, por mais que os integrantes do bloco no poder tivessem um

que o PCB havia aderido ao Queremismo. Por outro lado, apesar de identificar a independência dos comunistas frente os queremistas, ele comete o mesmo equívoco de outros autores ao creditar aos membros do Queremismo a formulação da proposta pela antecipação da Constituinte.

²⁹⁷ Correio da Manhã, 1º nov. 1945, p. 5.

incômodo específico em relação aos comunistas, eles ainda o enxergavam como uma força submissa a Vargas. De qualquer forma, mesmo não existindo elementos suficientes para comprovar que o principal motivo por trás do golpe era impedir a transição para a democracia almejada pelos pecebistas, é inegável o quanto a intervenção militar praticamente impossibilitou a sua realização. Os militares não iriam permitir que os trabalhadores adquirissem a condição de força dirigente, conforme estabelecia o projeto de democratização do PCB. Conseqüentemente, conforme será exposto no próximo capítulo, após a queda de Vargas os comunistas se viram cada vez mais distantes da possibilidade de efetivar a democracia que almejavam.

A identificação dos fatores que motivaram a realização do Golpe de 1945, bem como dos atores responsáveis pela efetivação da trama golpista articulada desde 1943, tornam evidente o caráter civil-militar daquele evento. Além da articulação promovida pelos integrantes das oposições liberais na organização do golpe, a rápida aprovação que a intervenção militar recebeu da burguesia industrial evidencia a relevância dos civis naquele processo. Em um comunicado realizado apenas um dia após a queda de Vargas, João Daudt de Oliveira²⁹⁸, falando em nome da Federação das Associações Comerciais, revelou o balanço positivo que eles faziam daquele acontecimento:

“Saímos de uma vigília cívica, em que mais uma vez coube às Forças Armadas, o papel decisivo de garantir ao povo a lei, a ordem e a tranquilidade. Alheias a partidos, e sem outra política senão a das atividades econômicas, as classes produtoras são, entretanto, parcela integrante da coletividade em que vivem e com ela vibram nos seus sentimentos e anseios. Não podemos calar, em consequência, os sentimentos de apreço, de reconhecimento e de confiança com que o país acompanha a ação dos seus soldados de terra, mar e ar, tendente a restaurar o Brasil na normalidade legal e democrática.”²⁹⁹

Percebe-se, portanto, que entre associar-se aos trabalhadores na composição de uma frente ampla em nome da realização da modernização do capitalismo nacional proposta pelos PCB ou manter em vigência a estrutura do Estado de Compromisso, a burguesia nacional optou pela segunda opção. Escolha essa que os pecebistas tiveram grande dificuldade para compreender, mesmo após o Golpe Civil-Militar de 1945.

²⁹⁸ Naquele momento, João Daudt de Oliveira ocupava a presidência da Federação das Associações Comerciais do Brasil. Ele também fazia parte da direção provisória da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

²⁹⁹ Diário Carioca, 1º nov. 1945, p. 3.

Apesar da relevância dos civis, os militares foram o fiel da balança na execução do golpe. Sem o apoio necessário das ruas, os udenistas dependiam deles para conseguir derrubar o ditador. Vale lembrar que o próprio Vargas só se manteve no poder enquanto recebeu o apoio das Forças Armadas. Como bem aponta João Almino (1980, p. 70),

em todo o período que vai da instauração do Estado Novo ao seu final e à organização do novo regime político são, inclusive, as mesmas pessoas que estão em cena. Militares como Dutra e o General Góis percorrem todo o período, articulando o Golpe que instala a ditadura (1937) ou o que a derruba (1945), mantendo o regime ditatorial contra as ameaças liberais, ou mantendo o regime dito liberal contra as supostas ameaças totalitárias.

Em vista disso, os militares não podem ser vistos como meros executores do projeto de democratização defendido pelas oposições liberais. Embora não tivessem a pretensão de assumir individualmente a condução da transição para a democracia, as Forças Armadas não se privaram de atuar para impor os limites que julgavam pertinentes ao regime democrático que passaria a vigorar no país. Agiram como de costume, sempre distantes do diálogo com a sociedade civil e indicando os limites a partir do autoritarismo que lhes é característico. Quer dizer, o fato de os militares não terem apresentado publicamente o seu projeto de democracia e de se privarem da disputa direta com as outras propostas em vigência não significa que eles não possuíam um. Assim, diante do fortalecimento das ações promovidas pela Frente Ampla, os militares exerceram o papel de força conservadora da ordem que pretendiam perpetuar e dos privilégios que queriam preservar. É o que se pode observar no pronunciamento feito pelo general Góis Monteiro, líder da intervenção golpista, na cerimônia de posse do presidente interino José Linhares: “A atitude das Forças Armadas foi uma atitude patriótica e, nós todos estamos convictos de que prestamos o serviço que a Nação de nós exigia. É absolutamente indispensável que reine a ordem. O governo não estava mais em condições de manter essa ordem. Foi uma reação natural e espontânea para pôr fim a esse estado de coisas”³⁰⁰. Consequentemente, graças ao protagonismo militar na execução do golpe, outras forças conservadoras também ganharam relevância na condução da transição para a democracia.

³⁰⁰ Correio da Manhã, 30 out. 1945, p. 1.

Parte 3. A democratização sob controle das forças conservadoras (jan. 1946 a mai. 1947)

Conforme haviam decidido os militares responsáveis pelo golpe de Estado, o presidente do STF, José Linhares³⁰¹, assumiu interinamente o comando do país, a fim de garantir a realização das eleições presidenciais. Durante esse período, não houve registros de enfrentamentos no âmbito da sociedade civil. Queremistas e pecebistas pararam de mobilizar suas bases para reivindicar a antecipação da Constituinte e voltaram suas atenções para o processo eleitoral, articulando-se em torno de diferentes partidos. Também não há indícios de que o aparelho estatal tenha sido utilizado antes das eleições para reprimir a atividade política deles ou a dos trabalhadores em seus sindicatos. Apesar da especificidade da missão atribuída a Linhares e do pouco tempo em que ocupou a presidência, ele tomou algumas decisões que tinham relação direta com as disputas que pautavam a transição para a democracia. Provavelmente a mais aguardada delas foi a confirmação de que o Parlamento eleito teria poderes constituintes, independente de quem saísse vitorioso nas urnas. Àquela altura, essa medida era consenso entre todas as forças políticas que disputavam o controle da democratização. Paralelamente, o mandatário interino estabeleceu outras medidas que evidenciam o seu alinhamento com as oposições liberais. Além de anular o último decreto-lei estabelecido por Vargas, o de número 8.063, que previa a antecipação das eleições estaduais e

³⁰¹ José Linhares foi escolhido por Vargas para compor o Poder Judiciário logo no início do Estado Novo. Em 1945, assumiu a presidência do STF e coordenou a criação do TSE.

municipais, Linhares também determinou a revogação da Lei Malaia³⁰². Sem Vargas no poder, outras forças políticas passaram a ter maior poder de influência sobre a formação do regime democrático que passaria a vigorar no Brasil. Iniciava-se, assim, a terceira fase da democratização.

Apesar de ter se autodefinido como um dos alvos do golpe de Estado e responsabilizado os candidatos militares pela sua realização, conforme descrito no capítulo anterior, o PCB manifestou o seu apoio ao presidente interino³⁰³. De acordo com os próprios comunistas, a decisão foi tomada com o intuito de garantir a realização das eleições e a convocação da Assembleia Constituinte (RODRIGUES, 2007, p. 488), além de visar a consolidação das conquistas democráticas do ano de 1945. Ela também tinha relação direta com o objetivo de construir a imagem de que eram os grandes defensores da ordem e, por extensão, de que estavam qualificados para participar da democratização. Foi sustentando esse posicionamento, que menos de um mês da eleição os pecebistas apresentaram seu candidato à presidência, o engenheiro e ex-prefeito de Petrópolis, Iedo Fiúza. A escolha por um nome que não possuía um histórico atrelado ao Partido Comunista foi definida como a comprovação de que eles continuavam defendendo a proposta de um candidato único que representasse a União Nacional e o compromisso com o desenvolvimento do país. Os pecebistas mantinham-se, desse modo, fiéis às diretrizes da colaboração e de ordem e tranquilidade mesmo após o Golpe de 1945 (WEFFORT, 1973; CARONE, 1976).

Foi nesse contexto que, após um mês de governo interino e mais de quinze anos desde as últimas eleições presidenciais, os brasileiros foram às urnas para eleger o novo comandante do Poder Executivo. Trata-se da primeira vez que as mulheres puderam participar dessa escolha. Também foi a primeira vez, desde a Proclamação da República, que o sufrágio ocorreu sem grandes indícios de fraude. Contrariando as previsões, o general Dutra saiu vencedor, apesar da campanha eleitoral pouco contagiante. O apoio formal declarado por Vargas poucos dias antes do pleito, a utilização da máquina estatal e a colaboração recebida das elites locais, outrora vinculadas ao Estado Novo, foram decisivos para que o ex-Ministro da Guerra obtivesse o resultado favorável. A decisão pelo apoio indica que o ex-presidente continuava comprometido com as forças conservadoras, que não haviam sido destronadas pelo Golpe de 45, além de

³⁰² Na realidade, ela nunca chegou a vigorar, o que evidencia o enfraquecimento político de Vargas na reta final do Estado Novo.

³⁰³ Foi publicado na Tribuna Popular, em 4 de novembro de 1945, ou seja, uma semana após o golpe, o manifesto do PCB a suas bases com essas orientações.

confirmar, conforme indicado anteriormente, que não chegou a se constituir uma aliança entre ele e o PCB, ou entre ele e os trabalhadores durante a transição para a democracia. Quer dizer, mesmo após ter sido obrigado a abandonar a presidência, Vargas seguiu comprometido com o próprio projeto de democratização. Assim como Dutra, o Partido Social Democrático, criado, a partir das orientações de Vargas, com o objetivo de articular as elites locais outrora ligadas à ditadura estadonovista, pode ser considerado o grande vencedor daquelas eleições. Além de ser a legenda do novo presidente, o PSD assumiu a condição de maioria, tanto no Senado quanto na Câmara de Deputados. Os pecebistas também obtiveram resultados positivos. Iedo Fiúza foi escolhido por 600 mil eleitores, cerca de 10% dos votos válidos. O partido ainda conseguiu eleger 15 deputados federais e Prestes como senador. Por mais que não estivessem entre as maiores bancadas, aquele número já era suficiente para potencializar as amplas expectativas que eles nutriam em relação à Constituinte. Vale, ainda, destacar que, fora o número expressivo de votos recebidos, o PCB chegou a contar com cerca de 180 mil filiados no início de 1946, tornando-se o maior partido comunista da América Latina³⁰⁴.

Com a consumação das eleições presidenciais, a confirmação de que o Parlamento eleito teria poderes Constituintes e o afastamento de Vargas da cena política, surgiu novamente a expectativa de que o tom conflituoso que vinha marcando a transição para a democracia, desde o seu início, chegasse ao fim. No entanto, na última semana de 1945 eclodiu uma greve dos trabalhadores do setor de energia e carris urbanos da Light, a qual veio a se tornar o estopim para a formação de uma onda de greves espalhada pelo país (WEFFORT, 1973; MARANHÃO, 1979; ALEM, 1981; COSTA, 1995). Incomodados com a falta de pagamento do abono de Natal³⁰⁵, os empregados da empresa canadense resolveram paralisar os trabalhos sem consultar o seu sindicato ou as lideranças comunistas existentes entre os trabalhadores. Apesar de ter sido rapidamente contida, sendo condenada inclusive pelo PCB, essa greve foi determinante para a

³⁰⁴ O crescimento do PCB durante a transição para a democracia já foi objeto de análise de inúmeros pesquisadores: BASBAUM (1967), VINHAS (1982); SEGATTO (2003); OLIVEIRA (2002); entre outros. Apesar da falta de precisão dos números apresentados, é inegável o grande crescimento do número de filiados ao partido naquele período. Além da análise quantitativa, os pesquisadores fazem uma crítica ao aspecto qualitativo dessas filiações, questionando o quanto os novos membros estavam de fato alinhados com as ideias e diretrizes comunistas. São inúmeros os relatos da maneira precária como eram registradas as adesões dos novos integrantes. Essa crítica também era feita pelos próprios pecebistas, vide o informe político “O PCB na luta pela paz e pela democracia”, lançado pelo partido no início de 1946. Aspecto qualitativo, vale ressaltar, que também não era encontrado nos militantes e filiados dos outros partidos políticos brasileiros.

³⁰⁵ “A gratificação de fim de ano era uma instituição antiga, de cunho paternalista, voluntária e não regulamentada. Uma tradição sujeita a humores, patronais [...]” (ALEM, 1981, p. 118). Vale destacar que a decisão inicial da empresa em não pagar o abono estava amparada na revogação de um decreto lei realizada sob ordens do presidente Linhares (ALEM, 1981, p. 119).

constituição de um amplo movimento reivindicatório (MARANHÃO, 1979) que gerou reações em todo o sistema político nacional e, conseqüentemente, nos rumos da transição para a democracia.

Capítulo 5. A onda de greves e o partido que precisava se fazer entender

Logo no início de 1946, antes mesmo da posse de Dutra, uma onda de greves se formou no Brasil³⁰⁶. Ao menos 60 paralisações foram identificadas nos dois primeiros meses (WEFFORT, 1973, p. 89), interrompendo a produção em diferentes estados e mobilizando mais de vinte categorias diferentes, entre elas a dos metalúrgicos, têxteis, vidreiros, gráficos, ceramistas, ferroviários e doqueiros (COSTA, 1995, p. 33; 62). Somente na cidade de São Paulo, cerca de 100 mil trabalhadores chegaram a paralisar seus trabalhos simultaneamente (MARANHÃO, 1979, p. 43). Entre as greves, a que merece maior destaque é a realizada pelos trabalhadores do setor bancário. Deflagrada no dia 23 de janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, sob a liderança do próprio sindicato, ela se espalhou rapidamente por outras partes do país. Os grevistas exigiam “a adoção de um sistema de tabelas de remuneração mínima para a categoria” (MARANHÃO, 1979, p. 46), que deveria ser estabelecido pelo presidente por meio de um decreto-lei (ALEM, 1981, p. 131). Além de adquirir âmbito nacional, a paralisação também contou com a adesão dos funcionários de bancos públicos, que gozavam de outros acordos trabalhistas³⁰⁷. Chama a atenção a solidariedade prestada aos bancários por outras categorias enquanto eles estavam paralisados. Os sindicatos dos comerciários, dos jornalistas e dos

³⁰⁶ Vale destacar que naquele momento a formação de uma onda de greves não era uma exclusividade brasileira. Casos semelhantes aconteceram em diversos países que estiveram envolvidos com a Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde os trabalhadores também se mobilizaram para reverter os prejuízos salariais acumulados nos anos de guerra. Na Argentina os trabalhadores também ampliaram a pressão em busca de conquistas sociais.

³⁰⁷ Em vista disso, a paralisação impôs dificuldades inclusive ao governo, que se viu obrigado a pedir duas moratórias. Para mais informações ver ALEM, 1981, p. 131-132.

médicos foram alguns que se manifestaram solidários e fizeram campanhas financeiras para ajudá-los. Eles receberam apoio inclusive do setor artístico, que chegou a organizar eventos em apoio aos paredistas. Além da crescente organização, essa solidariedade também indicava o crescimento da identidade de classe entre os trabalhadores brasileiros naquele momento. No total, foram 19 dias de paralisação até os bancários receberem a confirmação de que suas reivindicações seriam atendidas. Contudo, essa conquista não encerrou a onda de greves. Na realidade, serviu de motivação para novas paralisações de diferentes setores. O contexto político do início da terceira fase da democratização se mostrava, assim, tão conflituoso quanto os períodos anteriores.

Esse cenário chama atenção, haja vista que, durante todo o ano de 1945, em um contexto já de abertura, foram registradas apenas 12 greves³⁰⁸. Era evidente o quanto o esfacelamento do regime ditatorial e a possibilidade de recorrer às liberdades democráticas contribuía para que os trabalhadores voltassem a fazer uso desse instrumento de negociação com os patrões. No entanto, esses não eram os únicos fatores responsáveis pela constituição do movimento reivindicatório. Naquele momento, os trabalhadores brasileiros viviam uma grave pauperização econômica e estavam submetidos à restrição dos seus direitos trabalhistas. A situação era um reflexo dos “esforços de guerra” que eles foram obrigados a fazer após o Brasil ingressar na Segunda Guerra Mundial (SPINDEL, 1980, p. 35; ALEM, 1981, p. 14; PAOLI, 1987, p. 46). A “legislação trabalhista de exceção” imposta por Vargas aos trabalhadores das indústrias, considerada essencial à segurança nacional, obrigou-os a trabalhar dez horas por dia, tirou deles o direito de mudar de emprego e de se reunir nos sindicatos, além de ter submetido os salários a uma rígida limitação. Aqueles que descumpriram as regras foram julgados como desertores de guerra³⁰⁹. Ou seja, as conquistas trabalhistas formalizadas na CLT foram praticamente letra morta durante aqueles anos. Por outro lado, os empresários, sobretudo os do ramo têxtil, lucraram muito com a criação da legislação das “indústrias de guerra” (PAOLI, 1987, p. 47). As dificuldades econômicas enfrentadas pelos trabalhadores também eram resultado da crescente e descontrolada inflação³¹⁰ vigente no período, responsável por alta do custo de vida e diminuição do poder de compra dos salários. Como se não bastasse, o comércio nacional ainda

³⁰⁸ Apesar do pequeno número e da curta duração, as greves eclodidas em meados de 1945 possuem sua relevância, dado que elas já anunciavam que arrefecidos os canais de coerção da ditadura, os trabalhadores urbanos começavam a se organizar por conta própria para lutar por melhores salários e condições de trabalho.

³⁰⁹ Os levantamentos feitos por PAOLI (1987, p. 47) indicam que pelo menos 800 trabalhadores foram presos por descumprir alguma dessas regras.

³¹⁰ De acordo com Corsi (2005), a inflação cresceu em média 15% ao ano durante o período do Estado Novo. Para mais informações, ver também: CARONE, 1976, p. 102.

foi tomado por um grande desabastecimento de produtos e alimentos de primeira necessidade, resultando na formação de um amplo mercado paralelo e na cobrança de preços abusivos. Com efeito, muitos brasileiros viviam em uma condição de miséria às vésperas da posse de Dutra.

A existência de inúmeras expectativas em relação à adoção da democracia também foi determinante para a eclosão da onda de greves. O restabelecimento do sistema partidário, das instituições que compõem o regime democrático e do direito concedido a alguns de participar das eleições não satisfiz aquela parcela de trabalhadores. Eles queriam mais da democratização. Ansiavam sobretudo pela justiça social que os defensores do regime democrático atrelavam à sua implantação, pelo estabelecimento de um “igualitarismo democrático”³¹¹ que promoveria o equacionamento das desigualdades econômicas e sociais vigentes no país. Queriam que o novo regime político garantisse as condições mínimas de sobrevivência – as quais são essenciais para que cada cidadão possa exercer livremente sua autodeterminação política e, conseqüentemente, para que a democracia, enquanto sistema político, possa funcionar –, conforme pode ser visto nas palavras de Delcídio Jurandir: “E o caminho para democracia é o caminho do mais pão, mais casas, mais carne, mais dinheiro, mais roupa, mais escolas e mais liberdade para o povo”³¹². Nesse caso é importante considerar, que a vigência da democracia depende de uma relativa igualdade de acesso aos elementos materiais, de “que nenhum cidadão seja tão opulento que possa comprar outro e nenhum tão pobre que se veja constrangido a se vender” (ROUSSEAU, 1964 [1757], p. 391-392). Quer dizer, o exercício da liberdade, elemento indispensável de uma democracia, exige a posse de determinados elementos materiais, e era justamente isso que os trabalhadores almejavam quando pediam o reajuste salarial. Ao estabelecer uma associação entre democracia e promoção de justiça social, os trabalhadores urbanos indicavam que estavam se valendo das greves para garantir a contemplação do aspecto econômico da democratização. Percebe-se, assim, o quanto as greves e a própria democratização também se caracterizavam como um processo de reivindicações e de lutas sociais para assegurar igualdade e liberdade.

Para além do aspecto econômico, também estava em jogo a questão da redistribuição do poder, “os industriais desejando deter um maior controle das decisões e os operários querendo se organizar autonomamente sem os controles do Estado” (ALMINO, 1980, p. 362). Ampliando esse raciocínio, é possível afirmar que, além da pauta salarial, os trabalhadores também reivindicavam a democratização das relações políticas e sociais, o estabelecimento de uma

³¹¹ Para mais informações sobre o conceito, ver: BOBBIO, 1985, p. 42.

³¹² Tribuna Popular, 12 mar. 1946, p. 3.

democracia que impusesse limites à desigualdade social e garantisse o direito de livre exercício da atividade política. Buscavam garantir a efetivação do “potencial transformador” (SOUZA, 1990, p. 105) da realidade econômica e social que as democratizações possuem, mas nem sempre concretizam. Atento a essa questão, Hélio da Costa (1995, p. 47) sustenta que “não será por acaso que os trabalhadores serão o alvo primeiro da repressão, pois lutar pela cidadania no interior das fábricas colocava em questão o tipo de democracia que se pretendia construir e a sua relação com o padrão de acumulação capitalista que se praticava”. As greves estavam, portanto, diretamente atreladas à disputa pela definição da amplitude da democratização e, conseqüentemente, dos limites da democracia que passaria a vigorar no Brasil.

Essas constatações revelam quão equivocada é a leitura de que o movimento reivindicatório se limitou a reivindicações que incidiam exclusivamente no ambiente de trabalho ou que as greves possuíam um caráter apenas econômico, distanciando-se, assim, das pautas relacionadas à formação do regime democrático. Como bem aponta Ricardo Maranhão (1979, p. 40), naquele momento os elementos mais decisivos para a eclosão das greves se situavam na “esfera política, tanto interna quanto externa ao movimento”. No mesmo sentido, também é necessário tomar cuidado com a compreensão de que as paralisações apontavam “para uma evidente reversão na hierarquia das contradições que estruturavam o período. Tendia-se a elevar para um primeiro plano a resultante do antagonismo entre o capital e o trabalho, em detrimento das tarefas políticas de redemocratização do país e da conservação do seu ritmo da industrialização” (VIANNA, 1976, p. 253). O fato de as tensões entre o capital e o trabalho terem assumido o centro das atenções não resultou em uma reversão ou no arrefecimento do conflito pelo controle da democratização. Esse é um caso exemplar em que não se deve pensar a esfera econômica desassociada da política. O surgimento da onda de greves no início de 1946 também pode ser considerado como uma resposta dos trabalhadores urbanos à maneira que a transição para a democracia vinha sendo conduzida, uma forma de expressão política para além do voto, um indício de que eles as utilizariam como instrumento de pressão na tentativa de fazer com que as suas demandas também fossem contempladas pelo regime democrático que passaria a vigorar no país.

O início da repressão aos grevistas tornou ainda mais evidente a relação do movimento reivindicatório com a democratização. Alvos da violência policial, os trabalhadores passaram a reivindicar também o direito de fazer greve, exigindo que ele fosse regulamentado no regime democrático que passaria a vigorar no país, como pode ser constatado na fala de Luciano Bacelar Couto, presidente do sindicato dos bancários, em uma assembleia realizada no 13º dia

de greve: “Agora já não lutamos apenas pelo aumento do salário, lutamos pelo direito de fazer greve!”³¹³. Dois dias depois, um novo pronunciamento explicitava ainda mais o vínculo entre a onda de greves e a formação da democracia:

As ameaças não nos intimidam. Não é com medidas fascistas que se resolvem problemas sociais. Nossos soldados morreram nos campos de batalha da Europa para que voltássemos à democracia. Existem forças ocultas que procuram colocar o Presidente da República contra os bancários. Há forças que procuram criar dificuldades ao novo governo. Os banqueiros estão iludidos se pensam nos vencer pelo cansaço [...]. Não voltaremos indignos da classe trabalhadora. Nossa luta adquiriu um sentido mais elevado, ela tornou-se a luta dos trabalhadores, do povo brasileiro pela Democracia.³¹⁴

Associando a sua mobilização por melhores salários e direito a greve à participação dos soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial, os trabalhadores passaram a afirmar que a luta deles também era pela democracia. Nesse caso, é possível afirmar os trabalhadores estavam fazendo greve também com o intuito de garantir o estabelecimento de uma democracia que contemplasse seus interesses e resguardasse a sua atuação política. Além de taxar seus adversários de inimigos do regime democrático, os grevistas procuraram convencer a opinião pública da necessidade de resguardar o direito a greve, alertando que a sua supressão daria início à restrição das liberdades democráticas como um todo:

Todo um plano reacionário cuidadosamente elaborado está em pleno desenvolvimento, visando a liquidação das franquias democráticas do povo brasileiro. O seu primeiro alvo é a supressão do direito de greve. Se esse objetivo for logrado, as investidas posteriores dos remanescentes do fascismo ganharão maior alento. Uma a uma cairiam as demais liberdades públicas [...]. Eis porque o direito de greve se converte neste momento, em pedra de toque da nossa democracia. Lutar pela sua mais ampla vigência é tarefa de todas as forças progressistas e democráticas do Brasil.³¹⁵

O argumento que fundamenta esse raciocínio é praticamente igual àquele utilizado pelos pecebistas quando afirmavam que as greves ganharam o caráter de “luta pela consolidação da democracia” (ALMINO, p. 190). Não por coincidência, aqueles trabalhadores paralisados também afirmavam que o regime político que começava a vigorar no Brasil só poderia ser considerado uma democracia caso admitisse o direito a greve.

³¹³ Tribuna Popular, 5 fev. 1946, p. 1.

³¹⁴ Tribuna Popular, 7 fev. 1946, p. 4.

³¹⁵ Tribuna Popular, 3 mar. 1946, p. 1.

A identificação do vínculo existente entre a onda de greves e a democratização revela que os trabalhadores urbanos seguiam envolvidos com o conflito que pautava a transição para a democracia. Responsável por uma das principais pesquisas sobre o movimento reivindicatório, Ricardo Maranhão (1979, p. 20) define a mobilização dos grevistas como a “participação da classe operária nunca antes vista na história do Brasil” e afirma que ela desempenhou um papel importante na democratização ao influir diretamente nos debates políticos. No mesmo sentido, Silvio Alem (1981, p. I-9) afirma que “os trabalhadores teriam contribuído para a ‘democratização’ de 1945, explicitando, a partir das oficinas, seu descontentamento com o arrocho salarial e as duras condições de vida ‘justificadas’ pela guerra, discordando da historiografia que lhes nega, aí, ainda uma vez, o papel de sujeitos históricos”. A constituição do movimento reivindicatório reforça, portanto, a interpretação de que a democratização não se reduziu às disputas entre diferentes partidos políticos no âmbito institucional ou a divergências entre as classes dominantes. Logo, conforme já indicado no quarto capítulo, a interpretação estabelecida por Weffort (1978, p. 15) de que os trabalhadores foram a força que nunca chegou a participar diretamente dos grandes embates daquele período não se sustenta.

O fato de a onda de greves indicar que os trabalhadores seguiam envolvidos com a democratização remete à ligação existente entre o movimento reivindicatório e a Frente Ampla constituída no final de 1945. Ambos os movimentos eram compostos por trabalhadores urbanos e diziam lutar por uma democracia que contemplasse as demandas desse setor da sociedade. Diziam-se insatisfeitos com os rumos que a transição para a democracia tomava no Brasil. Essas mobilizações também tinham em comum o fato de serem condenadas pelas forças conservadoras e pelas oposições liberais. A identificação do vínculo existente entre elas é de suma importância, pois revela o equívoco por trás da afirmação de que a onda de greves representou o ressurgimento do movimento operário (WEFFORT, 1973, p. 89). O envolvimento com as campanhas promovidas por pecebistas e quemistas a favor da antecipação da Constituinte é a confirmação de que o movimento operário já vinha reivindicando uma maior relevância na cena política e um novo caminho de transição para a democracia antes mesmo da queda de Vargas. Isso sem falar nas greves que ocorreram em meados de 1945, quando o ditador ainda se encontrava no poder.

Contudo, por mais evidentes que sejam os traços de continuidade entre os dois movimentos, é necessário atentar para a existência de diferenças significativas entre eles. Diferentemente da campanha pela antecipação da Constituinte, quando os trabalhadores se

mobilizavam e se organizavam a partir de diretrizes estabelecidas pelo PCB e pelo Queremismo, as paralisações surgiram de maneira espontânea, isto é, não haviam sido planejadas ou convocadas pelos comunistas ou queremistas. Os grevistas se mobilizavam a partir da sua identidade como trabalhadores. Fora a espontaneidade, é necessário lembrar que tanto o PCB quanto o PTB haviam se posicionado contrários à realização de greves até aquele momento. Desse modo, a opção pela ação direta representa uma grande mudança de estratégia dos trabalhadores e o afastamento em relação aos discursos conciliatórios que fundamentavam a atuação dos pecebistas e trabalhistas. O que não pode ser visto como uma simples “radicalização”, pois paralelamente eles reforçaram o compromisso de apoiar o novo governo.

Os grevistas também não pediram permissão ao Ministério do Trabalho e, em muitos casos, nem mesmo aos próprios sindicatos para decretarem as paralisações. Parte significativa das greves foi conduzida às margens das organizações sindicais e livres das amarras da estrutura corporativista imposta durante o Estado Novo, por meio de comissões autogestionadas, formadas e atuantes dentro dos próprios locais de trabalho³¹⁶ (MARANHÃO, 1979; COSTA, 1995). Os grevistas exploraram, assim, a potencialidade do próprio local de trabalho enquanto espaço de organização e formação política. De acordo com Ricardo Maranhão (1979), a formação dessas comissões foi determinante para a realização e o êxito das greves. Paralelamente, ainda surgiram diversos grupos independentes³¹⁷, que “fundamentavam seu programa em reivindicações de liberdade e autonomia sindical, direito de greve, eleições livres em suas entidades, etc.” (MARANHÃO, 1979, p. 42). Nesse caso, a opção por se organizarem via comissões de fábrica não revela apenas que os trabalhadores queriam romper com as amarras do sindicalismo oficial. Considerando o vínculo da onda de greves com a democratização, essa escolha demonstra que eles queriam ampliar seu espaço de atuação política.

Considerando as características do movimento reivindicatório, conclui-se que aquele foi o momento de toda a democratização no qual os trabalhadores se envolveram de maneira mais autônoma com o processo de formação do regime democrático. Não que antes fossem manipulados ou doutrinados pelas correntes políticas que articulavam a Frente Ampla. Mas aquela era a primeira vez que os trabalhadores se inseriram no conflito pelo controle da

³¹⁶ Segundo o levantamento feito por Ricardo Maranhão (1979, p. 50), “das 33 de 1946 sobre as quais podemos obter informações sobre características organizatórias, 15 foram decididas e organizadas por ‘comissões’ nos locais de trabalho. Da mesma forma, das 22 greves que encontramos em São em 1947, até maio (marco de mudança de conjuntura), 12 (doze) delas apresentaram essa forma de organização”.

³¹⁷ Entre eles, podemos destacar: União Trabalhista Democrática; União dos Trabalhadores Intelectuais; Comitê Democrático dos Trabalhadores; Movimento Unitário Sindical.

transição para a democracia sem a mediação de forças políticas externas ao ambiente de trabalho. As greves constituíram um momento de conscientização e formação da identidade de classe dos trabalhadores, contribuindo para que eles incorporassem uma nova forma de encarar a atividade política nos sindicatos e no âmbito da sociedade civil, de maneira geral. Todavia, por mais que a espontaneidade e a autonomia do movimento reivindicatório representassem mudanças significativas na maneira de atuação dos trabalhadores, elas não indicam uma ruptura total com as forças que haviam composto a Frente Ampla, haja vista que muitos deles continuavam filiados ao PCB ou haviam ingressado no PTB. Além disso, é importante considerar que a formação de comissões era uma forma de organização política recorrente no histórico recente daqueles trabalhadores, bem como das classes médias, haja a vista a sua adoção desde os tempos de ANL e posteriormente por comunistas e queremistas durante a articulação da Frente Ampla³¹⁸.

Nesse sentido, a constatação do caráter autônomo do movimento reivindicatório constituído no início de 1946 reforça a crítica às análises da democratização calcadas no conceito de populismo, na ideia de que a atuação das massas era resultado da manipulação a que eram submetidas por líderes carismáticos. É difícil acreditar que eles eram totalmente submissos a Vargas ou às forças que lutavam pela antecipação da Constituinte e, repentinamente, em menos de meio ano, tornaram-se autônomos. Desde o momento em que integraram a Frente Ampla, seja via Queremismo ou via PCB, os trabalhadores atuavam conforme seus próprios interesses políticos, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Portanto, essas pesquisas erram quando se referem a eles como passivos e sem consciência política, alegando que não tinham representatividade política e social. Não à toa, os autores adeptos do conceito de populismo não conseguem explicar, por exemplo, por que a mobilização dos trabalhadores urbanos cresceu e o conflito se intensificou mesmo após a queda do ditador.

O fato de a onda de greves representar a ocasião em que os trabalhadores se envolveram, de maneira mais intensa e autônoma, com o conflito que pautava a democratização permite afirmar que, naquele momento, eles realmente procuraram exercer a condição de força dirigente da transição para a democracia. Eles se mobilizaram pela efetivação do aspecto econômico da democratização, do igualitarismo democrático e por uma maior inserção na cena política, ao invés de esperar que essas demandas fossem contempladas pela ação do Poder Executivo ou do

³¹⁸ Na realidade, como bem destaca PAOLI (1987) os trabalhadores urbanos brasileiros já se organizavam por meio de comissões desde a transição das décadas de 1910 para 1920.

Legislativo. Por extensão, também é possível concluir que foi naquele estágio que o PCB chegou mais próximo de efetivar o seu projeto de democratização, haja vista o papel atribuído aos trabalhadores. Mesmo assim, a onda de greves do início de 1946 exerceu uma grande pressão sobre os comunistas e o projeto de democratização que propunham.

Conforme exposto no primeiro capítulo, em meados de 1945, quando retornaram à legalidade, os pecebistas passaram a afirmar que as paralisações nos locais de trabalho eram prejudiciais à transição para a democracia. Eles apontavam o risco de as greves serem utilizadas como pretexto para justificar eventuais medidas autoritárias das forças conservadoras que ainda se encontravam no governo, ao mesmo tempo que definiam as paredes como um empecilho à constituição da aliança entre os trabalhadores e a burguesia industrial nacional, que levaria ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Mesmo após o Golpe de 1945, mas ainda antes da constituição do movimento reivindicatório, o PCB seguiu aconselhando os trabalhadores a evitar as greves e a manter a ordem e a tranquilidade:

O Partido Comunista do Brasil, na defesa da ordem tão necessária para garantir, ampliar e consolidar a democracia, tem apelado para os trabalhadores para que tudo façam, mesmo sacrificando alguns dos seus interesses imediatos, a fim de impedir qualquer motivo de agitações.³¹⁹

Sob a influência da intervenção militar que havia acabado de ser realizada, os pecebistas seguiram afirmando que evitar as greves era fundamental para impedir o surgimento de medidas autoritárias que colocassem a “jovem democracia” em risco e ameaçassem os direitos recém adquiridos pelos trabalhadores, conforme pode ser visto, na fala do representante do Sindicato dos Marinheiros durante plenária que deliberava sobre uma eventual greve da categoria: “Aos trabalhadores não interessam, no momento, medidas extremas que ameacem com um retrocesso a marcha das conquistas democráticas do proletariado”³²⁰.

Portanto, por mais que os trabalhadores urbanos compartilhassem de inúmeras pautas que o PCB associava ao estabelecimento da “verdadeira democracia”, ao optarem pelas greves sem consultar o partido, eles indicavam que não estavam tão alinhados com as orientações de manter a ordem e a tranquilidade e, paralelamente, adotar um posicionamento colaboracionista em nome da realização da Revolução Democrático-Burguesa no Brasil. O aspecto espontâneo e autônomo das paralisações não deixa de ser também uma contestação do papel de vanguarda esclarecida, reivindicado pelas lideranças do partido. Vale lembrar que os pecebistas consideravam um erro guiarem-se pelas ideias e posicionamentos que surgiam entre os

³¹⁹ “Ordem e Tranquilidade”. *Tribuna Popular*, 27 dez. 1945, p. 3.

³²⁰ “Não irão à greve os trabalhadores marítimos”. *Tribuna Popular*, 5 jan. 1946, p. 5.

trabalhadores, reivindicando para si a função de orientá-los quanto aos caminhos que deveriam ser percorridos. No entanto, naquele momento ocorria justamente o inverso, haja vista que entre os trabalhadores paralisados havia inúmeros integrantes do PCB, revelando a existência de um descompasso também entre as bases e cúpula do partido (MARANHÃO, 1979, p. 64). Assim, após ter relegado a resolução do conflito entre o capital e o trabalho a um segundo plano no seu projeto de democratização, o PCB viu-se pressionado pelos trabalhadores a explicitar de qual lado estava.

Primeiro autor a indicar o contrassenso existente entre o posicionamento contrário às greves assumido pelo PCB no seu retorno à legalidade e as decisões tomadas pelo movimento reivindicatório, Francisco Weffort (1973, p. 89-90) sustenta que no momento de surgimento do movimento reivindicatório os pecebistas passaram “de uma posição francamente contrária às greves a uma posição ambígua de tolerância [...] faziam o possível para evitar as greves mas não deixarão de participar quando venham a revelar-se inevitáveis”. De acordo com o professor, a adoção desse novo posicionamento era decorrente do fato de o partido não querer se indispor com os trabalhadores e o governo. Posteriormente, autores como Almino (1980, p. 110) e Spindel (1980) reproduziram a interpretação estabelecida por Weffort, afirmando que o PCB havia adotado uma postura contraditória em relação às greves, haja vista que passou a aceitá-las mesmo sendo contrário à sua realização. O renomado cientista político é preciso quando identifica a mudança na postura dos pecebistas em relação às paralisações. Porém, ele excede no rigor do seu julgamento quando conclui que as greves deixaram de ser vistas pelos comunistas como “provocação” para serem anunciadas como “direitos dos trabalhadores” (WEFFORT, 1973, p. 92). O que mudou não foi o entendimento que tinham sobre esse instrumento político. Desde o retorno à legalidade, os comunistas definiam a greve como um direito dos trabalhadores, um aspecto indispensável para a constituição da democracia. A novidade, conforme será exposto a seguir, era a avaliação que faziam sobre a pertinência da realização das greves durante a transição para a democracia.

A leitura de que havia um aspecto contraditório no posicionamento do PCB foi reforçada posteriormente por Ricardo Maranhão (1979, p. 65): “Por isso mesmo, ao longo do ano de 1946, embora se mantivessem as tentativas de desestímulo às greves, a prática dos comunistas tornou-se, aos poucos, mais de apoiá-las”. Contudo, por mais parecidas que sejam as interpretações, a opção pelo termo “apoio”, em vez de “tolerância”, já revela uma nova concepção sobre a atuação dos pecebistas. A utilização da expressão “tolerância” traz consigo a percepção de que os pecebistas continuavam sendo contrários às greves e que haviam apenas parado de tentar

impedi-las de acontecer. Essa interpretação não é compartilhada por Ricardo Maranhão, que vê naquele posicionamento uma ambiguidade, mas não necessariamente uma contradição. Em seu livro “Sindicatos e Democratização” (1979), ele afirma que o PCB não agiu como força contrária às paralisações, trazendo referências ao apoio e à contribuição dos pecebistas a inúmeras delas, inclusive àquelas organizadas autonomamente por comitês de fábrica. Essa análise menos condenatória da atuação dos pecebistas diante da onda de greves acabou tornando-se predominante no debate acadêmico³²¹. Após a sua publicação, outras pesquisas relevantes detalharam a contribuição dos comunistas ao movimento reivindicatório, sobretudo via MUT, bem como os esforços por eles realizados na organização de congressos sindicais em diferentes partes do país, a fim de consolidar a unidade e promover a autonomia da atividade sindical. Um último aprofundamento dessa linha de interpretação é visto na obra de Hélio da Costa (1995, p. 99), que destaca a importância dos comunistas durante os primeiros meses de 1946: “Dois dos mais significativos momentos das lutas travadas pelos trabalhadores nesse período contaram com a atuação decisiva dos comunistas na sua direção. O primeiro foi a greve nacional dos bancários já mencionada anteriormente. O segundo foi a extraordinária paralisação levada a cabo pelos estivadores santistas”. Interpretações divergentes não surgiram desde então.

Partindo dessa linha de interpretação, irei expandir a reflexão para além da avaliação do impacto que o surgimento do movimento reivindicatório exerceu sobre o posicionamento dos pecebistas em relação às greves, abordando também a ocorrência de eventuais transformações na linha de atuação política adotada pelo PCB, bem como no seu projeto de democratização. Essa análise contribuirá para a identificação da nova dinâmica assumida pelo conflito que pautava a formação da democracia que começava a vigorar no Brasil.

Sob influência do fortalecimento do movimento reivindicatório, os comunistas realizaram no início de 1946 o “Pleno Ampliado do Comitê Nacional do PCB”, a fim de reavaliar a pertinência da sua linha de atuação política e traçar os planos para as novas etapas da democratização. Ao final do encontro as lideranças pecebistas chegaram ao entendimento de que não era necessário alterar as diretrizes que pautavam a atuação política dos integrantes do partido, uma vez que os desdobramentos da intervenção militar haviam evidenciado que eles haviam agido corretamente ao optar pela postura de ordem e tranquilidade, impedindo a eclosão de uma guerra civil e a constituição de uma nova ditadura: “O golpe militar fracassou, por isso, em seus objetivos principais, mas serviu para confirmar a justeza da linha política do Partido e

³²¹ ALMINO, 1980, p. 110; ALEM, 1981, p. 192; COSTA, 1995, p. 98.

para mostrar de que lado estão nos dias de hoje, os setores sociais interessados na desordem e na guerra civil”³²². Todavia, no mesmo encontro os pecebistas constataram a urgência de tornar as diretrizes de sua linha de atuação política mais compreensíveis às bases, definindo essa tarefa como fundamental para a conquista da democracia que almejavam. Esse posicionamento revela que o PCB seguia entendendo “a conjuntura como orientada em função da ‘luta pela democracia’” (VIANNA, 1976, p. 230). Mesmo sem conseguir viabilizar a realização da Constituinte antes das eleições presidenciais, os pecebistas continuaram acreditando na possibilidade de efetivar o seu projeto de democratização. Desse modo, a busca pela “verdadeira democracia” e, por extensão, pela realização da Revolução Democrático-Burguesa, seguiu pautando a linha de atuação política dos comunistas.

Constatado o risco de ser mal interpretado pelas bases, o PCB passou a alertar para a possibilidade de a diretriz de ordem e tranquilidade resultar em uma postura passiva dos trabalhadores frente aos acontecimentos políticos de maior relevância. Esse receio já circulava entre os pecebistas antes mesmo da constituição da onda grevista, em virtude da falta de reação popular ao golpe:

[...] a má compreensão de nossa luta contra a desordem e qualquer agitação que possa servir de pretexto para os golpes militares levou-nos a uma certa passividade frente aos graves problemas econômicos e sociais que afligem as mais amplas camadas de nosso povo. Este desvio oportunista na realização prática da nossa linha política dificulta também nossa ligação com as massas e, se foi até poucas semanas atrás de menor importância, já agora precisa ser corrigida com rapidez se quisermos prosseguir na altura da nossa missão histórica.³²³

Com efeito, o surgimento do movimento reivindicatório ampliou a preocupação em promover a correção, levando o PCB a reforçar a recomendação para que os integrantes e simpatizantes do partido adotassem uma postura ativa, conforme pode ser visto na fala de Maurício Grabois, um dos principais quadros pecebistas:

Ao defender a ordem e a tranquilidade realiza o PCB uma política independente, sem quaisquer influências de ideologias estranhas ao proletariado e, portanto, uma política ativa, que visa unicamente a defesa dos interesses do proletariado e do povo. Essa política, no entanto, não significa ficar de braços cruzados ante a ação perturbadora dos nossos inimigos. Ao contrário, exige o maior espírito ofensivo na luta pela

³²² “O PCB na luta pela paz e pela democracia” IN: PRESTES, Luiz Carlos. Problemas Atuais da Democracia. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

³²³ Idem.

conquista dos direitos populares. Assim, porém, não tem compreendido muitos membros do Partido Comunista, confundindo muitas vezes a defesa da ordem e da tranquilidade com uma atitude de passividade quando se trata da defesa dos interesses dos trabalhadores.³²⁴

Além da tentativa de tornar compreensível o que entendiam por ordem e tranquilidade, é possível identificar a preocupação em desconstruir a crítica de que os comunistas estavam adotando uma postura contrária aos interesses dos trabalhadores ou simplesmente contribuindo para a sua passividade. Junto com a recomendação de adoção de uma postura ativa, o PCB aproveitou para indicar aos seus integrantes a necessidade aproximarmos grevistas do partido, de indicarem aos trabalhadores os posicionamentos a serem adotados e, se possível, de assumirem a liderança das paralisações. Se iriam aderir às greves, teria que ser na condição de vanguarda, colocando-se à frente do movimento no diálogo com os patrões (ALEM, 1981). Portanto, eles passaram não apenas a apoiar algumas greves, como também a se valer delas na tentativa de fortalecer o próprio partido.

Nesse movimento, as lideranças do partido apresentaram o novo entendimento do PCB sobre a realização de greves durante a transição para a democracia. Procurando explicar o que entendiam por “ordem e tranquilidade”, bem como desconstruir a visão de que se opunham às paralisações, eles afirmaram:

[...] devemos protestar de maneira enérgica e insistente, mas fria e serenamente, e fazendo uso exclusivo dos meios e recursos legais ao nosso alcance [...]. A Comissão Executiva insiste, no entanto, que ao lutar por ordem e tranquilidade, não aconselha ao proletariado que cruze os braços e se deixe morrer de fome. A greve é um direito consolidado. A miséria popular, consequência da inflação e do encarecimento do custo da vida, é fonte de descontentamento, de desordem e de inquietação, de maneira que lutar por melhores salários, por um nível de vida digno é, na verdade, nos dias de hoje, lutar por ordem e tranquilidade, pela eliminação prática da causa fundamental e primeira do descontentamento popular, habilmente explorado pelos reacionários e fascistas que querem guerra civil e a volta do regime de 37.³²⁵

Foi assim que passou a circular a leitura de que “lutar por ordem e tranquilidade é principalmente lutar contra tudo aquilo que venha a agravar a situação econômica das massas, é lutar contra a carestia da vida, contra a inflação e, portanto, por aumento de salários e melhores

³²⁴ “Ordem e Tranquilidade”. *Tribuna Popular*, 27 dez. 1945, p. 3.

³²⁵ *Idem*.

condições de trabalho”³²⁶. Nota-se que as greves passaram a ser encaradas como forma de garantir a ordem e a tranquilidade dos brasileiros, uma vez que elas tinham como principal objetivo promover a melhoria do nível de vida, deixando, assim, de serem definidas como um empecilho à constituição do regime democrático. Logo, não é possível afirmar que, após a constituição do movimento reivindicatório, o PCB manteve a política de condenação irrestrita às greves ou que passou apenas a tolerá-las (SANTANA, 2001, p. 61). Em muitos casos, elas passaram a ser definidas como um importante instrumento dos trabalhadores na luta pela conquista da democracia. Transformação essa, que era resultado do receio vigente entre as lideranças do partido quanto à possibilidade dos trabalhadores se afastarem dos projetos e propostas pecebistas.

A reorientação da leitura sobre a pertinência da realização de greves e o reforço da importância de adotarem uma postura ativa, indicando inclusive que os pecebistas deveriam assumir a liderança de algumas paralisações, revelam que o PCB seguia tentando se consolidar no papel de representante dos interesses dos trabalhadores nas negociações com os patrões e o governo. Eles pretendiam desempenhar esse papel no novo regime político, garantindo, assim, o seu espaço na cena política nacional enquanto mediadores dos conflitos no mundo do trabalho. Não por coincidência, no auge da greve dos bancários, Prestes enviou um telegrama³²⁷ ao recém-empossado Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio solicitando que ele atendesse as reivindicações dos grevistas com rapidez e justiça. Ricardo Maranhão (1979) já havia apontado para essa questão ao afirmar que o PCB dependia do vínculo que havia constituído com os trabalhadores para manter o espaço político conquistado, ainda mais em um contexto no qual o partido começava a ver a sua legalidade ameaçada. A identificação dessa dependência e da busca pela consolidação no papel de mediador explicitam o quanto o partido estava sob pressão naquele momento, dada a adversidade de se indispor com os trabalhadores e de adotar uma postura de enfrentamento mais enfática frente ao governo e patrões.

Conseqüentemente, mesmo manifestando favoráveis às greves, o PCB também reforçou e procurou explicar a importância de os trabalhadores manterem a postura colaboracionista. Deveriam cooperar tanto com o governo, vide o rápido anúncio de apoio feito pelo partido a Linhares e Dutra, quanto com a burguesia nacional, visando a constituição da aliança que garantiria o progresso da nação. Para justificar a necessidade de manutenção do apoio a União Nacional, os comunistas passaram a argumentar que um dos principais objetivos da campanha,

³²⁶ “O PCB na luta pela paz e pela democracia”. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

³²⁷ Tribuna Popular, 26 jan. 1946, p. 1.

a liquidação do fascismo em território brasileiro, ainda não havia sido conquistado. Fascismo esse que era cada vez mais associado às forças e atores políticos responsáveis pela repressão do movimento reivindicatório.

O fascismo ainda não foi liquidado em nossa terra, e reacionários e quinta-colunistas conhecidos ainda ocupam postos importantes no aparelho estatal — o que constitui, sem dúvida, ameaça constante de possíveis retrocessos no caminho da democracia. Contra os manejos dos reacionários, só a ação unida de todos os patriotas, dos democratas esclarecidos, capazes por isso de sufocar paixões pessoais, interesses mesquinhos e imediatos, para só ver os reais interesses da democracia e do progresso do Brasil.³²⁸

Nota-se que, assim como a diretriz de ordem e tranquilidade, a conservação da prática colaboracionista passou a ser fundamentada na necessidade de consolidar a democracia. Também é perceptível que, mesmo declarando publicamente seu apoio ao governo, os pecebistas não deixavam de cobrá-lo, sobretudo no que se refere à composição de seus quadros, evitando, no entanto, criticar especificamente o presidente. Desse modo, ao mesmo tempo que mantiveram a bandeira da União Nacional, os comunistas adequaram as justificativas aos novos contornos da conjuntura política. Portanto, não é precisa a afirmação de que o PCB relativizou a sua política de União Nacional naquele estágio da transição para a democracia (COSTA, 1995, p. 98). Na realidade, o fato de o partido seguir tentando consolidar o que entendia por “verdadeira União Nacional” mesmo após a queda de Vargas reforça a interpretação formulada no primeiro capítulo, de que a adesão do partido à campanha não indicava sua submissão ao ditador, mas a adoção de uma estratégia para potencializar sua participação na cena política nacional e, conseqüentemente, na formação do regime democrático que passaria a vigorar no país.

Assim como o apoio à campanha de União Nacional, a proposta de formação de uma aliança policlassista em nome do desenvolvimento do capitalismo nacional também ganhou novos contornos em virtude da constituição da onda de greves. A recomendação passou a vir acompanhada de uma cobrança mais enfática sobre a burguesia, exigindo que ela fizesse a parte que lhe cabia para garantir o êxito daquela aliança. Nesse movimento, começou a ser difundido o argumento de que os responsáveis pelas greves eram, muitas vezes, os próprios patrões, que submetiam seus trabalhadores a condições de miséria, não dando a eles outra opção a não ser

³²⁸ “O PCB na luta pela paz e pela democracia”. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

paralisar a produção. Essa acusação é bem identificada por Weffort (1973, p. 92): “Desordeiros seriam aqueles empresários e setores do governo que se recusam a atender ou não atendem em tempo as reivindicações dos trabalhadores, criando assim condições para a ocorrência de greves.” E detalhada por João Almino (1980, p. 311-313), posteriormente. Da mesma forma que falavam da incompreensão do governo quanto às reivindicações dos trabalhadores, os pecebistas reclamavam da “intransigência” dos industriais. Em vista disso, eles passaram a orientar os trabalhadores e simpatizantes do partido quanto à necessidade de manterem a colaboração, mas ficarem atentos aos falsos democratas. No mesmo sentido, justificavam a importância da vanguarda esclarecida, que deveria atuar para revelar às massas quem eram esses supostos inimigos.

Paralelamente à cobrança para que a burguesia se empenhasse mais na tarefa de efetivar a aliança policlassista, os pecebistas também intimavam os trabalhadores a fazer a parte do acordo. No entendimento dos pecebistas, cabia a eles garantir a manutenção da paz social e a consolidação da democracia:

O certo é que, em benefício da democracia e da solução pacífica de nossos principais problemas, devemos hoje fazer esse esclarecedor e insistente apelo ao proletariado para que aumente a produtividade do trabalho. Lutar pela maior assiduidade no trabalho, pelo seu rendimento maior, é lutar conscientemente pelo progresso nacional, é lutar por uma saída pacífica para a crise, é provar na tática que ao proletariado não interessa a desordem, é fazer um esforço prático no sentido de maior aproximação com o patrão, em busca da solução pacífica das contradições de classe inevitáveis na sociedade capitalista. É tentar a harmonia entre operário e patrão nas relações capitalistas para melhor lutar contra o atraso, a miséria e a ignorância em que vegeta o nosso povo. É melhor concentrar a luta contra o latifúndio e o imperialismo. Através dessa luta prática pelo rendimento maior do trabalho será mais fácil atrair à União Nacional as camadas mais progressistas da burguesia nacional, e, assim, conseguir o isolamento e o desmascaramento mais rápido dos reacionários, ligados ao latifundiarismo retrógrado e aos grandes bancos estrangeiros.³²⁹

É perceptível nessa passagem como as diretrizes da colaboração e a de ordem e tranquilidade se complementavam. Também chama a atenção o fato de os pecebistas se colocarem, mais uma vez, na condição de mediadores da relação entre patrões e trabalhadores e de definir os objetivos

³²⁹ “Em marcha para um grande Partido Comunista de massas: Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB em 8 de dezembro de 1946”. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

e a composição da verdadeira União Nacional. Cobranças à parte, o PCB seguia reforçando a orientação de que os trabalhadores deveriam ser a força dirigente da democratização:

A solução desses problemas exige, porém, a mais ampla e sólida União Nacional. Mas união para o progresso, contra a reação e o fascismo, união sob a hegemonia do proletariado e não a falsa união dos oportunistas e liquidacionistas que desejavam colocar o proletariado a reboque da burguesia e a serviço dos demagogos «salvadores» e dos generais golpistas.³³⁰

A manutenção da prática colaboracionista revela que, mesmo após a eclosão da onda de greves, os pecebistas seguiam acreditando na possibilidade de estabelecer um pacto entre os trabalhadores e a burguesia em nome da realização da Revolução Democrático-Burguesa no Brasil. Conseqüentemente, a composição de uma frente ampla continuava sendo vista pelos pecebistas como a estratégia mais eficaz para executar o seu projeto de democratização, mesmo ela resultando em uma gestão compartilhada da transição para a democracia. No entanto, a proposta já não tinha mais a mesma efetividade que mostrou no final de 1945 com a constituição da Frente Ampla a favor da antecipação da Constituinte. O PTB, diferentemente do PCB, adotou uma postura de reprovação de grande parte das greves que ocorreram no início de 1946 (ALMINO, 1980, p. 77). Não se tratava de uma simples discordância, haja vista que, enquanto os pecebistas criticavam a maneira como o governo se posicionava diante do movimento reivindicatório, os petebistas passaram a integrar a base governista, recebendo inclusive o controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, conforme previa o acordo assumido com o PSD antes mesmo da ascensão de Dutra à presidência – quando Vargas decidiu apoiar a campanha do general. Além de não assumir um posicionamento explícito a favor do direito à realização de greves, o próprio ministério agiu na repressão de algumas paralisações. Conseqüentemente, como bem aponta Maranhão (1979, p. 59), “muitos dos ‘queremistas’ de 1945 foram ganhos pela política ‘ministerialista’, pela sua própria tradição de ‘pelegos’”. Por fim, vale lembrar que naquele momento os dois partidos disputavam a condição de “verdadeiro representante dos trabalhadores”. Esse conjunto de fatores acabou afastando pecebistas de petebistas e, por extensão, frustrando as expectativas do PCB de constituir uma frente ampla em defesa da consolidação e ampliação da democracia.

Portanto, por mais que tenha reconhecido a necessidade de tornar mais compreensível as orientações que dava à sua base e revisto seu posicionamento frente às greves, o PCB

³³⁰ “O PCB na luta pela paz e pela democracia”. In: PRESTES, Luiz Carlos. **Problemas Atuais da Democracia**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

reforçou as diretrizes da sua linha de atuação política e seguiu tentando efetivar o seu projeto de democratização após a constituição do movimento reivindicatório. Quer dizer, a formação da onda de greves não motivou o abandono ou uma reorientação geral na maneira como o partido pretendia se inserir no conflito pelo controle da transição para a democracia. Eles também seguiram acreditando que ordem e tranquilidade se faziam necessárias para garantir o estabelecimento da aliança entre os trabalhadores e burguesia industrial e, conseqüentemente, a constituição da democracia que serviria de suporte à realização da revolução burguesa no Brasil. Logo, Spindel (1980, p. 81) não está correto quando afirma que naquele momento houve alterações na linha política pecebista. Os termos “flexibilização política”, utilizado por Hélio da Costa (1995, p. 77), e até mesmo “tímida revisão”, adotado por Silvio Alem (1981), parecem mais adequados para falar desse movimento de readequação das orientações. Vale, ainda, destacar que a identificação dessa linearidade na maneira de atuar dos pecebistas, antes e depois da queda de Vargas, sendo ela pautada pela luta em torno de um projeto de nação e de democracia próprios, também reforça a interpretação de que o PCB era uma força independente em meio aos conflitos que pautaram a transição para a democracia.

Se, por um lado, o PCB era cobrado pelos grupos mais à esquerda da época³³¹ – assim como foi, posteriormente, por alguns pesquisadores dedicados a estudar o tema (WEFFORT, 1973; SPINDEL, 1980) – por não ter se comprometido de maneira mais enfática com as paralisações, por outro, ele era responsabilizado pelas forças conservadoras, e em alguns momentos até mesmo pelas oposições liberais, em razão da eclosão da onda de greves. A principal crítica dos setores contrários às paredes era de que elas possuíam motivações políticas, o que as tornavam ilegítimas e um risco à própria democratização em curso. No mesmo sentido, acusavam os pecebistas de se valer das paralisações para fortalecer o próprio partido, com o intuito de desmoralizar a Constituinte ou até mesmo para implantar o comunismo no Brasil. É importante destacar que o próprio governo incorporou e passou a difundir essa visão condenatória, como pode ser visto na nota emitida pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o petebista Otacílio Negrão Lima³³², na cerimônia de posse do general Dutra:

³³¹ Existem poucas análises sobre a atuação desses setores durante a democratização, entre elas as mais significativas são ALEM (1981) e GIOVANETTI NETTO (1996), COSTA (1995).

³³² Currículo de Otacílio Negrão da Lima (PTB) Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio de Dutra: “fazendeiro, diretor das Indústrias Reunidas Minas Gerais S/A; diretor da Cia. Imobiliária Rio Minas S/A; ex-interventor do Banco Alemão Transatlântico; presidente do Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais [...]”; “[...] fazendeiro; diretor das Indústrias Reunidas Minas Gerais S/A; diretor da Cia. Imobiliária Rio-Minas S/A; ex-interventor do Banco Alemão Transatlântico; presidente do Banco de Crédito e Comércio de Minas Gerais”. (ALEM, 1981, p. 134).

O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, devidamente autorizado por sua excelência o senhor presidente da República, declara que o governo examinará, com atenção e simpatia, as justas reivindicações dos trabalhadores. A legislação social brasileira oferece amplas possibilidades de entendimento entre as partes interessadas e de exame e julgamento pela Justiça do Trabalho. Nestas condições não se justifica, no momento, o recurso extremo das greves, principalmente intempestivas, criando dificuldades ao governo democrático que se inicia [...].³³³

Assim, ao definir que as paralisações representavam uma atitude extrema e desmedida diante do contexto político nacional, e que não havia, portanto, justificativas para a sua realização, o ministro já indicava o posicionamento repressor que o governo assumiria em relação aos grevistas e aos comunistas. Além disso, a identificação dos argumentos que fundamentam os posicionamentos contrários ao movimento reivindicatório reforça a interpretação de que as paralisações não se restringiam a questões econômicas, estando diretamente relacionadas ao processo de formação do regime democrático que começava a vigorar no país.

Procurando desconstruir as acusações, os pecebistas afirmavam que as greves não possuíam motivações políticas; que elas eram, na realidade, o resultado da trágica situação econômica em que se encontrava o país, da inflação descontrolada que restringia ainda mais o poder de consumo do povo brasileiro levando-o à miséria. Da mesma forma, os trabalhadores paralisados também tentaram refutar o entendimento de que o movimento articulado por eles tinha caráter político e que representava uma ameaça ao governo. Não à toa, os bancários paralisados compareceram à posse do novo presidente para declarar o seu apoio a ele e, ao mesmo tempo, apresentar o que entendiam por legítimas reivindicações.

Nesse contexto, ao mesmo tempo que tentava desconstruir a acusação de que se opunha ao governo, o PCB passou a cobrá-lo de maneira mais enfática para que solucionasse os problemas econômicos nacionais e se livrasse dos antigos simpatizantes do fascismo que ainda se encontravam na base governista. Também passou a questionar se as paralisações e manifestações no ambiente de trabalho continuariam sendo tratadas como questão de polícia, haja vista as ações repressoras que já vinham sendo realizadas contra as greves. Os pecebistas alegavam que a realização de greves era um direito adquirido pelos trabalhadores do mundo todo, resultado da luta contra o fascismo e um fato reconhecido internacionalmente pelos países vencedores da guerra, entre eles o Brasil, na Carta de Chapultepec³³⁴. Desse modo, ao mesmo

³³³ Correio da Manhã, 2 fev. 1946, p. 2.

³³⁴ A Carta de Chapultepec é uma declaração de princípios formulada em março de 1945 e assinada por todos os países do continente americano. O documento firmava o compromisso daqueles países com algumas liberdades tidas como básicas para a vigência da democracia, entre elas, o direito à realização de greves.

tempo que procuravam reforçar o seu apoio ao presidente Dutra, os comunistas alertavam que qualquer ameaça ao direito a greve não seria tolerada dentro de uma democracia.

Diferentemente das forças conservadoras e do próprio governo, as oposições liberais não adotaram, em um primeiro momento, um discurso amplamente contrário às paralisações. Assim como os pecebistas, os udenistas associavam o direito a greve à democratização em vigência e difundiam a leitura de que elas eram o reflexo das falhas da política econômica adotada durante a Era Vargas. O reconhecimento da realização de greves como um direito havia sido assumido publicamente pelos udenistas desde a campanha do brigadeiro Eduardo Gomes para as eleições presidenciais: “Os que trabalham têm direito a aspirar às duas armas essenciais à defesa dos seus interesses: a liberdade sindical e o direito de greve, já proclamado e reconhecido em atos internacionais. Fazem jus, é certo, ao aperfeiçoamento da vigente legislação especializada e ao expurgo dos dispositivos e aparelhos fascistas que nele se introduziram”³³⁵. Também não foram poucas as vezes que eles condenaram a violência policial exercida contra os grevistas. No entanto, como bem aponta Almino (1980, p. 76), a UND variou entre “a defesa dos princípios de autonomia sindical e a do direito de greve, bem como o da plena liberdade de organização partidária, e a necessidade de controles políticos sobre a classe operária ou os partidos que provocassem a ‘desordem’”. Nos jornais ligados à oposição liberal, eram frequentes as críticas às paredes, muitas delas questionando se aquele era de fato o último recurso e concluindo que se tratava de decisões precipitadas. O argumento de que os cidadãos, “os brasileiros corretos”, eram vítimas dos grevistas também era muito explorado. Prevalencia, assim, um misto de apoio ao direito à greve e de condenação dos casos efetivos.

O fato de não terem adotado uma postura explicitamente contrária às greves em um primeiro momento não impediu as oposições liberais de também condenarem o PCB pela eclosão de algumas delas (ALMINO, 1980, p. 156). São inúmeras as passagens em que as paralisações foram definidas pelos jornais ligados aos liberais como uma epidemia comunista (BASBAUM, 1967, p. 187). Além de referirem-se aos queremistas e aos comunistas como golpistas, esses periódicos afirmavam que os pecebistas recorreriam à greve geral para impor seus interesses e promover a desordem no país. Eles reforçavam a crítica formulada pelas forças conservadoras de que os pecebistas se valiam das greves para implementar o comunismo no país e, conseqüentemente, submeter o Brasil aos interesses de uma nação estrangeira.

³³⁵ Discurso de campanha eleitoral feito pelo brigadeiro Eduardo Gomes no estádio do Pacaembú. *Tribuna Popular*, 17 jun. 1945, p. 2.

A intervenção de provocadores de greves, com deplorável intuito de criar ambiente propício à propagação de ideias subversivas, merece a repulsa de toda a população ordeira dessa capital e do Brasil. Justificam-se interrupções do trabalho, de caráter pacífico, visando alcançar a sagração de direitos, por ventura postergados, dos trabalhadores. É esse o objetivo das manifestações que, nesse sentido, se vêm verificando em vários países, entre eles os Estados Unidos. O que ali se passa é uma luta, embora acerba, cheia de dificuldades dos que desejam obter maiores benefícios para sua cooperação na produção da riqueza retida em mãos mais felizardas. Não há, por trás dessa justa reivindicação, qualquer propósito de preparar uma revolução social, abrindo caminho do poder aos representantes de uma nação estrangeira: não há uma quinta coluna preparando o advento do comunismo e a plena posse do país pelos homens de Moscou [...] as que aqui estão sendo criminosamente bafejadas pelos guias e subguias comunistas, com propósitos francamente impatrióticos.³³⁶

Desse modo, ao mesmo tempo que se manifestavam favoráveis ao direito de greve, os liberais se colocaram contrários a muitas delas por entender que careciam de uma motivação legítima.

Chama a atenção o fato de as críticas às greves, na maioria das vezes, não serem direcionadas especificamente aos trabalhadores, mas sim aos comunistas, a Vargas e até mesmo a quem eles entendiam por quem queristas. Da mesma forma que afirmavam que os trabalhadores eram reféns de Vargas, da sua demagogia, os principais porta-vozes das oposições liberais passaram a falar que os grevistas eram manipulados, ludibriados pelos comunistas: “A maioria dos bancários está sendo vítima de sua boa-fé e servindo, inocentemente, a propósitos que desconhece”³³⁷. O alvo da crítica havia mudado, mas a visão de que as massas eram ignorantes e que não estavam totalmente prontas para exercer corretamente seus direitos políticos permanecia. Havia, porém, outros momentos em que os liberais alertavam para os riscos de atribuir as greves aos comunistas, seja porque isso poderia favorecê-los, fortalecendo-os entre os trabalhadores, ou até mesmo porque poderia ser utilizado como pretexto para a atuação das forças conservadoras interessadas em restringir a democratização:

O perigo de se atribuir toda greve que irrompe aos comunistas é duplo. De um lado, tende a prestigiar os vermelhos junto aos próprios trabalhadores, que, para onde se movam, nas convulsões finais de crise que nos deixou o Estado Novo, só veem motivos para greve. De outro lado, é uma arma muito perigosa aos instintos reacionários de um grande grupo político que ainda hoje priva da intimidade do presidente da República [...]. Dadas todas essas circunstâncias, devemos estar de

³³⁶ Editorial “Provocadores de greves”, publicado no Correio da Manhã, 13 mar. 1946, p. 4.

³³⁷ Correio da Manhã, 2 fev. 1946, p. 3.

sobreaviso. Devemos estar vigilantes, custe o que custar. Os documentos Cohens não desapareceram dos arsenais da traição [...] precisa velar, noite e dia, em guarda contra a jovem democracia brasileira [...]”³³⁸.

Nota-se, assim, que nem mesmo a concordância quanto ao direito de os trabalhadores realizarem greve e o receio em comum em relação aos interesses das forças conservadoras foram suficientes para reduzir o distanciamento entre comunistas e liberais durante a transição para a democracia.

A responsabilização do PCB pela eclosão das greves marca o momento em que o partido passou a ser visto pelas oposições liberais e pelos setores conservadores como uma força independente, isto é, desvinculada dos interesses de Vargas. Além de reprovarem as reivindicações que os pecebistas atrelavam à democratização, essas forças políticas estavam cada vez mais insatisfeitas com a crescente aproximação dos trabalhadores urbanos em relação ao PCB. Simultaneamente, o anticomunismo foi reforçado na cena política brasileira, após um período de arrefecimento, em virtude das declarações feitas pelo ex-primeiro-ministro inglês Winston Churchill. De acordo com ele, havia uma incompatibilidade entre o Ocidente e a URSS, a qual havia sido responsável pela constituição de uma “cortina de ferro” no continente europeu. Era a publicização da Guerra Fria. Com efeito, o anticomunismo contribuiu para o crescimento da responsabilização e o estabelecimento de novas críticas ao posicionamento adotado pelo PCB frente às greves. A conjuntura internacional seguia influenciando os rumos da transição para a democracia no Brasil. Desse modo, depois que o ditador foi deposto, os comunistas tornaram-se o principal adversário dos liberais e das forças conservadoras.

Se as oposições liberais mantinham um posicionamento dúbio em relação às greves, a burguesia nacional já havia se posicionado publicamente contra elas (MARANHÃO, 1979, p. 71). Incomodados com a crescente solidariedade e identificação entre os trabalhadores, os donos das fábricas reforçavam as críticas de que as paralisações estavam subvertendo a ordem social e do trabalho, sendo articuladas apenas por uma “minoridade radical”, e de que elas colocavam a democratização em risco. Atenta a essa questão, Benevides (1981, p. 63) afirma que eles não viam as greves apenas como uma ameaça econômica, mas também à ordem política que procuravam preservar. Ameaça essa que era representada pela crescente inserção dos trabalhadores na cena política nacional. Em vista disso, uma comitiva composta pelos representantes da burguesia industrial brasileira foi recebida pelo general Dutra no dia 14 de

³³⁸ Correio da Manhã, 28 fev. 1946, p. 4. “Vigilância” é o título do editorial.

janeiro, ou seja, antes mesmo de ele assumir a presidência, para debater a questão. No retorno do encontro, eles pareciam satisfeitos com o resultado da conversa:

De avião regressaram a esta capital quase todos os membros da comissão formada por representantes da indústria e das classes conservadoras, que foi ao Rio tratar com o presidente Dutra da situação econômica de São Paulo, em face das numerosas greves de trabalhadores. Abordamos no aeroporto vários dirigentes, mas todos mostraram-se reservados. Apenas um, esclareceu que dentro em breve serão adotadas medidas enérgicas para pôr fim a agitação. Acrescentou que o governo regulamentará dentro de pouco o direito de greve, adiantando que os grevistas não ganharão durante os dias que estiverem afastados do serviço.³³⁹

Mesmo assim, dias depois, a classe empresarial, liderada pelos presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) voltou a pressionar o governo, exigindo que fosse decretado estado de sítio, dada a “intransigência dos trabalhadores” (MARANHÃO, 1979, p. 58). Paralelamente, eles pediam a repressão às greves com base na Constituição de 1937 (COSTA, 1995, p. 114), utilizando aquela referência do Estado Novo para determinar a ilegalidade das paralisações.

Esse posicionamento diferenciava-se bastante do tom conciliador assumido logo no início da democratização (ALEM, 1981, p. 141), quando os representantes da burguesia industrial afirmaram que lutariam para “promover o aumento da renda nacional e sua melhor e mais vasta distribuição [...]. a fim de garantir a paz social no Brasil”³⁴⁰, e destacavam que tinham a “convicção de que nada será conseguido sem o mais estreito entendimento entre empregadores e empregados, o qual permita a aqueles o exercício livre e estável de suas atividades e a estes uma existência digna e a crescente participação na riqueza produtiva”³⁴¹. Vale destacar que, naquele primeiro momento, as promessas e compromissos assumidos não se restringiam à questão da remuneração, envolvendo também o reconhecimento do direito a greve e da atuação política dos trabalhadores, vide as diretrizes estabelecidas na Conferência de Teresópolis. Contudo, frente ao fortalecimento dos trabalhadores na cena política nacional, os empresários reviram rapidamente o discurso de conciliação dos interesses de empregadores e empregados, atuando explicitamente para manter intacta a ordem em vigência e, por extensão, resguardar seus privilégios econômicos, políticos e sociais.

³³⁹ Correio da Manhã, 21 fev. 1946, p. 2.

³⁴⁰ Carta de Paz Social, escrita por João Daudt d’Oliveira. Correio da Manhã, 11 jan. 1945.

³⁴¹ Carta de Paz Social, escrita por João Daudt d’Oliveira. Correio da Manhã, 11 jan. 1945.

A mudança de posicionamento indicava que a burguesia industrial brasileira, assim como os trabalhadores, não iria aderir ao pacto político interclassista proposto pelos comunistas em nome do desenvolvimento do capitalismo nacional. Realidade essa, não identificada pelo PCB, haja vista que o partido seguiu tentando promover um pacto entre os trabalhadores e o empresariado em nome da Revolução Democrático-Burguesa. O abandono do discurso conciliacionista também revela os desacordos da burguesia industrial em relação aos projetos de democracia e de nação propostos pelos liberais. Apesar de concordarem com a implantação de uma agenda liberal na economia, o empresariado não aceitava “a aplicação dos pressupostos liberais à organização do mercado de trabalho” (ALMINO, 1980, p. 210), o que o levou a defender a restrição do direito de greve e de outros instrumentos de atuação política dos trabalhadores no âmbito da sociedade civil. Esse comportamento demonstra o alinhamento constituído entre a burguesia industrial e as forças conservadoras que haviam assumido o controle da democratização. Havia entre eles um consenso quanto à necessidade de conter o envolvimento dos trabalhadores com a transição para a democracia. Não à toa, somaram forças para garantir a conservação daquela ordem e para conter a amplitude da democratização, impedindo, entre outras coisas, a contemplação do seu aspecto econômico.

A identificação dessa mudança de comportamento, assim como a própria onda de greves do início de 1946, reforçam a interpretação de que “nas situações críticas, pois, tanto os grupos que compõem a classe dominante como os que formam o proletariado tendem a reaglutinar-se, segundo as condições e exigências peculiares de suas respectivas classes. Nessas ocasiões, as classes sociais se configuram de modo mais explícito, como classes políticas e antagônicas” (IANNI, 1968, p. 104). Desenvolvendo esse raciocínio, Bielschowsky (1988) afirma que a postura assumida pela burguesia industrial frente movimento reivindicatório revela uma intensificação da luta de classes. Trata-se de constatações importantes, dado que elas indicam que a atuação dos atores envolvidos no conflito pelo controle da democratização também estava relacionada às classes sociais que eles pertenciam e não apenas às forças políticas com as quais se associavam. Nesse caso, o antagonismo de interesses da burguesia e dos trabalhadores deve ser encarado como um elemento decisivo na definição dos limites de aprofundamento da democracia. Portanto, assim como havia ocorrido durante a Revolução de 30 (DECCA, p. 184), a regulamentação da nova correlação de forças entre o Estado e a sociedade civil realizada durante a transição para a democracia também se viu sob influência da luta de classes.

Sob pressão do empresariado nacional, a repressão ao movimento reivindicatório cresceu. Ancorado na leitura de que as greves representavam uma ameaça à transição para a

democracia, o governo passou a fazer uso da Lei de Segurança Nacional, criada durante o período em que Vargas governou o país, e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), para ameaçar e condenar os grevistas³⁴² (VIANNA, 1976). Prisões e mortes³⁴³ de manifestantes executadas pela polícia eram frequentes. Ou seja, a maneira como as greves eram encaradas após a ascensão de Dutra à presidência não diferia em nada da postura repressiva adotada durante a Era Vargas e até mesmo no período anterior à Revolução de 30. Elas continuaram sendo tratadas como caso de polícia. Além da violência física, outros atos de cerceamento da liberdade já eram praticados naquele período. Comícios públicos foram proibidos sem justificativas ou sob alegações bastante controversas, como a possibilidade de prejudicar os desfiles de carnaval, por exemplo. Diversos sindicatos foram invadidos e passaram meses empastelados pelos militares. Os direitos de reunião, livre circulação e manifestação dos trabalhadores eram cerceados pelas forças conservadoras que haviam assumido o controle da transição para a democracia. A repressão também se voltou especificamente ao PCB. Em um nítida tentativa de intimidar os integrantes do partido, o gabinete do Chefe de Polícia do DF³⁴⁴ enviou uma nota ao Correio da Manhã, com o título: “O governo investiga o que é o MUT”:

Desde sexta-feira passada a Divisão da Polícia Política e Social instaura uma sindicância para esclarecer o que é o MUT, ou seja, Movimento Unificador dos Trabalhadores, quais os seus dirigentes, quais as suas finalidades, quais as suas ligações dentro e fora do país, e, sobretudo, a legalidade de sua constituição e funcionamento, e se o Movimento se acha regularizado em face da lei.³⁴⁵

Com o mesmo propósito, no dia 26 de fevereiro, o tenente coronel Augusto Imbassai³⁴⁶ decretou suspenso por dois dias qualquer comício de caráter político e de propaganda de doutrinas sociais no Estado de São Paulo, estendendo essa determinação também às reuniões de igual caráter em

³⁴² Além dos artigos que condenavam qualquer tipo de paralisação do trabalho de funcionários públicos vale citar o conteúdo dos artigos 14, 15 e 20 (Lei nº 38, de 4 de abril de 1935), também utilizados contra os grevistas e os pecebistas: “São crimes contra a ordem social além de outros definidos em lei: Art. 14. Incitar directamente o odio entre as classes sociaes. [...]. Art. 15. Instigar as classes sociaes à luta pela violencia. [...] Art. 20. Promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer especie, cuja actividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei.”

³⁴³ Relatos de acontecimentos como esses são constantes nos jornais pecebistas, vide: Tribuna Popular, 10 mar. 1946.

³⁴⁴ Conforme os próprios trabalhadores destacavam na época, chamava atenção o fato de o sr. Pereira Lira ter sido nomeado chefe da polícia do Distrito Federal, haja vista que anteriormente ele havia trabalhado como advogado para a Light, uma das empresas mais atacadas pelos trabalhadores.

³⁴⁵ Correio da Manhã, 14 fev. 1946, p. 3.

³⁴⁶ Naquele momento, ele ocupava o cargo de diretor da Divisão de Polícia Política e Social.

recinto fechado. O aspecto coercitivo da democratização, existente desde o seu início, tornava-se cada vez mais intenso.

O aumento da repressão era o indicativo de os integrantes do bloco no poder não iriam permitir que os trabalhadores utilizassem as paralisações no local de trabalho para influenciar a constituição do regime democrático ou então que assumissem a condição de força dirigente da transição para a democracia, tal qual propunham os pecebistas. Quer dizer, o movimento reivindicatório não estava sendo coibido apenas por representar uma intensificação do conflito decorrente do antagonismo entre o capital e o trabalho, mas também por constituir um maior envolvimento dos trabalhadores urbanos com a democratização. Por extensão, procurava-se impedir a ampliação da relevância dos trabalhadores na cena política nacional e resguardar os privilégios dos integrantes do bloco no poder. Percebe-se, assim, que a repressão às greves e outras formas de manifestação e reunião dos trabalhadores era realizada por motivos muito semelhantes àqueles que levaram as forças conservadoras e as oposições liberais a optar pelo Golpe de 1945.

Conclui-se assim que, mesmo após a queda de Vargas, a eleição do novo presidente e a convocação da Assembleia Constituinte, o conflito pelo controle da democratização continuava em vigência, ganhando, inclusive, contornos ainda mais violentos. Diferentemente do que afirmavam os udenistas à época e alguns pesquisadores dedicados a estudar a formação do regime democrático no Brasil, o caráter conflituoso daquele processo não era resultado apenas dos incômodos decorrentes da maneira como Vargas o conduzia ou do receio quanto à possibilidade de ele tentar manter-se no poder. Atento a essa questão, João Almino indica alguns fatores que explicam a continuidade do conflito (1980, p. 310):

Era a ameaça dos operários àqueles que não desejavam ver diminuídos os seus lucros; era a ameaça do PC e de outros reformistas aos detentores de riqueza; era a ameaça do Governo aos operários que, tentando se organizar autonomamente, ameaçavam os que queriam mantê-los sob controle; era, finalmente, a ameaça do governo e dos que se viam ameaçados pelo reformismo do PC a este partido.

Indo além, é possível afirmar que as divergências relacionadas à amplitude da democratização que seria promovida, sobretudo no que se refere à contemplação do seu aspecto econômico, bem com as discordâncias em relação à regulamentação da nova correlação de forças entre o Estado e a sociedade civil também figuravam entre os principais motivos. Logo, o fato de o conflito pelo controle da transição para a democracia continuar em vigência era mais um indício

de que a democratização não estava contribuindo para a superação da crise de hegemonia em vigência no Brasil, mas sim para o seu aprofundamento (WEFFORT, 1977).

5.1 A almejada Constituinte: entre a expectativa e a realidade

A despeito das evidências de que os trabalhadores e a burguesia industrial não iriam aderir ao pacto conciliatório em nome do desenvolvimento do capitalismo nacional e dos primeiros indícios de que o novo governo não se furtaria a utilizar o aparelho coercitivo do Estado para reprimir a onda de greves, os pecebistas seguiam otimistas quanto à possibilidade de efetivar o seu projeto de democratização. Esse otimismo era decorrente do início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, que, de acordo com os pecebistas, havia se tornado possível graças aos esforços deles próprios e ao fato de terem mantido a diretriz de ordem e tranquilidade após o Golpe de 1945. Conforme exposto na segunda parte desta tese, antes mesmo do início da transição para a democracia, o PCB já depositava muita expectativa no processo de elaboração da nova Constituição, acreditando que ela poderia aproximar o país da democracia e do projeto de nação almejado pelo partido. Diante das dificuldades de assumir o controle do Poder Executivo, o espaço Legislativo era visto como um possível canal de intervenção na cena política nacional, uma esfera de decisões políticas permeável à influência de “forças menores”. Adeptos desse entendimento, os comunistas concluíam que a Assembleia Constituinte poderia ser utilizada para atender as demandas dos trabalhadores, como pode ser visto na fala realizada por Prestes no Sindicato dos Bancários, apenas um dia após o início do trabalho dos novos parlamentares:

Hoje reúne-se um novo poder de grande importância para resolver os problemas fundamentais do nosso povo. Essa arma é a Assembleia Constituinte. Temos, agora, um novo parlamento e um parlamento diferente de todos os outros. Nesse novo parlamento há uma fração do único partido do proletariado do Brasil: o PCB. Saberemos lutar pelos interesses do povo e lá seremos servidores do povo e do proletariado. Hoje mesmo em reunião preparatória levantaremos a questão dos bancários. Não é possível que um certo setor de patrões, ligados a algumas autoridades, estejam perturbando o país³⁴⁷.

Para efetivar o uso dessa “arma” e, conseqüentemente, atender aos seus interesses, o Comitê Central do PCB afirmava que caberia aos integrantes do partido agir com otimismo e visão estratégica: “44. A representação do nosso partido tem sabido aplicar a tática aconselhada por

³⁴⁷ Tribuna Popular, 27 jan. 1946.

Lenine de utilizar as vacilações do adversário visando sempre isolar os reacionários e atrair para o nosso campo os melhores elementos da democracia burguesa, os mais dignos e fiéis representantes do povo”³⁴⁸. Vigorava entre os pecebistas, portanto, uma extrema confiança no conciliacionismo típico do Constitucionalismo Liberal como forma de viabilização da Revolução Democrático-Burguesa no Brasil.

Foi ancorada na perspectiva de se valer da Constituinte para influenciar os rumos da democratização, que o PCB propôs, logo no início dos trabalhos, que aquela assembleia enviasse ao presidente da República uma solicitação formal de esclarecimento sobre o posicionamento do governo em relação às greves e à violência policial empregada contra os trabalhadores paralisados. Por trás daquele pedido, havia a intenção de publicizar a questão colocada pelo próprio movimento reivindicatório, bem como a de constranger Dutra a utilizar a Carta de 1937 para restringir o direito de greve, conforme propunham os principais representantes da burguesia industrial. A medida pressionou o general, haja vista que ele havia acabado de assumir a presidência destacando seu compromisso com o regime e com as liberdades democráticas. Ela também é um bom exemplo de como o PCB procurou, desde as primeiras sessões, efetivar o compromisso que havia assumido de levar à Constituinte questões que o partido julgava como de interesse dos trabalhadores. Vale destacar que o presidente da mesa que coordenava o trabalho de elaboração da nova constituição, o pessedista Nereu Ramos, tentou barrar o pedido de urgência proposto pelos pecebistas para preservar o recém-eleito Dutra. Aquele já era um indicativo da maneira que o direito de greve seria abordado no Parlamento e de como o PSD, partido do presidente, atuaria. No entanto, a UDN, fazendo jus ao seu programa político e ao discurso que havia adotado, de que apoiara o direito a greve desde que não servisse a interesses políticos de terceiros ou ameaçasse a ordem estabelecida (ALMINO, 1980, p. 74), apoiou o pedido de esclarecimento feito pelos comunistas e a proposta acabou aprovada. No dia seguinte, os jornais ligados ao PCB divulgaram a decisão pelo envio como “uma grande vitória democrática”³⁴⁹.

Além do pedido de esclarecimento enviado ao presidente, os pecebistas e alguns udenistas propuseram que a própria Assembleia Constituinte decidisse se a Carta de 1937 continuaria em vigência durante a redação da nova Constituição e, conseqüentemente, se ela poderia ser adotada como referência para reprimir as greves. Defensores da revogação, os

³⁴⁸ Teses sobre a situação internacional e nacional para a III Conferência Nacional do PCB. Tribuna Popular, 16 jun. 1946, p. 3.

³⁴⁹ Ver o artigo “Uma grande vitória democrática”, na Tribuna Popular, 12 fev. 1946, p. 3.

comunistas alertavam que a antiga Constituição vinha sendo utilizada para deter a marcha da democracia, impedir a unidade da classe operária e dificultar o desmascaramento de todas as negociatas e conspirações realizadas contra o povo. Desse modo, concluíam que ela era um impeditivo à constituição do regime democrático, uma ameaça de retrocesso aos tempos ditatoriais de censura e terror policial e que somente a sua revogação poderia restabelecer a ordem e a tranquilidade na cena política nacional. O PCB chegou inclusive a propor o retorno provisório à Constituição de 34 – sem os famosos “adendos autoritários de 35” –, o que chama atenção, haja vista as inúmeras vezes que eles criticaram os liberais por apresentarem essa proposta enquanto Vargas ainda se encontrava na presidência. Ao sugerir que essa decisão sobre o futuro da Carta do Estado Novo caberia aos próprios parlamentares, e não ao presidente, o partido procurava ampliar o poder de decisão do Legislativo diante do Executivo, isto é, estabelecer um equilíbrio entre os poderes diferente daquele que havia sido determinado por Vargas por meio do AI-9. Nesse sentido, a proposta também representava uma tentativa de ampliar o poder de influência do próprio PCB sobre a democratização. Desse modo, a tentativa de uso do Legislativo contra a centralização política em torno do Executivo tornou-se mais um fator responsável pelo caráter conflituoso da democratização.

Paralelamente, o mesmo grupo de congressistas formalizou a solicitação³⁵⁰ para que aquela assembleia tivesse o direito de legislar enquanto a nova Constituição não ficasse pronta, possibilitando aos parlamentares o exercício simultâneo dos poderes legislativos e sobre a Constituinte. Para justificar a proposta, afirmavam que a Assembleia tinha responsabilidade na resolução da crise nacional e que, ao se restringir à elaboração da nova Constituição, estaria traíndo a confiança depositada nela pelo povo. Indo além, eles argumentavam que o restabelecimento dos poderes legislativos não procurava satisfazer interesses pessoais dos parlamentares, mas resguardar a soberania do próprio Parlamento:

Para nós, trata-se, antes e acima de tudo, de defender a soberania da Assembleia Constituinte, porque é através de uma Constituinte soberana que o processo de redemocratização e de União Nacional vai ser garantido e que poderemos enfrentar de modo eficaz todas as graves questões econômicas e políticas que se apresentam no caminho do progresso nacional.³⁵¹

³⁵⁰ Apesar de pecebistas e alguns udenistas serem favoráveis à revogação e ao direito daquele Parlamento legislar, eles nunca chegaram a um acordo, o que resultou na apresentação de propostas diferentes com a mesma finalidade.

³⁵¹ “As responsabilidades das classes dominantes”. *Tribuna Popular*, 8 fev. 1946, p. 3.

Além da enorme expectativa em relação ao momento da Constituinte, essa passagem também revela novos sinais de contradição no discurso pecebista. Ao invés da atribuição do papel de força dirigente aos trabalhadores, há uma exaltação do Parlamento enquanto mecanismo de consolidação do regime democrático que passaria a vigorar no país. Quer dizer, ao reforçar a importância do Poder Legislativo, o PCB deixava de atribuir à sociedade civil o protagonismo na condução da transição para a democracia. Mesmo assim, caso fosse aprovada, essa proposta reduziria o amplo controle que o Poder Executivo possuía naquele momento sobre as decisões que envolviam a democratização. Trata-se, portanto, de uma nova iniciativa pecebista de se valer do Constituinte enquanto um instrumento da construção da democracia e do projeto de nação que almejavam, bem como uma maneira de potencializar sua influência na cena política. O PCB seguia disputando o controle da democratização.

Enquanto Dutra não respondia à solicitação formal enviada pelo Parlamento sobre o seu posicionamento em relação às greves e o debate referente à revogação da Carta de 37 continuava em aberto, os pecebistas e os trabalhadores procuraram influenciar as decisões da Assembleia Constituinte promovendo mobilizações no âmbito da sociedade civil. A Comissão Executiva do PCB orientou os integrantes do partido a reforçar a postura ativa e a organização das massas na luta contra a Constituição do Estado Novo: “Que todos se unam e manifestem sua vontade democrática nos locais de trabalho, nas fábricas, nas ruas e bairros de nossas cidades. Que todos, individualmente ou organizados dirijam-se ao Presidente da Assembleia Constituinte”³⁵². Os comunistas recorriam, assim, ao argumento de que em uma democracia o Congresso Nacional deveria se submeter à soberania popular, e que caberia, portanto, ao povo indicar aos congressistas o caminho a ser seguido. Ao mesmo tempo que demonstram o seu apreço pelas instituições democráticas como mecanismos de solução do conflito, o PCB seguia difundindo a proposta de atribuir aos trabalhadores a condição de força dirigente da democratização.

Seguindo as orientações do PCB, organizações profissionais de diversas categorias enviaram telegramas ao presidente da Constituinte, como este elaborado pelos trabalhadores da Light:

Senador Melo Viana, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Em nome de 10.500 trabalhadores em Carris Urbanos, reunidos na sede do seu Sindicato de classe, solicita a V. Excia, em nome das tradições de liberdade do nosso povo, a revogação

³⁵² “O povo exige a revogação da Carta de 37”. Tribuna Popular, 13 fev. 1946, p. 2.

da carta-fascista de 37, a ruptura das relações como o tirado Francisco Franco ... assinado, Cirpiano José Neves, Presidente do Sindicato.³⁵³

Os comitês democráticos também foram mobilizados para incentivar as “massas” a pressionar os congressistas, seja organizando palestras, enviando telegramas ao Parlamento e até mesmo promovendo manifestações. Na Tribuna Popular do dia 22 de fevereiro de 1946, por exemplo, é possível encontrar convites a mais de dez manifestações espalhadas pelos bairros do Distrito Federal. Paralelamente, o PCB também propôs a criação da Comissão pró Constituição Democrática, uma espécie de frente ampla “acima de compromissos partidários, que visam levar a Assembleia Constituinte as sugestões do povo à elaboração na nossa Magna Carta que deverá ser, por certo, uma Constituição à altura da época de ascensão democrática em que vivemos e onde somente seja legal aquilo que convém ao povo”³⁵⁴. Essas iniciativas exerceram influência direta no trabalho dos parlamentares, sobretudo no debate a respeito da pertinência de manutenção da Carta de 37, o que reforça o entendimento de que a análise da elaboração da Constituição que vigorou no Brasil durante a República de 46 não pode ser feita de maneira desvinculada da atividade política desenvolvida no âmbito da sociedade civil.

No entanto, mesmo com a pressão exercida pelos trabalhadores, os pecebistas e alguns parlamentares ligados a UDN, as principais propostas apresentadas pelo PCB naquele início de Constituinte acabaram derrotadas. A maioria³⁵⁵ dos congressistas, composta por integrantes do PSD e do PTB, seguindo a orientação do governo, votou contra a revogação da Constituição de 37³⁵⁶ e o direito de o Parlamento legislar enquanto a nova Carta era elaborada. Como bem aponta Weffort (1973, p. 93), não faltava ao governo a maioria parlamentar para defendê-lo das críticas feitas no Congresso e para garantir a vitória das votações mais caras a ele. Além disso, o fato de o partido do presidente ser o mesmo da maioria dos parlamentares também ajuda a explicar esse movimento de submissão do Poder Legislativo frente o Executivo. Foi, portanto, a partir dos limites impostos pelas leis autoritárias da Carta de 37 e por um Parlamento de maioria conservadora que se deu a formulação da nova Constituição (ALMINO, 1980, p. 94) e, por extensão, a delimitação da democracia que começava a vigorar no Brasil. Como bem

³⁵³ Tribuna Popular, 9 mar. 1946, p. 546. Outro caso semelhante a esse foi o telegrama enviado pelos trabalhadores da Nitro-Química Brasileira, este diretamente enviado aos parlamentares comunistas: Tribuna Popular, 14 mar. 1946, p. 2.

³⁵⁴ Tribuna Popular, 28 mar. 1946, p. 1.

³⁵⁵ De um total de 320 deputados constituintes eleitos, “151 deputados e 26 senadores pertenciam ao PSD (o que somados correspondem a 55,3% do total), 77 deputados e 10 senadores à UDN (27,2%), 22 deputados e 2 senadores ao PTB (7,5%), e 14 deputados e um senador ao PC (4,6%)” (ALMINO, 1980, p. 334).

³⁵⁶ 140 a 94 foi o resultado da votação pela manutenção da Carta.

destaca Weffort, (1973, p.93) “não poderia ser mais clara a presença do espírito autoritário do Estado Novo definindo os limites para a emergência da democracia e da Constituição de 1946”.

Para compreender como foi possível e o que motivou o próprio Parlamento a tomar decisões que limitavam o seu poder de atuação é necessário fazer uma análise um pouco mais detalhada do Partido Social Democrático, haja vista que sua atuação foi determinante para que isso ocorresse. O PSD foi fundado sob orientação de Vargas em meio a desintegração do Estado Novo, justamente para preservar e articular as lideranças políticas regionais que sustentavam o regime ditatorial. Não à toa, os antigos interventores eram as figuras de destaque dentro do partido. Trata-se do que Lucia Hippolito (2012, p. 46) define como um partido criado “de cima para baixo” e “de fora para dentro”, partido de quadros e fortemente centralizado. O PSD também era composto por proprietários rurais, industriais, comerciantes, funcionários públicos e por integrantes da Igreja Católica. A identificação dos integrantes do partido ajuda a explicar por que ele atuava pela conservação da ordem, que naquele caso representava a manutenção dos privilégios políticos e econômicos das elites nacionais. Graças a articulação promovida pelo PSD, as oligarquias agrárias permaneceram no poder mesmo após a queda de Vargas. Vale destacar, ainda, que a criação do PSD não tinha como intuito apenas promover a integração das elites regionais e das forças conservadoras. Ela também visava “criar instrumentos que lhe permitissem operar a transição para um regime democrático” (HIPPOLITO, 2012, p. 55), vide o papel desempenhado nas duas votações mencionadas. Com efeito, os integrantes do partido passaram a atuar para defender a ordem instituída e justificar as ações do Governo. Atento a essa questão, João Almino (1980, p. 288) afirma que para os pessedistas “a democratização nada mais implicava senão a modificação do sistema autocrático; não tinha necessariamente o sentido de se eliminarem os controles do Estado sobre a sociedade civil, posição que não chega a se modificar na Constituinte quando este partido se pronuncia a respeito dos trabalhadores”. O PSD pode ser considerado, portanto, a expressão das forças conservadoras na Assembleia Constituinte, isto é, mais um instrumento utilizado por ela para restringir a amplitude da democratização. Em vista disso, a tese de que o Partido Social Democrático foi a grande força de centro da Quarta República (HIPPOLITO, 2012, p. 51), promovendo sempre que possível a conciliação de interesses, não se sustenta.

Ao analisar o papel desempenhado pelo PSD naquele estágio da democratização é importante falar também da atuação do PTB, haja vista que eles agiram conjuntamente em diversos momentos da Constituinte. A estreita ligação que os dois partidos possuíam com o ex-presidente garantiu quase que automaticamente a constituição de uma aliança entre eles.

Diferente do seu aliado elitista, o PTB havia sido criado para agrupar os parceiros de Vargas mais próximos aos trabalhadores, aqueles diretamente ligados à atividade sindical e a legislação trabalhista do Estado Novo, e para resguardar a “obra social” do seu governo. Com efeito, boa parte dos queremistas e dos sindicalistas tidos como pelegos em virtude da sua proximidade com o Estado Novo ingressaram no partido. O fato de se colocarem como representantes dos trabalhadores não impediu os petebistas de votarem a favor da conservação da Carta de 37, ou seja, pela manutenção da proibição do direito de realização das greves. Os petebistas se mostravam satisfeitos naquele momento com o acordo de acompanhar o governo nas votações em troca do ministério do controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Considerando o amplo controle que Vargas possuía sobre o PTB (ALMINO, 1980, p. 78), é possível afirmar que a conduta do partido naquelas votações representa a leitura que ele próprio fazia da conjuntura política e dos rumos da democratização, mesmo não vindo a público para anunciá-la. Vargas seguia mantendo a opinião de que os trabalhadores deveriam estar politicamente submetidos ao controle do Estado. Desse modo, mesmo após a sua queda, ele seguiu comprometido com as elites locais e as forças conservadoras, recusando qualquer aproximação em relação ao PCB.

Derrotados, os pecebistas e alguns udenistas definiram como absurda e antidemocrática a manutenção da Carta de 37 e o fato de a própria Assembleia ter se declarado incompetente para legislar, intervir nas questões nacionais. Indo além, eles passaram a alertar a sociedade quanto à possibilidade de Dutra recorrer ao AI-9 para fechar o Congresso, interrompendo os trabalhos constituintes e até mesmo a própria a democratização³⁵⁷. Também merece destaque a maneira como aquelas decisões ecoaram fora do Parlamento. Além das sessões marcadas por uma intensa agitação na parte do auditório destinada aos civis que queriam acompanhar o trabalho constituinte, no dia em que os parlamentares decidiram manter a Constituição de 37 em vigência, diversos trabalhadores se reuniram na parte de fora do Palácio Tiradentes para aguardar o resultado da votação. De acordo com os relatos dos principais jornais da época e dos próprios congressistas, muitos parlamentares foram hostilizados pela multidão quando se ausentaram do prédio³⁵⁸. Com efeito, nas sessões seguintes as galerias que até então eram abertas ao público foram fechadas. Não satisfeito, o presidente da Constituinte, Nereu Ramos

³⁵⁷ Ver, por exemplo, o editorial “Advertência à Constituinte” do Correio da Manhã no dia 3 mar. 1946, p. 4.

³⁵⁸ Vale destacar que alguns parlamentares chegaram a responsabilizar publicamente os comunistas por aquele incidente, tal qual ocorria em relação às greves.

(PSD), avisou logo na sua primeira fala que havia recomendado à polícia “agir com mais energia” caso eventos como aqueles se repetissem.

Com aquelas duas vitórias logo no início dos trabalhos constituintes, Dutra viu o seu controle sobre a democratização ser reforçado. Lembrando que o chefe do Poder Executivo ainda possuía as prerrogativas estabelecidas por Vargas no AI-9, vide o direito de impor decretos-lei, o que praticamente lhe dava poderes ditatoriais para determinar os limites da democracia que começava a vigorar no país (VIANNA, 1976, p. 254). O poder de pressão do Poder Legislativo naquele contexto era tão fraco, que o presidente nunca chegou a responder o pedido de esclarecimento do seu posicionamento em relação às greves e a repressão policial. Considerando que aquelas decisões também foram determinantes para o aumento da repressão às greves e a outras formas de mobilização política dos trabalhadores urbanos³⁵⁹, conforme exigia o empresariado nacional, atribuindo inclusive um caráter legal a essas ações, chega-se à constatação de que elas também marcam a consolidação do controle das forças conservadoras sobre a transição para a democracia. Vargas havia caído, mas as forças conservadoras que haviam composto ou apoiado o seu governo seguiam no poder sem precisar continuar se submetendo à sua liderança. Contando com um de seus representantes no comando do Poder Executivo e a maioria no Congresso Nacional, elas passaram a conduzir a democratização com o intuito de instituir uma democracia que resguardasse seus privilégios.

Esses fatores reforçam a interpretação de que o Golpe Civil Militar de 1945 não foi fruto de um pacto liberal. O fato de José Linhares ter assumido provisoriamente a presidência após a intervenção militar e a transição para uma democracia com traços liberais contribuem para essa interpretação equivocada. Contudo, os resultados das primeiras votações de relevância da Constituinte revelam que as forças conservadoras não aderiram ao projeto de democratização da oposição liberal ou cederam a ela o controle da transição no momento em que romperam com Vargas, haja vista, por exemplo, a decisão por manter a Constituição de 1937 em vigência. Como bem destaca Weffort, (1973, p.93) “a instalação do novo governo era também o começo do fim para os sonhos liberais de uma democracia livre das inovações da ditadura”. Ao invés da ascensão de um liberalismo conservador, conforme propõem Vianna (1976) e Almino

³⁵⁹ Na mesma semana em que os parlamentares tomaram aquelas decisões, o Chefe de Polícia do DF passou a desaconselhar, por meio de uma nota pública oficial, a realização de comícios contra a Carta de 37. De acordo com ele, todos os comícios com essa natureza representavam uma perturbação à ordem pública e à própria democracia, o que chama atenção, haja vista que o alvo dos protestos eram as leis formuladas para sustentar e legitimar um regime ditatorial.

(1980), o que ocorreu no início de 1946 foi a consolidação das forças conservadoras, defensoras de uma agenda econômica liberal, no controle da democratização.

Nesse contexto, o PCB viu suas chances de intervir na formação da democracia serem drasticamente reduzidas. As primeiras derrotas do partido na Constituinte revelaram que o espaço parlamentar não possuía o amplo potencial de transformação da realidade nacional conforme os pecebistas acreditavam, que as outras forças políticas ali representadas não seriam facilmente convencidas pelos seus argumentos. Somadas ao fracasso da tentativa de convencer os trabalhadores urbanos e o empresariado a estabelecer um pacto em nome do desenvolvimento do capitalismo nacional e ao fato de os trabalhadores não terem assumido a condição de força dirigente da transição para a democracia, elas também evidenciam o esgotamento das possibilidades de execução do projeto de democratização almejado pelos comunistas. Mesmo assim o PCB seguiu disputando a formação da democracia e reforçando as diretrizes da sua linha de atuação política às bases:

[...] compreendamos que o prosseguimento de nossas conquistas democráticas dependa fundamentalmente do povo organizado, da capacidade de democratas se unirem, de fazerem uma frente comum, vigorosa e potente contra os restos fascistas [...]. Pregamos agora não o acirramento da luta de classes, mas sim a cooperação das classes para o progresso econômico do país e para a liquidação moral e política dos bandos fascistas, açuladores da guerra civil.³⁶⁰

Além de recomendar ordem e tranquilidade, os pecebistas continuaram acreditando que a formação de uma frente ampla era a melhor estratégia para viabilizar a democracia que almejavam e o desenvolvimento do capitalismo nacional.

³⁶⁰ Editorial de Pedro Pomar. Tribuna Popular, 17 mar. 1946, p. 3.

Capítulo 6. Democratização via coerção

Se, por um lado, o Poder Legislativo tinha optado por restringir o próprio direito de legislar enquanto a nova Constituição não ficasse pronta, por outro, o presidente Dutra passou a fazê-lo ativamente por meio de decretos-lei³⁶¹ (VIANNA, 1976, p. 254). Conforme destacado nos capítulos anteriores, esse instrumento de intervenção política (AI-9) criado por Vargas quando ele regulamentou a transição para a democracia permitia ao líder do Poder Executivo estabelecer leis sem depender da aprovação dos demais poderes e dos diferentes setores da sociedade, o que revela a sua natureza antidemocrática. Desse modo, algumas leis que determinavam os limites da democracia passaram a ser simplesmente impostas, não havendo qualquer debate em torno delas ou até mesmo a possibilidade de revogá-las. Valendo-se dessa prerrogativa, Dutra expediu inúmeros decretos-lei, interferindo diretamente em assuntos que ainda estavam sendo debatidos pelos parlamentares responsáveis pela elaboração da nova Carta (ALMINO, 1980, p. 92). Ou seja, mesmo sem intervir diretamente nos trabalhos da Assembleia

³⁶¹ De acordo com Giovannetti Netto (1986, p. 63), “durante o Estado Novo, Getúlio Vargas assinara dez leis constitucionais, enquanto José Linhares, no seu curto período de Governo, pouco mais de 3 meses, assinara 11”; Dutra, por sua vez, “desde o início do seu governo até a véspera da promulgação da nova constituição, pouco menos de 8 meses, baixou 1457 decretos-leis, sobre os mais variados assuntos”.

Constituinte, o general tomava decisões que se sobrepunham e restringiam o trabalho dos congressistas. Era evidente que Dutra, e não a Constituinte, estava regendo a etapa final da democratização.

Foi justamente por meio desse dispositivo antidemocrático que Dutra praticamente proibiu a realização de greves no Brasil. O Decreto-Lei 9.070, expedido por ele no dia 15 de março de 1946, impedia a paralisação de qualquer atividade profissional definida como fundamental, só permitindo “greves nas outras empresas quando, após a obrigatória mediação da Justiça do Trabalho em dissídio, o empregador se recusasse a cumprir a determinação do tribunal; e, mesmo assim, a greve só poderia ter como objetivo único o cumprimento da determinação judiciária” (MARANHÃO, 1979, p. 58). Não por coincidência, praticamente todas as atividades laborais foram definidas pelo mesmo decreto como fundamentais ao desenvolvimento econômico da nação. Na democracia que começava a vigorar no Brasil, não seria permitido aos trabalhadores recorrer às greves para reivindicar suas demandas econômicas, sociais e políticas. Aquela decisão contrariava o compromisso de respeitar o direito a greve que Dutra havia firmado com os trabalhadores quando assumiu a presidência. No entanto, ela não chega a ser surpreendente e não pode ser interpretada apenas como resultado da pressão exercida pela burguesia industrial³⁶². O pensamento autoritário do presidente e a sua simpatia pela estrutura sindical corporativista já eram notórios antes mesmo de ele candidatar-se à presidência. Ele também externalizava frequentemente sua repulsa à ideia de luta de classes, afirmando que felizmente esse não era um mal presente no Brasil e que caberia aos líderes da nação “desenvolver, por procedimentos legais e efetivos, a obra do ajustamento e completa assimilação das classes” (ALMINO, 1980, p. 36-37).

Os pecebistas se manifestaram rapidamente contrários àquela medida. Eles afirmaram que o governo procurava “impedir o proletariado de usar as armas da democracia, violando inclusive o compromisso assumido em Chapultepec”³⁶³. Vale lembrar que, já no início de 1945, antes mesmo de Dutra se tornar candidato à presidência, os comunistas alertavam para os riscos de atribuir tamanho poder a uma única pessoa, definindo os decretos-lei como um instrumento autoritário, um risco à própria democratização. Contudo, apesar do enorme incômodo com a restrição e da promessa de que lutaria pela sua revogação, o PCB seguiu orientando os

³⁶² Antes do anúncio do decreto uma comitiva da Fiesp foi ao encontro de Dutra para reforçar o seu posicionamento contrário às paralisações (COSTA, 1995, p. 112).

³⁶³ Tribuna Popular, 16 mar. 1946, p. 1.

integrantes e simpatizantes do partido a pautar sua atuação política de acordo com a ordem e a tranquilidade:

O Partido Comunista lutará, por todos os meios legais ao seu alcance, contra essa monstruosidade jurídica e não vê motivos que justifiquem a modificação de sua linha política: saberá evitar as provocações e continuará lutando pela solução pacífica dos graves problemas desta hora, disposto, como sempre, a colaborar com governo, desde que este queria governar com o povo e revogar medida tão reacionária como a lei a que nos referimos.³⁶⁴

Até mesmo alguns udenistas manifestaram o seu repúdio à decisão tomada por Dutra. Eles mantinham o discurso de que eram contrários ao abuso das greves assim como à supressão desse direito (BENEVIDES, 1981, p. 64). Paralelamente, também alertaram para a utilização dos decretos-lei como instrumento de interferência nos trabalhos da Assembleia Constituinte.

Alheio às críticas, Dutra expediu outro decreto-lei no mês de março de 1946 que feria diretamente a autonomia e a atividade política dos trabalhadores. Procurando restringir a influência dos comunistas nas direções sindicais, ele suspendeu por um ano a realização de eleições sindicais e estendeu automaticamente o mandato das diretorias que se encontravam no poder desde a ditadura do Estado Novo (WEFFORT, 1973, p. 93). Naquele momento, a adoção de medidas autoritárias era a única forma que o governo tinha de manter o movimento sindical sob seu controle. O general não estava disposto a permitir que as práticas democráticas³⁶⁵ vigorassem dentro dos sindicatos. Havia ainda o indicativo de que somente as diretorias dos sindicatos e seus respectivos delegados poderiam representar os trabalhadores nas negociações com patrões e empresas. Conseqüentemente, além de limitar o poder de atuação das comissões formadas pelos trabalhadores no próprio local de trabalho, a medida também feria os interesses do PCB, haja vista o interesse do partido em assumir a condição de representante dos trabalhadores nas negociações com os patrões e o Estado. Posteriormente, em fins de julho daquele ano, Dutra ainda impôs o Decreto-Lei nº 9.502, formalizando a restrição às eleições sindicais e proibindo a realização de atividades político-partidárias nos sindicatos, bem como a “propaganda de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da nação”³⁶⁶. O

³⁶⁴ “Comunicado de Prestes frente o decreto lei”: Tribuna Popular, 17 mar. 1946, p. 2.

³⁶⁵ Por práticas democráticas entendo: “os modos de fazer e agir em grupo e pressupõe que quanto mais esses modos forem fruto de diálogo, discussão e deliberação coletiva, mais democráticas são as práticas em grupo” (FUSSIEGER, 2019, p. 19).

³⁶⁶ Trecho do **Decreto-Lei nº 9.502, de 23 de Julho de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9502.htm. Acesso em: 3 nov. 2021.

amplo controle que Dutra possuía sobre a democratização e o impacto dos decretos instituídos por ele confirmaram as previsões pecebistas quanto aos problemas de eleger um novo presidente antes de concluir a elaboração de uma nova Constituição. Como bem destaca Weffort (1973, p. 93), “a instalação do governo Dutra foi de fato o começo do fim para o movimento de ascenso que se havia registrado no movimento operário em janeiro e fevereiro de 1946”.

O domínio de Dutra sobre a democratização não era resultado apenas da decisão dos parlamentares de restringir os próprios poderes legislativos ou do fato de o seu partido possuir a maioria da Assembleia Constituinte. O general seguia conduzindo a formação da democracia via decretos-lei também porque suas intervenções eram bem recebidas pela burguesia industrial e pelos representantes do setor financeiro (ALMINO, 1980, p. 90; 93), que cobravam dele, justamente, uma postura mais dura diante dos trabalhadores. Ao apoiar o decreto-lei antigreve e algumas intervenções do PSD em momentos decisivos da Constituinte, a burguesia industrial evidenciava sua atuação como força conservadora de determinadas estruturas da ditadura do Estado Novo, conforme já vinha fazendo desde quando resolveu apoiar o Golpe de 1945. Esse setor aprovava aquelas medidas autoritárias, sobretudo as que restringiam o direito de livre atuação política dos trabalhadores, a fim de conservar seus privilégios. Como bem destaca Vianna (1976, p. 253), dada a incapacidade da burguesia nacional de constituir sua hegemonia, ela precisa impedir a constituição de um mercado de trabalho livre e exercer o controle político-ideológico das demais classes e camadas sociais. Membros da alta cúpula da Igreja Católica também apoiavam as medidas repressivas do governo, principalmente aquelas direcionadas aos comunistas. A ampla aceitação das medidas impostas por Dutra manifestada por esses setores reforça a interpretação de que as forças conservadoras haviam assumido o controle da transição para a democracia após a queda de Vargas. Constata-se, então, que a democracia brasileira estava sendo construída de cima para baixo, isto é, de acordo com os interesses dos integrantes do bloco no poder – e em detrimento dos anseios dos trabalhadores –, por meio de medidas autoritárias do próprio Estado, e não a partir da atividade política desenvolvida no âmbito da sociedade civil. Portanto, por um caminho totalmente oposto àquele que o PCB reivindicava.

Paralelamente à utilização de recursos jurídicos, o governo federal também intensificou a utilização do seu aparelho coercitivo contra os trabalhadores. Na mesma semana que o decreto-lei antigreves foi expedido, diversos sindicatos foram invadidos e empastelados pela polícia. As manifestações públicas também passaram a ser severamente reprimidas. Esse foi o caso, por exemplo, do evento realizado no Largo da Carioca, no Rio de Janeiro, em 23 de maio de 1946, para comemorar um ano do retorno do PCB à legalidade. A polícia do Distrito Federal,

sob ordens de José Pereira Lira³⁶⁷, disparou com metralhadoras contra os manifestantes, ancorada na alegação de que aquela manifestação não possuía permissão para ser realizada (MARANHÃO, 1979, p. 84). Alguns parlamentares pecebistas foram arbitrariamente presos e dezenas de pessoas foram alvejadas pelos policiais³⁶⁸. Apenas algumas semanas antes, as comemorações do 1º de maio haviam sido proibidas sob a alegação de que poderiam tumultuar o importante momento político que o país vivia. A justificativa apresentada revela o temor que os integrantes do bloco no poder tinham da atividade política dos trabalhadores. Desse modo, o evento que, em princípio, era definido como uma vitória histórica dos trabalhadores, dada a impossibilidade de uma comemoração livre do dia do trabalhador nos tempos de ditadura, passou a ser considerado o indicativo da vigência de um “estado de sítio branco” no país.

Além de restringir a atividade política dos trabalhadores urbanos, as intervenções promovidas pelo novo governo também tinham como objetivo reprimir a atuação do PCB. Logo no dia 19 de março de 1946 foi emitida uma nota pelo ministro da Guerra informando que postos sensíveis do exército não poderiam ser ocupados por comunistas. Pouco tempo depois, aproveitando-se do anticomunismo que se propagava no Brasil e no mundo em virtude da Guerra Fria, Dutra determinou o expurgo de todos os funcionários públicos que tinham vínculos com o Partido Comunista e atuou por meio do Departamento Federal de Segurança Pública para impedir o funcionamento do MUT, alegando que aquele movimento representava uma ameaça à sociedade. Paralelamente aos ataques promovidos pelo presidente, diversos parlamentares, sobretudo os pessedistas, passaram a definir os pecebistas como um corpo estranho à Assembleia Constituinte e, por extensão, uma ameaça à democracia brasileira. Vale destacar ainda o surgimento de alguns movimentos no âmbito da sociedade civil para combater os comunistas, como o Movimento da União Sagrada, articulado pela Igreja Católica e outros setores que compunham as forças conservadoras. Os pecebistas, por sua vez, quando se referiam à perseguição à qual estavam submetidos, procuravam explicitar as semelhanças que aquele momento tinha com a conjuntura que antecedeu o Estado Novo, alertando, assim, que o país estava novamente sob a ameaça de uma ditadura e da ascensão do fascismo. A diretriz de ordem e tranquilidade seguia em vigência e qualquer possibilidade de enfrentamento estava descartada.

³⁶⁷ Antes de ocupar o cargo de chefe da polícia do Distrito Federal, José Lira havia trabalhado como chefe da equipe de advogados da Light, empresa que naquele momento era um dos principais alvos de ataques dos trabalhadores.

³⁶⁸ Tribuna Popular, 25 maio 1946, p. 3.

A repressão corriqueira à atividade e manifestações políticas realizadas pelos pecebistas ganhou outros contornos quando os deputados petebistas Barreto Pinto e Himalaia Virgulino entraram com o pedido de cassação do PCB no Tribunal Superior Eleitoral. Os parlamentares se valeram de uma declaração polêmica de Prestes³⁶⁹ para acusar o partido de ser uma organização internacional a serviço de uma nação estrangeira e justificar a abertura do processo. A base do pedido de cassação se valia do código eleitoral de maio de 1945, que, no seu artigo 114, autorizava o TSE a “negar registro a qualquer partido cujo programa fosse contrário aos princípios democráticos ou aos direitos fundamentais do homem, como definidos na Constituição” (SOUZA, 1983, p. 116). No mesmo pedido enviado ao tribunal os pecebistas foram acusados de instigar a desordem do país por meio da propaganda da luta de classes e de defender valores marxista-leninistas que resultariam na destruição da civilização ocidental e cristã. Começava a ganhar força o entendimento de que o PCB era uma ameaça à democracia brasileira.

A combinação dos decretos-leis impostos por Dutra com a repressão às greves e outras formas de manifestação e reunião dos trabalhadores expõe a intensificação do aspecto coercitivo da democratização, existente desde o início daquele processo. A transição para a democracia no Brasil era cada vez mais marcada por ataques às liberdades democráticas e pela violência promovida pelo Estado contra os cidadãos que procuravam se envolver com a formação da democracia. As forças conservadoras precisavam da coerção do Estado para manter a democratização sob seu controle e resguardar os privilégios das classes dominantes. Como bem destaca Vianna, (1976, p. 266) “tratava-se de ‘salvar’ as instituições e práticas sociais vigentes no Estado Novo, no que se tratava das relações com as classes subalternas”. Ao negar aos trabalhadores o direito de escolher seus próprios representantes, limitar a autonomia dos sindicatos e praticamente proibir a realização de greves, Dutra restringiu drasticamente a atividade política dos trabalhadores, relegando-os à mera condição de eleitores. Portanto, além de impedir a contemplação do aspecto econômico da democratização, o presidente se valeu da coerção para limitar a amplitude do desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil que seria permitida na democracia e começava a vigorar no país. Estava sendo imposto um modelo de democracia que não atendia os trabalhadores, os pecebistas e até mesmo alguns liberais ligados à UDN.

³⁶⁹ Questionado em uma sabatina feita pelos funcionários da Justiça sobre de qual lado seu partido estaria em uma eventual guerra entre o Brasil e a URSS na qual o governo defendesse os interesses imperialistas dos EUA, Prestes afirmou que ficaria ao lado dos trabalhadores (Tribuna Popular, 16/03/1946). Essa declaração foi amplamente utilizada para difundir a antiga acusação de que o PCB servia aos interesses da União Soviética e não aos do Brasil.

Foi sob esse amplo domínio político das forças conservadoras e em meio a inúmeras práticas coercitivas do Estado, visando a restrição do envolvimento da sociedade civil com a formação da democracia, que se desenvolveram os trabalhos da Assembleia Constituinte. As decisões tomadas por Dutra via decretos-lei e os interesses de alguns setores da sociedade em conservar determinadas características do período ditatorial impunham rígidos limites ao trabalho dos parlamentares responsáveis pela formulação da nova Carta. Atento a essa questão, Giovannetti Netto (1996, p. 52) destaca que “os acontecimentos que pontuaram o período e os trabalhos legislativos que deram forma à Constituição de 18 de setembro são reveladores dos limites estreitos e condicionantes em que se operava a democratização e reconstitucionalização do País, notadamente depois de 29 de outubro”. Essa realidade reforça a premissa teórica de que é indispensável considerar o contexto externo à Assembleia Constituinte para compreender os interesses que pautam a formação da democracia. Analisar apenas os debates travados entre os parlamentares e a divisão de forças existente no Congresso é insuficiente para explicar a democratização, uma vez que essa análise “não consegue perceber os processos de mutação que está experimentando a atuação dos diferentes setores sociais no universo político e como tais mutações incidem, inclusive, sobre a própria estrutura político institucional já estabelecida” (VITTULLO, 2006, p. 370).

Apesar das nítidas restrições impostas aos trabalhos da Assembleia Constituinte, os pecebistas seguiram acreditando na possibilidade de utilizar aquele espaço para influenciar a formação da democracia. No dia 21 de março de 1946, ou seja, após o anúncio do decreto-lei que praticamente proibiu as greves, o PCB entrou com um requerimento de urgência solicitando a votação de uma matéria que visava fortalecer o Parlamento frente os atos do presidente Dutra: “Esta Assembléia Nacional Constituinte resolve: 1º Desaprovar o ato do Poder Executivo baixando um Decreto-lei contra o direito de greve. 2º Solicitar ao Poder Executivo que informe os motivos por que as assembleias dos sindicatos votaram a ser realizadas com a presença dos agentes da Ordem Política e Social”. No entanto, o pedido foi facilmente revogado, graças à articulação dos pessedistas. Os comunistas pareciam não perceber que aquele Parlamento havia optado por se submeter ao Poder Executivo e que ele não se mobilizaria para resguardar os interesses dos trabalhadores.

Com a evolução dos trabalhos da Assembleia Constituinte, a chance de o PCB aprovar alguma de suas propostas se tornou ainda menor, dada a significativa mudança ocorrida na conduta dos parlamentares udenistas ao longo daquele processo. De acordo com o programa de governo lançado em 1945 junto com a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, a UDN era

favorável ao direito à greve “pacífica”, ao direito de voto aos analfabetos, à autonomia e unidade sindical, à extensão da CLT aos trabalhadores do campo, à liberdade dos comunistas e à realização da reforma agrária (BENEVIDES, 1981, p. 46; 53). Essas propostas também eram defendidas pelo PCB e indicavam a expectativa de uma democratização mais ampla, tanto na contemplação do seu aspecto econômico quanto na atribuição de uma maior autonomia para o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. Todavia, à medida que o trabalho da constituinte foi avançando, os udenistas se aproximaram dos pessedistas e, conseqüentemente, das pautas mais conservadoras. “A tese da adesão ao governo, defendida por Mangabeira, é vitoriosa sobre a proposta de intransigência liberal feita por Mello Franco que renuncia ao posto que ocupava na direção nacional deste partido” (ALMINO, 1980, p. 76). Com efeito, em diversas ocasiões eles deixaram de se manifestar contrários à manutenção dos resquícios ditatoriais do Estado Novo, passando a apoiar, inclusive, a imposição de um rígido controle sobre a atividade política dos trabalhadores urbanos. Desse modo, a UDN foi se distanciando, cada vez mais, de um discurso liberal, sustentando-o praticamente apenas nos debates de viés econômico, ao mesmo tempo que começou a se tornar um partido mais homogêneo³⁷⁰. Essa mudança de postura dos udenistas fundamenta a interpretação de que eles não tinham um “compromisso real com um processo real de democratização do país” (BENEVIDES, 1981, p. 52). Quer dizer, o incômodo de grande parte dos udenistas antes do início da transição para a democracia era sobretudo com Vargas e com o fato de estarem excluídos do bloco no poder e não necessariamente com os traços ditatoriais do regime.

Diversos fatores explicam a guinada conservadora da UDN. Os udenistas estavam dispostos a renunciar a algumas de suas pautas progressistas e a fazer acordos com as forças conservadoras para consolidar a sua aproximação em relação ao governo Dutra e garantir a implantação de um programa econômico liberal, com mais restrições à interferência do Estado na economia e aberto à influência do capital estrangeiro. Paralelamente, o incômodo em relação ao fortalecimento do PCB e dos trabalhadores urbanos na cena política também contribuiu para que os udenistas se aproximassem do PSD e do governo (BRAGA, 2002, p. 83), da mesma maneira que foi decisivo quando eles decidiram intensificar a articulação do Golpe Civil-Militar de 1945. Há que se destacar ainda que diversos integrantes da UDN ingressaram no partido porque ele se tornou o grande polo de aglutinação dos opositores de Vargas e não

³⁷⁰ Vale lembrar, conforme descrito no capítulo anterior, que a UDN era um partido significativamente heterogêneo no momento de sua fundação. Contudo, logo em 1946 os setores do partido ligados às forças conservadoras começaram a tomar a frente do partido, tornando-o mais homogêneo em torno dessa orientação.

necessariamente porque estavam alinhados às ideias liberais. A guinada conservadora da UDN reforça, portanto, a interpretação de que o Golpe de 1945 não representou a vitória do pacto liberal, mas o início do domínio das forças conservadoras sobre a democratização. Todavia, apesar desse amplo domínio, não se pode desconsiderar a influência da oposição liberal na delimitação da democracia que vigorou durante a República de 46.

A situação também era desfavorável para os pecebistas fora da Assembleia Constituinte. Além da forte repressão à manifestação organizada por eles no dia 30 de agosto de 1946, apenas duas semanas antes do término dos trabalhos da Constituinte, o governo havia decretado, por ordem do Ministro da Justiça, Carlos Luz, o fechamento do jornal Tribuna Popular, que ficou praticamente toda a segunda quinzena de agosto sem circular. O fechamento temporário do periódico comunista foi decretado com base na Lei de Segurança Nacional, que havia sido amplamente utilizada durante a ditadura do Estado Novo, e ainda estava em vigência. Deve-se considerar, ainda, que diversos sindicatos voltaram a ser invadidos pela polícia política às vésperas da promulgação da Constituição, vide o fechamento dos sindicatos dos marceneiros e portuários no dia 3 de setembro de 1946. A conjuntura política brasileira continuava extremamente conflituosa, indicando que a formulação da nova Constituição não arrefeceu a tensão da conjuntura política nacional. Do início ao fim, o trabalho dos parlamentares esteve envolto pelo conflito decorrente da mobilização dos trabalhadores por uma maior autonomia política, conflito esse que não tinha a mesma dimensão dentro do espaço da Constituinte.

Com a aproximação entre udenistas e pessedistas, grande parte das propostas levadas pelo PCB à Constituinte saíram derrotadas. Analfabetos e militares de baixa patente continuaram impedidos de participar das eleições; os direitos trabalhistas previstos na CLT não foram estendidos aos trabalhadores do campo; não foi concedido o direito à realização de greve; não foram formuladas leis para viabilizar a realização de uma reforma agrária efetiva; o parlamentarismo não foi adotado. Entre os reveses pecebistas, é importante destacar a manutenção da orientação corporativista da atividade sindical vigente desde o Estado Novo. Aquela decisão incidiu diretamente sobre um dos principais espaços de atuação política utilizados pelo PCB para tentar mobilizar suas bases e viabilizar os seus projetos, ao mesmo tempo que restringiu o poder de atuação do setor da sociedade mais próximo das pautas do partido. Os integrantes do bloco no poder optaram pela manutenção da estrutura corporativista justamente porque passaram a temer a atividade política desenvolvida pelos trabalhadores, o lugar que eles queriam ocupar naquela democracia e a crescente influência dos comunistas entre eles. As divergências relacionadas à autonomia sindical, assim como aquelas vinculadas às

greves, eram decorrentes de uma questão classista. Ampliando esse raciocínio, também é possível entender a conservação do corporativismo como uma forma de impedir a constituição de uma democracia mais ampla, mais permeável às intervenções que partiam do âmbito da sociedade civil, tal qual os pecebistas reivindicavam.

Observa-se, portanto, que o potencial de transformação atribuído pelos pecebistas à Assembleia Constituinte não se confirmou, a julgar pelas inúmeras características do período ditatorial preservadas na Constituição de 1946: “legislação eleitoral voltada para reduzir a expressão parlamentar do país urbano, a estatização de sindicatos, a manutenção do exclusivo agrário e a proibição da representação política das classes subalternas” (BRANDÃO, 1992, p. 140). Até mesmo os parlamentares dos partidos conservadores reconheciam o comedimento das transformações implementadas, vide o relato feito pelo líder pessedista Agamenon Magalhães:

Os constituintes de 1946 vinham, pois, das crises anteriores, são homens contemporâneos dos movimentos de 30, 34 e 47. Ficaram indecisos diante do futuro e atuaram sob a experiência ou recalques das crises passadas. O temor das ditaduras ou dos regimes autoritários, o temor do presidencialismo ou dos abusos do poder executivo, esse o facto psicológico que predominou na Constituinte de 1946. Na indecisão de novos rumos, voltaram aos velhos marcos de 1891, fugindo de todas as inovações de 1934 e condicionando a ordem econômica e social às garantias dos direitos individuais. Resumindo, o que predominou na Constituinte de 1946 foi o espírito de insegurança, que não é nosso, mas a dor de cabeça generalizada no mundo contemporâneo. O choque de culturas não terminou e dentro do seu curso é que teremos de julgar a atitude dos constituintes de 1946³⁷¹.

Trações de manutenção que, segundo ele, tinham relação com as crises políticas que antecederam a democratização. Diante das inúmeras evidências, é descabido questionar a existência de permanências, como faz Limongi (2015, p. 373). Conforme a professora Maria Campelo de Souza (1976, p. 134) já havia destacado, “a queda do Estado Novo foi amortecida, e sua estrutura geral aproveitada para a nova armação institucional”. As estruturas de poder do Estado Novo foram conservadas (WEFFORT, 1979), justamente para preservar o domínio político dos integrantes do bloco no poder e dar contornos de legitimidade à exclusão dos trabalhadores da cena política nacional. Dessa maneira, a Constituinte efetivou-se como o

³⁷¹ Correio da Manhã. 21 de setembro de 1946, p. 12.

espaço de consolidação e legitimação da transição pelo alto conduzida pelas forças conservadoras.

A promulgação da nova Constituição constitui o marco político-institucional da conclusão da transição para a democracia. A democratização chegou ao seu fim sem contemplar o seu aspecto econômico e sem extinguir inúmeras barreiras que limitavam a atuação política no âmbito da sociedade civil, sobretudo a dos trabalhadores. As intervenções feitas por Dutra por meio dos decretos-lei e a Constituição aprovada ao final do processo foram decisivas para a redução do potencial transformador que as democratizações podem ter. Optou-se pela adoção da democracia liberal, mas o veto ao ingresso dos trabalhadores na cena política foi mantido. Com efeito, começava a vigorar no Brasil uma democracia que preservava inúmeros traços ditatoriais do Estado Novo (WEFFORT, 1973; SOUZA, 1976), vide as restrições impostas à atividade sindical, à liberdade de manifestação, de reunião, de pensamento e de representação política, tais quais as forças conservadoras almejavam. Uma democracia que considerava um sinal de desordem o envolvimento dos trabalhadores com as questões políticas nacionais. Portanto, conclui-se que a República de 46 nasce a partir de uma contradição. Ao mesmo tempo que se garantiu o liberalismo formal e direitos civis e políticos eram para as elites e classes médias, foi mantida a estrutura corporativa e a utilização recursos coercitivos, tipicamente autoritários, para restringir os “de baixo”. Trata-se dos “limites conservadores do liberalismo no Brasil, que quando invocado – nos momentos de crise – pouco altera a estrutura de privilégios na qual se montou historicamente a formação social brasileira” (NEDER, 1979, p. 40).

Considerando todos esses elementos, nota-se que o regime democrático instaurado estava muito distante daquele almejado pelos pecebistas, o que os levou, em um primeiro momento, a se posicionarem contrários à promulgação da Constituição. Vigorava entre os pecebistas o entendimento de que

O projeto constitui assim uma espécie de camisa de força preparada pelos elementos mais reacionários da classe dominante, interessada em impedir as modificações estruturais já inevitáveis nas relações de produção e de propriedade para que o Brasil possa progredir [...].³⁷²

Indo além, eles afirmavam que a nova Carta era um retrocesso em comparação à de 1934, haja vista as deliberações contrárias ao direito a greve e à autonomia da atividade sindical.

³⁷² Tribuna Popular, 13 set. 1946, p. 3.

Concluía que “o povo brasileiro ainda não alcançou a grande lei democrática e progressista que almejava [...]”³⁷³. Procurando justificar o posicionamento do seu partido, Prestes afirmou que

Os comunistas não lutaram por uma Constituição de caráter socialista, mas com um conteúdo mínimo de democracia em que fossem aprovados artigos com (ilegível) em defesa da reforma agrária, contra os trustes e monopólios imperialistas, contra o presidencialismo, contra o Estado de Sítio e a cassação do mandato parlamentar, contra as polícias políticas.³⁷⁴

Era evidente a sua tentativa de desconstruir a imagem de radicalização atrelada ao PCB e a leitura de que o seu partido se manifestava contrário à democracia ao votar contra a aprovação. O PCB chegou inclusive a propor a formação de uma frente ampla antifascista, a fim de impedir a promulgação daquelas novas normas jurídicas, e a realização de um plebiscito para referendar a decisão dos parlamentares constituintes. No entanto, ambas as propostas foram rapidamente abandonadas, revelando a fragilidade do partido naquele momento. Assim, como era de se esperar, a Constituição foi aprovada logo na primeira votação³⁷⁵, independentemente da oposição assumida pelos comunistas.

Apesar das inúmeras discordâncias, após a promulgação da nova Constituição o PCB passou a afirmar que aquele era “o passo mais avançado que se tem dado no caminho da democracia e do progresso na nossa pátria”³⁷⁶. Avanço porque representava o enterro da Carta de 37 e a imposição de limites aos decretos-lei que vinham sendo expedidos autoritariamente pelo presidente Dutra. Os pecebistas também procuravam difundir a leitura de que a formulação de uma nova Constituição era resultado da mobilização pró-Constituinte promovida por eles desde que retornaram à legalidade. Naquele momento, vigorava inclusive um otimismo entre os comunistas, decorrente do entendimento de que a partir daquelas leis seria mais fácil lutar pela democracia e pelo projeto de nação que almejavam: “É claro, pois, que a vida democrática chega a um novo e mais alto nível em nossa Pátria. Às grandes massas oprimidas e exploradas abrem-se novas possibilidades de luta pelos seus direitos por condições de vida menos duras e vexatórias, por melhores condições de trabalho [...]”³⁷⁷. Foi ancorado nesse entendimento que,

³⁷³ Relato de Prestes sobre a Carta de 46 para a Tribuna Popular, 18 set. 1946, p. 1.

³⁷⁴ Tribuna Popular, 13 set. 1946, p. 3.

³⁷⁵ Aquela Constituição não passou por um referendo popular após a sua conclusão.

³⁷⁶ Tribuna Popular, 12 set. 1946, p. 4.

³⁷⁷ Relato de Prestes sobre a Carta de 46 para a Tribuna Popular, 18 set. 1946, p. 1.

mesmo após a promulgação da Constituição de 1946, Prestes seguiu definindo a democratização como em aberto.

A expectativa dos pecebistas quanto à possibilidade de seguir lutando por uma democracia que contemplasse uma maior liberdade de atuação política aos trabalhadores, mesmo com os limites estabelecidos na Assembleia Constituinte e aqueles impostos pelo governo, estava diretamente relacionada à realização do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil³⁷⁸. Uma semana antes da promulgação da nova Constituição, líderes sindicais de todo o país se reuniram na cidade do Rio de Janeiro para debater questões relativas à atividade sindical e ao cotidiano dos trabalhadores, como as eleições sindicais, o direito à realização de greve e a inflação, que assolava o poder de compra do salário-mínimo. Contudo, o principal objetivo era decretar, ao final do evento, a criação de uma central sindical única, de âmbito nacional; em outras palavras, promover a unificação³⁷⁹ do movimento sindical brasileiro. Vale lembrar que esse era um sonho antigo do PCB e a principal finalidade por trás da criação do MUT, tanto que o movimento se encarregou de organizar diversos congressos municipais e estaduais visando a efetivação do congresso nacional (TELLES, 1981, p. 23-24). Os comunistas entendiam que a unificação traria maior autonomia política aos trabalhadores, uma vez que a unidade entre os diferentes sindicatos não precisaria mais passar pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, isto é, pelo controle do Estado. Em vista disso, antes mesmo de ser criada, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) já era definida como um instrumento de defesa e representação independente dos interesses dos trabalhadores.

Partindo do entendimento de que não existe democracia sem a garantia de autonomia à atividade sindical³⁸⁰, o PCB passou a definir o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil como um momento decisivo da democratização, uma possibilidade de ampliar o regime democrático que começava a vigorar no país. Desenvolvendo esse raciocínio, o partido alegava que a CTB seria o “sustentáculo definitivo da democracia em nossa terra”:

É pelo nível de desenvolvimento atingido pelas organizações operárias, pelo grau de sua participação na vida pública, que se avalia da vitalidade de qualquer democracia, e o movimento sindical brasileiro, pelo seu baixo nível, é bem um testemunho de nossa incipiente democracia. A consolidação da democracia exige de nossa parte,

³⁷⁸ Para mais informações sobre esse evento, ver: Telles (1981), Weffort (1973), Vianna (1976), Maranhão (1979), Alem (1981) e Costa (1995).

³⁷⁹ Vale lembrar que, no pouco tempo em que esteve no comando do país, José Linhares expediu um decreto promovendo o pluralismo sindical, com o intuito de enfraquecer o PTB e o PCB. Ou seja, a restrição à unidade não era um projeto apenas de Dutra, era do bloco no poder como um todo.

³⁸⁰ “Não irão à greve os trabalhadores marítimos”. *Tribuna Popular*, 5 jan. 1946, p. 5.

como vanguarda do proletariado, uma atenção maior pela organização sindical do operariado.³⁸¹

A pequena representação dos trabalhadores no Poder Legislativo, nas instituições federais e no sistema partidário, somada às restrições que vinham sendo impostas à atividade política no âmbito da sociedade civil, tornava a autonomia dos sindicatos fundamental aos trabalhadores. Portanto, mais do que a autonomia dos sindicatos, o que estava por trás do congresso era a definição do papel que os trabalhadores exerceriam na democracia, os mecanismos que eles teriam para participar da tomada de decisões e o ingresso deles na cena política.

Paralelamente, o congresso também era visto pelo PCB como um meio para reverter o que o partido entendia como retrocessos da democratização, vide a restrição de direitos dos trabalhadores, a violência estatal empregada contra eles e a manutenção do sindicalismo de viés corporativista na Constituição de 1946. Em vista disso, da mesma forma como haviam atribuído aos trabalhadores o papel de força dirigente da democratização, os pecebistas passaram a imputar a eles a responsabilidade de lutar contra aqueles retrocessos:

O proletariado organizado é uma força indestrutível capaz de barrar qualquer retrocesso na marcha do nosso país para a Democracia. Tem, portanto, a classe operária do nosso país, como principal tarefa, a luta pela sua independência, libertando-se do jugo ministerialista, com que a Ditadura do Estado Novo amordaçou por longos anos os nossos sindicatos [...].³⁸²

O estabelecimento dessa orientação, em um contexto marcado pela fragilidade do PCB na Assembleia Constituinte, revela que os pecebistas pretendiam utilizar o Congresso como alternativa para seguir lutando pela democracia que almejavam.

A grande mobilização promovida pelo PCB para realizar o congresso, bem como os assuntos que seriam debatidos, incomodaram o governo. Não por acaso, em um primeiro momento o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio decidiu convocar um congresso paralelo, articulando os sindicatos sobre os quais possuía maior controle (TELLES, 1981, p. 247). Aquela era uma nítida tentativa de esvaziar e desarticular o evento que vinha sendo organizado pelos pecebistas, uma vez que sua principal proposta era justamente estabelecer a unificação do movimento sindical. Essa estratégia já havia sido utilizada pelo governo durante

³⁸¹ “Solução imediata para os problemas do povo”. Informe político apresentado à III Conferência Nacional do PCB em julho de 1946. *In*: Problemas atuais da democracia, Editorial Vitória, 1947.

³⁸² Tribuna Popular, 4 set. 1946, p. 5.

os congressos municipais preparatórios para o encontro nacional. Cientes dos prejuízos que envolviam a realização de dois encontros simultâneos, os sindicalistas responsáveis pela organização do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil procuraram o governo, a fim de garantir a unificação dos dois eventos. Para refutar a ideia de que poderiam representar uma ameaça à estabilidade nacional, eles alegaram que, reunidos naquele congresso, os trabalhadores ajudariam o governo a encontrar a solução para os problemas que a nação enfrentava, ressaltando também que o encontro não teria um caráter partidário. Após rodadas de negociação, e influenciado pela perspectiva de que o governo contaria com a maioria dos delegados, o ministro Negrão da Lima acabou concordando com a realização de um único congresso.

Superada a divergência inicial, 2.400 líderes sindicais de todo o país se reuniram no Rio de Janeiro, no dia 10 de setembro de 1946, para dar início ao Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Com a exceção daqueles que haviam sido indicados pelo próprio ministro do trabalho, a maioria dos delegados foi eleita por suas bases regionais. Eles se dividiam basicamente em três correntes políticas (VIANNA, 1976, p. 257): pecebistas, petebistas, na época rompidos com o ministro do trabalho, e ministerialistas, diretamente atrelados ao governo³⁸³. Ou seja, por mais que aquele encontro só tivesse ocorrido em virtude de toda a mobilização promovida pelo PCB desde o seu retorno à legalidade, não é possível afirmar que ele foi dominado ou composto apenas pelos comunistas. Mesmo entre os delegados mais próximos ao PCB, o controle do partido era relativo, a julgar pelas inúmeras greves realizadas à revelia das orientações estabelecidas pelos pecebistas, conforme indicado no capítulo anterior.

Iniciados os trabalhos, os delegados se dividiram em dez comissões para debater e formular propostas que seriam votadas por todos na plenária final. Os temas debatidos em cada comissão haviam sido definidos previamente pelos próprios trabalhadores nos encontros preparatórios para o congresso nacional, sendo eles: liberdade e autonomia sindical; unidade sindical; delegado sindical e suas garantias; atividades político-partidárias no seio do sindicato; contrato coletivo de trabalho; direito de greve; estabilidade no emprego; participação nos lucros; jornada máxima de 8 horas, reduzível em casos especiais; acidentes de trabalho; caixa de acidentes; higiene e segurança; trabalho da mulher e do menor; cooperativas de consumo e crédito; faltas ao serviço; férias; direito à assistência gratuita sanitária, médica e hospitalar pelos órgãos de seguro social; Instituto de Aposentadorias e Pensões; manutenção da Justiça do

³⁸³ Vale destacar que não havia nenhuma corrente sindical próxima às oposições liberais ou à UDN. Assim como os ministerialistas, os liberais entendiam que os sindicatos não deveriam exercer atividades de caráter político.

Trabalho em base paritária em todas as instâncias. Embora aquele não fosse um congresso do PCB, as pautas que foram debatidas no encontro eram as mesmas que o partido vinha construindo antes mesmo do início da democratização: liberdade sindical, melhoria das leis sindicais e da previdência social, luta por democracia sindical, eleição de direções sindicais unitárias³⁸⁴. Isso significa que a grande influência exercida pelos pecebistas sobre o congresso não era decorrente da quantidade de delegados, mas da definição dos temas abordados pelos sindicalistas. A análise das pautas também revela que os trabalhadores reunidos no congresso contemplaram tanto temas que foram relegados na Assembleia Constituinte quanto aqueles com os quais divergiam das decisões tomadas pelos parlamentares.

Além da semelhança entre a estrutura de comissões adotada no congresso sindical e aquela adotada na Assembleia Constituinte, chama a atenção o uso que os trabalhadores fizeram das práticas democráticas durante a organização e a realização do encontro. Impedidos de eleger os diretores dos seus próprios sindicatos, os trabalhadores escolheram, dentro de suas categorias de trabalho, os delegados que iriam conduzir o evento e que teriam direito a voto na plenária final do congresso. A definição dos temas debatidos pelas comissões foi feita pelas bases em um ambiente de livre discussão e livre associação. Até aquele momento não havia acontecido nada semelhante na história do sindicalismo brasileiro, haja vista toda a repressão e o controle que vigorava sobre a atividade sindical. Também é fundamental destacar a iniciativa dos delegados sindicais de se colocarem em condição de debater “não só seus problemas, como também os mais altos da Nação”³⁸⁵, o que incluía a própria democratização. Os sindicalistas alegavam que, diante da falta de soluções apresentadas pelos governantes, caberia “ao operariado, dentro do Congresso Sindical, combater a inflação e a carestia e pugnar organizadamente por melhores e mais humanos salários que permitam uma condição de vida mais relativa”³⁸⁶. Desenvolvendo o argumento, eles afirmavam que a CTB, e não apenas aquele congresso, deveria ser um espaço por meio do qual os trabalhadores comunicariam seu projeto de nação, suas propostas para as grandes questões do país. Com baixa representatividade no Poder Legislativo, os trabalhadores se colocavam no direito de formular políticas públicas por conta própria e reivindicavam, dessa maneira, uma maior participação nos debates das questões nacionais. O congresso sindical se tornou, assim, um espaço de representação dos interesses políticos dos trabalhadores urbanos, bem como de conscientização política da classe operária.

³⁸⁴ Manifesto de fundação do Movimento Unificador dos Trabalhadores (TELLES, 1981, p. 23).

³⁸⁵ Tribuna Popular, 4 set. 1946, p. 5.

³⁸⁶ “O que representa para o proletariado o Congresso Nacional”. Tribuna Popular, 9 mar. 1946, p. 5.

Em vista disso, é possível afirmar que aquele evento indica uma grande mudança da relação dos trabalhadores com a atividade sindical e, por que não, com a própria atividade política.

A realidade que os trabalhadores experienciaram no congresso sindical, formulando propostas para solucionar os problemas da nação, diferia radicalmente da orientação que o governo queria atribuir à atividade sindical e à democracia brasileira. Defensor do sindicalismo de viés corporativista vigente desde os tempos de Estado Novo, Dutra alegava que os sindicatos deveriam se limitar às questões econômicas, se abstendo das questões políticas. Esse posicionamento foi reforçado logo na abertura do congresso, quando o ministro do trabalho leu a carta enviada pelo presidente para inaugurar o encontro: “Compete, pois a cada um e a todos somar energias no sentido de modelar uma vida sindical, brasileira, apolítica, e em harmonia com o sistema legal, a fim de que os sindicatos sejam exclusivamente aparelhos de assistência aos que trabalham dentro do território nacional e órgãos de cooperação no solucionar os problemas que angustiam o Brasil na hora presente”³⁸⁷. A afirmação feita por Dutra, de que não cabia aos sindicatos debater questões políticas, contrastava com o tratamento que o presidente dava à Fiesp, seja recebendo suas lideranças no gabinete presidencial para debater questões conjunturais ou até mesmo empregando ex-membros daquela organização em importantes cargos do governo. Na mesma carta, além de condenar a realização de debates com viés político, o general alertou quanto aos problemas decorrentes do desenvolvimento de atividades político-partidárias naqueles organismos, em um nítido sinal de desconforto com o crescimento da relevância dos pecebistas entre os trabalhadores: “Devem assim os nossos sindicatos precaver-se contra os desvirtuamentos intencionalmente promovidos por inspirações anti-brasileiras com o intuito de transformá-los em veículos de discórdia, agentes de agitação, instrumentos de luta e campos de dissolução do espírito da nacionalidade”³⁸⁸.

O entendimento de que os trabalhadores não deveriam debater questões políticas fez com que as forças conservadoras taxassem o congresso como um risco à democracia que estavam implantando no país. Em vista disso, e considerando as pautas previstas para serem debatidas no congresso e as expectativas que o PCB depositava na sua realização, é possível concluir que aquele evento era uma extensão do conflito que havia pautado a formação da democracia. A questão da autonomia sindical, um dos principais pontos de divergência durante toda a democratização, era o tema central do encontro. Essa interpretação também se justifica

³⁸⁷ Discurso do presidente Dutra, lido pelo ministro na cerimônia de abertura do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. *Tribuna Popular*, 12 set. 1946, p. 1.

³⁸⁸ *Idem*.

quando se leva em conta que diversas pautas traçadas para o encontro haviam acabado de ser debatidas e sacramentadas na Assembleia Constituinte, e mesmo assim os pecebistas seguiam tentando revertê-las.

Como era de se esperar, o tema que causou maior controvérsia durante os debates promovidos no congresso referia-se justamente à autonomia dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Enquanto pecebistas e petebistas se mobilizavam na formulação de propostas para ampliar a liberdade de atuação, os delegados ministerialistas defendiam a manutenção do modelo corporativista. Eles alegavam que os sindicatos deveriam ser apenas um órgão de representação dos interesses dos trabalhadores junto ao governo, ajudando-o no estudo e na solução dos problemas que afligiam os operários, bem como na promoção da conciliação de interesses das diferentes classes. Os delegados mais próximos a Negrão da Lima também reforçavam a orientação para que os sindicatos se afastassem da vida político-partidária, restringindo-se a cumprir papéis puramente econômicos (VIANNA, 1976, p. 258). Divergências à parte, entre as propostas formuladas e encaminhadas pelas comissões à plenária final, estavam: liberdade para escrever os próprios estatutos e eleger democraticamente os diretores, em vez de tê-los indicados pelo governo; liberdade de sindicalização para todos os trabalhadores assalariados; jornada de 40 horas e a regulamentação das horas extras. A insatisfação dos delegados ministerialistas com aquelas propostas foi tão grande que o congresso chegou a ser paralisado.

Mesmo após três dias de interrupção, o clima de tensão que tomava conta do congresso não se dissipou. Falando ao plenário no momento em que as deliberações da primeira comissão, responsável pela questão da unidade sindical, seriam votadas, o presidente da Federação dos Empregados no Comércio de São Paulo sentenciou:

Este plenário outra alternativa não tem a não ser a de aprovar o substituto da primeira comissão, a menos que queiram os seus componentes, pela sua maioria, prestarem-se ao mais impatriótico dos desideratos, qual seja o de transformar as nossas leis sindicais em instrumentos de um partido estrangeiro, o Partido Comunista, que é o único responsável pelo pomo de discórdia que está cindindo a unidade dos brasileiros.³⁸⁹

Além de definir a proposta de autonomia sindical como antipatriótica, um risco à democracia, ele também afirmou que ela era reflexo do fato de o congresso ter sido invadido pelos comunistas. Em seguida, sabendo que suas propostas seriam derrotadas, os delegados

³⁸⁹ Correio da Manhã, 21 set. 1946, p. 3.

ministerialistas abandonaram o congresso, incitando os outros a fazer o mesmo³⁹⁰. Procurando entender as motivações que levaram a essa ruptura, Almino (1980, p. 200) afirma que o temor em relação à possibilidade dos operários de São Paulo, mais organizados politicamente, estreitarem laços com os trabalhadores de outras regiões do país foi determinante para que os delegados ligados ao governo se colocassem contrários à proposta de unificação do movimento sindical. Contudo, o principal motivo por trás daquele posicionamento era realmente evitar que os sindicatos conquistassem sua autonomia em relação ao Estado.

Após se retirarem do congresso, os delegados ministerialistas se dirigiram diretamente à sede do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde foram recebidos pelo ministro Negrão da Lima. Lá, reproduziram as denúncias de que o evento havia sido invadido pelos comunistas e os acusaram de obrigar os outros sindicalistas a votar nas suas propostas. Na sequência, decidiram realizar uma nova reunião, na qual determinaram por conta própria a dissolução do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Quando orquestrou aquela decisão, Negrão da Lima prometeu que agiria com violência, caso fosse necessária, para conter “aqueles que queriam empregar métodos contrários à nossa índole ordeira e pacífica”³⁹¹. O ministro do trabalho justificou a sua decisão alegando que “entre a voz de um brasileiro e a voz dos estrangeiros, eu fico com a dos brasileiros”³⁹². Nota-se que as críticas deferidas contra os pecebistas naquele momento eram praticamente as mesmas que sustentavam o pedido de cassação do PCB que tramitava no TSE. O governo seguia reprimindo a ação dos comunistas e agindo para restringir os canais de atuação política dos trabalhadores.

Apesar da saída dos sindicalistas ligados ao governo, a maioria dos delegados decidiu permanecer e terminar os trabalhos do congresso³⁹³, mesmo sem ter certeza se o governo reconheceria as deliberações daquele evento. Assim, na votação realizada no dia 23 de setembro, foi declarada a fundação da Central dos Trabalhadores do Brasil, com o intuito de colaborar com o governo “no sentido da solução dos graves problemas que a Nação enfrenta e da defesa das conquistas democráticas do nosso povo”³⁹⁴. Além de um posicionamento colaboracionista dúbio, haja vista que os sindicalistas acusavam os membros da base governista

³⁹⁰ Cerca de 200 dos 2400 delegados se retiraram do congresso naquele momento: Correio da Manhã, 21 set. 1946, p. 3.

³⁹¹ Correio da Manhã, 21 set. 1946, p. 3.

³⁹² Idem.

³⁹³ O PCB se manifestou formalmente contrário à decisão do Ministério do Trabalho, solicitando inclusive a demissão de Negrão da Lima. Contudo, o partido manteve a posição de não entrar em conflito direto com o governo, evitando, assim, críticas específicas a Dutra.

³⁹⁴ Tribuna Popular, 21 set. 1946, p. 1.

de atacar a democracia, aquela decisão extrapolava o limite estabelecido por Dutra, ao definir a CTB como um espaço de participação dos trabalhadores na resolução dos problemas nacionais. O documento final, aprovado pelos congressistas, ainda determinava “que nenhuma interferência possa sofrer essas entidades por qualquer órgão do poder público, que implique na violação dos seus estatutos”, “que a greve constitui direito inalienável e sagrado do trabalhador, sem distinção de categorias profissionais ou da natureza dos serviços prestados”³⁹⁵ e que os delegados sindicais não poderiam ter suas liberdades individuais violadas pelo governo. Ou seja, aquelas decisões se contrapunham explicitamente às regulamentações impostas por Dutra via decreto-lei, bem como às decisões estabelecidas na Assembleia Constituinte, indicando, de tal modo, que os trabalhadores sindicalizados não estavam satisfeitos com as restrições que as forças conservadoras impunham à democracia recém-estabelecida no Brasil. Vale indicar ainda que a votação final do congresso explicitou a aliança formada naquele evento por petebistas e pecebistas, aliança esta que não havia sido tão sólida na Assembleia Constituinte, exceto em alguns debates envolvendo a questão sindical (ALMINO, 1980), e que torna ainda mais controverso o fato de o pedido de cassação do PCB ter partido de parlamentares filiados ao PTB.

Não se pode deixar de destacar que, após a conclusão do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, os delegados sindicais encaminharam as deliberações do evento ao Senado Federal, à Câmara de Deputados e ao Presidente da República para que fossem apreciadas e, se possível, transformadas em lei. A Constituição de 1946 havia sido promulgada poucos dias antes e, mesmo assim, os trabalhadores seguiam se mobilizando para que suas demandas fossem contempladas na democracia regulamentada por aquela Carta. Tentavam preencher os vazios da Constituição ou até mesmo reverter algumas decisões sacramentadas em seus artigos. O envio das propostas também indica que os trabalhadores almejavam uma forma de fazer política na qual fosse possível pautar as decisões do Estado a partir da atividade política realizada no âmbito da sociedade civil. Essa tentativa de pautar a agenda política nacional era inaceitável para os setores da sociedade que compunham as forças conservadoras, a julgar pelo apoio que davam às intervenções governamentais destinadas a restringir a autonomia dos trabalhadores. A democracia moldada pelas forças conservadoras não permitiria tamanha influência dos trabalhadores na cena política nacional.

³⁹⁵ Tribuna Popular, 17 set. 1946, p. 5.

Poucos dias após a criação da CTB, o Ministério do Trabalho anunciou a fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores³⁹⁶, justamente para afrontar a tentativa de criação de uma central sindical única. Dutra chegou inclusive a receber os presidentes dessa nova confederação, ao passo que não reconheceu a existência legal da CTB. Na mesma semana, ele ainda ordenou a intervenção nos sindicatos dos estivadores de Santos (SP), dos bancários do Rio de Janeiro e dos metalúrgicos de Santo André (SP), indicando que endureceria ainda mais o cerco contra os sindicalistas que se opunham ao controle exercido pelo governo. Essas medidas expõem o fracasso do projeto de unificação do movimento sindical e revelam que o governo não permitiria que a atividade sindical saísse do seu controle. Elas também eram mais um sinal de que o PCB se encontrava cada vez mais distante da democracia que almejava. Não por coincidência, a partir daquele momento os pecebistas passaram a se mobilizar para defender, e não mais ampliar, o regime democrático, mesmo ele estando aquém de suas pretensões.

Independentemente do resultado negativo, o empenho dos pecebistas na criação da CTB e a importância que atribuíam a ela compõem mais um argumento para refutar a interpretação de que o PCB se “declarava incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma” (WEFFORT, 1973, p. 81) e, sobretudo, a interpretação de que

a estrutura sindical oficial criada no espírito de corporativismo fascista italiano para o controle do Estado sobre a classe operária teve que esperar pelo empenho da esquerda, em especial do Partido Comunista Brasileiro, para conquistar alguma eficácia real como instrumento de mobilização e controle da classe operária. (WEFFORT, 1973, p. 71)

O entendimento de que havia se constituído uma aliança entre Vargas e o PCB durante a democratização e, por extensão, entre os pecebistas e o sindicalistas pelegos ligados ao Ministério do Trabalho, é um dos motivos que levam Weffort a essa conclusão imprecisa. Também não é possível sustentar que os comunistas deixaram de lutar contra a estrutura corporativista do sindicalismo apenas porque não se opuseram à contribuição obrigatória, que era repassada pelo Ministério do Trabalho aos sindicatos. Embora não tenha rompido com a ideia de que se constituiu uma aliança entre Vargas e os pecebistas, Luís Vianna (1976) foi o primeiro autor a contrapor a responsabilização atribuída por Weffort ao PCB pela constituição de um sindicalismo de viés “populista”. De acordo com ele, o que ocorreu foi justamente o inverso: a manutenção da tutela sobre a atividade sindical também foi motivada pela

³⁹⁶ Correio da Manhã, 26 set. 1946, p. 14.

importância que pecebistas, petebistas e trabalhadores atribuíam à autonomia da atividade sindical (VIANNA, 1976, p. 250). Indo adiante, é possível afirmar que as pautas debatidas no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil demonstram que Weffort (1973, p. 86) não está correto quando afirma que o PCB agia para reprimir as reivindicações de aspecto econômico feitas pelos trabalhadores, acusação essa que ele realiza para responsabilizar o partido pela formação do sindicalismo de viés populista. Conforme destacado ao longo desta tese, o PCB já reivindicava a autonomia política dos trabalhadores urbanos e a atribuição de uma função política aos sindicatos antes mesmo do início da democratização. Além das propostas levadas ao congresso, os pecebistas haviam criticado a manutenção da estrutura corporativista quando Dutra expediu decretos-lei que restringiam a atividade sindical. Logo, a análise de Weffort está incorreta quando atribuiu ao PCB a responsabilidade pela constituição do que ele define como um “sindicalismo populista” e uma “democracia populista”.

6.1 Novas restrições impostas “em defesa da democracia”

Enquanto os pecebistas se mobilizavam em torno da Assembleia Constituinte e do Congresso Sindical na tentativa de ampliar a democracia, corria em paralelo o processo de cassação do registro do PCB protocolado pelos petebistas. Em abril de 1946, o procurador-geral da República chegou a dar um parecer favorável ao arquivamento do inquérito. No entanto, após a troca do procurador, as sindicâncias foram retomadas (MARANHÃO, 1979). Em seguida, o pedido de cassação foi encorpado pelo decreto-lei 8.063, imposto por Dutra, que alterou a legislação eleitoral e passou a permitir “o cancelamento de registro de partido que recebesse orientação política ou contribuição em dinheiro do exterior, ou que tivesse em seu programa medidas antidemocráticas, ou ainda que infringisse os direitos do homem, conforme a constituição” (SOUZA, 1983, p. 117). Esse é mais um bom exemplo da maneira como Dutra se valeu dos decretos para determinar os limites da democracia que começava a vigorar no Brasil. O presidente estava preparando, por vias autoritárias, a estrutura legal para o banimento do PCB. Atuando no mesmo sentido, pessedistas e parte dos udenistas se mobilizaram durante a Constituinte para aprovar o artigo nº141, que vedava “a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação cujo programa ou ação contrarie o

regime democrático, baseado na pluralidade dos Partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem”³⁹⁷. Nota-se que o conteúdo do artigo possuía relação direta com as acusações feitas contra os comunistas, ou seja, que a delimitação da estrutura jurídica daquela democracia também era pautada pelo interesse de restringir a atuação do pecebistas. Somada ao decreto imposto por Dutra, a nova lei dava a sustentação jurídica necessária que o processo precisava para seguir. Desse modo, a mobilização para a exclusão do PCB da cena política ocorreu simultaneamente por diferentes caminhos.

Em meio a heterogeneidade do seu partido, diversos udenistas se manifestaram contrários à cassação do PCB (ALMINO, 1980, p. 158). Padro Kelly, líder da UDN e da minoria, revelou em um discurso realizado na câmara de deputados “que todos nós, deputados, sem exceção de um só, sentimos e percebemos que esse julgamento tem significação política muito alta, a qual transcende o quadro normal das decisões forenses”³⁹⁸. Compartilhando daquele entendimento, diversos udenistas passaram a afirmar que o combate ao comunismo deveria ser feito no plano das ideias e não por meio de atos coercitivos. Também existiam alguns anticomunistas declarados que defendiam a ideia de que, para combater o PCB, era mais seguro mantê-lo na legalidade do que permitir que ele atuasse na clandestinidade. Até mesmo alguns membros do PTB, partido dos deputados responsáveis pelo pedido de cassação, se posicionaram contrários à exclusão dos pecebistas. Assim, ao analisar a mobilização dos parlamentares, é possível afirmar que, apesar de ter contado com o apoio de alguns udenistas, o processo de cassação do PCB foi pautado pelos políticos ligados às forças conservadoras e não pela oposição liberal.

Apesar da crescente perseguição ao PCB e dos inúmeros casos de violência policial empregados contra as manifestações políticas dos trabalhadores urbanos, o partido decidiu manter a sua linha de atuação política, pautada pela diretriz de ordem e tranquilidade:

Foi assim que vencemos até agora as provocações policiais e fascistas contra a legalidade de nosso Partido e será seguindo os mesmos preceitos, de forma cada vez mais consciente e organizada, que venceremos as vagas de provocação que ainda virão até à definitiva liquidação dos restos do fascismo e a garantia e consolidação da democracia em nossa Pátria.³⁹⁹

³⁹⁷ Artigo 141, § 13, da Constituição de 1946.

³⁹⁸ Tribuna Popular, 7 maio 1947, p. 3.

³⁹⁹ “Paz indivisível”. Discurso pronunciado na Assembleia Constituinte, na sessão comemorativa do Primeiro aniversário da vitória das Nações Unidas. IN: Problemas atuais da democracia. Editorial Vitória, 1947.

Esse posicionamento foi consolidado durante a terceira Conferência Nacional do PCB, realizada em junho de 1946. A cúpula pecebista seguia afirmando que a agitação favoreceria apenas os fascistas, sobretudo aqueles que ainda se encontravam no governo, e que a prudência e a tranquilidade eram as melhores formas de combatê-los. A diretriz também foi mantida com o intuito de desconstruir a imagem de que os comunistas incentivavam a desordem, e que representavam, portanto, um risco à democracia. Também não se pode esquecer que a manutenção da linha de atuação política era reflexo do rígido alinhamento em relação às diretrizes que vinham da União Soviética.

Contudo, ocorreu naquele momento uma mudança significativa na linha de atuação política adotada pelo PCB. O principal argumento não era mais o objetivo de conquistar ou até mesmo ampliar a democracia, mas a necessidade de defendê-la. Os pecebistas passaram a destacar constantemente em seus pronunciamentos a importância de resguardar as conquistas democráticas adquiridas desde o início da democratização, haja vista que encaravam as intervenções realizadas por Dutra, por meio de decretos-lei, e algumas decisões tomadas na Assembleia Constituinte como retrocessos, ameaças à consolidação da democracia no país. Nesse contexto, a defesa da Constituição de 46, que em um primeiro momento havia sido criticada pelos próprios comunistas por ter preservado inúmeros traços do Estado Novo, passou a ser uma das principais bandeiras do PCB. Os pecebistas diziam que era necessário garantir a:

Consolidação da Democracia no país, pelo estrito cumprimento da Constituição e solução pacífica, legal e constitucional dos problemas mais imediatos que afligem a grande maioria da nação, liquidando para isso os restos do fascismo e assegurando o progresso do país com a reforma agrária, a revisão dos contratos com o capital monopolista estrangeiro, a elevação do nível de vida das grandes massas, a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento e defesa da indústria nacional⁴⁰⁰.

Eles se mobilizavam para defender uma democracia que criticavam por seus limites, mas que era melhor do que a sua volta à ilegalidade ou ao próprio retorno da ditadura. Desse modo, a mudança de finalidade para justificar a linha de atuação política revela o quanto a conjuntura se tornava cada vez mais adversa aos comunistas, podendo resultar em novas restrições de sua atuação política.

Sob intenso ataque, os pecebistas passaram a definir a mobilização contra a cassação do seu partido como um ato em defesa da democracia. Eles taxavam a tentativa de excluir o registro do seu partido como um desrespeito à Constituição e, por extensão, um ataque ao regime

⁴⁰⁰ Tribuna Popular, 25 maio 1947, p. 3.

democrático brasileiro. Diziam que aquele processo se assemelhava ao que resultou na instauração do Estado Novo, e que a exclusão do PCB seria o primeiro passo até o fechamento do Congresso Nacional e a instalação de uma nova ditadura:

Toda essa preparação de ‘combate ao comunismo’, anunciada por elementos do Governo (a experiência e os fatos recentes passados assim nos ensinam), nada mais é do que a preparação para a tentativa de abolição total das franquias democráticas, para a prisão em massa de democratas, para o estabelecimento de nova ditadura que se lançara contra o povo com a brutalidade a que se referiu Prestes no seu discurso da Esplanada do Castelo⁴⁰¹.

Os comunistas se valiam, inclusive, do espaço que possuíam no Parlamento para difundir o argumento de que a cassação do PCB representava um ataque à democracia como um todo. Até mesmo algumas lideranças da UDN, como Octávio Mangabeira, chegaram a reforçar o argumento de que os ataques ao PCB representavam ataques à própria democracia. Mesmo assim, a campanha desenvolvida pelos pecebistas contra a cassação obteve pouco apoio das outras forças políticas nacionais.

Ao mesmo tempo que indicavam a necessidade de manutenção da diretriz de ordem e tranquilidade, os membros do Comitê Central alertavam que essa orientação não devia resultar em uma submissão passiva ao governo ou às ordens arbitrárias da polícia. Segundo eles, a adoção de uma postura ativa se fazia mais necessária do que nunca, para defender a democracia recém-instalada no país:

A situação exige de todos os comunistas o maior cuidado contra as provocações simultaneamente com a máxima firmeza, energia, persistência, coragem e audácia na luta em defesa da democracia e dos direitos fundamentais do cidadão. O acatamento às decisões do governo não deve significar submissão passiva às ordens arbitrárias da polícia, contra as quais devemos protestar por todos os meios legais, de forma a esgotar todos os recursos antes e aceitá-las e contra elas fazendo uso de formas de luta cada vez mais altas e vigorosas.⁴⁰²

Em vista disso, os pecebistas intensificaram a campanha pela exclusão dos “fascistas remanescentes no governo”, acusando-os de: “graças aos postos que ocupam, de arrastar o governo em aventuras reacionárias e ditatoriais, visando a volta ao fascismo, da censura, da

⁴⁰¹ “Pela União de todos os democratas contra os arreganhos da reação”. *Tribuna Popular*. 3 maio 1946, p. 3.

⁴⁰² Nota da Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil analisando a situação nacional. A nota é do dia 6 e ela foi publicada em *Tribuna Popular*, 8 maio 1946, p. 1.

violência contra o povo e do terror policial”⁴⁰³. Porém, essa diligência não resultou na ruptura com Dutra, o PCB não passou a reivindicar a condição de oposição ao governo. Os pecebistas seguiam evitando a realização de críticas diretas ao presidente. No entanto, passaram a cobrá-lo de maneira mais enfática, alegando que ele se afastava cada vez mais do povo e, conseqüentemente, da democracia enquanto não excluía aqueles integrantes da sua base governista.

Arrastado, assim, em sua política, pelos remanescentes do fascismo e pelos agentes mais descarados do capital financeiro internacional, separa-se o governo cada vez mais do povo e, incapaz de resolver os graves problemas da hora que atravessamos, marcha cada vez mais para a reação, para medidas cada vez mais violentas contra o povo miserável e esfomeado, vítima das filas, do câmbio negro, da exploração crescente dos homens dos lucros extraordinários e cada vez mais desiludido e desesperado.⁴⁰⁴

Também afirmavam que a manutenção daqueles membros impedia a solução dos problemas que assolavam o país. Os comunistas chegaram inclusive a condicionar a manutenção do apoio a Dutra à reformulação da base governista:

O PCB dirige-se ainda aos homens do governo não comprometidos com o fascismo e que desejem sinceramente a solução pacífica dos problemas nacionais. O PCB luta pela paz e pela democracia e está pronto a apoiar o governo, a colaborar mesmo com eles, desde que queira realmente resolver de maneira prática os problemas da miséria e da fome do povo, garantir a democracia e liquidar de fato os restos do fascismo em nossa Pátria.⁴⁰⁵

Chama a atenção o fato de essa ser a mesma condicionante que eles haviam estabelecido para aliar-se a Vargas. A situação torna-se ainda mais significativa quando se considera que os pecebistas estavam se referindo praticamente às mesmas pessoas daquela época. A manutenção daqueles atores no governo, mesmo após a queda de Vargas, é uma evidência dos traços conservadores que marcaram a democratização.

Além das críticas feitas à composição do governo, o PCB intensificou os questionamentos à política econômica adotada por Dutra, afirmando que ela também o distanciava da democracia. Os pecebistas reclamavam principalmente da demora do combate à

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Teses para a realização do IV Congresso Comunista, que não ocorreu em virtude do fechamento do partido. As teses foram publicadas em *Tribuna Popular*, 25 mar. 1947.

⁴⁰⁵ Idem.

inflação e da falta de medidas efetivas para reduzir a miséria dos brasileiros, como a criação de empregos e a realização da reforma agrária. Também denunciavam a ausência de um projeto de desenvolvimento do capitalismo nacional e uma postura que definiam como de subserviência aos interesses do imperialismo estrangeiro:

Avançamos, sem dúvida, no caminho da democracia, especialmente com a promulgação da Constituição de 18 de Setembro, com suas conseqüências imediatas, qual a libertação dos grevistas processados, a reconquista pelo povo da praça pública, e a convocação das eleições de 19 de Janeiro, cujos prováveis resultados desde já alarmam a reação. Convém notar, no entanto, que esse avanço democrático se vem dando em nossa terra sem que consigamos até agora liquidar a base econômica do fascismo, como são a grande propriedade latifundiária e o predomínio do capital estrangeiro em nossa economia. E isto constitui ameaça constante à democracia, ameaça fascista e imperialista.⁴⁰⁶

Os comunistas seguiam difundindo o entendimento de que a consolidação da democracia no Brasil dependia de determinadas mudanças na estrutura econômica do país e, sobretudo, do combate ao imperialismo. Desenvolvendo esse raciocínio, afirmavam que os remanescentes do fascismo no governo⁴⁰⁷ estavam a serviço do “imperialismo ianque” e concluíam que eram perseguidos por eles justamente por se colocarem contrários aos interesses imperialistas. Chegaram inclusive a responsabilizar a política externa do governo estadunidense, de Harry S. Truman, pela instauração do processo de cassação do seu partido. Logo, por mais que o PCB não tenha rompido oficialmente com o governo Dutra, era nítida e notória a desaprovação do seu governo por parte dos pecebistas.

Se, por um lado, a agenda econômica do governo incomodava os pecebistas, por outro, ela tinha grande aceitação entre os liberais. Durante a campanha eleitoral, Dutra já havia assumido o compromisso de reduzir o papel do Estado na economia e de cortar subsídios. Com efeito, logo que assumiu a presidência, ele estabeleceu “um plano de estabilização inflacionária (limitação do gasto público, controle do crédito) apoiado em reformas liberais (abertura comercial e financeira) e estabilidade do câmbio nominal” (BASTOS, 2003, p. 1). A liberalização das importações⁴⁰⁸ era justificada pela necessidade de combater o encarecimento

⁴⁰⁶ Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB em 8 de dezembro de 1946: “Em marcha para um grande Partido Comunista de massas”. In: Problemas atuais da democracia, Editorial Vitória, 1947.

⁴⁰⁷ Os pecebistas acusavam os seguintes membros do governo de serem fascistas: Alcio Souto, Filinto Muller, Imbassai, J.C. de Macedo Soares, Pereira Lira, Negrão da Lima, Oliveira Sobrinho, entre outros.

⁴⁰⁸ Essa estratégia acabou levando o país, ainda no governo Dutra, a uma crise cambial.

dos produtos nacionais. Analisando a agenda econômica daquele governo, Paul Singer (1965, p. 89) afirma que Dutra realizou “os melhores desejos da burguesia industrial: elevou a taxa de exploração do proletariado e transferiu para a indústria uma parte substancial do produto de exploração do campesinato”. Ou seja, ao mesmo tempo que se estabeleceu a necessidade do controle estatal sobre os sindicatos e os trabalhadores, foram impostos limites à atuação do Estado no campo econômico, a fim de não afetar os interesses da classe industrial com o burocratismo estatal. Os integrantes do bloco no poder queriam que o Estado controlasse os trabalhadores e não instituisse barreiras à acumulação de capitais. Atento a essa questão, Almino (1980, p. 358) afirma que essa combinação poderia parecer contraditória em termos teóricos, mas que: “na prática política, marcada pelas contradições sociais, sua conciliação era não apenas possível, mas necessária à defesa da ordem estabelecida”. Desse modo, a democratização foi acompanhada por um movimento de redução da interferência do Estado na economia, divergindo, tanto da orientação estabelecida por Vargas, quanto das propostas pecebistas.

O reforço da postura ativa não se limitou à ampliação das críticas ao governo. A cúpula do PCB também destacou a importância de atrair o apoio de outros setores da sociedade à luta dos trabalhadores:

O essencial, enfim, está na verdadeira mobilização de massas contra as arbitrariedades policiais e na nítida compreensão que pode ter todo o Partido de que acatar as decisões das autoridades e lutar pela solução pacífica dos problemas nacionais não significa ficar de braços cruzados nem conformar-se, oportunisticamente, sem protesto, com as arbitrariedades e violências policiais [...] devem fazer esforços redobrados no sentido de ganhar novas camadas sociais para o lado do proletariado e das grandes massas trabalhadoras do campo.⁴⁰⁹

O partido recorria, assim, mais uma vez, à estratégia de compor uma frente ampla, não mais para promover os seus projetos de democratização e de nação, mas em defesa da Constituição e da democracia.

[...] em nome do Comitê Nacional do PCB, dirige-se a Comissão Executiva por este meio a todos os patriotas e democratas, a todos os Partidos políticos não-fascistas, num apelo veemente para que se unam em defesa da democracia ameaçada e para que, assim unidos, participem da solução pacífica dos problemas nacionais de maneira a

⁴⁰⁹ “Paz indivisível”. Discurso pronunciado na Assembleia Constituinte, na sessão comemorativa do Primeiro aniversário da vitória das Nações Unidas. IN: Problemas atuais da democracia. Editorial Vitória, 1947.

evitar o caos, a guerra civil, novo e desnecessário derramamento do sangue do nosso povo.

Procurando convencer as demais correntes políticas, os pecebistas afirmavam que o ataque ao PCB representava uma ameaça a todas elas, uma vez que alvejava a própria democracia brasileira. Alertavam que eles seriam os próximos a serem atacados caso não os apoiassem na luta contra a cassação. A permanência da confiança dos comunistas na possibilidade de estabelecer uma aliança com o que entendia por “burguesia nacional esclarecida”, em defesa da democracia, revela quão imprecisa era a leitura deles da conjuntura nacional, a julgar pelo estreito alinhamento da burguesia com Dutra desde quando o general assumiu o controle da democratização.

Apesar da tentativa de mobilizar outros setores da sociedade e de o PCB contar a cada dia com um número maior de filiados, os pecebistas não conseguiram promover uma mobilização popular significativa contra a cassação do partido (MARANHÃO, 1979, p. 87). A ideia de promoverem uma frente ampla em defesa da democracia não chegou nem a sair do papel. Todavia, não é possível responsabilizar o próprio PCB por não ter surgido uma ampla campanha contra a sua cassação e afirmar que o partido não se mobilizou porque menosprezava as possibilidades de retornar à ilegalidade. Também não é correto concluir, como faz Ricardo Maranhão (1979, p. 87), que a manutenção da linha de ordem e tranquilidade impediu o PCB de reagir às acusações que pautavam o seu processo de cassação. Em vez de incapacidade de articulação por parte dos comunistas, essa paralisia era reflexo das restrições que haviam sido impostas ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, bem como da forte coerção promovida pelo governo.

Considerando a decisão de não romper definitivamente com o governo e a tentativa de formar de uma nova frente ampla, conclui-se que o PCB manteve a sua linha de atuação política inalterada mesmo após a conclusão da democratização. O que mudou ao longo do processo foram as justificativas para a adoção daquela conduta, sempre em consonância com o contexto de cada etapa da transição para a democracia. Segundo Maranhão (1979, p. 91), a linha de atuação política pecebista mudou, por completo e oficialmente, apenas em 1948, ou seja, somente depois do retorno do partido à ilegalidade. E não foi apenas a linha de atuação política que os comunistas mantiveram inalterada. Eles seguiram tentando viabilizar o seu projeto de nação, ancorados na ideia de promover a Revolução Democrático-Burguesa no Brasil, até as vésperas da cassação:

57. Os problemas da revolução democrático-burguesa, agrária e anti-imperialista, já estão a exigir solução urgente e inadiável porque do contrário será impossível a consolidação do regime democrático no país. Sem a liquidação das formas semi-feudais de propriedade e de exploração no campo, sem o desenvolvimento harmônico da indústria e agricultura, sem um melhoramento substancial nas condições de vida e de trabalho da classe operária e das grandes massas camponesas impossível será o progresso do país e o desenvolvimento de sua economia.⁴¹⁰

O entendimento de que a democracia só passaria a vigorar em sua plenitude após realização de mudanças na estrutura econômica brasileira também continuava sendo disseminado. A constatação de que as reivindicações feitas pelos pecebistas naquele momento eram as mesmas do início da democratização revela como eles estavam distantes da contemplação dos projetos de democracia e de nação formulados no início daquele processo.

É fundamental atentar que, desde o início de 1946, as forças conservadoras, assim como os pecebistas, passaram a destacar a necessidade de defender a democracia. Como bem aponta Almino (1980, p. 188-189), naquele momento não havia quem não se colocasse como defensor da liberdade e do regime democrático. De acordo com membros do governo, representantes da burguesia industrial, das oligarquias agrárias e lideranças da Igreja Católica, os comunistas eram a principal ameaça à democracia brasileira. Uma ameaça porque insuflavam “a luta de classes, fomentavam greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem” (SILVA, 1976, p. 92). Para justificar a acusação, também afirmavam que as propostas defendidas pelo PCB, como o estabelecimento de um partido único e a redistribuição das terras agrícolas sem a devida indenização a seus proprietários, feriam a Constituição Nacional. De todas as acusações direcionadas aos pecebistas, a mais recorrente era a de que agiam a favor dos “interesses de Moscou”⁴¹¹ ao invés dos nacionais. Aproveitando-se do peso que essa acusação tinha naquela conjuntura marcada pela Guerra Fria, alegavam que a orientação ideológica marxista-leninista era incompatível com as tradições cristãs do povo brasileiro e com a própria democracia, como

⁴¹⁰ Teses sobre a situação internacional e nacional para a III Conferência Nacional do PCB. Tribuna Popular, 16 jun. 1946. p. 3.

⁴¹¹ A tese de que o PCB representava ideias exógenas ao Brasil, isto é, a utilização do nacionalismo para desqualificar o partido esteve presente ao logo de toda a democratização, sendo sempre evocada nos momentos em que os pecebistas incomodavam os integrantes do bloco no poder, vide o editorial do Diário Carioca, publicado logo após a primeira manifestação Queremista: “o comunismo moscovita é uma enigma decifrado, quer dizer, uma arregimentação estrangeira, que num momento decisivo da reorganização democrática do país e da restauração de suas fundamentais liberdades, jungiu-se aos frios interesses da metrópole russa, encerrando-se no fanatismo de uma ideologia em crise, sem consonância no meio social das Américas” Diário Carioca, 21 ago. 1945, p. 1, coluna de J. E. de Macedo Soares. Título do dia: “A grande miséria do Queremismo”.

pode ser visto no relatório produzido pelo diretor do DEOPS para ser anexado ao pedido de cassação⁴¹²:

PCB se propõe a educar o povo segundo os princípios marxistas-leninistas, de base materialista, contrários aos fundamentos cristãos da nacionalidade, para que pretende unir o operariado sob sua hegemonia; serve-se da liberdade da imprensa para a disseminação do ódio de classes, os ataques injuriosos a altas autoridades, civis e militares, confessando o propósito de trabalhar pela democratização das forças armadas⁴¹³

Ancorados nesse entendimento, as lideranças das forças conservadoras concluíam que as liberdades democráticas não deveriam ser garantidas àqueles que pretendiam atacar a própria democracia e que a cassação do PCB era uma medida indispensável para garantir a segurança do regime democrático.

O crescimento eleitoral do PCB também era visto pelas forças conservadoras como uma ameaça à democracia a ser defendida. Após um resultado expressivo nas eleições de 1945, considerando o tempo em que o partido havia retornado à legalidade, os pecebistas obtiveram votações ainda mais significativas nas eleições de 1947⁴¹⁴, a primeira realizada com a nova Constituição já em vigência. Além das prefeituras de Santos (SP) e Santo André (SP) – e dos 23 deputados estaduais eleitos em São Paulo –, os pecebistas adquiriram a condição de maioria na assembleia legislativa da Guanabara⁴¹⁵. O resultado obtido nos grandes centros urbanos acentuou ainda mais o temor das forças conservadoras quanto a possibilidade de o PCB aproveitar o vácuo criado pela “saída” de Vargas da cena política para ampliar sua influência entre os trabalhadores urbanos. Vale destacar que, durante a campanha eleitoral, os comunistas

⁴¹² O relatório produzido pelo DEOPS continha um documento identificado como o verdadeiro estatuto do PCB. De acordo com os policiais, o partido possuía dois estatutos, um oficial, que ocultava o seu vínculo com a ideologia marxista-leninista, e outro clandestino, o qual de fato seguia, justamente para tentar enganar o governo e os brasileiros.

⁴¹³ O dossiê elaborado pelo chefe do Departamento de Ordem Política e Social, intitulado “Agitações levadas a efeito pelo Partido Comunista do Brasil”, foi anexado (nº 5) na Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947.

⁴¹⁴ Em janeiro de 1947 os brasileiros foram às urnas para eleger governadores, prefeitos e parlamentares para compor os Legislativos nacional, estadual e municipal. Trata-se da primeira eleição sob a vigência da Constituição de 1946.

⁴¹⁵ Apesar do avanço do processo de cassação e dos inúmeros ataques que vinha recebendo do governo federal, os pecebistas saíram das eleições de 1947 entusiasmados com a possibilidade de seguir lutando pela democracia que almejavam. Em uma nota emitida pela Comissão Executiva do partido após o encerramento das eleições de 1947, intitulada “Novas tarefas políticas e orgânicas traçadas para os comunistas”, eles afirmaram que “A solução pacífica dos problemas da revolução democrático-burguesa é possível, porque as atuais condições do mundo facilitam o avanço democrático e a chegada ao poder, através do voto, dos verdadeiros representantes do povo”. Também mantinham viva a sua crença na prática colaboracionista como estratégia de transformação: “Com essa vitória criaram-se novas condições para a ampliação da união nacional e para a colaboração direta dos comunistas com os governos democráticos que foram sendo organizados nos Estados”. *Tribuna Popular*, 28 jan. 1947, p. 1.

se uniram com diferentes forças políticas e intensificaram a recomendação da colaboração como estratégia para efetivar o que entendiam como necessidade de defesa da democracia:

É certo que nossa tática eleitoral está implícita na linha política que praticamos, de União Nacional em defesa da democracia e da Constituição. Fazemos a política de mão estendida e estamos prontos a marchar junto com todos — homens e correntes políticas — que lutem efetivamente contra o fascismo, e isto se define e positiva, nos dias de hoje, pela posição firme e clara assumida em defesa da Constituição, do cumprimento de seus preceitos fundamentais, contra qualquer ato ou gesto inconstitucional. Essa definição se completa ainda pela posição tomada diante do anticomunismo sistemático, pela firmeza em defesa da democracia, da liberdade de pensamento e do respeito à vida e à atividade do Partido Comunista. Não pode ser democrata quem ainda hoje acredita em fantasmas, nem será capaz de defender a Constituição e a democracia quem silencia e se acomoda sem protesto com a atitude reacionária e fascista dos partidos ou correntes políticas a que pertencem⁴¹⁶.

A vitória de Ademar de Barros (PSP) na cidade de São Paulo ilustra bem a manutenção da prática colaboracionista até as vésperas da cassação. Considerado um azarão no início da campanha, uma vez que concorria contra candidatos do PSD e da UDN, o político paulista acabou eleito graças ao apoio decisivo que recebeu do PCB. Com efeito, os pecebistas passaram a acreditar que o seu governo seria mais condescendente com as reivindicações feitas pelos trabalhadores urbanos e o seu partido. Considerando esses resultados eleitorais, é possível concluir que o processo de cassação do PCB também foi motivado pelo interesse de impedir que se tornasse um partido de massas.

A adoção do discurso de que era necessário defender a democracia resultou na intensificação da repressão da atividade política desenvolvida no âmbito da sociedade civil. Ao fechar o cerco contra as manifestações e outros eventos políticos organizados pelos trabalhadores e pecebistas, o governo violava inúmeros direitos individuais, como o direito de manifestação, associação pacífica, livre expressão e circulação de ideias, em nome da defesa da democracia e da paz social (ALMINO, 1980, p. 201). Também chama a atenção o fato de a polícia política do governo ter prendido não apenas os militantes do PCB, mas também alguns parlamentares eleitos pelo partido. Paralelamente, as forças conservadoras fundaram um movimento autodenominado “União Sagrada”, contra o comunismo. Composta por militares, membros da Igreja Católica e civis o movimento se estruturava a partir do argumento de que a

⁴¹⁶ Informe Político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional do PCB em 8 de dezembro de 1946: “Em marcha para um grande Partido Comunista de massas”. *In*: Problemas atuais da democracia, Editorial Vitória, 1947.

“família brasileira” estava sob a ameaça dos comunistas. Desse modo, constituiu-se o estranho paradoxo identificado por José Eduardo Oliveira (2002, p.) “sucessivos ataques das forças conservadoras ao PCB, em nome da democracia, apesar da obsessão comunista em propagar sua devoção democrática”.

O paradoxo identificado por Oliveira (2002) revela que, mesmo após a conclusão da democratização, existam, entre os brasileiros, concepções divergentes sobre a democracia que deveria vigorar no país. Enquanto os pecebistas reivindicavam uma democracia mais permeável à atuação política dos trabalhadores urbanos, as forças conservadoras entediam as greves e outras estratégias de mobilização como um sinal de desordem, uma ameaça ao regime democrático. Consideravam a atividade política dos trabalhadores uma perturbação à paz e à harmonia social. Continuava em vigência a disputa pela definição do espaço que seria concedido ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. Mais especificamente, pelo direito de os trabalhadores possuírem uma representação legítima e de desenvolverem de forma autônoma sua atividade política, podendo se valer dos instrumentos de intervenção e mobilização política próprios daquela classe social, como os sindicatos e a realização de greves. Logo, considerando o motivo da disputa e o fato de os pecebistas e as forças conservadoras se colocarem na condição de defensores da democracia, trocando acusações sobre quem era a verdadeira ameaça àquele regime político, é possível concluir que o conflito em torno da delimitação da democracia continuou em vigência mesmo após a conclusão da democratização. Por extensão, também fica evidente que o estabelecimento de um regime democrático não foi capaz de solucionar a crise de hegemonia vigente no país desde a Revolução de 30.

A análise dos argumentos apresentados para fundamentar a cassação do PCB também indica aspectos da democracia que as forças conservadoras pretendiam defender. Conforme pode ser identificado em trechos do voto do desembargador Rocha Lagoa, naquela democracia não seriam permitidas contestações à propriedade privada: “Democracia e comunismo são assim conceitos antagônicos. Onde o comunismo logra implantar-se desaparecem para logo os direitos básicos da pessoa humana, anteriores e superiores a toda lei positiva: direito à vida, direito à liberdade e direito à propriedade”⁴¹⁷. Atento a essa questão, Almino (1980, p. 201) afirma que aquilo que as forças conservadoras identificavam como uma ameaça à democracia era, na realidade, uma ameaça à propriedade e à ordem econômica e social que tentavam preservar. Quer dizer, eles queriam uma democracia que não ameaçasse os privilégios

⁴¹⁷ Os votos dos desembargadores constam na Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947.

estruturais existentes na sociedade brasileira. Esses limites já estavam dados, na realidade, desde a legalização do PCB em 1945, a julgar pelos esclarecimentos solicitados pelo Ministro Sampaio Dória, relator daquele processo, sobre o que os pecebistas entendiam por socialização dos meios de produção.

Foram ancorados na concepção de que os comunistas representavam uma ameaça à democracia, em meio aos receios quanto ao crescimento do PCB, que os juízes do STF determinaram, por três votos a dois, o fechamento do partido. Os pecebistas voltavam à ilegalidade apenas dois anos após o Decreto de Anistia. Conforme já destacaram diversos autores, os comunistas e os trabalhadores não optaram pelo enfrentamento direto após o anúncio daquela medida, o que não causa surpresa, haja vista a diretriz de ordem e tranquilidade prescrita pelas lideranças do PCB durante toda a democratização. Registrou-se apenas um pequeno “protesto em frente à Câmara Municipal, reunindo organizações sindicais e setores populares reunidos nos comitês populares democráticos” (PINHEIRO, 2004, p. 51). Os pecebistas chegaram a tentar refundar o partido como uma entidade da sociedade civil, o que o impossibilitava de concorrer nas eleições, mas garantia o direito de continuar promovendo atividades de caráter político. Todavia, essa solicitação acabou recusada por meio de um ato do governo, sem amparo na constituição ou em qualquer lei do código eleitoral. A cassação do PCB também não foi bem recebida por parte das oposições liberais reunidas na UDN. Apesar de não se referir àquele evento como um golpe e o marco do início de uma nova ditadura, tal qual fizeram os comunistas, os udenistas condenaram aquela atitude⁴¹⁸, definindo como um ataque à democracia. Alheias àquelas críticas, as lideranças do PSD entram com o pedido de cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos pelo PCB apenas dez dias após a exclusão do partido (REZENDE, 2006, p. 96).

O anticomunismo⁴¹⁹ vigente no Brasil antes mesmo do início da transição para a democracia, potencializado pela Guerra Fria, foi um fator decisivo para a cassação do PCB. Mas, não o único. A democracia reivindicada pelo partido e o lugar que ele atribuía aos trabalhadores urbanos na cena política nacional também foram determinantes para a sua exclusão. As forças conservadoras não admitiam uma democracia que garantisse a autonomia dos trabalhadores e permitisse a participação deles na gestão da política nacional. Logo, a cassação do PCB tornou-se uma medida necessária, não só para garantir a manutenção da tutela

⁴¹⁸ Em reunião do Comitê Executivo do partido, regida por José Américo de Almeida, os udenistas se manifestaram contrários à cassação. Para mais informações, ver *Correio da Manhã*, 15 maio 1947, p. 14.

⁴¹⁹ Para mais informações ver: MOTTA, R. S. P. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

estatal sobre a atividade sindical e a atividade política dos trabalhadores urbanos como um todo, mas também para preservar a estrutura excludente da democracia que começava a vigorar no país. De acordo com Brandão, a existência em si do PCB e das bandeiras levantadas pelos pecebistas contrastava não apenas com aquela democracia, mas com a própria história política do Brasil. A sua existência era (BRANDÃO, 1992, p. 27) “incompatível com o compromisso engendrado entre uma ordem política liberal e a estrutura sindical corporativista, cuja funcionalidade em relação tanto o controle da classe como à acumulação, além do mais, acabava de ser descoberta pela própria burguesia industrial”. Em vista disso, não é correto considerar que os pecebistas foram os únicos prejudicados pelo fechamento do PCB. Aquela medida prejudicou também os trabalhadores urbanos, pois excluiu um dos seus principais instrumentos de representação política e o principal núcleo de propulsão da sua luta pelo ingresso na cena política. Não por coincidência, houve uma redução significativa do desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. Vale destacar ainda que a exclusão do PCB contribuiu para a consolidação dos partidos de notáveis e, conseqüentemente, para que o sistema político não fosse “confrontado durante tempo suficiente pelo desafio que teria representado um partido operário ou popular, dotado de visão de mundo alternativa, legal e eleitoralmente competitivo” (BRANDÃO, 1992, p. 28).

Logo após a cassação do PCB, outros canais de representação e atuação política dos trabalhadores também foram fechados pelo governo⁴²⁰ (MARANHÃO, 1979, p. 88). Fazendo uso novamente de um decreto-lei, Dutra impôs o fechamento da CTB, do MUT e dos Comitês Democráticos⁴²¹, alegando que eles estavam sob domínio dos comunistas. No entanto, como pode ser visto nas justificativas que acompanhavam o decreto, a principal motivação era restringir a atividade política dos trabalhadores urbanos, que era considerada pelas forças conservadoras uma ameaça à ordem que pretendiam preservar:

CONSIDERANDO que a coexistência, com os mesmo fins, de órgãos sindicais legitimamente reconhecidos com outros que funcionam em desacordo com a legislação sindical vigente tem contribuído para provocar, entre os próprios trabalhadores, atritos e agitações que se referem prejudicialmente nos centros de produção, perturbando o rendimento do trabalho, a ordem e a disciplina (...) “CONSIDERANDO que paralelamente à sua atuação trabalhista de defesa e representação que ilegalmente vem exercendo a "Confederação dos Trabalhadores do

⁴²⁰ A proximidade de datas indica uma ação simultânea do Executivo e do Judiciário contra os comunistas e trabalhadores urbanos.

⁴²¹ Vale ainda destacar que, pouco tempo antes, a União da Juventude Comunista já havia sido impedida pelo governo de realizar suas atividades.

Brasil", desenvolve ainda intensa ação política que a lei veda, até mesmo às entidades sindicais reconhecidas"; "CONSIDERANDO que as atividades da "Confederação dos Trabalhadores do Brasil", no seio dos sindicatos e centros trabalhistas, têm sido, além de ilegais, contrária à harmonia e paz sociais.⁴²²

Ou seja, aqueles canais foram fechados porque as forças conservadoras temiam a autonomia da atividade sindical, o amadurecimento da identidade de classe dos trabalhadores urbanos e, sobretudo, os resultados de uma democracia porosa à atividade política deles. O decreto ainda determinava que as associações sindicais não poderiam ter vínculo com movimentos sociais e políticos, contrariando, assim, a decisão estabelecida pelos próprios trabalhadores no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Após a sua expedição, as direções de diversos sindicatos foram destituídas e as eleições voltaram a ser tuteladas pelo Estado. Os representantes sindicais eleitos ainda precisavam apresentar um atestado ideológico emitido pela polícia política, garantindo que não eram comunistas. Além disso, inúmeros sindicatos voltaram a ser invadidos pela polícia a mando do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os números das invasões não são precisos, variando desde as 143 intervenções, de um total de 944 sindicatos, identificadas por Skidmore (1969), até a estimativa de 400 intervenções, estabelecida por Basbaum (1967). Vale ainda destacar que a Tribuna Popular, principal jornal comunista, foi proibida de continuar circulando.

As motivações por trás do fechamento praticamente simultâneo do PCB e dos outros canais de atuação e representação política dos trabalhadores urbanos indicam que aqueles eventos representam a delimitação final da democracia que vigorou no Brasil durante a República de 46. Determinar a conclusão da delimitação da democracia é uma tarefa extremamente difícil, pois esse regime político se caracteriza justamente por estar em constante transformação. Logo, essa afirmação não traz em si a ideia de que aquela democracia se manteve inalterada até o Golpe Civil-Militar de 1964. Mesmo assim, as intervenções são indicadas como marcos da delimitação final porque elas incidiram diretamente na definição da amplitude de atuação política que seria permitida no âmbito da sociedade civil, uma das principais causas do conflito que pautou a transição para a democracia⁴²³. Além disso, o fato de elas terem estabelecido o término do conflito entre as forças políticas que disputaram o controle da democratização e que, naquele momento, pleiteavam a condição de verdadeiros defensores

⁴²² Trechos do Decreto-Lei nº 23.046 de 7 de maio de 1947. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-23046-7-maio-1947-401927-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 nov. 2021.

⁴²³ Conforme destacado ao longo da tese, essa questão já ocupava o centro dos conflitos políticos nacionais desde o processo que resultou na Revolução de 30 (WEFFORT, 1980, p. 17).

da democracia também ajuda a sustentar essa interpretação. De tal modo, a conclusão da definição dos limites ocorreu em um momento em que o regime democrático já estava em vigência e a partir das normas que ele havia estabelecido. Por fim, há que se destacar que o caráter autoritário do decreto-lei e das outras intervenções realizadas pelo governo indicam que a delimitação final da democracia recém-instalada no Brasil também ocorreu via coerção.

Com efeito, consolidou-se a democracia limitada, que já vinha vigorando no Brasil, isto é, uma democracia que restringia o desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil. Limitada porque violava frequentemente as liberdades de manifestação, de reunião, de pensamento e de representação política, vide a imposição de inúmeras barreiras à atividade sindical e o fechamento dos principais canais de atuação e representação dos trabalhadores urbanos. Nas palavras de Ricardo Maranhão (1979, p. 7), uma democracia carente de “expressão e organização livre e autônoma das demandas classistas específicas da sociedade civil”. Isto é, uma “democracia de participação reduzida, de caráter predominantemente conservador, que não conseguiu integrar todos os setores da sociedade civil” (GIOVANNETTI NETTO, 1986, p. 28). Segundo Brandão (1997, p. 177), a imposição de “uma série de medidas de controle das classes subalternas e de limitações à participação na ordem democrática” resultou em uma relação assimétrica entre partidos políticos e movimentos sociais. Uma democracia que se valia dos mecanismos autoritários de controle social criados durante o Estado Novo, tais como a Lei de Segurança Nacional, o sindicalismo de viés corporativista e a polícia política para obstruir o ingresso dos trabalhadores na cena política. Uma democracia também limitada pela extrema desigualdade social vigente no país, a julgar pela miséria que afetava diretamente a liberdade de milhões de brasileiros. Percebe-se, assim, que a democracia constituída no Brasil se tornou em um eficaz instrumento de dominação de classe e de preservação da ordem almejada pelas forças conservadoras. O que não chega a ser surpreendente, considerando que a transição para a democracia foi realizada via coerção do envolvimento dos trabalhadores com aquele processo e com as demais questões políticas nacionais. Ao mesmo tempo que a liberdade de associação política era negada aos trabalhadores, às oligarquias agrárias e à burguesia industrial gozavam livremente desse direito. Vigorava, portanto, uma democracia que não extinguiu a lógica de exclusão do Estado de Compromisso em vigência no Brasil desde a Revolução de 30.

Considerações Finais

Conforme demonstrado ao longo desta tese, a transição para a democracia no Brasil foi extremamente conflituosa, apesar do consenso entre os diferentes setores da sociedade quanto à necessidade de adoção do regime democrático. Além das divergências em relação à amplitude da democracia que deveria vigorar no país, aquele processo também esteve sob a influência das crises políticas que o antecederam. Temas como reforma agrária, estrutura sindical, intervenção do Estado na economia e, sobretudo, ingresso dos trabalhadores na cena política, que já haviam gerado enfrentamentos anteriormente, estiveram no centro do conflito entre as diferentes forças políticas durante a formação do regime democrático. Esse traço de continuidade era reflexo da crise de hegemonia eclodida no fim da Primeira República e que até então não havia sido solucionada. Nesse contexto, diferente do que a interpretação predominante no debate acadêmico afirma, o controle da democratização foi disputado por três, e não duas, forças políticas. Cada uma com o seu respectivo projeto de nação e requerendo um percurso específico de transição para a democracia. O fato de os pecebistas terem proposto a Vargas o estabelecimento de uma aliança antes mesmo de retornarem à legalidade não indica que se submeteram aos seus interesses. Motivado pelo objetivo de promover uma Revolução Democrático-Burguesa em território brasileiro, o PCB formulou o seu próprio projeto de democratização e promoveu uma mobilização significativa no âmbito da sociedade civil para viabilizá-lo. Em sentido oposto ao das propostas encabeçadas por Vargas e pela oposição liberal, o caminho pleiteado pelos comunistas não representava uma transição “pelo alto”, haja vista a premissa de que os trabalhadores deveriam ser a força dirigente daquele processo. Reivindicavam, inclusive, que a democratização não se restringisse à formação de um novo sistema partidário, ao restabelecimento da isonomia entre os três poderes e à garantia de

realização de eleições periódicas, mas que contemplasse também seus âmbitos econômico e social. Portanto, em vez de dois, constituíram-se, no cenário político nacional, três caminhos possíveis para efetivar a transição para a democracia.

O conflito constituído em torno dos diferentes projetos de democratização resultou na intensificação da atividade política no âmbito da sociedade civil, contrastando, assim, com a repressão vigente nos anos ditatoriais do Estado Novo. Também em sentido diverso do que predomina no debate acadêmico, foi demonstrado no decorrer desta tese o envolvimento direto dos trabalhadores urbanos com a formação do regime democrático. O vínculo estabelecido com projetos que não haviam sido formulados por eles próprios não indica necessariamente uma suposta alienação ou falta de autonomia da classe. Seja apoiando a permanência de Getúlio Vargas no poder ou se aproximando dos projetos propostos pelos pecebistas, os trabalhadores viram na transição para a democracia uma possibilidade de promover o seu ingresso na cena política e de ampliar a conquista de direitos sociais. Recorreram tanto à associação comunitária quanto à mobilização no ambiente de trabalho de maneira independente aos sindicatos para conquistar seus objetivos. Seguiram engajados nessa luta mesmo após a queda de Vargas e a realização das eleições presidenciais, vide a eclosão da onda de greves no início de 1946. A formação daquele movimento reivindicatório revela que o envolvimento dos trabalhadores com a democratização não se restringiu ao apoio a Vargas e representa também uma autonomia em relação às diretrizes políticas estabelecidas pelo PCB, haja vista que até aquele momento o partido se posicionava contrário às paralisações no local de trabalho.

O crescente envolvimento dos trabalhadores com a democratização e a formação de uma frente ampla composta por pecebistas e quemistas a fim de efetivar um percurso de transição para a democracia diferente do imposto por Vargas indicam que o projeto de democratização proposto pelo PCB se tornou uma alternativa real. Paralelamente, esse duplo movimento gerou grande incômodo entre as outras forças políticas que disputavam o controle daquele processo. Temendo o regime democrático que poderia emergir das reivindicações que vinham das ruas, as lideranças das forças conservadoras e da oposição liberal se uniram e recorreram a um golpe de Estado para resguardar os seus privilégios e manter os trabalhadores excluídos da cena política. Ou seja, o receio em relação às iniciativas continuístas de Vargas não foi a única motivação por trás da intervenção militar. A opção pelo golpe para impedir a efetivação daquele percurso alternativo de transição para a democracia confirma a hipótese de que a atividade política promovida pelo PCB influenciou os rumos da formação da democracia que vigorou durante a República de 46, mesmo o partido estando distante do controle do processo.

Mesmo após o Golpe Civil-Militar de 1945 foi intensificada a utilização do aparelho coercitivo do Estado para restringir o envolvimento dos trabalhadores com a transição para a democracia. A onda de greves eclodida no início de 1946 foi duramente reprimida pela polícia e a repressão contra os comunistas se tornou mais severa, dado o clima de Guerra Fria que se instalava no Brasil. Contudo, o aspecto coercitivo da democratização não se fazia presente apenas na violência física empregada contra as manifestações políticas promovidas no âmbito da sociedade civil. O fato de o presidente Dutra ter conduzido a etapa final da transição para a democracia por meio da imposição de decretos-lei também justifica o emprego do termo. O general utilizou os decretos sobretudo para coibir a mobilização e a atividade política dos trabalhadores urbanos, vide as intervenções realizadas contra os sindicatos e a restrição do direito de realizar greves. Em um contexto em que ainda vigorava a disputa pela delimitação do regime democrático recém-instalado no país, a coerção se fazia necessária na ótica das forças conservadoras, para restringir o potencial transformador da democratização e consolidar a democracia que almejavam.

Ancorado no apoio que recebia da burguesia industrial-financeira e das oligarquias agrárias, Dutra expediu decretos-lei que sobrepujaram diretamente debates que ainda estavam sendo travados pelos parlamentares, o que revela a limitação do poder da Assembleia Constituinte. No entanto, essa interferência não originou uma crise entre os poderes, uma vez que a maioria do legislativo estava atrelada às forças conservadoras e ao partido do presidente (PSD). Além disso, durante a elaboração da nova Carta foi constatada uma guinada conservadora de diversos parlamentares da UDN, ratificando as decisões tomadas por Dutra e os pessedistas. Essa mudança de conduta de muitos udenistas e as motivações por trás das intervenções realizadas pelo presidente confirmam que, ao invés de um “pacto liberal”, a reta final da democratização foi conduzida a partir de um pacto conservador entre os diferentes setores das classes dominantes, estabelecido no momento do Golpe. Com efeito, a Constituição promulgada em 1946 conservou inúmeros elementos da ditadura do Estado Novo, vide o sindicalismo de viés corporativista, e outros que garantiam desde a Revolução de 30 o domínio político dos integrantes do bloco no poder, como a concentração fundiária e os entraves à atividade política dos trabalhadores. Quer dizer, o estabelecimento do regime democrático não promoveu uma democratização do poder. Constata-se, portanto, que a transição para a democracia foi efetivada “pelo alto”, tanto no que se refere ao controle exercido pelas classes dominantes, quanto ao fato de ter sido conduzida somente pelas vias institucionais, coibindo a participação de movimentos sociais atuantes no âmbito da sociedade civil. Nesse caso, se

mostra oportuno o emprego dos termos “revolução passiva” (VIANNA, 1976) e “via prussiana” para classificar aquele processo. Assim como havia acontecido na Proclamação da República (COUTINHO, 197, p. 41), o Brasil havia adotado um novo regime político, mas a sua essência era a mesma do anterior, a julgar pela conciliação estabelecida entre as classes dominantes e a exclusão dos trabalhadores da cena política.

Com o regime democrático já em vigência, novas restrições foram impostas ao desenvolvimento da atividade política no âmbito da sociedade civil, sobretudo a dos trabalhadores urbanos, a fim de conter as divergências quanto à democracia que deveria vigorar no país e para garantir que o novo regime político não iria ameaçar os privilégios dos integrantes do bloco no poder. Diversos sindicatos foram interditados pelo governo e os principais canais de representação e atuação dos trabalhadores, como a CTB e o PCB, foram fechados. Essas intervenções revelam que a democratização não solucionou a crise de hegemonia vigente no país e que a coerção continuou sendo necessária para garantir o controle político das classes dominantes. Não por coincidência, os mesmos fatores que haviam tornado a transição para a democracia extremamente conflituosa continuaram desestabilizando o cenário político nacional. As reivindicações por autonomia da atividade sindical, realização de reforma agrária e extinção das barreiras impostas ao desenvolvimento da atividade política dos trabalhadores se mantiveram no centro do debate, gerando novas crises políticas. Até mesmo a disputa pela definição da “melhor democracia” a ser adotada continuou em vigência, fazendo com que o período da República de 46 ficasse marcado por mobilizações em favor do alargamento do regime democrático vigente no Brasil.

O fato de a democratização não ter solucionado a crise de hegemonia vigente no país fez com que o Estado de Compromisso continuasse sendo necessário para promover a conciliação dos interesses das classes dominantes, incapazes de constituir a própria hegemonia, bem como para restringir o ingresso dos trabalhadores na cena política. Aquela estrutura de gestão compartilhada do poder seguia composta por representantes das oligarquias agrárias e da burguesia industrial-financeira, e voltava a contar com os atores políticos mais próximos às ideias liberais que haviam rompido com Vargas durante o Estado Novo. Ou seja, não houve uma mudança entre os integrantes do bloco no poder. Contudo, a ocorrência de uma mudança significativa na forma de gerenciamento do Estado colocava em dúvida a viabilidade de manutenção do monopólio político das classes dominantes que caracterizava o Estado de Compromisso. Ao invés de estar sob a gestão de um ditador, que promovia a conciliação dos interesses dos diferentes setores que integravam o bloco no poder e agia para restringir a

autonomia dos trabalhadores, o Estado passou a ser regido por um regime democrático que contava com a realização de eleições periódicas, liberdade parcial de expressão e associação política e com a existência de um Poder Legislativo autônomo em relação ao Poder Executivo. As restrições impostas à democracia estabelecida no Brasil seriam suficientes para seguir garantido a exclusão dos trabalhadores da cena política e os efeitos que seriam gerados por um eventual ingresso?

Em um primeiro momento, a essência do Estado de Compromisso foi sustentada pelas ações autoritárias de um presidente democraticamente eleito e por um Poder Legislativo composto, em sua maioria, por representantes das classes dominantes. O fato de o PSD ser um partido caracterizado pelas práticas conciliatórias e de mediação exercidas por suas lideranças (HIPOLITO, 2012, p. 52) se adequava à lógica de funcionamento do Estado de Compromisso. No entanto, essa estabilidade inicial foi fragilizada pela realização de eleições periódicas. Mesmo com a exclusão do PCB e as restrições impostas para que um cidadão pudesse se tornar um eleitor, o surgimento do voto-operário, por si só, criou inúmeras tensões durante a República de 46 (SOARES, 2001), a julgar pelas inúmeras iniciativas golpistas ocorridas naquele período. No decorrer da década de 1950, ocorreu uma gradativa mudança na composição do Congresso Nacional, impulsionada pelo voto dos trabalhadores, culminando na ascensão do PTB como o maior partido na Câmara de Deputados, em 1962⁴²⁴. O fato de um partido comprometido com o reformismo reivindicado pelos trabalhadores urbanos ter adquirido a condição de maioria no Congresso Nacional colocou em risco a existência do Estado de Compromisso e, por extensão, fez com que as classes dominantes passassem a reavaliar a pertinência da manutenção da democracia no Brasil. De tal modo, a identificação de que a democratização não foi capaz de solucionar a crise de hegemonia, bem como do impacto que ela exerceu no monopólio político das classes dominantes, trazem novos elementos para compreender o processo político que resultou no Golpe de 1964.

⁴²⁴ Após o término das eleições de 1962, o PSD atraiu políticos de outros partidos, a fim de retomar a condição de maioria na Câmara de Deputados.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. de *et al.* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ALEM, S. F. **Os trabalhadores e a “redemocratização”**: (estudo sobre o estado, partidos e a participação dos trabalhadores assalariados urbanos na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato) 1942-1948. 1981. [293]f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279065>. Acesso em: 11 dez. 2021.
- ALMEIDA, J. **Cultura Política e Hegemonia**. *In*: II ENCONTRO DE SÃO LÁZARO. Salvador, FFCH/UFBA, 2011. Salvador: Quarteto Editora, 2011. v. 1. p. 200-220.
- ALMEIDA, J. A. de. **Palavra e o tempo: 1937-1945-1950**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.
- ALMEIDA, M. H. T. **Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil**. 1978. Tese (Doutorado em Ciência Política / FFLCH) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- ALMEIDA, M. H. T.; MARTINS, C. E. **A Conjuntura de 45/46: uma interpretação alternativa**. São Paulo: mimeo, 1974.
- PRADO, A. de A. **Jornada de Democracia: discursos pronunciados na campanha eleitoral como candidato ao cargo de governador do estado de São Paulo**. São Paulo: Liv. Martins, 1948.
- ALMINO, J. **Democratas autoritários**. Liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 46. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The Civic Culture**. Political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BARBEDO, A. **O fechamento do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

- BASBAUM, L. **História Sincera da República**. São Paulo: Fulgor, 1967. v. 3.
- BASBAUM, L. **Uma vida em seis tempos: memórias**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BASTOS, P. As aporias do liberalismo periférico: comentários à luz dos governos Dutra (1946-1950) e Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, p. 245-274, 2003.
- BASTOS, P. O Presidente desiludido: o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1946-1951). V CONGRESSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 6ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 2003. **Anais**.
- BENEVIDES, M. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERSTEIN, S. A cultura política. *In*: RIOUX & SIRINELLI (org.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BIELKOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- BOITO JÚNIOR, A. **Sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura**. São Paulo: Hucitec, 2017.
- BRAGA, S. **Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946: um perfil sócio-econômico e regional da Constituinte de 1946**. 1996. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.
- BRAGA, S. Elites políticas e alternativas de desenvolvimento na redemocratização de 1945-1946. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo: ABPHE/Hucitec, v. 2, p. 75-106, 2002.
- BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista (1920-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BRANDÃO, G. M. **Partido Comunista, capitalismo e democracia**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1992.
- BROUÉ, P. **História da internacional comunista (1919-1943)**. São Paulo: Sundermann, 2007.
- CALIL, G. G. Quem derrubou o Estado Novo brasileiro? Reflexões sobre as construções historiográficas em torno da democratização de 1945. *In*: PIMENTEL, I. F.; REZOLA, M. I.

- (org.). **Democracia, Ditadura: Memória e Justiça Política**. 1 ed. Lisboa: Tinta da China, 2013. p. 87-107.
- CALIL, G. G. Reflexões sobre a historiografia da redemocratização brasileira de 1945. **Revista Tempos Históricos M. C. Rondon**, v. 3, n. 1, p. 91-120, 2001.
- CAMPOS, F. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- CAPELATO, M. H. **Multidões em cena**. Propaganda Política no varguismo e peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.
- CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In: O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estadismo*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143.
- CAPELATO, M. H. **Os arautos do liberalismo**. Imprensa paulista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARONE, E. **A república liberal I**. Instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985.
- CARONE, E. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.
- CARONE, E. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Difel, 1976.
- CARONE, E. **O PCB**. 1943 a 1964. (Vol. 2). São Paulo: Difel, 1982.
- CARVALHO, M. A. R. Breve história do “comunismo democrático” no Brasil. *In: FERREIRA, J., REIS, D. A. (org.). Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 261-281.
- CASTRO, H. C. A internacionalização da democracia: a universalização dos valores liberais. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 7, n. 1, 2013.
- CASTRO, H. C. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático. Gramsci e o Brasil. Seção Textos, **Revista Eletrônica**, 1999.
- CHACON, V. Breve História da Democracia. *In: Democracia em Colapso? Curso Boitempo*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CHACON, V. **Estado e povo no Brasil: as experiências do Estado Novo e da democracia populista**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- CHILCOTE, R. **Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CORSI, F. L. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

- CORSI, F. L. O I Congresso brasileiro de economia. *In: História Econômica e História de empresas*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.93-122.
- CORSI, F. L. **Os rumos da economia brasileira no final do Estado Novo (1941-1945)**. 1991. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- COSTA, H. da. **Em busca da memória: comissões de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra**. São Paulo: Editora Página Aberta LTDA, 1995.
- COSTA, H. da. Trabalhadores, sindicatos e suas lutas em São Paulo (1943-1953). *In: FORTES, A. [et al.]. Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COUTINHO, L. **O General Góis depõe**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.
- DAHL, R. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- D'ARAÚJO, M. C. **Sindicatos, carisma e poder**. O PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- DECCA, E. de. **1930, O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ROIO, M. D. Octávio Brandão nas origens do marxismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v. 1, n. 18, 2004, p. 115-132.
- DELGADO, L. de A. N. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- DINIZ, E. **Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DULLES, J. **A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- DURIGHETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia**. Um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.
- DUTRA, E. de F. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. **Varia História**. Belo Horizonte: UFMG, n. 28, 2001, pp.13-28.
- FAUSTO, B. **A Revolução de 30: historiografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2011.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O imaginário trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FILHO, E. de M. **O Problema do Sindicato único no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.
- FINLEY, M. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FRANCO, V. de M. **A campanha da UDN (1944/1945)**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Zélio Valverde S.A, 1946.
- FRENCH, J. **Afogados em Leis**: a CLT e a Cultura Política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- FUSSIEGER, L. **Práticas democráticas e a emergência de sujeitos de direito nas ocupações escolares de 2016 no Distrito Federal**: um estudo de caso. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- GIOVANNETTI NETTO, E. **O PCB na Assembleia Constituinte de 46**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GIOVANNETTI NETTO, E. A esquerda e os impasses da transição para a democracia no pós-guerra (1945-1946). *In: Revista de Sociologia e Política*, n. 6/7, Curitiba, 1996.
- GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GOMES, A. M. C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. *In: SOIHET, R.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. (org.). Culturas políticas*: ensaios de história cultura, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Faperj, 2005.
- GOMES, A.; D'ARAÚJO, M. C. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.
- GOMES, E. **Campanha de libertação**. São Paulo: Martins, 1946.
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. 1968.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HELD, D. **Modelos de democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HILTON, S. **O ditador e o embaixador:** Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HILTON, S. **Oswaldo Aranha:** uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

HIPPOLITO, L. **De raposas e reformistas:** o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

HIRST, P. **A democracia representativa e seus limites.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

HOBBSBAWN, E. **A Era do Capital.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBBSBAWN, E. **Nações e Nacionalismo desde 1870.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOBBSBAWN, E. **Mundos do Trabalho:** novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

IANNI, O. **A formação do Estado Populista na América Latina.** São Paulo: Ática, 1989.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

INNOCENTINI, M. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** São Paulo: Editora Tecnos LTDA, 1979.

KONDER, L. **A democracia e os comunistas no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LACERDA, E. **A democracia através do espelho:** uma investigação sobre o conceito de democracia nas páginas de Cultura Política. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática.** O caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas:** o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

LEAL, V. **Coronelismo, enxada e voto:** município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LEFORT, C. **Pensando o político:** ensaios sobre a democracia, revolução e liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEITE, M. **Marechal Eurico Gaspar Dutra:** o dever da verdade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LIMA, F. V. **Literatura e engajamento na trajetória da Associação Brasileira de Escritores (1942-1958).** 2015. Tese (Pós-graduação em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMONGI, F. Fazendo Eleitores e Eleições: Mobilização Política e Democracia no Brasil pós-Estado Novo. **DADOS. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 58, n. 2, 2015.

MACEDO, M. R. de. Trabalhadores sob suspeita: os liberais brasileiros, o movimento queremista e a transição democrática de 1945. *In*: FERREIRA, J. (org.). **As Repúblicas no Brasil**: política, sociedade e cultura. Niterói: UFF, 2010.

MACEDO, M. R. de. **O movimento queremista e a democratização de 45**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

MACPHERSON, C. B. **Democracia liberal**: origens e evolução. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MAGALHÃES, M. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARANHÃO, R. **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MATOS, S. Liberalismo e democracia – apontamentos sobre a evolução histórica dos conceitos liberais de democracia. **Revista Mediações**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 42-50, jul./dez. 1999.

MIGUEL, L. F. **Democracia e sociedade de classes**. Ver. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2012, n. 9, p. 93-117.

MOISÉS, J. Á. Crise política e democracia: a transição difícil. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. 2, p. 9-36, 1980.

MOISÉS, J. Á. Democratização e cultura política de massas no Brasil. **Lua Nova**, n. 26, São Paulo, aug. 1992.

MOISÉS, J. Á. Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política. *In*: COVRE, M. L. M. **A cidadania que não temos**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOISÉS, J. Á.; ALBUQUERQUE, J. A. G. (org.). **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOORE JR., B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**. Lisboa: Edições 70, 1967.

MONIZ, B. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943.

MOTTA, R. S. P. A cultura política comunista: alguns apontamentos. *In*: NAPOLITANO, M.; CZAJKA, R.; MOTTA, R. S. P (org.) **Comunistas brasileiros**: cultura política e produção cultural. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

MOTTA, R. S. P. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. *In*: **Culturas políticas na História**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MOTTA, R. S. P. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

- NEDER, G. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- NETO, L. **Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- NOBRE, M. **O imobilismo em movimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. WHITEHEAD, L. **Transições do regime autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- OLIVEIRA, A. S. **Diagrama de uma situação política: manifestos políticos do exílio**. São Paulo: [s.n.], 1945.
- OLIVEIRA, A. S. **Jornada democrática: discursos políticos**: Rio de Janeiro, 1937.
- OLIVEIRA, D. N. de. **Antônio Gramsci: sociedade civil, hegemonia e democracia**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2006.
- OLIVEIRA, J. E. M. V. de. **O discurso democrático no pós-guerra: a voz do PCB**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PAOLI, M. C. Os trabalhadores urbanos nas falas dos outros. *In*: LOPES, J. (org.). **Cultura e identidade operária**. São Paulo: Marcos Zero, 1987.
- PINHEIRO, M. C. de O. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964): Uma história comparada**. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- PINHEIRO, M. C. de O. **O MUT e a luta do PCB pela hegemonia no movimento operário: conciliação e conflito**. 2004. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- PINHEIRO, M. C. de O. **O PCB e os Comitês Populares Democráticos na cidade do Rio de Janeiro (1945-1947)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- POMAR, P. **A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)**. Rio de Janeiro: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.
- PORTELLI, H. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PRESTES, A. L. O Golpe de 29/10/45: derrubada do Estado Novo ou tentativa de reverter o processo de democratização da sociedade brasileira? *In*: SILVA, F. C. T. da; MATTOS, H. M.;

FRAGOSO, J. (org.). **Escritos sobre História e Educação**: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

PRESTES, A. L. **Da Insurreição Armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945)**. A virada tática na Política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PRESTES, L. C. **Problemas Atuais da democracia**. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.

REIS, D. A. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943-1964. *In*: RIDENTI, M.; REIS, D. A. (org.). **História do marxismo no Brasil**. vol. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

REIS, D. A. **Luís Carlos Prestes – Um Revolucionário Entre Dois Mundos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENNÓ, L. R. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 45, 1. sem. 1998, p. 71-92.

REZENDE, R. A. **1947: o ano em que o Brasil foi mais realista do que o rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-URSS**. 2006. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS), 2006.

RODRIGUES, L. M. O PCB: dirigentes e organização. *In*: FAUSTO, B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III. São Paulo: Difel, 2007. v. 10.

SAES, D. Classe média e política no Brasil; 1930-1964. *In*: FAUSTO, B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III – O Brasil Republicano. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986. v. 3 – Sociedade e Política (1930-1964).

SAES, D. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SAFATLE, V. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SANTANA, M. A. **Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2001.

SANTANA, M. A. Bravos Companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro. *In*: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHLESNER, A. H. **Hegemonia e cultura: Gramsci**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEGATTO, J. A. PCB: a questão nacional e a democracia. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Da

democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, F. T. da; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). *In*: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, H. R. **A democracia impressa**: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, H. **1945**: por que depuseram Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SINGER, P. “A política das classes dominantes”. *In*: **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

SKIDMORE, T. E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOARES, G. O. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SOUZA, M. C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

SOUZA, V. de M. **Sob o signo da resistência**. [s.l.]: [s.n.], 1947

SPINDEL, A. **O Partido Comunista na gênese do populismo**. São Paulo: Símbolo, 1980.

SUANO, M. J. F. **A doutrina Góes Monteiro e o pensamento político brasileiro nos anos 30**. 2002. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TELLES, J. **O Movimento Sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOCQUEVILLE, A. **A democracia na América**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

VALE, O. T. **O general Dutra e a redemocratização de 45**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

VARGAS, G. **A Nova Política no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

VIANNA, L. J. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VINHAS, M. **O partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

VITULLO, G. E. **Além da transitologia e da consolidologia**: um estudo da democracia argentina realmente existente. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VITULLO, G. E. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 12, nov. 2006, p. 348-377.

WEFFORT, F. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período de (1945-1964). **Revista da Cultura Contemporânea**, n. 1, jul. 1976.

WEFFORT, F. Democracia e Movimento operário. parte II. **Revista de Cultura Contemporânea**, São Paulo, CEDEC, 1977.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil. A conjuntura do após-guerra. *In: Estudos CEBRAP*, n. 4, abr-jun. 1973.

WEFFORT, F. **Partidos, sindicatos e democracia**: algumas questões para a história do período de 1945-1964. **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, CEDEC, ano 1, n. 1, ago. 1979.

WEFFORT, F. **Qual democracia?** São Paulo: Cia. Editora das Letras, 1992.